INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Eleições Locais em Moçambique: padrão espacial de voto e variação eleitoral, 1998-2018

Justino Quina

Doutoramento em Ciência Política, na especialidade em Ciência Política

Orientadores:

Professor Doutor André Renato Leonardo Neves dos Santos Freire, Professor Catedrático, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Professora Doutora Edalina Rodrigues Sanches, Investigadora Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Dezembro, 2023

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (ESPP)

Eleições Locais em Moçambique: padrão espacial de voto e variação eleitoral, 1998-2018

Justino Quina

Doutoramento em Ciência Política, na especialidade em Ciência Política

Orientadores:

Professor Doutor André Renato Leonardo Neves dos Santos Freire, Professor Catedrático, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Professora Doutora Edalina Rodrigues Sanches, Investigadora Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Dezembro, 2023

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (ESPP)

Eleições Locais em Moçambique: padrão espacial de voto e variação eleitoral, 1998-2018

Justino Quina

Doutoramento em Ciência Política, na especialidade em Ciência Política

Júri:

Doutora Clara Carvalho, Professora Associada, Instituto Universitário de Lisboa (Presidente do Júri);
Doutor José Jaime Macuane, Professor Associado, Universidade Eduardo Mondlane;
Doutor Marco Lisi, Professor Associado com Agregação, Universidade Nova de Lisboa;
Doutora Teresa Almeida Cravo, Investigadora do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra;
Doutora Ana Lúcia Sá, Professora Auxiliar, Instituto Universitário de Lisboa;
Doutora Edalina Rodrigues Sanches, Investigadora Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Dezembro, 2023

Dedico esta tese aos meus pais
Quina Mucoroma e Rosa Laimo,
minhas principais fontes de
inspiração. À Inalda e Evans,
meus amores da vida!

Agradecimentos

Começo por destacar o grande contributo dos meus orientadores Professor Catedrático André Freire e Professora Doutora Edalina Rodrigues Sanches para que esta tese ganhasse o escopo científico exigível para a sua apresentação e defesa. O meu reconhecimento vai, acima de tudo, pelo rigor e qualidade de orientação, mas também pela força e encorajamento. Confesso que aprendi muito convosco. Um enorme *kihochukuro*!

O meu agradecimento também vai aos Professores Marco Lisi e José Santana Pereira pelos comentários pontuais aquando da apresentação do projeto de pesquisa.

Ao corpo docente do Programa de Doutoramento em Ciência Política do Instituto Universitário de Lisboa e demais professores do ISCTE-IUL. Evoco particularmente a Professora Doutora Ana Maria Belchior, Ana Lúcia Sá, Luís Nuno Rodrigues, Ana Espírito Santo, Guya Accornero e António Costa Pinto.

Quero dirigir uma palavra de agradecimento ao Professor Jorge Gaspar pelas importantes discussões mantidas no IGOT-UL sobre a temática em estudo e principalmente pelas contribuições para a melhoria de análise sobre o padrão espacial de voto.

Agradeço aos meus amigos e colegas Hélder Jauana, Nádia Júlio e Jaime Guiliche, não só pela troca de impressões sobre as nossas teses de doutoramento, mas também pela amizade, companheirismo e caminhada conjunta durante estes anos de formação em Lisboa, percurso coroado de alguns desafios, mas também de êxitos. Ainda neste percurso, sublinho a contribuição de alguns amigos cujas 'suas mãos' foram cruciais no inicio do meu doutoramento em Lisboa. São os casos de Isálcio Mahanjane pelo apoio na inscrição e Rufino Gujamo pelo acolhimento e indução.

Aos Professores Celso Vidigal, Zacarias Mutombene, Carmalino Ncuaze e Valdemiro Américo, pelas aulas em SPSS e outros pacotes estatísticos úteis para a

análise de dados em Ciências Sociais. Ao Edson Godinho e Gervásio Caetano, colegas na Assembleia da República, agradeço pelo apoio na área de informática.

Aos Professores Agostinho Levieque, António Batel Anjo (*in memoriam*), Rui Sixpence Conzane, Fidelx Pius Kulipossa, Emmanuel Jovo. Aos Drs Margarida Adamugy Talapa, Sérgio Pantie, Alberto Clementino Vaquina, Carvalho Muária e Mateus Katupha. Às Deputadas Lucinda Malema, Telmina Pereira, Lucília Hama, Deolinda Chochoma e Alsácia Sartinha, meus padrinhos Maria Sara e Estevão Munhequete, bem como da Maria Luísa Bertulucci, Gabriel Malipa, Leonor Marrime, Nilza Dacal, pelo constante incentivo para a conclusão da tese.

Agradeço ainda aos Professores José Jaime Macuane, Domingos Manuel do Rosário, Francisco da Conceição e Egídio Guambe, da Universidade Eduardo Mondlane, pelas conversas à volta de alguns tópicos vertidos nos capítulos da tese. Ainda sobre as conversas, realço a disponibilidade dos antigos Deputados Alfredo Gamito e Francisco Mucanheia, e Deputados em exercício nomeadamente Lutero Simango, António Muchanga e Venâncio Mondlane.

À Antónia Reis, Ilda Ferreira e Ana Sofia Mendes, do Secretariado de Doutoramento e dos Serviços Académicos/Gestão de Ensino. Obrigado pelo carinho e todo apoio burocrático prestado durante a formação.

Ao Instituto de Bolsas de Estudo, particularmente ao Professor Doutor Octávio Manuel de Jesus e a Dra Carla Caomba, evoco o vosso humanismo, agradecendo pela reação positiva sempre que apresentei preocupação à instituição que Vossas Excelências dirigiam/dirigem.

Finalmente, agradeço a toda a minha família pelo carinho de sempre, especialmente à minha esposa Inalda, à tia Amina Abudo em Lisboa, meu irmão China Quina Mucoroma e sobrinho Amisse Jorge Juma por terem se tornado nestes anjos de guarda ao longo desta minha temporada formativa.

Muito obrigado a todos!

Resumo

A presente tese subordina-se ao tema "Eleições Locais em Moçambique: padrão espacial de voto e variação eleitoral, 1998-2018". O trabalho analisou os padrões de votação das eleições locais e constatou a regularidade de participação e maior votação na Frelimo seguido pela Renamo e do MDM. Em termos de distribuição do voto pelas províncias, apurou-se que nas autarquias situadas a sul do país tendem a votar expressivamente na Frelimo, registando-se uma votação moderada deste partido nas autarquias do centro e norte. Constatou-se ainda um apoio considerável à Renamo nas autarquias do norte do país e moderada nas autarquias do centro do país. Em contrapartida, é na região centro onde o MDM tem mais votos quando comparado com outras regiões, sustentado em parte pelos resultados da autarquia da Beira. Com relação ao MDM, observou-se que, não obstante ter obtido bons resultados em algumas autarquias a partir de 2013, o partido ainda não tem uma base social consolidada tal como se verifica com os seus adversários políticos - Frelimo e a Renamo. No cômputo geral, verifica-se um forte domínio da Frelimo nas eleições locais, se colocando na formação política com mais mandatos conquistados nas assembleias municipais.

Palavras-Chave: Eleições Locais, Descentralização, Autarcização, Padrão Espacial de Voto, Moçambique

Abstract

This thesis is subordinated to the theme “Local Elections in Mozambique: spatial voting pattern and electoral variation, 1998-2018”. The work analyzed voting patterns in local elections and found the regularity of participation and greater voting in Frelimo followed by Renamo and MDM. In terms of vote distribution by provinces, it was found that the municipalities located in the south of the country tend to vote significantly for Frelimo, registering a moderate vote for this party in the municipalities in the center and north. There was also considerable support for Renamo in municipalities in the north of the country and moderate support in municipalities in the center of the country. On the other hand, it is in the central region where the MDM has the most votes when compared to other regions, supported in part by the results of the Beira municipality. With regard to the MDM, it was observed that despite having obtained good results in some municipalities from 2013 onwards, the party still does not have a consolidated social base, as is the case with its political opponents - Frelimo and Renamo. Overall, there is a strong dominance of Frelimo in local elections, placing itself in the political formation with more mandates won in municipal assemblies.

Keywords: Local Elections, Decentralization, Autarcization, Spatial Voting Patterns, Mozambique

Índice

Agradecimentos iii

Resumo v

Abstract vi

Índice de Tabelas xi

Índice de Gráficos xii

Glossário de Siglas xiii

Capítulo I 1

1. Introdução 1

1.1. Contexto da pesquisa 1

1.2. Objeto de pesquisa: objetivos e pergunta de partida 5

1.3. Metodologia 8

1.4. A Pertinência da Pesquisa 11

Estrutura da Tese 13

Capítulo II 16

2. Eleições, Democracia e Comportamento Eleitoral 16

2.1. Introdução 16

2.2. Fundamentos teóricos e conceituais 16

2.3. Eleições em África 18

2.3.1. Eleições não democráticas: entre a fase final do colonialismo e a instalação de regimes de partido único 18

2.3.2 Eleições e liberalização política em África 20

2.4 O que sabemos sobre as Eleições Locais em África? 22

2.5 Comportamento Eleitoral em África 24

Capítulo III 33

3. Da Descentralização às Eleições Locais em Moçambique 33
3.1. Introdução 33
3.2 Descentralização em África 34
3.3 Descentralização, poder local e eleições: evolução longitudinal 37
3.4 Eleições locais entre 1998 e 2018: uma incursão inicial 46
3.5 Processos eleitorais e dinâmicas intra e inter-partidárias 50
3.6 Percurso e desafios da democracia e governação local 56
Capítulo IV 69
4. Padrões de Votação das Eleições Locais em Moçambique 69
4.1. Introdução 69
4.2 Fundamentos teóricos e conceituais 70
4.3 Breve Contextualização da Política Partidária em Moçambique 71
4.4. Análise do Padrão Espacial de Voto em Eleições Locais 81
4.4.1. As eleições de 1998 81
4.4.2. As eleições de 2003 83
4.4.3. As eleições de 2008 89
4.4.4. As eleições de 2013 92
4.4.5. As eleições de 2018 98
4.4.6 Nível Regional (Norte, Centro e Sul do País entre 1998-2018) 103
4.4.6.1 Região Norte 103
4.4.6.2 Região Centro 104
4.4.6.3 Região Sul 105
4.4.7 Nível Nacional entre 1998-2018 106
Capítulo V 109
5. O Voto e Algumas Variáveis Intervenientes no Processo 109
5.1. Introdução 109

5.2 Teste de Hipóteses 110

5.2.1. Efeito do sistema de partido dominante 110

5.2.2 O efeito da economia, da etnicidade e da participação eleitoral 120

Capítulo VI 137

6. Conclusões e Pistas de Investigação 137

6.1. Conclusões e implicações da tese 137

Limites da pesquisa 144

Pistas de investigação futura 145

Referências Bibliográficas 147

Fontes 173

Anexos 176

Índice de Tabelas

Tabela 1. Eleições Locais em Moçambique 47

Tabela 2. Composição da Comissão Nacional de Eleições 59

Tabela 3. Matriz de Correlações das Variáveis em Estudo (Frelimo) 123

Tabela 4. Resumo do Modelo de Regressão Múltipla 124

Tabela 5. Coeficientes do Modelo de Regressão Múltipla Estimado 125

Tabela 6. Matriz de Correlações das Variáveis em Estudo (Renamo) 127

Tabela 7. Resumo do Modelo de Regressão Múltipla 128

Tabela 8. Coeficientes do Modelo de Regressão Múltipla Estimado 129

Tabela 9. Matriz de Correlações das Variáveis em Estudo (MDM) 132

Tabela 10. Resumo do Modelo de Regressão Múltipla 133

Tabela 11. Coeficientes do Modelo de Regressão Múltipla Estimado 134

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Participação eleitoral nas eleições locais 49
Gráfico 2. Mandatos obtidos pela Frelimo em 1998 83
Gráfico 3. Mandatos obtidos pela Frelimo e Renamo em 2003 84
Gráfico 4. Mandatos obtidos pela Frelimo e Renamo em 2008 89
Gráfico 5. Mandatos obtidos pela Frelimo e MDM em 2013 93
Gráfico 6. Mandatos obtidos pela Frelimo, Renamo e MDM em 2018 99
Gráfico 7. Padrão de voto da região norte 103
Gráfico 8. Padrão de voto da região centro 104
Gráfico 9. Padrão de voto da região sul 105
Gráfico 10. Agregação dos resultados das cinco eleições locais 106

Glossário de Siglas

AGP - Acordo Geral de Paz

AFRIMAP - Africa Governance Monitoring and Advocacy Project

BafD - Banco Africano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CNE - Comissão Nacional de Eleições

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GDB - Grupo para a Democracia na Beira

IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos

MANU - Mozambican African National Union

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG - Organizações não-governamentais

OSISA - Open Society Initiative for Southern Africa

PCN - Partido de Coligação Nacional

PIMO – Partido Independente de Moçambique

PDD - Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

PPI - Plano Prospetivo Indicativo

PRE - Programa de Reabilitação Económica

RDA - República Democrática Alemã

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RENAMO-UE – RENAMO União Eleitoral

STAE - Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

STV – SOICO Televisão

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Nacional de Moçambique Independente

Capítulo I

1. Introdução

O presente capítulo procura explicar os aspetos fundamentais que norteiam a pesquisa. Através de quatro seções, é apresentada uma visão geral sobre a pesquisa, começando pelo contexto, os objetivos da pesquisa, as questões-chave e hipóteses, terminando com os aspetos teóricos e metodológicos bem como a relevância do estudo das eleições locais. A tese em presença constitui um esforço de um trabalho de caráter longitudinal cuja intenção é de trazer à ribalta resultados sobre o padrão espacial de voto das eleições locais em Moçambique.

1.1.Contexto da pesquisa

Em África o debate sobre a democracia e eleições tem o seu alicerce no longínquo processo de conquista das independências a partir dos finais dos anos 1950 e início dos anos 1960, seguido pelas reformas político-económicas nos finais dos anos 1980, traduzindo assim, sob ponto de vista teórico de Ciência Política o maior avanço que os países africanos registaram na sua história. Trata-se de um período marcado por grandes transformações políticas que culminaram na transição de regimes autoritários para regimes democráticos (Carothers, 2002; Huntington, 1994; Joseph, 1997; Munck, 1994; Rustow, 1970).

Os pilares da democracia foram sendo instalados num contexto de Estado de tradição centralista, com legado colonial e de monopartidarismo (Chabal & Daloz, 1999; Forquilha, 2007; Hyden, 1980; Otayek, 2007). De acordo com Machili (1995) a política centralista do Estado que vigorou no continente foi entendida como uma expressão de consenso e da unidade nacional, isto é, um postulado da maioria dos regimes políticos que, entre outros aspetos, se caraterizava por uma necessidade de estabilidade dos regimes políticos e coesão interna do poder executivo.

Durante o monopartidarismo vários países organizaram eleições ao nível nacional[1] e na generalidade dos países as eleições locais foram implementadas bem mais tarde, em alguns casos só depois da transição (v. https://africanelections.tripod.com/).

Em Moçambique, o estudo de caso central desta tese, a própria democracia enquanto sistema de governo baseado na pluralidade de ideias políticas consubstanciada na existência de vários partidos políticos empenhados na competição pela alternância no exercício político, por via de sufrágio universal, direto, secreto e periódico, é um processo relativamente recente (Mucanheia, s/d, p.13). Recente ainda é o processo de autarcização que marca o culminar da primeira fase de um processo de descentralização em Moçambique (Manning, 2002, p.76).

No pós-independência e como resultado das políticas de cariz marxista-leninista adotadas pelo governo da Frelimo assistiu-se à uma rutura e desmantelamento das estruturas herdadas da era colonial para um novo modelo de gestão do aparelho do Estado (Brito, 2019a; Dinerman, 2006).

As antigas divisões administrativas coloniais foram enquadradas no novo quadro do aparelho do Estado, através das estruturas administrativas e políticas das aldeias – as localidades, os círculos e células. As aldeias mais importantes dispunham de um administrador de localidade, de uma célula do partido, de milícias, de tribunal e Assembleia do Povo e de secções da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) (Geffray, 1991, p. 21).

Os cidadãos participavam ativamente nas discussões sobre problemas locais, no trabalho voluntário, na eleição dos deputados das então assembleias de localidade e de distrito. As eleições eram públicas e as qualidades das pessoas propostas para ocuparem os postos de deputados dos dois escalões de assembleias eram analisadas publicamente no decurso dos comícios populares orientados pelos chefes de postos administrativos e administradores distritais respetivamente (Kulipossa, 2010, p.4). De certo modo, a participação possível acontecia dentro dos confins do Estado e/ou partido Frelimo.

[1] As eleições em referência não eram democráticas, uma vez que concorriam apenas listas do partido do regime.

Todavia, dois anos depois que Moçambique conquistou a independência eclodiu um conflito armado perpetrado pela Renamo contra o governo da Frelimo e que influenciou bastante o curso dos acontecimentos do país.

Várias rondas negociais tiveram lugar com vista a colocar fim o conflito, tendo as partes finalmente assinado o Acordo Geral de Paz em 1992, em Roma, com a ajuda da comunidade de Santo Egídio (Della Rocca; 2012; Rupiya, 1998; Zuppi, 1995). O Acordo Geral de Paz abriu espaço para uma nova era, ao estabelecer mecanismos que conduziram o país à convivência pacífica entre os atores, à realização de eleições multipartidárias e o reforço do debate sobre a descentralização iniciado com a Constituição da República de 1990 (Darch, 2018; Sanches, 2018).

Com as eleições realizadas em 1994 num ambiente de paz e ganhas pela Frelimo e seu candidato Joaquim Chissano (desenvolvemos mais adiante este ponto), resultou um parlamento multipartidário onde integrou três partidos políticos nomeadamente a Frelimo, a Renamo e a União Democrática.

Em 1994 o parlamento aprovou a Lei nº 3/94 que estruturava o país com 128 distritos municipais rurais e 23 distritos municipais urbanos, mas depois mereceu uma revisão devido à sua incongruência, particularmente, na articulação entre a representação local do Estado e os órgãos locais legitimados através do voto. A inconformidade seria ultrapassada com a introdução de princípios e disposições na Constituição da República sobre os órgãos locais, através da Lei n°9/96.

Perante a necessidade que se impunha do país efetivar o processo de descentralização, em 1997 o parlamento aprovou diplomas legais que criaram as condições para a realização das primeiras eleições locais[2].

[2] Os referidos diplomas denominados por pacote autárquico integravam a Lei n° 2/97, de 18 de Fevereiro, sobre o quadro jurídico para implantação das autarquias locais; Lei n° 4/97, de 28 de Maio que criou a Comissão Nacional de Eleições; Lei n° 5/97, de 28 de Maio que institucionalizou o recenseamento eleitoral sistemático para a realização de eleições e referendos; Lei n° 6/97, de 28 de Maio que estabeleceu o quadro jurídico-legal para a realização das eleições dos órgãos das autarquias, e das Leis n°7/97, de 31 de Maio que estabelece o regime jurídico da tutela administrativa do Estado a que estão sujeitas as autarquias locais; Lei n°8/97, de 31 de Maio que define as normas especiais que regem a

A descentralização foi o mecanismo institucional encontrado para o reforço do processo de democratização e de uma governação participativa (Forquilha, 2009), considerado de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e a modernização política (Faria & Chichava, 1999), para o progresso e justiça social (Canhanga, 2009), na criação das bases para o desenvolvimento sustentável (Guambe, 1998), e foi vista como reforço da democratização política e de abertura a uma futura partilha do poder (Soiri, 1999).

Acresce que, com o processo da descentralização e por conseguinte a realização de eleições locais[3], a competição político-partidária a nível local ganhou outra dinâmica e propiciou a alternância do poder nos espaços municipalizados (Nuvunga, 2013; Rosário, 2015), ou seja, abriu oportunidades para uma melhor participação nos assuntos sociopolíticos e socioeconómicos ao nível local (Guambe & Weimer, 1999).

Não obstante estes ganhos verificados, a descentralização moçambicana ficou comprometida pela sua natureza bifurcada ou assimétrica, com a tendência centralizadora de um Estado de partido dominante que dita uma abordagem gradual à descentralização, centrando-se na devolução aos municípios e desconcentração aos distritos (Reaud & Weimer, 2014, p.137).

Esta realidade além de comprometer a descentralização, pelo facto da autonomia subnacional permanecer bastante restrita por causa do controlo exercido pelas autoridades estatais e pelo partido político dominante (Wunsch, 2014, p.2), também coloca desafios à própria sustentabilidade do poder local.

Por isso, analisar às eleições locais moçambicanas, o marco inicial da descentralização, é fundamental. Como sabemos, os estudos sobre eleições em geral focam-se mais no nível nacional, por serem as eleições de primeira ordem. Isto também é verdade em África, sobretudo, devido à herança de um estado forte e centralizado,

---

organização e o funcionamento do Município de Maputo; Lei n°9/97, de 31 de Maio que cria municípios de cidades e vilas em algumas circunscrições territoriais; Lei n°11/97, de 31 de Maio que define e estabelece o regime jurídico-legal das finanças e do património das autarquias.

[3] As eleições locais que esta tese analisa são as "autárquicas" que tomaram lugar a partir de 1998, fruto do processo de descentralização política.

com fraca penetração territorial. A presença de instituições personalizadas – presidentes fortes – faz com que as eleições nacionais e/ou presidenciais sejam muito importantes. Só na década de 90 para não dizer nos anos 2000 em alguns casos é que os processos de descentralização arrancaram, e eleições locais foram realizadas pela primeira vez (Bleck & Van de Walle, 2018; Bratton & Van de Walle, 1997; Bratton, 1998).

1.2.Objeto de pesquisa: objetivos e pergunta de partida

Na presente investigação procuramos responder as seguintes perguntas: qual é o padrão de voto a nível autárquico e que fatores concorrem para as variações que apresenta?

Para uma análise mais precisa, pretende-se investigar o comportamento eleitoral ao nível agregado. Sendo uma democracia com sistema de partido dominante (Bogaards & Boucek, 2010; Giliomee & Simkins, 1999; Kuenzi & Lambright, 2001; Sanches, 2010, 2015; Sartori, 1982; Walle & Butler, 1999) em que o partido que assumiu o governo no momento da independência e que liderou o processo de transição para a democracia continua no poder e tem sido o mais votado, pretendemos perceber se o padrão de domínio observado nas eleições nacionais também se evidencia ao nível autárquico. Se sim, em que províncias é mais ou menos evidente? e que fatores explicam essas diferenças?

Refira-se que o partido Frelimo sempre obteve a maioria dos votos e dos assentos na Assembleia da República desde as primeiras eleições legislativas, conquistou sempre mais votos nas eleições presidenciais, e tem conhecido uma continuidade política no que concerne a governação nacional. Por isso, a questão apresentada afigura-se relevante na medida em que contribui para a literatura sobre eleições em África e do comportamento eleitoral ao nível subnacional.

Com relação às eleições nacionais em África, diversos estudos debruçaram-se acerca e, parte destes estudos, os pesquisadores analisaram o comportamento eleitoral com base na etnia, vínculos pessoais e clientelismo, participação eleitoral, economia ou desempenho do governo. Outros, procuraram avaliar os resultados eleitorais e a

qualidade das eleições (Bleck & Van de Walle, 2018; Bratton & Van de Walle, 1997; Braton et al., 2012; Erdmann; 2007; Kuenzi & Lambright, 2001; Lindberg, 2006; Lindberg & Morrison, 2007; Mozzafar et al.; 2003; Posner, 2005; Norris & Mattes, 2003; Scarritt & Mozzafar, 1999).

Em Moçambique alguns estudos foram conduzidos sobre eleições nacionais (v. Brito, 1995, 2008; Brito et al., 2005; Brito et al., 2015; chichava, 2007; Matsimbe, 2017; Nuvunga, 2013; Pereira, 2008).

Por exemplo, recorrendo aos resultados ao nível províncial e distrital das eleições nacionais de 1994, Brito (1995) mostrou que cada um dos grandes partidos políticos dispunham de "santuários" nas regiões onde obtiveram mais de 75% dos votos. Para a Frelimo trata-se dos quatro círculos eleitorais do Sul onde integram as províncias de Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza e Inhambane, e nas duas províncias do extremo norte nomeadamente Niassa e Cabo Delgado. No caso da Renamo, os seus santuários eram as regiões Centro e Centro-Norte onde integram as províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula. O voto favorável a Frelimo no Sul resultaria pelo facto da maioria dos principais dirigentes históricos e numerosos quadros do partido serem oriundos desta região, e a aposta no Niassa e Cabo Delgado por constituírem as zonas onde se desenvolveu a luta pela independência. Em contrapartida, as regiões favoráveis a Renamo no centro do país resultaria pelo sentimento de marginalização das suas elites por parte da Frelimo (Brito, 1995, pp.489-490).

Outra pesquisa desenvolvida por Brito, et al. (2015) analisou o final da campanha e início da votação das eleições gerais de 2014 em dois distritos: Manjacaze, situado na província de Gaza, no sul do país, e historicamente conhecido pela hegemonia total da Frelimo, e Murrupula, situado na província de Nampula, no norte do país, onde se tem registado tradicionalmente um maior equilíbrio entre a votação da Frelimo e Renamo.

Para os autores, a história da luta de libertação e a guerra civil marcam profundamente a orientação política das populações da província de Gaza. Uma boa parte da população viveu, e não pode esquecer, os momentos particularmente difíceis de um conflito armado que naquela região foi caraterizada por uma violência extrema, protagonizada essencialmente pelas forças da guerrilha da Renamo. Essa memória, que

vai sendo transmitida às novas gerações, alimenta um ambiente social particularmente adverso, não só a implantação da Renamo, mas também, por extensão, de outros partidos da oposição (Brito et al., 2015, p.3).

Por seu turno, os estudos desenvolvidos em Moçambique sobre eleições locais apresentam uma escala menor. Os trabalhos disponíveis fizeram análises micro, ou seja, raramente são desenvolvidos estudos amplos que procuram explorar os padrões de voto ao nível agregado. Esta realidade sobre o número reduzido de trabalhos que versam sobre eleições locais com particular enfoque para o padrão espacial de votos, coloca este estudo como pioneiro sob ponto de vista de uma abordagem abrangente e de caráter longitudinal.

As eleições locais constituem uma ferramenta importante em governos democráticos, ao alargar espaço de participação política para esferas subnacionais de governação e promover maior incentivo para a resolução dos problemas que apoquentam as comunidades, dada a proximidade existente entre os eleitores e os órgãos eleitos.

Face a este enquadramento, o objeto de pesquisa desta tese são as eleições locais ocorridas em 1998, 2003, 2008, 2013 e 2018. A análise como se refere adiante será feita ao nível agregado, e permite detetar determinantes ecológicos de variação do voto.

Os nossos objectivos são: i) analisar os padrões de votação das eleições locais em Moçambique ao longo do tempo, e ii) identificar os fatores explicativos dos padrões observados.

Assim, o argumento da tese é de que existem variações por municípios ao longo do tempo, contemplando cinco eleições e fatores diferenciados que concorrem para o apoio ou não do partido Frelimo nas eleições locais.

1.3.Metodologia

Tal como referimos anteriormente, nesta investigação pretendemos analisar os padrões de votação das eleições locais em Moçambique ao longo do tempo e identificar os fatores explicativos dos padrões observados. A investigação aqui desenvolvida toma em conta cinco observações referentes às eleições locais ocorridas em 1998, 2003, 2008, 2013 e 2018, e contempla métodos e técnicas de análise de dados quantitativos, embora se faça uso ligeiro de informação do material de imprensa para enriquecer a análise.

O caso de Moçambique, como se abordou anteriormente, é fundamental na compreensão do padrão de apoio ao partido dominante ao nível local, no contexto de uma democracia híbrida. Neste sentido, é um caso que pode lançar luz sobre outros países com caraterísticas semelhantes em termos do formato do sistema partidário e do desempenho da democracia (Tanzânia, Burkina Faso, Namíbia, Benin, Zâmbia).

Em Moçambique foram realizadas cinco eleições locais (1998, 2003, 2008, 2013 e 2018) e um número específico de cidades, vilas, sedes distritais e localidades são à luz da lei, e de forma gradual elegíveis a categoria de municípios e participam das eleições para a escolha do Presidente do Município e os membros da Assembleia Municipal.

Estas eleições realizadas com base no sistema de representação proporcional, deram oportunidade aos moçambicanos de participar na escolha dos representantes para órgãos de poder local, mas também de seleção de candidatos para as listas dos partidos, processo que vem sendo acompanhado com o crescente aumento do número de municípios que cresceu de 33 para 65.

Além da afirmação de novos partidos na política subnacional, nomeadamente nos círculos urbanos, também criou uma rutura em relação aos mecanismos da participação política engendrados desde o período da independência nacional, que se resumiam na participação em comícios promovidos por formações políticas, nas eleições internas ao nível de partidos políticos e nas eleições gerais (Ivala, 2000).

Portanto, a escolha de 1998 a 2018 justifica-se por abranger um período considerável para uma análise que se quer longitudinal.

Não menos importante, o caso específico do ano de 2018, sem, contudo, excluir as eleições anteriores, sublinhamos o facto de o país ter passado a contar de um novo quadro jurídico de descentralização que alterou o xadrez político-institucional para a realização das eleições locais. Trata-se da introdução de novas regras de jogo democrático e de competição eleitoral.

Com a revisão constitucional e com a nova lei eleitoral, o Presidente do Conselho Autárquico passou a ser o Cabeça de Lista dos candidatos do partido, coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores que receber apoio dos munícipes nas eleições para a Assembleia Autárquica. O outro pressuposto relevante nesta reforma constitucional foi a dissolução da "segunda volta" em caso de a lista do partido, coligação de partidos ou grupo político não obtiver uma maioria absoluta na eleição, colocando deste modo extemporâneas as 'eleições intercalares', em casos de ocorrência de algum impedimento definitivo.

Como forma de responder à questão levantada e estabelecer hipóteses o estudo procede em duas etapas. Primeiro utilizam-se dados eleitorais agregados para medir a opção de voto dos eleitores nos municípios. Esta é uma abordagem bastante antiga e difundida na área de estudos do comportamento eleitoral e tem conhecido avanços recentes nas últimas décadas (Anselin & Cho, 2002; Cho, 1998; Freire, 2007; Herron & Shotts, 2003; King, 1997, 1999, 2000; King et al., 2004; Langbein & Lichtman, 1978).

Segundo Freire (2007) os dados agregados resultam da agregação de caraterísticas e comportamentos individuais ao nível de unidades espaciais (p.329). Onde a pesquisa ou outros meios de coleta de dados em nível individual são inviáveis, a inferência ecológica é a melhor e muitas vezes a única esperança de progredir. Trata-se do processo de extrair pistas sobre o comportamento individual a partir de informações relatadas em grupo ou ao nível agregado (King et al., 2004, p.1).

Esta tentativa de inferir o comportamento individual a partir de dados agregados tem recebido algumas críticas no seio dos pesquisadores. O fenómeno é denominado por falácia ecológica, uma preocupação particular ao interpretar resultados de estudos ecológicos (Sedgwick, 2015, p.1). Tal como sustenta Robinson (1950) a falácia

ecológica é cometida sempre que um investigador assume acriticamente uma identidade entre coeficientes de nível agregado e individual.

Matsimbe (2018) por exemplo, refere que estudos baseados em dados agregados também pecam por ignorar dinâmicas locais ou fatores regionais, os quais podem influenciar grandemente a estratégia de votos eleitorais.

Uma análise similar foi feita por Aguiar (1994) ao demonstrar que as significativas diferenciações regionais são uma indicação de que as observações dos resultados eleitorais que sejam feitas com base em resultados nacionais gerais são muito insuficientes, ou seja, os estudos que fazem generalizações a partir de dados nacionais não permitem captar particularidades subnacionais (Bohn & Paiva, 2009, p.180).

Assumindo as incertezas e as informações perdidas na agregação (King et al., 2004), mesmo assim a nossa pesquisa considera necessária o recurso aos dados agregados devido as dificuldades encaradas na recolha de alguns dados empíricos ao nível municipal.

Num segundo momento procuramos testar um conjunto de hipóteses para a variação encontrada. A primeira hipótese - (H1) a vitória da Frelimo em eleições locais reflete a sua condição de partido dominante - é testada de forma qualitativa e interpretativa ao longo do tempo, procurando identificar os mecanismos que condicionam a competição eleitoral em sistemas de partidos dominante.

As hipóteses seguintes sugerem que a distribuição espacial de voto ao nível autárquico é explicada por fatores como (H2) economia, (H3) etnicidade e (H4) participação eleitoral. Estas hipóteses são testadas empiricamente, mas apenas no contexto das eleições de 2018 já que não foi possível recolher dados empíricos ao nível municipal para os anos anteriores, conforme nos referimos acima.

Para efeitos de análise empírica exploram-se apenas os três partidos com a maior implantação no território nacional – Frelimo, Renamo e MDM, por serem os partidos com maior representatividade nos municípios, fruto dos resultados eleitorais obtidos nas eleições locais, ao longo do tempo.

1.4.A Pertinência da Pesquisa

Diversos autores têm discutido a necessidade do estudo da política local, por compreenderem que a democracia só pode se estabelecer num país onde as instituições do governo local são fortalecidas e, onde os cidadãos podem exercer algum controlo sobre as questões locais e expressar suas escolhas (Marschall et al., 2001; Mawhood & Davey, 1980; Wunsch & Olowu, 1990, 1996).

O objeto desta tese são eleições locais. Diversas razões colocam as eleições locais na centralidade desta Tese. A primeira advém do facto de serem pouco exploradas pela Ciência Política internacional, nomeadamente no contexto moçambicano. Os trabalhos empíricos em Moçambique que se debruçam sobre as eleições locais apresentam uma escala menor e sobretudo com poucos casos, comparativamente com as eleições nacionais. Em contextos diferentes do caso em estudo, parece existir uma realidade similar (v. Freire & Magalhães, 2012).

A segunda tem que ver com o facto de mesmo em sistemas de partidos dominantes, o grau de apoio ao partido dominante não é idêntico pelo que interessa perceber em que regiões há mais ou menos apoio. A terceira razão que reputamos relevante prende-se com o facto de Moçambique ter um passado de guerra civil que provocou importantes divisões territoriais que chamam atenção para a necessidade de se observarem padrões geográficos de voto.

Estudar as eleições locais é pertinente para compreender as dinâmicas de funcionamento do Estado africano, que como argumentamos acima é um Estado ainda bastante centralizado e com pouca devolução de poder do centro para as estruturas locais. Em alguns casos como o de Moçambique o Estado é também bastante partidarizado.

O estudo das eleições locais ajuda-nos ainda a perceber a lógica e dinâmica dos processos locais, tendo em conta que os níveis inferiores de governo (municípios, etc.) estão mais próximos da população e constituem esferas mais apropriadas para encorajar a participação (Campbell, 2003; Goldfrank, 2005; Peterson, 1997).

Além disso, o estudo das eleições locais fornece-nos a dimensão real e o pulsar da democraticidade ao nível das unidades espaciais, sobretudo, nos municípios.

A experiência internacional sugere que o objetivo de uma maior participação dos eleitores na seleção do pessoal político é muitas vezes mais importante no nível local do que no nível nacional, principalmente por dois motivos: em primeiro lugar, as eleições realizadas implica que o eleitor está mais familiarizado com os problemas políticos e as possíveis soluções para os assuntos públicos; em segundo lugar, as caraterísticas do candidato como pessoa conhecida podem ter maior influência no comportamento eleitoral dos eleitores do que nas eleições nacionais (Hartmann, 2004, pp.233-234).

Guambe (1998) mostra que cidadãos que foram obrigados a aceitar ou que estão habituados a pensar que todos os seus problemas serão resolvidos pelo Estado, passarão a ter nas suas mãos instrumentos para o fazer por si próprios. Os quadros políticos antigos terão de reconverter a sua atuação de modo a captarem a confiança dos eleitores. Novos talentos políticos aparecerão em cada comunidade. As decisões políticas deixarão de parecer algo de longínquo e imposto sem discussão e terão a sua origem dentro da própria comunidade. O Estado passará a ficar protegido e desonerado de todas as pequenas decisões que até aqui, por mais ínfimas que fossem, eram da sua responsabilidade. Com isso diminuirá o risco de desprestígio resultante de decisões desgarradas, inoportunas e tardias (Guambe, 1998, p.30).

Assim, esta tese oferece as seguintes contribuições: *i)* fornecer uma análise mais abrangente sobre as eleições locais em Moçambique focando no padrão de voto e nas mudanças eleitorais ocorridas; *ii)* em segundo lugar, contribuir para a crescente literatura sobre o comportamento eleitoral em África, provando a relevância do estudo da política ao nível subnacional.

Estrutura da Tese

Esta tese desenvolve-se ao longo de VI capítulos. Assim para além do capítulo I, que introduziu as questões, objetivos e metodologia da tese, teremos mais V capítulos.

O capítulo II, parte de uma vasta literatura sobre eleições e democracia para apresentar as linhas basilares que estruturam o debate sobre o comportamento eleitoral. De seguida, apresenta-se o contexto das eleições em África: entre a fase final do colonialismo e a instalação de regimes de partido único; eleições e liberalização política em África; eleições locais em África e o comportamento eleitoral em África.

O objetivo principal do capítulo é de procurar saber o que foi ou não feito sobre as nossas questões de pesquisa (quais são os padrões de votação nas eleições locais e que fatores explicam esses padrões), e para encontrarmos pistas para a nossa própria pesquisa.

O capítulo III é reservado ao enquadramento do processo de decentralização e das reformas político-administrativas levadas a cabo para a realização das primeiras eleições gerais e a instauração da autarcização no país. Ainda neste capítulo, são analisadas as fases da descentralização em África; a descentralização, poder local e eleições; eleições locais entre 1998 e 2018; processos eleitorais e dinâmicas intra e inter-partidárias, bem como o percurso e desafios da democracia e governação local.

O capítulo IV aborda os padrões de votação das eleições locais moçambicanas. Sendo uma análise que abarca apenas três formações políticas (Frelimo, Renamo e MDM), começa-se com a descrição da história destes partidos políticos (origem e evolução) e de seguida, apresenta-se graficamente o padrão espacial de voto nas eleições locais. Identifica-se um padrão congruente com a (H1), notabilizando-se a Frelimo com um forte domínio nas eleições locais.

No capítulo V analisa-se a votação e algumas variáveis intervenientes no processo. O objetivo é testar 4 hipóteses, nomedamente, a influência do sistema de partido dominante (H1), da economia (H2), da etnicidade (H3) e da participação

eleitoral (H4) na votação dos partidos em eleições locais. Os resultados confirmam as nossas expetativas na (H1) e refutam as restantes hipóteses.

No capítulo VI apresentam-se as conclusões do trabalho e as pistas de investigação. Por último, as referências bibliográficas, fontes e os anexos. No cômputo geral, a tese constatou a existência de fortes evidências da influência do sistema de partido dominante na votação da Frelimo. Constatou ainda a infuência significativa da participação eleitoral na votação dos partidos políticos em eleições locais, em detrimento da economia e da etnicidade.

Capítulo II

2. Eleições, Democracia e Comportamento Eleitoral

2.1.Introdução

No capítulo anterior apresentamos o contexto que norteou a pesquisa, os objetivos da pesquisa, as questões-chave e hipóteses, os aspetos teóricos e metodológicos, a relevância do estudo das eleições locais e o papel que desempenham para o fortalecimento da democracia ao nível local. No que concerne ao papel das eleições locais, argumentamos que estas contribuem para alargar espaço de participação política para esferas subnacionais de governação.

A pesquisa levantou duas questões principais: quais são os padrões de votação em eleições locais e que fatores explicam os padrões observados. Assim, neste capítulo, a revisão da literatura tem como objetivos informar sobre o que sabemos acerca do comportamento eleitoral em geral e África em particular, e o que sabemos sobre o comportamento dos cidadãos em eleições locais. É com base nesta literatura que as nossas questões serão balizadas, procurando confrontar cada contributo teórico e sua relevância para a pesquisa.

2.2.Fundamentos teóricos e conceituais

Falar de eleições em democracias recentes como é o caso de Moçambique requer uma análise cuidadosa e criteriosa, sobretudo pela complexidade que carateriza o processo.

Em países pós-conflito como Moçambique, as eleições tornaram-se um fator importante na estabilização e democratização. No entanto, o risco de um retorno a guerra e de violência política é considerável. O processo eleitoral é uma combinação paradoxal entre guerra e paz, estabilidade e instabilidade.

Aliás, uma vasta literatura de Ciência Política tem demonstrado que países com passado colonial com envolvimento em guerras enfrentam maior dificuldade para levar

a cabo o processo de democratização, havendo uma tendência de recuo para autoritarismos e ditaduras (Ake, 1996; Chabal & Daloz, 1999; Schedler, 2006; Morse, 2019).

Nas sociedades contemporâneas o processo de legitimação dos processos democráticos assenta na realização de eleições para os órgãos de tomada de decisão e no exercício do poder político. São as eleições, segundo Lopes e Freire (2002) que permitem aos cidadãos o exercício de dois dos seus principais direitos em termos de cidadania política: a livre escolha dos seus representantes e o sufrágio das políticas públicas (p.3). Nesta perspetiva, compreende-se que as eleições assumem um papel crucial na configuração dos Estados e no funcionamento dos sistemas políticos.

As eleições continuam sendo fundamentais, não apenas para a instalação de governos democráticos, mas como requisito necessário para uma consolidação democrática mais ampla. A regularidade, abertura e aceitabilidade das eleições sinalizam se os fundamentos constitucionais, comportamentais e atitudinais básicos estão sendo estabelecidos para um regime democrático sustentável (Bratton, 1998).

Entretanto, é fundamental perceber que as eleições não são condição suficiente para a democracia, o que fica demonstrado pela prevalência de vários regimes híbridos, e mesmo autocráticos que apesar de conduzirem eleições não se democratizaram, ou apenas o fizeram parcialmente. Regimes híbridos e autocráticos estão disseminados um pouco por todo o globo mas têm particular incidência em África como se pode ver em vários projectos[4].

Aliás, Bogaards (2014) argumenta que não há uma tendência comum de democratização por meio de eleições no continente africano, mas sim uma variedade de padrões de estabilidade e mudança. O efeito das eleições no desenvolvimento da democracia está longe de ser claro, pois as eleições parecem fortalecer tanto os padrões democráticos quanto os autoritários.

[4] https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-02/FIW_2022_PDF_Booklet_Digital_Final_Web.pdf; https://v-dem.net/media/publications/dr_2022.pdf.

Refira-se que este debate é relevante porque precisamente Moçambique é um caso de um regime híbrido. Pelo que, analisar o comportamento eleitoral nestes contextos, implica considerar que existem fatores que influem no jogo democrático – desnível entre as forças políticas concorrentes, intimidação, desconfiança ou medo, entre outros aspetos que podem afetar não apenas a qualidade das eleições, mas também o comportamento dos eleitores.

2.3.Eleições em África

2.3.1. Eleições não democráticas: entre a fase final do colonialismo e a instalação de regimes de partido único

As eleições em África evoluíram consideravelmente desde o período colonial, quando apenas colonos europeus em alguns países podiam participar. As oportunidades eleitorais limitadas para os nativos que haviam sido introduzidas pelas potências coloniais na tentativa de minar e cooptar os movimentos nacionalistas entre 1946 e 1957 sofreram alterações (Golder & Wantchekon, 2004, p.14).

Na fase final do colonialismo vários países realizaram eleições como parte das negociações para a independência. Entre a primeira geração de chefes de Estado eleitos durante esta fase encontramos os presidentes Leopold Senghor do Senegal, Julius Nyerere da Tanzânia e Ahmadou Ahidjo dos Camarões. Normalmente estas eleições eram precedidas de uma proclamação em forma de estatuto emitido pelo poder colonial estabelecendo uma data e condições para a independência (Miezah, 2018, p.14).

Nesta fase as eleições foram essencialmente para o nível nacional e para eleger os primeiros representantes nacionais. Os líderes africanos da primeira geração tiveram a oportunidade de liderar o processo da construção do Estado pós-colonial. As eleições foram usadas na maioria dos casos para assegurar o poder das novas elites, que até antes da independência, em alguns casos, alcançaram uma posição de hegemonia, ou pelo menos para reivindicá-la (Collier, 1982).

No entanto, na altura das independências os regimes de partido único tornaram-se a norma em toda a África e as eleições resultaram numa concentração de poder político e numa representação política limitada (Golder & Wantchekon, 2004, p.15).

A administração eleitoral herdada do poder colonial era presa fácil de manipulação e, em muitos casos, do controlo direto dos regimes sucessores do domínio colonial que, em sua tentativa de manter o poder por todos os meios e de monopolizar o mercado político, não viam razão para desenvolver administrações eleitorais fortes e independentes que serviriam apenas para minar ou subverter seu impulso hegemônico. Desta forma, a administração eleitoral foi politizada (Jinadu, 1997, p.2).

A competição não era do interesse das novas elites e era visivelmente entendida como uma ameaça à estabilidade política, ao desenvolvimento e à unidade nacional. Alguns Estados sequer realizaram eleições multipartidárias antes de introduzir um sistema de partido único. Outros, como o Benim, o Burundi, o Congo, o Quénia, o Madagáscar, o Senegal, a Serra Leoa, a Somália, a Suazilândia e a Zâmbia, o fizeram, mas as eleições estavam normalmente muito abaixo dos padrões competitivos (Nohlen et al., 1999, pp.3-4).

O fundamento apresentado era da necessidade de estabelecimento de uma nação que se opusesse às forças de desagregação que resultariam da ação de organizações políticas de base tribal ou regional (Benot, 1981, p.2). O partido único colocava-se assim como uma entidade capaz de manter e fortalecer o sentido do Estado unitário das nações africanas independentes, cristalizando a consciência nacional e o sentimento de pertença.

No fundo, o partido único materializava a ideia de: um só pensamento; uma só ação; uma plataforma capaz de prescrever o nacionalismo como garante de unidade nacional (Campos, 2015, p.243). Exprimia, conforme destacado por Cabaço (1995) uma conceção nacionalista baseada no respeito pela diferença e na busca de denominadores comuns, mas com a convergência de todos na forma superior de identidade que nasce da experiência fundamental da libertação (Cabaço, 1995, pp.84-85).

Tal como nas eleições presidenciais, as primeiras eleições parlamentares sob o regime de partido único não permitiam qualquer forma de concorrência, com exceção da Tanzânia. Os círculos eleitorais ofereceram apenas o candidato oficial para as eleições, enquanto os grupos constituídos de vários membros tinham sua lista oficial à parte (Nohlen et al., 1999).

A Tanzânia foi o único país que os cidadãos votaram em um ou dois candidatos apresentados pelo partido no governo. Algo similar foi experimentado na Costa de Marfim, mas não teve notoriedade porque o plebiscito era o sistema que vigorava por toda África francófona, ou seja, as pessoas apareciam em massa para manifestar o seu apoio à lista de candidatos do partido do governo (Nohlen et al., 1999, p.6).

2.3.2 Eleições e liberalização política em África

A liberalização política em África remonta a década de 1990. Foi com o fim da Guerra Fria e o surgimento de movimentos de protestos domésticos que as reformas políticas tomaram lugar na maioria dos países africanos. Nasceram nesta altura movimentos pró-democracia em diversos Estados, tendo introduzido as eleições como o processo de legitimação do poder político e uma série de mudanças de regime (Adejumobi, 2000; Bratton & Van de Walle, 1997; Bratton, 1998; Lindberg, 2006; Tordoff, 2002).

Benin rapidamente estabeleceu um sistema democrático eleitoral, com amplos direitos políticos e civis. Seguiram outros Estados como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Mali, República do Congo e Madagáscar, onde os protestos populares conduziram às eleições democráticas e à saída de líderes autoritários. Noutros Estados, as mudanças influenciaram que regimes autoritários adotassem voluntariamente o pluralismo político, como é o caso do Quênia, Gana, Senegal e Moçambique (Bleck & Van de Walle, 2018, p.45).

A onda de democratização que varreu a África também foi sentida na Etiópia e na Somália, onde as forças de guerrilha derrubaram os desacreditados regimes militares de Mengistu Haile-Mariam e Siyad Barré, respectivamente, em 1991. Os líderes de muitos desses Estados eram relutantes em se converter ao pluralismo político, mas

tiveram que se curvar ao poder dos cidadãos, expresso em manifestações e por vezes violentas (Tordoff, 2002, p.197).

Estas mudanças permitiram que a maioria dos atores políticos instituíssem constituições multipartidárias para a gestão da competição política, a expansão e pluralização do espaço público, o aprofundamento das liberdades civis, a discussão aberta de estratégias de governação nacional e a emergência de atores não estatais (Adejumobi, 2000; Lindberg, 2006; Olukoshi, 2004).

Em contrapartida, as mudanças também foram acompanhadas mais tarde pelo aprofundamento das desigualdades socioeconómicas, a estagnação das economias nacionais e a contínua incapacidade do Estado como instituição pública. As eleições tornaram-se instituições políticas abertas para manipulações visando manter alguns líderes no poder, exacerbaram conflitos étnicos e criaram problemas de inclusão (Milam & Jones, 2011; Reynolds, 2009).

Passados 30 anos desde que as eleições multipartidárias se tornaram rotina na África Subsaariana, a realidade atual mostra uma regressão dos países. Não houve melhorias significativas na qualidade da democracia, verificando-se a permanência de regimes autoritários e híbridos, com a excepção de alguns países que apresentam níveis estáveis como Botsuana, Gana, Senegal, Cabo Verde e Ilhas Maurícias (Bleck & Van de Walle, 2018; Freedom House, 2002; Sanches et al., 2019).

Nalguns países os regimes incumbentes aproveitam a vantagem embutida no poder executivo e agem de maneira totalmente contrária aos procedimentos e ao espírito da democracia. Mesmo quando as eleições são relativamente livres e justas, a maioria dos sistemas políticos africanos continua a ser caracterizada por abusos de poder e desrespeito pelos direitos políticos dos cidadãos (Bleck & Van de Walle, 2018, p.5).

Entre outras fragilidades apontadas pelos autores incluem a obstrução do trabalho de partidos da oposição, a intimidação de eleitores, a compra de votos, a fraude, a repressão e violência política como umas das carateristicas das eleições em vários países africanos (Burchard; 2015; Collier & Vicente, 2012; Hyden, 2013; Sá & Sanches, 2021; Schubert; 2013).

Por isso, a literatura que se tem debruçado sobre o processo eleitoral em África destaca o caráter problemático e controverso desde a chegada da terceira onda de democratização (Bratton & Posner, 1999; Chauvet & Collier, 2009; Cowen & Laakso, 2002; Huntington, 1994; Salih, 2003; Young, 1998).

2.4 O que sabemos sobre as Eleições Locais em África?

A organização de eleições locais em África começou a ser discutida a partir dos processos de transição política iniciados na década de 1990 (Cheema & Rondinelli, 2007; Olowu, 2003; Olowu & Wunsch, 2004). Os governos africanos herdaram um sistema do qual os governos locais eram ferramentas de gestão administrativa. A política colonial tinha estabelecido uma infraestrutura para o Estado central continuar a administrar os assuntos locais e rurais (Therkildsen, 1993).

Esta realidade mudou com o processo das independências de alguns países africanos, mas sobretudo com o aprofundamento de reformas de descentralização. Na realidade, é com a onda mais recente de democratização na África subsaariana que um novo interesse em conselhos locais eleitos apareceu (Hartmann, 2004; Jaiantilal et al., 2011).

Aliás, a possibilidade de adoção de decisões adaptadas ao contexto local e a um nível mais próximo dos cidadãos, colocou os governos locais como os melhores posicionados na identificação das necessidades concretas dos cidadãos do que os governos centrais (Manor, 1999). Por isso, as eleições locais constituíram o espaço para a prática coletiva da cidadania e onde se solidifica a cultura da participação local (Olowu, 2003).

A maioria dos países da África Austral tem um único nível de autoridades subnacionais eleitas. Apenas dois dos países da África Austral, Namíbia e África do Sul, têm eleições populares para representantes a nível local e regional (Hartmann, 2004, p.227).

As autoridades locais urbanas concedem mais poder e responsabilidade que as rurais. Botswana, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe

seguem este modelo, sendo as autoridades rurais chamadas distritos e as urbanas de cidades e vilas (e em alguns casos municípios). Existem diferenças importantes na constituição do sistema eleitoral. No Botswana, no Malawi, na Tanzânia, na Zâmbia e no Zimbabwe, os conselhos distritais (rurais) e urbanos são ambos eleitos diretamente. Cidadãos que vivem sob a jurisdição de cidades e vilas elegem seus vereadores urbanos e a população que vive nas áreas rurais elege seus conselheiros distritais. As mesmas regras eleitorais aplicam-se para ambos os tipos de autoridades, com à exceção do Zimbabwe, os conselhos distritais e urbanos são determinados numa única eleição local realizada sobre a totalidade do território nacional. Em Moçambique e no Lesotho, apenas as áreas urbanas têm conselhos eleitos e, até agora, as eleições foram realizadas apenas em municípios selecionados (Hartmann, 2004, p.227-228).

Por exemplo, os municípios formam o terceiro e mais local nível de governo da África do Sul. As primeiras eleições locais na África do Sul ocorreram em 1995 após as eleições nacionais bem-sucedidas em 1994. Após as eleições locais de 2006 é que os políticos e eleitores começaram a dar muita relevância aos governos locais eleitos, dada a importância estratégica que algumas cidades apresentavam (Russon, 2011).

Ao nível dos PALOP, São Tomé e Príncipe tem eleições para o nível local e regional. Cabo Verde realizou as primeiras eleições autárquicas nos finais dos anos 1991 e as últimas em 2020. Angola e Guiné-Bissau ainda não realizaram eleições locais. Contudo, Angola já tem uma parte da legislação para a implantação dos conselhos locais eleitos. Em contrapartida, Moçambique já conta com cinco eleições autárquicas e em 2023 realiza as sextas eleições.

2.5 Comportamento Eleitoral em África

Os estudos sobre o comportamento eleitoral têm forte tradição na Ciência Política (Almond & Verba, 1963; Andersen & Heath, 2000; Campbell et al., 1960; Franklin et al., 1992; Freire, 2001; Gaxie, 1985; Lindberg & Morrison, 2005, 2007; Lipset & Rokkan, 1967; Mayer & Perrineau, 1992; Norris, 1998; Thomassen, 1994).

Vários pesquisadores estudam os fatores que determinam a votação e as preferências partidárias entre os grupos de eleitores baseando-se, por exemplo, na economia ou em níveis de renda (Freire & Lobo, 2005; Lewis-Beck & Lobo, 2017), gênero (Baum & Espírito-Santo, 2007; Campbell, 2017), idade (Dassonneville, 2017), classe social (Evans, 2017; Lijphart, 1971), religião (Calvo et al., 2007; Elff & Roßteutscher, 2017), raça e etnia (Anwar, 1994; Sobolewska, 2017), clivagens (Lipset & Rokkan, 1967; Scarbrough & Knutsen, 1995).

Outros estudos analisam os efeitos contextuais, o aumento da polarização política, a educação, os sistemas eleitorais, redes pessoais de influência e a configuração territorial de apoio partidário como fatores-chave que influenciam a decisão de voto (Campbell et al., 1960; Lipset & Rokkan, 1967; Mayer & Perrineau, 1992).

Esta longa tradição de estudo de comportamento eleitoral tem raízes sólidas nas democracias ocidentais, tendo sido difundida não só na Ciência Política, mas também noutras áreas de saber como da Psicologia, Sociologia e Matemática, através de diversos modelos e métodos.

Na Ciência Política de expressão portuguesa, vale a pena citar o trabalho de Freire (2001) sobre os Modelos de Comportamento Eleitoral que estruturou quatro tipologias de análise: *i)* o modelo sociológico do voto, *ii)* o modelo psicossociológico do voto, *iii)* as teorias da escolha racional e o modelo económico do voto, e *iv)* as teorias sobre as novas clivagens.

A abordagem sociológica oriunda do trabalho pioneiro de Lazarsfeld, et al. (1944), da Universidade de Columbia, através do trabalho académico The People's Choice, dá primazia as caraterísticas sociais dos indivíduos e nos contextos sociais nos

quais se desenrola a sua ação enquanto fatores explicativos das formas como os cidadãos se relacionam com os sistemas partidários (Freire, 2001, pp.9-10).

Trata-se de uma abordagem que se baseia na suposição de que os eleitores que pertencem a um determinado grupo, apoiam determinados partidos, primeiro, porque se identificam com esse grupo, e, segundo, porque esse grupo é representado de alguma forma por um determinado partido ou existe uma aliança entre o grupo e o partido (Andersen & Heath, 2000; Berelson et al., 1954).

Assim, o fator estabilizador dos sistemas partidários é o forte impacto das características sociais do voto. Ou seja, as características sociais determinam as preferências políticas (Harrop & Miller, 1987; Lazarsfeld et al., 1944; Thomassen, 1994; von Schoultz, 2017).

É esta força comportamental baseada nas caraterísticas sociais que posteriormente influenciou o estudo seminal Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments de Seymour Lipset e Stein Rokkan (1967), onde delinearam as origens dos partidos e sua conexão a um conjunto estável de clivagens dentro da sociedade (Norris & Mattes, 2003; von Schoultz, 2017).

Para Lipset e Rokkan (1967) as identidades sociais formavam os blocos básicos de construção do apoio partidário na Europa Ocidental, onde as escolhas eleitorais eram resultantes das manifestações dos diferentes grupos sociais em conflito: as clivagens do centro-periferia, da classe dos trabalhadores-proprietários e as clivagens setárias sobre a igreja e o estado (Franklin et al., 1992; Freire, 2001; Norris & Mattes, 2003).

Por sua vez, a abordagem psicossociológica desenvolvida a partir da Escola de Michigan, através da obra The American Voter de Campbell, et al. (1960), postula que o sentimento psicológico de apego dos eleitores a um partido político orienta sua avaliação dos candidatos, de eleição após eleição, e este sentimento permanece estável por longos períodos de tempo (Bartels, 2002; Campbell et al., 1960; Dinas, 2017; Freire, 2001).

Neste sentido, o partidarismo se desenvolve como uma forma de identidade, enraizada na socialização precoce e operando como uma tela percetiva de atitudes

políticas adquiridas desde a infância, pelos membros, maioritariamente pais e reforçadas pela pertença ao grupo e consolidam-se ao longo dos ciclos de vida (Bartels, 2002; Campbell et al., 1960; Dinas, 2017; Freire, 2001; Thomassen, 1994).

A identificação partidária seria o conceito central para a compreensão da orientação afetiva que os eleitores têm com relação ao partido político escolhido. É a identificação partidária que ajuda os eleitores a terem muito mais conhecimento das posições políticas e da ideologia de seu partido (Andersen & Heath, 2000; Butler & Stokes, 1974; Dinas, 2017; Freire, 2001; Green & Baltes, 2017; Niemi & Jennings, 1991).

As teorias da escolha racional e o modelo económico do voto, terceiro modelo apresentado na tipologia de Freire (2001), assume que as variações no campo de economia explicam em grande medida o nível de participação dos cidadãos nos processos políticos (Freire, 2001; Turner, 1991).

Desenvolvido inicialmente por Downs (1957) e estendido por Ordeshook (1968), o modelo económico do voto postula que a economia desempenha um papel importante, eleição após eleição, nas democracias de todo o mundo. Os eleitores a avaliam de diferentes maneiras: retrospetivamente ou prospectivamente, egotropicamente ou sociotropicamente. São essas avaliações que os levam a recompensar ou punir o governo nas urnas (Lewis-Beck & Lobo, 2017, p.606). Os eleitores sancionam os governos com base no desempenho económico nacional.

Portanto, os titulares são punidos por maus momentos económicos e recompensados por bons tempos económicos (Lewis-Beck & Lobo, 2017; Lewis-Beck & Nadeau, 2011; Lewis-Beck & Stegmair, 2008).

Segundo a abordagem da escolha racional um cidadão decide votar ou não através de um simples cálculo. Ele decide votar se, a seu ver, os benefícios do voto forem maiores que os custos; se, ao contrário, os custos forem maiores que os benefícios, ela decide não votar (Blais, 2000, p.1).

De acordo com esse modelo, o eleitor deve primeiro determinar o que poderia ganhar potencialmente votando, em vez de não votar. Isso significa que, no caso simples de uma eleição de pluralidade com apenas dois candidatos, ele deve determinar

que diferença faz para ela se o candidato A ou B é eleito. Se não fizer diferença, maior o benefício potencial. O indivíduo racional deve, assim, determinar a probabilidade de que seu voto seja decisivo, ou seja, que determine se seu candidato ganhará ou perderá (Blais, 2000; Downs, 1957; Freire, 2001).

Por último, as teorias sobre as novas clivagens emergiriam, de acordo com Freire (2001), a partir dos anos 1970 e 80 do século XX com o declínio do impacte eleitoral das clivagens estruturais (tradicionais) sobre o voto nas democracias representativas do ocidente (p.97). Nesta senda, registar-se-ia um alinhamento dos eleitores segundo novas linhas de clivagem: materialismo versus pós-materialismo; consumo público versus consumo privado; emprego no setor público versus emprego no setor privado (Freire, 2011, p.143).

O caráter distintivo entre as novas clivagens com as velhas clivagens apresentado por Freire (2001) tem que ver com a forte independência dos valores em relação às posições estruturais. É daqui onde resultam os conceitos de alinhamento, realinhamento ou desalinhamento dos eleitores, largamente estudados nas democracias avançadas, devido às mudanças profundas que os sistemas partidários sofreram com o aparecimento de novas variáveis explicativas de voto (Freire, 2001, 2002; Inglehart, 1990, 1997; Inglehart & Abramson, 1995; Klingemann & Fuchs, 1995; Lipset & Rokkan, 1967; Rose & McAllister, 1986; Wattenberg, 1984).

Passando para o continente africano, refira-se que a tradição de estudos de comportamento eleitoral é recente. Só nos anos 2000 é que assistimos ao surgimento de estudos sobre esta temática.

Esta permanência dos estudos eleitorais em África como uma área notoriamente pouco estudada, resulta em parte, por causa de muitos estados no pós-independência terem gravitado em direção aos regimes autoritários nos meados da década de 1960 e no início dos anos 1990. Portanto, muito do que se conhece sobre a política africana neste período está relacionado com a gestão do poder através de lógicas de clientelismo, neopatrimonialismo e prebendalismo (Forquilha, 2008; Joseph, 1987; Lemarchand, 1972; Medard, 1982).

Assim, os estudos existentes sobre as eleições em África concentraram-se maioritariamente na perspetiva comparada (Brito, 2008), e a partir dos anos 1990, muitos africanos tornaram-se transitologistas, propondo modelos, analogias, tipos ideais e teorias orientadas para explicar os fenómenos políticos emergentes (Schmitter & Santiso, 1998).

Entretanto, o trabalho de Bleck e Walle (2018) destaca o crescimento de uma literatura académica que analisa eleições africanas específicas, nomeadamente a natureza das campanhas políticas, o comportamento eleitoral dos cidadãos, os padrões eleitorais, o papel dos partidos políticos, os sistemas partidários que estão surgindo e as implicações para o progresso da democracia na região (Bleck & Walle, 2018, p.14).

Associado a esta evolução, tem se notado pela parte dos pesquisadores, a utilização de diferentes metodologias de análise, quer de dados agregados ou dados individuais bem como de outras perspetivas para o estudo do comportamento dos eleitores em África (Bratton et al., 2012; Erdmann, 2004, 2007; Gyimah-Boadi, 2007; Hoffman & Long, 2013; Isaksson, 2014; Kuenzi & Lambright, 2001, 2005, 2007, 2011; Lingberg & Morrison, 2007; Lynge & Coma, 2022; Mozaffar et al., 2003; Norris & Mattes, 2003; Posner, 2005).

Por exemplo, Erdmann (2007) explica que não há um caminho único que nos ajuda a compreender a formação de partidos e o comportamento eleitoral em África, devendo se conjugar diversos fatores e o contexto em que as eleições ocorrem.

Soiri (1998) defende que qualquer intenção de compreender as eleições multipartidárias em África exige que a estrutura teórica para os estudos eleitorais seja expandida para além do processo eleitoral em si. Em adição às perspetivas histórica e institucional, uma abordagem económica-política é importante também para contar as impressões prevalecentes de que existe algo essencial sobre a experiência africana que a faz essencialmente diferente da restante parte do mundo (Soiri, 1998, p.50).

Mozzafar, et al. (2003) e Scarritt e Mozzafar (1999) sustentam que o comportamento eleitoral em África é explicado predominantemente por fatores de natureza étnica, ligações pessoais e de clientelismo. Portanto, a etnia como clivagem social ganhou um lugar de destaque na compreensão da política e continua a ser o fator

mais importante que molda o partidarismo em África (Horowitz, 1985; Mozaffar & Scarritt, 2005; Posner, 2004).

Norris e Mattes (2003) também analisaram a influência das caraterísticas etnolinguísticas e étnico-raciais na identificação com o partido governante, em 12 nações da África Subsaariana entre 1999-2001. Os autores concluíram que a identidade social, particularmente a etnia, exerce uma forte influência sobre as escolhas de voto e apoio partidário nas sociedades em desenvolvimento, caraterizadas por baixos níveis de educação e acesso mínimo aos meios de comunicação (Norris & Mattes, 2003, p.2).

A pesquisa desenvolvida por Bratton, et al. (2012) concluiu que as condições económicas desempenhavam um papel preponderante para as escolhas eleitorais e destacaram o papel da economia na determinação da votação em África. Achado similar foi apresentado noutras pesquisas onde os eleitores africanos consideram o desempenho econômico do governo quando vão às urnas (Rhee, 2021; Wimpy & Whitten, 2017).

Andrews e Ilmann (2009) analisaram sete democracias com transições bem-sucedidas nomeadamente Benim, Botswana, Gana, Mali, Namíbia, Senegal e África do Sul e descobriram que embora os laços étnicos afetem no voto, as avaliações retrospetivas da corrupção governamental são igualmente importantes. Da mesma forma, o partidarismo exerce influências fortes na escolha feita por eleitores, controlando até mesmo a etnia.

O estudo feito por Lingberg e Morrison (2007) constatou que a etnia não é um fator importante para explicar o partidarismo em África. Baseando-se em dados individuais de duas eleições realizadas no Gana (1996 e 2000), os autores revelam que a esmagadora maioria dos cidadãos entrevistados não votavam com base no clientelismo, ou através de laços étnicos e familiares, mas votavam em função da avaliação dos candidatos e partidos. Portanto, trata-se de eleitores que se predispõem a avaliar o desempenho passado dos programas políticos prometidos pelos candidatos nas campanhas políticas.

No mesmo diapasão, o trabalho de Hoffman e Long (2013) desafiou as teorias que sugerem a etnia como fator decisivo das escolhas eletorais em África. Com base em dados de uma pesquisa à boca da urna, realizada no dia da eleição em Gana no ano de

2008, os autores encontraram novos elementos. Embora os dois principais partidos, o Congresso Nacional Democrático (NDC) e o Novo Partido Patriótico (NPP) tenham atraído o apoio de muitos grupos étnicos, havia pouca evidência de votação em bloco étnico. Em vez disso, as crenças dos eleitores sobre os partidos e o desempenho dos candidatos foram os principais determinantes da votação. Por conseguinte, as avaliações dos atributos do NDC e do NPP moldaram o resultado da eleição de Gana em 2008 muito mais do que a identidade étnica dos candidatos.

Ainda sobre o comportamento eleitoral, há estudos que mostram que as instituições formais e informais moldam a política africana (Posner, 2005).

Em Moçambique, os estudos sobre eleições remontam a década de 1990, através dos trabalhos desenvolvidos inicialmente por Luís de Brito sobre a 'Cartografia Eleitoral de Moçambique' em 1994 e 'Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique', em 1995.

Outros estudos conduzidos no país sobre eleições e comportamento dos eleitores após os trabalhos pioneiros de Luís de Brito, foram combinando diferentes metodologias, destacando-se os inquéritos por questionários, nomeadamente a 'Formação do voto e comportamento eleitoral dos moçambicanos em 2004', integrado no Comparative National Elections Project (CNEP) e publicado pelo EISA em 2005, 'Voto e urna de costas voltadas: abstenção eleitoral de 2004' publicado por Brazão Mazula (dir), através do Centro de Democracia e Desenvolvimento (CEDE) em 2006, e as pesquisas feitas no âmbito do Afrobarómetro.

Existem ainda outras pesquisas que abordaram as clivagens sóciopolíticas, com particular incidência para a clivagem regional (Brito, 2007; Chichava, 2008; Forquilha, 2017; Pereira, 2008), etnicidade (Chichava, 2008), fatores de ordem social e histórica (Chichava, 2007, 2008; Rosário, 2009, 2015), como elementos decisivos do voto.

Noutro prisma, Pereira (2008a) examinou a identificação partidária em Moçambique e, em artigo publicado no mesmo ano (Pereira, 2008b), analisou as limitações do voto económico na reeleição do partido Frelimo.

Baseando-se no método qualitativo etnográfico e combinando com observações e entrevistas semi-estruturadas com elites locais, Nuvunga (2013) analisou a reversão do sentido de voto da Renamo para a Frelimo nos distritos de Angoche e Nicoadala.

Matsimbe (2017) também através de dados qualitativos testou a influência de quatro abordagens de comportamento eleitoral no processo de votação no distrito de Maxixe, província de Inhambane.

Na mesma esteira, mas estudos baseados em monografias, começaram a ser desenvolvidos a partir de 2011, pela parte de estudantes de licenciatura em Ciência Política, da Universidade Eduardo Mondlane, versando entre outros, sobre a governação eleitoral, o sistema eleitoral, a competição partidária, a participação eleitoral, o papel dos partidos políticos na estabilidade política e consolidação da democracia em Moçambique (v. Costa, 2012; Dos Santos, 2011; Guiliche, 2011; Muendane, 2011; Mutemba, 2011; Sousa, 2011; entre outros).

Assim, a nossa pesquisa vai testar quatro explicações. Começaremos por discutir a influência do sistema de partido dominante nas eleições locais em Moçambique, procurando identificar os mecanismos que caraterizam a competição eleitoral neste tipo de sistema partidário. De seguida, faremos análises estatísticas para testar o efeito de um conjunto de variáveis – economia, etnicidade e participação eleitoral nos padrões de votação dos partidos em eleições locais.

Capítulo III

3. Da Descentralização às Eleições Locais em Moçambique

3.1.Introdução

O debate sobre eleições e democracia, as eleições em África - da fase final do colonialismo à contemporaneadade, as eleições locais em África e o comportamento eleitoral em África, foram as temáticas abordadas no capítulo anterior.

Da análise feita, ficou patente a relação existente entre eleições e democracia, sendo que ambos concorrem para a materialização dos objetivos governativos, nomeadamente a satisfação dos interesses dos cidadãos. Constatou-se que através do processo eletivo, assegura-se um dos princípios de democraticidade de um regime – a legitimidade dos eleitos. Ao mesmo tempo, através da democracia também se garante que os líderes eleitos governem observando a necessidade premente de ampliação dos direitos dos cidadãos: participação na tomada de decisões, inclusão na governação, igualdade, liberdade e prestação de contas.

Com relação as eleições em África, ficou expresso que se trata de um processo que foi seguindo critérios diversificados bem como nos objetivos das mesmas. Sublinhou-se a importância das transições democráticas na configuração dos estados africanos. Aferiu-se que as eleições também ajudaram na institucionalização e o aprofundamento das liberdades civis. Entretanto, ficou evidente que permanecem ainda muitos desafios no processo de democratização.

Assim, o objetivo deste capítulo é de analisar o processo da descentralização em Moçambique, destacando o conjunto de reformas levadas a cabo e que deram lugar às primeiras eleições locais, bem como os desafios que se colocam ao processo. Trata-se de um exercício que consiste em descrever a importância da descentralização e das eleições locais para o fortalecimento da democracia e governação local.

Procura-se também descrever as fases da descentralização em África. O enfoque na descentralização nesta tese como foi demonstrado anteriormente, prioriza a compreensão de que não se pode falar de eleições locais em Moçambique sem olhar para o conjunto de reformas levadas a cabo no país neste âmbito.

3.2 Descentralização em África

A descentralização é um processo relativo e complexo. Como conceito também é polissémico. Na maioria dos países a descentralização reflete um processo mais amplo de reforma que objetiva transferir responsabilidades de planificação, gestão, captação e alocação de recursos do governo central e suas agências para unidades subordinadas, autoridades ou corporações públicas semi-autônomas, autoridades regionais ou organizações não-governamentais privadas ou voluntárias (Rondinelli & Nellis, 1986, p.5).

A nossa tese utiliza o conceito de Manor (1999) do qual a descentralização se refere a mudanças que ocorrem dentro dos sistemas políticos, podendo apresentar três tipologias: a desconcentração ou descentralização administrativa, a descentralização fiscal e, a devolução ou descentralização democrática (Manor, 1999, p.5).

Vários autores analisaram as reformas descentralizadoras em África (Conyers, 2007; Crook & Manor, 1994; Mamdani, 1996; Olowu, 2001; Ribot, 2002; Rondinelli & Nellis, 1986; Therkildsen, 1993). As reformas caminhando neste sentido ocorreram em África sob o domínio colonial, nos regimes militares ou monopartidários e nos governos democráticos.

A África ocidental francófona começou a descentralizar em 1917, nomeadamente, após cada uma das Guerras Mundiais, logo após as independências, no início dos anos 1960 e na contemporaneidade (Crook & Manor, 1994).

Alguns países da África Central francófona também descentralizaram um pouco antes da independência e outros após a independência. Os países africanos anglófonos e lusófonos também viram múltiplas descentralizações pré e pós-coloniais (Ribot, 2002).

A África Austral abraçou a onda de descentralização no final dos anos 1950 bem como no início dos anos 1960 (De Valk, 1990). Entretanto, em muitos casos, os processos de descentralização foram incompletos, perpetuando os desafios existentes e limitando a capacidade das autoridades locais de enfrentar os desafios ambientais e socioeconómicos atuais e futuros (Diep et al., 2016).

Durante a era pré-colonial, o governo africano foi relativamente descentralizado, consistindo em pequenas chefias, em reinos ou impérios, mas pouco organizados. Dentro dessas entidades administrativas, havia um elemento de centralização (Conyers, 2007, p.19).

Na era colonial, embora houvesse diferenças significativas entre as várias potências coloniais, haviam duas características comuns dos regimes coloniais: primeiro, o poder era altamente centralizado; e segundo, este poder foi exercido indiretamente (Conyers, 2007, p.20).

Os governos coloniais franceses e britânicos foram implementados em vários países da África Ocidental, onde estabeleceram um regime baseado principalmente em sua própria tradição de centralismo administrativo. O sistema administrativo francês tendia a ser mais centralizado, burocrático e intervencionista do que o sistema colonial britânico. O regime visava controlar as populações locais a fim de atender os seus próprios interesses, por exemplo, para a produção agrícola que seria exportada para a Europa (Nwauwa, 2011).

As autoridades locais foram mantidas e utilizadas para ajudar a alcançar os objetivos da potência colonial e foram oprimidas quando hostis. Por exemplo, em Gana, os britânicos conservaram as tradições dos líderes locais e as manipularam para servir seus próprios interesses políticos (Marie & Idelman, 2010).

No final da Segunda Guerra Mundial, a subjugação diminuiu e muitos países colonizados ganharam mais autonomia. Os poderes coloniais colocaram mais ênfase na democracia e na política multipartidária em toda a África (Nwauwa, 2011).

As ideias sobre emancipação foram crescendo entre as populações e os partidos políticos independentes tomaram o poder. A descentralização foi usada para expandir o

alcance do Estado, tendo um conjunto de reformas tomado a forma de desconcentração, estendendo a administração central para unidades subnacionais. Em muitos países, o período imediatamente após a independência foi de centralização. Isso foi justificado (tanto pelos governos quanto pelos financiadores e consultores externos), com o argumento de que era necessária uma planificação centralizada para gerar as rápidas demandas económicas e sociais desejadas (Conyers, 2007, p.19).

Nas últimas duas décadas, a descentralização manteve sua popularidade, mas houve mudanças significativas em seus objetivos e em sua forma. Embora ainda seja defendida como um meio de melhorar a prestação de serviços, a descentralização também foi vista (pelos governos, atores externos e pela sociedade civil) como um meio de melhorar a democracia e a participação dos cidadãos e (comunidade internacional) como uma maneira de reduzir o papel, e em particular as despesas, do governo central. Isso se refletiu em uma mudança na ênfase da desconcentração para a devolução (geralmente conhecida como "descentralização democrática") durante esse período (Conyers, 2007, p.20).

Olowu (2001) resumiu em quatro as fases do processo de descentralização em África. A primeira fase resultante do processo da descolonização, após a Segunda Guerra Mundial e chegou ao topo da agenda nas relações internacionais por uma variedade de fatores: recompensa pela participação dos povos colonizados na guerra, o crescente número de elites educadas nas colónias e ascendência dos partidos liberais e sociais nos países colonizadores como a Grã-Bretanha e França. Durante o final do período colonial, os contornos do sistema de governo local já estavam plenamente estabelecidos na África Britânica e, em certa medida, nos municípios franceses (Olowu, 2001, pp.4-5).

A segunda fase foi caraterizada pela rutura do modelo de administração do período colonial. Depois das independências, as lideranças africanas adotaram modelos de gestão da economia baseadas na planificação centralizada. O objetivo principal era de construir um Estado forte baseado na ideologia socialista. Ao mesmo tempo, a consolidação do Estado-nação foi através de adoção de partido único. As administrações locais eram essencialmente instrumentos de controlo dentro da estrutura do Estado (Olowu, 2001, p.5).

A terceira fase acontece no período da recessão na década de 1970. A maioria dos países respondeu através da adoção de programas de ajustamento estrutural, iniciativas apoiadas por instituições financeiras internacionais. Esforços e recursos consideráveis foram aplicados na implementação desses programas de descentralização em muitos países africanos. A ideia central era buscar oportunidades para reduzir os gastos do governo central. Em muitos países, deu nova vida às iniciativas de descentralização (Olowu, 2001, pp.6-7).

O último período coincide com o início do processo de democratização na década de 1990 e trouxe à tona uma quarta onda de reformas de descentralização. É ao mesmo tempo uma continuação das abordagens anteriores sobre a descentralização e constitui-se numa busca por instituições locais genuinamente participativas e responsáveis para as comunidades locais (Olowu, 2001, p.9).

3.3 Descentralização, poder local e eleições: evolução longitudinal

Os debates sobre o modelo de descentralização em Moçambique começam com a Constituição da República de 1990, ao estabelecer a existência de órgãos eleitos a nível provincial e local. O espírito constitucional baseado nos valores mais elementares da democracia e da descentralização foi construído diante de um conflito armado intenso que assolou o país durante 16 anos.

É no quadro de ampliação de valores democráticos e adequação aos princípios de convivência pacífica, nomeadamente do diálogo e colaboração para uma reconciliação nacional efetiva, com o apoio da comunidade internacional nas negociações entre as partes que foi assinado em Roma, a 4 de outubro de 1992, o Acordo Geral da Paz (AGP) entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, colocando o fim da guerra que opunha o Governo e a Renamo.

O AGP reforçou os princípios democráticos incluídos na Constituição da República de 1990 através do Protocolo II sobre os Critérios e Modalidades para a Formação e Reconhecimento dos Partidos Políticos, e do Protocolo III sobre os

Princípios da Lei Eleitoral. Os dois protocolos abriram campo para a instalação da democracia multipartidária no país, ao fixar as regras que iriam nortear o processo eleitoral e as condições de participação e do exercício do poder político. Portanto, do AGP, resultaram as fontes do direito eleitoral e das bases do pluralismo político (Carrilho, 1995).

Partindo da Constituição de 1990 e do AGP foram realizadas em 1994 as primeiras eleições multipartidárias, num contexto de paz e reconciliação, da qual participaram 12 partidos e 2 coligações. A Frelimo e seu candidato presidencial Joaquim Chissano foram os vencedores destas eleições, tendo obtidos 44,3% e 53,3% respetivamente. A Renamo e o seu candidato presidencial Afonso Dhlakama, obtiveram 37,8% e 33,7% dos votos respetivamente, configurando o sistema político moçambicano de bipolar como demonstraram vários autores (Brito, 1995; Macuane, 2000).

Relativamente ao processo de descentralização assiste-se a importantes desenvolvimentos legislativos. No prosseguimento do figurino da descentralização plasmado na Constituição de 1990, em setembro de 1994 a Assembleia da República aprovou a Lei nº 3/94. Em bom rigor, a referida Lei procurava estruturar o país em distritos municipais urbanos e rurais, com assembleias municipais e presidentes ou administradores eleitos.

A Lei 3/94 estabeleceu a organização do poder local e definiu as condições para a implementação da descentralização, em que haveria uma transformação do poder de tomada de decisão política e transferência de recursos financeiros e humanos para as entidades locais a serem criadas (Soiri, 1999).

A estratégia compreendia a transformação de 128 distritos municipais rurais e 23 distritos municipais urbanos, onde o Presidente ou Administrador, a Assembleia Municipal ou Conselho Municipal seriam eleitas através do sufrágio universal, direto e secreto. Cada município teria órgãos políticos e não políticos. Os primeiros teriam uma relação direta com o eleitorado, os segundos seriam formados por funcionários de carreira selecionados por critérios técnico-administrativos e de mérito na carreira administrativa.

É compreensível que sendo um processo novo, num país com resquícios de centralismo administrativo e com herança da estrutura colonial, que algumas decisões fossem vistas como algum ceticismo. Aliado a isso, está o facto de o pacote legislativo ter sido aprovado na ausência da Renamo no parlamento.

A Frelimo era a única força política no parlamento. Com a presença da Renamo e da União Democrática, resultado das primeiras eleições multipartidárias em 1994, a opinião pública assim como os parlamentares levantaram a constitucionalidade da Lei 3/94, porque se entendeu que a ordem jurídica constitucional não contemplava o conceito de autarquia local e era necessário criar condições para a constitucionalização do processo. Era o prenúncio de uma grande controvérsia que marcaria todo o processo conducente a realização das primeiras eleições locais.

Para materializar o objetivo de realizar as eleições locais, a Assembleia da República criou uma Comissão Ad-Hoc para a revisão da Constituição da República e através da Resolução da Comissão Permanente nº29/95, de 22 de dezembro, foi criado um grupo de trabalho para a recalendarização das eleições, que tinha a missão exclusiva de colaborar com o governo nesta matéria.

A opinião pública moçambicana centrava o debate em duas posições divergentes: uma que defendia a descentralização de "cima para baixo" que começa pelo topo da administração central, passa pelo governo provincial e termina na base, e outra que defendia a descentralização "de baixo para cima" que começa pela base e vai ao topo.

A controvérsia no seio dos políticos voltou a ganhar terreno aquando da discussão do Relatório da Comissão Ad-Hoc para a Revisão da Constituição e o ponto colocado pela Renamo tinha a ver com o gradualismo na implementação das autarquias e a data precisa para a realização das eleições locais. O Chefe da Bancada Parlamentar da Renamo, Raúl Domingos, colocava a preocupação nos seguintes moldes:

"…O ponto 4 do Relatório refere na sua última linha, penúltima que, eu vou ler: 'constituído desta forma o quadro jurídico necessário para o desencadeamento do processo eleitoral das autarquias, o governo terá a possibilidade de conceber o programa de trabalho iniciando as eleições autárquicas até finais de 1997 […] eu queria entender este iniciado as

eleições autárquicas até finais de 1997'. O que se pretende dizer com isso […] eu não estou claro, não entendo isso. É o princípio de gradualismo, é isso? Bom, a minha dúvida é se o processo de eleições autárquicas ou as eleições autárquicas serão realizadas em 1997 ou não. Iniciar as eleições autárquicas até finais de 1997, não entendo…"[5].

A Renamo entendia que a Frelimo estava a organizar uma estratégia para realizar as eleições locais num momento e modalidade que iria favorecer o partido no poder, tendo em conta as dificuldades que iria encarar como as experimentadas nas eleições gerais de 1994, onde a Renamo teve bons resultados. Por isso, quanto mais cedo possível deviam realizar-se as eleições locais.

Alguns autores colocaram argumentos similares em seus artigos que a pretensão do governo em adotar o gradualismo na instalação das autarquias locais se justificava pelo facto de a Renamo ter obtido bons resultados nas eleições gerais de 1994 e a Frelimo receando a reedição deste resultado nas eleições locais, era necessário encontrar um mecanismo para "desviar a órbita" (Brito, 1995, 2010; Soiri, 1999).

Para o governo, a definição do modelo de descentralização a implementar não dependia apenas na vontade de transferir as competências e recursos para níveis inferiores de administração (nível local), havia necessidade de avaliar a capacidade de sustentabilidade do modelo uma vez que o país tinha muitas fragilidades na administração pública e que se agudizaram com a guerra movida pela Renamo contra o governo durante 16 anos, porque seu alvo principal eram os órgãos locais do Estado. Por isso, os desafios passavam pela profissionalização e modernização da função pública, e para materializar o processo de descentralização, nomeadamente a instalação das autarquias locais, passava por implementar de forma faseada ou gradual, para permitir que paulatinamente fossem criadas as condições necessárias de implementação do processo para o seu funcionamento e incremento das suas atividades[6].

Pretendia-se de acordo com o governo reforçar a capacidade do Estado para à medida que o processo se consolidasse, criar mais autarquias locais e atribuir mais responsabilidades a estes órgãos. A Renamo queria que o país fosse todo autarcizado e

[5] Acta da 4ª Sessão Ordinária da Assembleia da República, 1996.

[6] Conversa informal com Alfredo Gamito, Antigo Ministro de Administração Estatal, 15 de novembro de 2018.

as eleições locais deveriam ser realizadas em todos os municípios. Isso implicava criar autarquias em número superiormente considerável contrariamente à proposta do governo[7].

Devido às estas controvérsias a Lei não chegou a materializar os propósitos da sua criação, e para suprir as contrariedades, a Assembleia da República procedeu à Revisão Pontual da Constituição da República, através da Lei 9/96.

Depois de inúmeros debates sem consenso, a emenda constitucional Lei 9/96 foi aprovada com o suporte da Bancada Parlamentar da Frelimo. O parlamento viria aprovar no ano seguinte a Lei 2/97 criando inicialmente 33 municípios, para a realização das eleições locais e a legislação complementar sobre as autárquicas em abril do mesmo ano. As divergências no seio dos partidos políticos com assento parlamentar e das várias organizações da sociedade civil voltaria a ter lugar depois do governo ter marcado a data da realização das eleições locais para finais de dezembro de 1997.

Refira-se que razões de ordem financeira como a disponibilização dos apoios pela parte dos doadores à tesouraria nacional para a realização das eleições locais tardaram, aliado às diversas manifestações de insatisfação pela parte da sociedade civil e de algumas formações políticas nacionais pela marcação da data de eleições para finais de dezembro, contribuíram para que as eleições fossem adiadas para o primeiro semestre de 1998.

O projeto de resolução foi aprovado pelas Bancadas da Frelimo e da União Democrática, os proponentes do projeto, e a Renamo votou contra tendo justificado o seu posicionamento pelo facto das leis alteradas terem sido propostas pelo Chefe de Estado, por iniciativa do Conselho de Ministros, não se compreendendo por que motivo se verificou uma alteração do proponente. A Renamo justificou ainda o seu sentido de voto mostrando que “as afirmações contidas na fundamentação das propostas que fazem referência à reação dos partidos políticos perante a data prevista para a realização das eleições e ao consenso pretensamente alcançado na sociedade sem se apresentar os reais motivos para alteração da data que são a não disponibilização dos fundos para financiar

[7] Idem

o processo por parte da comunidade internacional e o facto de a data de 27 de Dezembro ser apenas uma forma de provocar o adiamento das eleições por parte do governo, visto que era previsível que ninguém aceitaria a data e, por último, a realização de eleições a 27 de dezembro se tivesse sido aceite iria proporcionar vantagens ao partido no poder, porque poderia utilizar o governo como promotor da campanha, visto que seria o período do pagamento do 13º vencimento, sabendo que todos os partidos da oposição estão financeiramente paupérrimas"[8].

A Renamo tinha proposto ainda no debate do projeto de alteração dos artigos 112 da Lei 2/97 sobre as autarquias locais e 165 da Lei 6/97 referente à eleição dos órgãos das autarquias locais, que as eleições fossem realizadas no primeiro trimestre, em oposição à proposta do governo que determinava primeiro semestre de 1998, mas a proposta não foi acolhida pelas Bancadas da Frelimo e União Democrática, tendo votado contra a proposta de emenda apresentada pela Renamo. As divergências no seio dos partidos políticos viriam a agudizar-se, tendo a Renamo tomado a decisão de abandonar a Comissão Nacional de Eleições criada para a gestão do processo eleitoral e anunciou que não participaria do escrutínio[9].

A liderança da Renamo justificou a sua decisão pela falta de confiança nos órgãos eleitorais constituídos (embora membros seníores da Renamo fizessem parte) e também pelo facto de terem sido indicados pelo governo e não pelos partidos políticos, o que denota forte controlo da Frelimo no aparelho do Estado. Portanto, o desacordo com a disposição dos órgãos eleitorais e de todo pacote legislativo da descentralização levaria a Renamo definitivamente a não participar das primeiras eleições locais.

Através do sistema eleitoral de representação proporcional, as eleições acabaram sendo realizadas em junho de 1998, com o apoio dos doadores, tendo sido ganhas pela Frelimo em todas as circunscrições autárquicas criadas.

A Renamo além de ter encabeçado a campanha de boicote ao processo eleitoral, mais tarde viria a desacreditar publicamente os resultados devido a fraca participação dos eleitores que se situou em 15%.

[8] Acta da 7ª Sessão Ordinária da Assembleia da República, Sessão de Abertura, 1997.

[9] Acta da 7ª Sessão Ordinária da Assembleia da República, Sessão de Abertura, 1997.

Muitos autores apelidaram de “eleições sem eleitores” e com um eleitorado incapturável (Faria & Chichava, 1999; Nuvunga, 2012; Serra et al., 1999), pelo elevado número de abstenções. Com estes e outros elementos avançados para justificar as razões do elevado número de abstenções nas eleições locais de 1998, o certo é que os moçambicanos tiveram a oportunidade de eleger, pela primeira vez, seus representantes ao nível local. As listas de grupos de cidadãos independentes que concorreram às eleições conquistaram alguns assentos nas assembleias municipais em grandes cidades do país, como são os casos de Maputo, Matola e Beira.

Nas eleições locais subsequentes esta síndrome de controvérsias voltou a ganhar substância e novamente resultou em outros impasses que levaram às sucessivas negociações, e noutras ocasiões levaram aos boicotes eleitorais pela parte da Renamo como aconteceu em 2013.

Se alguns autores (v. Soiri, 1999; e outros) consideraram que a Renamo pode ter se retirado das eleições locais de 1998 por razões estratégicas, uma vez que as autarquias ainda não dispunham de uma efetiva autonomia financeira e que o governo da Frelimo poderia criar embaraços no funcionamento das autarquias dirigidas pela Renamo caso viesse a ganhar, entendemos que politicamente foi uma decisão muito arriscada pelas consequências que daí advieram durante o primeiro ciclo político autárquico – a sua notável ausência nos órgãos infranacionais. Aliás, sempre que a Renamo optou pelo boicote, as eleições foram realizadas e a Frelimo ganhou o escrutínio mantendo assim a continuidade governativa na maioria dos municípios.

Todo o percurso de realização de eleições em Moçambique (tanto para eleições locais como para eleições nacionais) foi acompanhado de inúmeras e sucessivas controvérsias sobretudo entre as principais formações políticas – a Frelimo e a Renamo. Como explicar? Quais são as razões de fundo?

Uma das principais bases de controvérsia talvez possa ser encontrada no epicentro da Guerra Civil que fustigou o país durante 16 anos e que acabou territorializando o voto e o comportamento político dos moçambicanos no fim das hostilidades.

Se por um lado a Frelimo lutou sempre para manter a sua hegemonia, a Renamo sempre trabalhou para enfraquece-la, e no meio disso, cada formação política foi criando suas bases de apoio para o alcance de seus objetivos políticos. A prova evidente são os vários Acordos de Paz assinados pela Renamo com o governo desde 1992, mas que sempre redundaram em fracassos. O fracasso dos acordos revela a permanência de elementos de desconfiança entre as partes. Qualquer diferendo em matérias de interesse nacional, a primeira oportunidade foi sempre usada pela Renamo para o retorno à guerra. O momento mais alto é sempre o das eleições para a formação de governo, seja central ou local.

O Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique (1997) descreve que:

"Na sessão da Assembleia da República realizada em finais de 1996, acordaram numa alteração radical - da eleição de governos distritais para a eleição de órgãos apenas para vilas e cidades - e na consequente emenda constitucional. Foi igualmente acordada a alteração da lei-quadro. Depois, a última hora, a Renamo passou a opor-se; no último dia da sessão propôs, de forma inesperada, uma reestruturação ainda mais radical que implicava a renovação das velhas e já moribundas assembleias do povo, acabando por se retirar quando a sua proposta não foi aceite. A lei-quadro foi aprovada apenas com a Frelimo a votar. Quando em fevereiro deste ano se iniciou a sessão seguinte da Assembleia da República, verificou-se um certo clima de cooperação que rapidamente se degradou. A Renamo fazia atrasar as sessões de trabalho com inúmeros pontos de ordem e alterações pequeníssimas" (p.2).

Se fizer sentido a perspetiva de que a origem de conflitos em Moçambique é endógena, há espaço também para associar as controvérsias no seio dos atores, nos fatores exógenos. Yves Benot, no seu livro "Ideologias das Independências Africanas" mostra que houve conflitos entre partidos no período da luta pela independência, mas os partidos que se opunham ao movimento nacional surgiram frequentemente por instigação da administração estrangeira. Nem sempre se tratava do resultado de diferenças de apreciação ou de perspetivas no interior do próprio movimento nacional, mas do efeito de uma ação exterior, de pressões e de incitamentos administrativos (Benot, 1981, pp.3-5).

O livro de Vijay Prashad “Balas de Washington” publicado em 2020, também relata esta realidade. O autor narra que:

> “Quando o povo e seus representantes tentaram criar um caminho justo a se seguir, foram frustrados por suas classes dominantes, impulsionadas pelas forças do Ocidente. O que sobrou é um cenário de desolação. A humilhação do passado colonial mais antigo se reflete agora na era moderna. Nunca aos povos do Terceiro Mundo foi permitido viver no mesmo momento histórico que seus contemporâneos do Ocidente – eles foram forçados a viver com menos oportunidades e menos dignidade social. Grandes líderes do Terceiro Mundo sentiram o aço frio da execução – Patrice Lumumba no Congo (1961), Mehdi Ben Barka em Marrocos (1965), Che Guevara na Bolívia (1967), Thomas Sankara em Burkina Fasso (1987) e tantos outros, antes, durante e depois. Países inteiros – do Vietnã à Venezuela – enfrentaram a obliteração através de guerras assimétricas e guerras híbridas” (Prashad, 2020, p.12).

Tal como no período da Guerra Civil onde a Renamo contou com o apoio de forças externas para desestabilizar o governo, este apoio continuou a receber depois do cessar-fogo em 1992 e das primeiras eleições multipartidárias em 1994 (Carbone, 2003; Dinerman, 2006). Dos pleitos eleitorais realizados - para eleições nacionais e eleições locais, a Renamo permaneceu armada enquanto exercia atividade política ativa e usou as armas para fazer valer as suas reivindicações políticas.

O desejável era que depois de abertura para a democracia pluralista a Renamo ganhasse outra dinâmica e roupagem, portanto, de um movimento armado para movimento político propriamente dito e que respeita as leis que regem as atividades dos partidos políticos no território nacional. Espera-se que o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reitegração dos antigos guerrilheiros da Renamo que teve o seu desfecho no pretérito mês de junho de 2023, com o encerramento da última base da Renamo, possa colocar fim a militarização do partido que já leva anos desde que foi assinado o AGP em Roma.

Entretanto, é importante salientar que a Frelimo também recebeu apoio externo no contexto da guerra colonial, guerra civil e nos processos eleitorais pós-AGP. Trata-se do apoio vindo de países do bloco socialista na conjuntura política e ideológica da ordem mundial dominada pela Guerra Fria, dos Estados da Linha da Frente no contexto da luta de libertação dos países da África Austral e mais tarde de países com interesses

económicos com o país (Almeida & Sanches, 2011; Brito, 2019a; Carbone, 2003; Jafar, 2014; Storkmann, 2010).

Por exemplo, Storkmann (2010) refere que a República Democrática Alemã (RDA) forneceu assistência à Frelimo em termos de armas e equipamento militar, material de saúde e comida, envio de tropas ou instrutores para Moçambique, bem como a receção de militares moçambicanos em escolas alemãs para o seu treinamento. Os dados variam consideravelmente ao longo dos anos. A grande maioria dos militares treinados eram estudantes oficiais do exército. Além disso, os moçambicanos foram formados nas escolas da Marinha Popular (Volksmarine), na escola de oficiais das forças aéreas e na escola de oficiais da força de fronteira da RDA (Storkmann, 2010, p.158).

Mosca (2022) também mostra que ao longo dos anos a China cooperou com treino militar, armamento e existia ainda a pressão política para que a Frelimo se posicionasse no conflito sino-soviético (com raízes ideológicas e de estratégias de concepção e de construção do socialismo a partir dos anos 60 da década do século XX), devido também às disputas fronteiriças com a ilha no rio Ussuri, em 1969, tendo se agravado pela revolução cultural chinesa (p.70).

3.4 Eleições locais entre 1998 e 2018: uma incursão inicial

As eleições locais realizadas em 1998 e as subsequentes em 2003, 2008, 2013 e 2018 marcam de forma inexorável o modelo municipalista em Moçambique construído sob o paradigma da descentralização política. Trata-se de um processo alicerçado sob a égide de reformas democráticas profundas e que desembocaram na alteração do modelo de governação local.

Desde 1998 a eleição dos membros da Assembleia Municipal obedeceu o mesmo sistema eleitoral de representação proporcional, com listas plurinominais fechadas. A eleição do Presidente do Conselho Municipal alterou nas eleições locais de 2018, passando a ser o cabeça de lista do partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores que obtiver maioria de votos nas eleições para a

Assembleia Municipal. Nas eleições locais anteriores, o candidato que obtivesse mais de metade dos votos expressos era eleito a Presidente do Conselho Municipal.

A realização regular de eleições locais contribuiu não só no processo de democratização que responde politicamente à competição entre elites locais e centrais a propósito do acesso e redistribuição de recursos (Brito, 2012, p.43), mas também permitiu que os cidadãos, devidamente organizados e com interesses próprios, se mobilizassem para competir por votos para participar no processo de tomada de decisão.

Outro aspeto relevante neste processo tem que ver com a abertura feita a nível da legislação. Os grupos de cidadãos passaram a fazer parte das eleições, fruto da abertura legislativa para este âmbito, desde o primeiro pacote autárquico em 1997. Além disso, houve acréscimo do número de municípios ao longo do tempo, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 1. Eleições Locais em Moçambique

Ano	**Número de Municípios**	**Forças Políticas Concorrentes[10]**
1998	33	FRELIMO, PT, JPC, OCINA, NATURMA, RUMO, GRM
2003	33	FRELIMO, RENAMO-UE, PT, JPC, SOL, PIMO, OCINA, GIDA, UPI, IPADE, UNAMO, AMAR, PVM, PALMO, UM,

[10] Ver em anexo, o significado das siglas dos partidos políticos/coligações de partidos políticos e do grupo dos cidadãos eleitores.

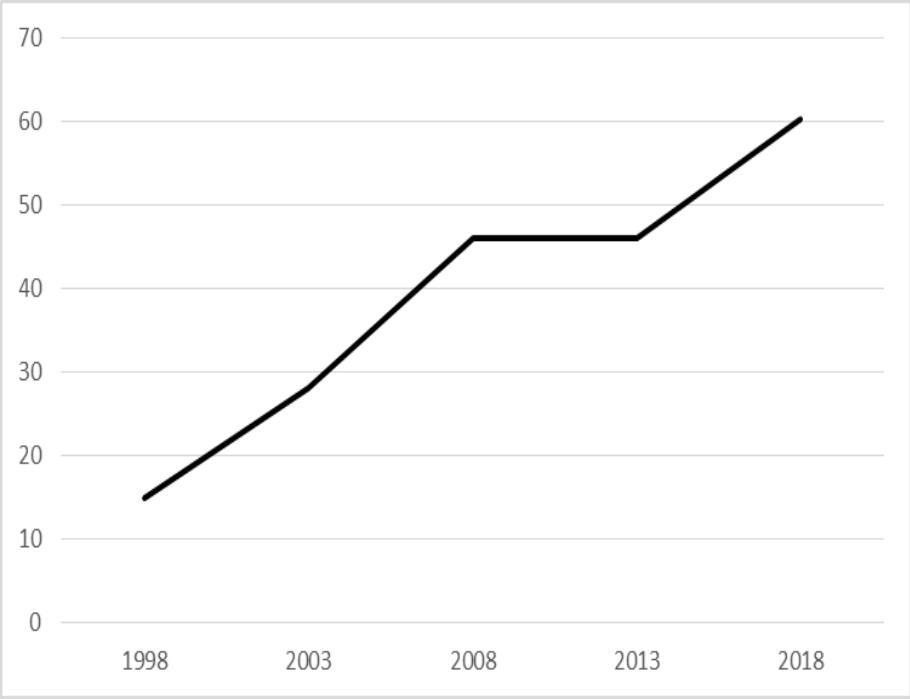
		PACODE, PEC
2008	43	FRELIMO, RENAMO, PDD, PT, PIMO, MONASO-PSD, GDB, JPC, OCINA, UM, UNAMO, CEV, GMM, AND, NATURMA
2013	53	FRELIMO, MDM, PAHUMO, AAUPEC, PDD, ASSEMONA, PARENA, PIMO, PEC-MT, PVM, JPC, PARENA, PPLM, MPD, NATURMA, ALIMO, SINFORTÉCNICA
2018	53	FRELIMO, RENAMO, MDM, PDM, PAHUMO, MONARUMO, AMUSI, MAMO, AMAJPS, PLDS, CEANA, CAD, E-POVO, PJDM, PVM, PDM, ANRAN, JPC, UE, PPPM, PASOMO, SCM

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da CNE

Refira-se que a entrada de grupo de cidadãos nas eleições locais revelou-se crucial para a democracia e governação local, não só por alargar o quadro de escolhas pela parte dos eleitores, mas sobretudo pelo facto do sistema político ser construído num panorama político que desde cedo assumiu os ex-beligerantes – Frelimo e Renamo, como únicos atores relevantes na disputa dos processos políticos, a todos níveis.

Olhando para a participação eleitoral nas eleições locais moçambicanas também há registo de uma evolução significativa, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 1. Participação eleitoral nas eleições locais



Fonte: elaboração do autor com base nos dados da CNE

Conforme referido anteriormente e espelhado no Gráfico 1, as primeiras eleições locais foram pouco participadas (com apenas 15%) e as subsequentes tiveram taxas crescentes, 28% em 2003, 46% em 2008, 46% em 2013, e 60,3% em 2018.

Sendo um país com uma democracia jovem e tomando em consideração que as eleições locais são pouco participadas, esta evolução dos eleitores pode ser reflexo, em parte, pelo aumento do nível de consciência dos cidadãos sobre a importância de participação na política local e das vantagens que daí resultam.

O entusiasmo dos munícipes em acolher eleições locais, destinadas a eleger representantes locais e que possam resolver às várias preocupações das autarquias, também pode concorrer para este aumento da participação eleitoral (Brito, 2019b; Nuvunga, 2012).

Algumas notas de relevo que sedimentam este processo residem no próprio legado que deixou na história recente de democratização do país, caraterizado pela realização de eleições para o exercício do poder político. Através das eleições locais,

verificou-se uma alternância na governação, significando uma formação política da oposição dirigir os destinos de uma autarquia ou coabitando com o partido no poder, e assistiu-se ao nascimento da terceira formação política relevante do país, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), baseado na Autarquia da Beira (Brito, 2019b; Chichava, 2010).

O partido formado por Daviz Simango conquistou espaço nas eleições locais de 2013 em algumas cidades importantes do país como são os casos da Beira, Quelimane e Nampula. Nestas duas últimas cidades perdeu o controlo depois de uma escalada de hostilidade mantida entre a direção do partido com os autarcas Manuel de Araújo em Quelimane, e Mahamudo Amurane, em Nampula. O autarca de Nampula perdeu a vida vítima de um assassinato e o de Quelimane voltou ao seu antigo partido - a Renamo, onde se candidatou às eleições autárquicas de 2018 e ganhou o escrutínio. Em Nampula, as eleições de 2018 foram ganhas pelo candidato da Renamo, Paulo Vahanle, que se encontra a dirigir a cidade.

As eleições locais têm constituído uma janela de oportunidade para diversos cidadãos competirem por lugares em assembleias locais. Além disso, são vistas como particularmente atrativas para os partidos da oposição, que podem ser excluídos dos cargos políticos a nível nacional e, encaram estas eleições como forma de ganhar uma posição para melhor competir a nível nacional, graças às experiências adquiridas na gestão de recursos que o cargo oferece (Bleck & Van de Walle, 2018, p.183).

3.5 Processos eleitorais e dinâmicas intra e inter-partidárias

Apesar da regularidade das eleições, Moçambique está longe de ser uma democracia liberal, tendo-se intensificado as crispações e fissuras entre e dentro dos partidos políticos. Do ponto de vista intrapartidário, os conflitos no seio dos militantes partidários se exacerbam ao longo do tempo, começando com os processos internos para a constituição dos ‘bureaus políticos’, bem como a natureza do recrutamento dos membros e/ou candidatos aos diversos níveis de gestão e de exercício do poder.

Depois das lideranças serem oriundas da zona sul do país, a Frelimo passou a ser dirigida através de um acordo político intrapartidário informal, que prioriza a alternância das lideranças com base na zona de origem, como forma de consolidar o ideal revolucionário de unidade nacional.

Com a saída de Armando Guebuza no poder em 2014, tomou-se a decisão que o novo timoneiro devia ser de outra região do país, tendo o Comité Central da Frelimo eleito Filipe Jacinto Nyusi, do norte do país, para dirigir a nação e o partido também.

Este aspeto abriu espaço para que alguns membros do partido Frelimo e não só, cogitassem numa possibilidade de o poder ainda continuar no norte do país, tendo em conta que as últimas duas lideranças foram do Sul, ou desta vez o poder gravitar para o centro do país. Outros ainda, têm discutido sobre a relevância política de seguir ou manter esta linha estratégica nos próximos ciclos políticos. É um debate que internamente encontrará o seu devido enquadramento e desfecho.

Aliás, as recentes declarações do general Hama Thai, membro sénior da Frelimo, viriam dar consistência sobre a necessidade de o partido internamente dar o desfecho que se pretende sobre a matéria, conforme se anota nos argumentos apresentados numa entrevista concedida a um jornal:

> "Quando um cidadão se candidata a membro da Frelimo sabe quais são os requisitos, ser cidadão moçambicano, aceitar o programa e os Estatutos da Frelimo. Estas são as condições para ser membro do partido, porque a ideia é que os Estatutos estabelecem a unidade nacional. Portanto, não existe vez do Centro. Nos Estatutos da Frelimo não há sucessão por regiões" (Evidências, 2023, janeiro 7).

Ainda sobre a constituição dos 'bureaus políticos', também se tem discutido na esfera pública sobre a necessidade de repensar na lógica e os critérios para a composição da comissão política da Frelimo, do comité central e outros órgãos estatutários. Todos estes elementos têm constituido altas fontes de conflito a nível interno.

Diferente deste modelo em voga na Frelimo, a Renamo está mergulhada numa crise interna profunda. A presidência atual da Renamo é contestada por alguns membros

pelo facto de ter gravitado para o norte do país, num contexto em que os fundadores do partido são originários do centro do país.

Ossufo Momade, presidente da Renamo que substituiu Afonso Dhlakama é originário do norte do país, na província de Nampula, e este dado tem feito com que a sua liderança seja questionada e sofrido sabotagens a nível interno, protagonizadas por alguns membros ligados aos antigos líderes do partido, nomeadamente André Matsangaisse e Afonso Dhlakama, o que terá concorrido para a criação da Junta Militar da Renamo, um grupo de rebeldes dirigidos por um antigo guerrilheiro da Renamo denominado Mariano Nhongo que, mais tarde viria perder a vida em combate.

A origem da Junta Militar foi justificada como um mecanismo de pressão e de demarcação de alguns membros da Renamo contra o presidente eleito no VI Congresso do partido, realizado na Serra da Gorongosa, em 2019. Os seus fundadores não reconheciam Ossufo Momade como líder da Renamo e propunham a sua destituição, tendo inclusive o Mariano Nhongo se autoplaclamado presidente da Renamo numa eleição paralela, realizada nas matas e que contou com a presença de membros da Junta Militar.

Depois de não ter conseguido lograr os objetivos de promover uma convulsão interna que levasse ao afastamento de Ossufo Momade, a Junta Militar da Renamo começou a protagonizar ataques contra civis e aos autocarros no centro do país, levando com que o governo fosse o principal interlocutor nas negociações para o cessar-fogo, porque a liderança da Renamo desde cedo não abriu espaço para a negociação com os "rebeldes do partido".

A atitude dos membros dissidentes da Renamo foi considerada pela direção da Renamo de indisciplina e insubordinação, não havendo por isso espaço para diálogo e/ou negociação com eles. Como corolário, várias negociações tiveram lugar entre o governo e integrantes da Junta Militar da Renamo, tendo resultado na entrega voluntária de alguns membros que posteriormente foram reintegrados na vida civil, através do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social.

O fenómeno Junta Militar da Renamo não deve ser visto resultante apenas da demarcação de alguns membros deste partido com a atual liderança. Há outros fatores

de fundo que merecem atenção e análise. É importante compreender que a Junta Militar da Renamo é também fruto da estrutura e o rumo que Afonso Dhlakama deu ao partido pós-eleições gerais de 1994. Dhlakama, general e "senhor da guerra" concebeu desde cedo uma estratégia de atuação híbrida. A estratégia, que contou naturalmente com apoio de algumas fações interessadas na sabotagem do governo do dia, caraterizou-se pela manutenção (embora tímida) e contínua formação de homens que pudessem defender as suas bases caso houvesse necessidade de retorno à guerra.

Como qualquer movimento rebelde, a estratégia funcionou com apoio de uma máquina repressiva e persuasiva. Enquanto a Renamo continuava a fazer política ativa, ao mesmo tempo desenvolvia uma vida de "guerrilha sem ataques" nas matas do centro do país. Sabe-se que há muitos guerrilheiros que continuaram nas matas ainda com o sonho de um dia seu líder ascender ao poder e daí beneficiarem de todos "os direitos" dos quais durante anos dedicaram a sua luta. São os mesmos homens que em cada processo eleitoral que a Renamo reivindicasse vitória ou não concordasse com os resultados eleitorais que davam vitória a Frelimo eram usados para protagonizar ataques militares.

Com a morte de Afonso Dhlakama e com o rumo do diálogo para o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos homens armados da Renamo, aliado ao facto de alguns guerrilheiros ressentirem ainda a perda do seu líder, exacerbou a desconfiança no atual presidente Ossufo Momade sobre a sua capacidade de dirigir o partido nos moldes dirigidos por Afonso Dhlakama. A configuração da nova direção e o modelo de gestão do partido também criou 'animosidades' no seio da Renamo.

Manuel Bissopo, antigo Secretário-geral da Renamo e antigo Deputado da Assembleia da República viria apresentar argumentos que evidenciam a nossa abordagem:

"… Depois da morte do presidente Dhlakama, tudo o que aconteceu não me deu muita força para continuar a fazer trabalhos. Nós, quando damos algo, sobretudo quando não é nós, é para os outros, esperamos que os outros também nos protejam. Não existindo isso, as pessoas olham mais para si, e é o que estou a fazer […] ser da Renamo é acreditar e defender os princípios da causa da Renamo. Eu sinto que a causa da Renamo, os motivos pelos quais a Renamo foi criada aproximam-me ao partido, porque meus objetivos ainda não foram

alcançados. Agora, a organização mantem-se e as pessoas é que passam, e, neste momento, sinto que as pessoas que estão à frente do partido têm uma certa visão diferente daquilo que eu considero importante, por isso não vejo motivos para perder o meu tempo […] As pessoas que estão à frente hoje, sinto que estão mais virados para a barriga…"[11].

Recentemente, um grupo de militantes liderados pelo general Thimocene Maquinze fez duras críticas ao presidente da Renamo, tendo proposto a demissão de Ossufo Momade para, alegadamente, revitalizar o partido[12].

Este pronunciamento acontece depois de Sandura Ambrósio, antigo deputado da Renamo ter exigido em finais de 2022, a realização de uma reunião extraordinária para eleição de um novo presidente para a Renamo, alegando que Ossufo Momade está a dividir o partido (Canalmoz, 2022, dezembro 15; O País, 2022, dezembro 14).

Relativamente ao MDM pesam acusações ao atual presidente do partido Lutero Simango de continuar a ser membro e presidente de outro partido – Partido de Convenção Nacional (PCN). Outra crítica que tem sido feita ao atual presidente bem como do anterior, Daviz Simango, é de concentração de poderes e conduzirem o partido nos moldes de uma 'dinástia" ou como 'regulado' conforme denominou Manuel de Araújo, ex-membro do partido, em que o poder gravita no seio da família Simango, facto que terá influenciado para que algumas figuras proeminentes se desvinculassem do partido, dada a ausência de espaço de confrontação à figura do presidente do partido (O País, 2021, outubro 01; Savana, 2013, março 29, 2018, fevereiro 16).

Todos estes cenários confirmam o fundamento de que ainda permanecem sinais de grande fragmentação da sociedade moçambicana, o que contrasta com o princípio desenvolvido no período da independência nacional, onde a ideologia vigente visava construir uma nação unida e sólida que se opusesse a qualquer tentativa de divisão dos moçambicanos. Contrariamente, hoje a sociedade moçambicana continua fortemente tribalizada.

[11] Entrevista de Manuel Bissopo ao Dossiers & Factos, 2020, dezembro 07.

[12] https://www.voaportugues.com/a/porta-voz-da-renamo-descarta-congresso-extraordin%C3%A1rio-depois-de-cr%C3%ADticas-contra-ossufo-momade/7054159.html acedido a 15 de junho de 2023.

A este propósito, vale a pena destacar o pensamento de Kwame Nkrumah quando mostra que durante o período precedente à independência, as divisões de classe foram momentaneamente esquecidas, período esse em que parecia existir unidade nacional e todas as classes se ligaram com o objetivo de expulsar o poder colonial. Foi esta época que inspirou a tese segundo a qual a África não conhecia divisões sociais e não havia luta de classes em uma sociedade tradicional africana comunitária e igualitária. Esta teoria provou-se falsa. A independência fez emergir de novo, por vezes até com maior intensidade, as divisões sociais, temporariamente esquecidas na luta pela liberdade política, sobretudo nos Estados recentemente independentes de tendência socialista (Nkrumah, 2018, pp.24-25).

Passando para o nível interpartidário, refira-se que tem havido um recrudescimento das relações entre os partidos sobretudo a partir de 2011, com a descoberta de reservas de recursos naturais, levando à um reacender do conflito na zona centro-norte do país onde precisamente a Renamo tem mais implantação. Para além do espetro da guerra, esta confrontação reacendeu debates sobre descentralização, devolução política e maior partilha de poder, como notaremos na seção seguinte.

A Frelimo tem sido acusada pelos partidos da oposição de usar recursos públicos para manter-se no poder; de controlar os recursos naturais e económicos do país; de partidarizar as instituições públicas; de excluir alguns moçambicanos no processo decisório e não permitir que outra formação política possa governar o país, o que consubstancia uma fonte de conflito.

A conflitualidade atingiu outras esferas como do legislativo, onde se tem testemunhado controvérsias no debate sobre diversas matérias de interesse nacional, tal como se verificou a quando do debate sobre a Revisão Constitucional, a Desmilitarização, Desmobilização e Reitegração dos antigos guerrilheiros da Renamo (DDR), o terrorismo em Cabo Delgado, e recentemente com a proposta de Lei sobre o Fundo Soberano.

Segundo Ngoenha[13] estes problemas resultam do rumo que o país tomou depois dos Acordos Gerais de Paz de Roma, assinados entre o governo e a Renamo. Ngoenha defende que a visão unitária do país foi-se perdendo com a vitória do liberalismo, através dos Acordos de Roma. Depois dos acordos os moçambicanos deixaram de caminhar como grupo, tendo cada um remado para a sua direção. Por conseguinte, parou-se de pensar nos interesses comunitários do povo e cada um procurou tirar benefícios pessoais, passando a confundir democracia com 'dolacracia' e, se existe algo que dá dólares no mundo e faz funcionar as economias inteiras, é guerra. Portanto, a imposição da política neoliberal criou problemas, uma vez que o país passou a fazer a gestão das questões nacionais com base nos ditames das agências internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (STV, 2021, abril 23).

3.6 Percurso e desafios da democracia e governação local

Como foi indicado anteriormente, as eleições locais em Moçambique constituem um instrumento fundamental da participação política ao nível local. Ao permitir que cidadãos que residem em regiões com autarquias possam participar diretamente no processo de tomada de decisões, esta ação criou uma proximidade entre os representantes e representados, principalmente em autarquias onde pelas condições socioeconómicas, exigem dos autarcas maior cometimento no plano de desenvolvimento municipal.

Entretanto, passados anos de experiência de seleção de candidatos para as assembleias locais e para a governação das autarquias, resulta que o escrutínio aumentou e os desafios também.

A gestão do solo urbano, as infraestruturas, a mobilidade, a tributação e/ou receitas autárquicas figuram nas temáticas que mais colocam as edilidades em permanente avaliação dos munícipes. Aliás, há um conjunto de desafios que persistem na administração municipal em Moçambique, assumido desde os primórdios da

[13] Entrevista de Severino Ngoenha ao Programa "Grande Entrevista", Televisão SOICO, 2021, abril 23.

descentralização como um sistema que seguiria a panaceia de gradualismo na instalação das autarquias (Banze, 2019; Ilal & Weimer, 2018; Jornal da Cidade, 2022).

Como se pode depreender, os desafios seguem uma combinação de fatores, de âmbito legal, portanto, da legislação eleitoral, quer ainda do próprio funcionamento das estruturas municipais resultantes das eleições locais – o Conselho Autárquico e o Presidente do Conselho Autárquico. Talvez seja por isso que na avaliação do processo de descentralização política em África, vários autores (Orre, 2012; Otayek, 2007; Rodrigues, 2011) concluam que embora reformas político-económicas tenham sido levadas a cabo pelos governos nacionais, a descentralização ainda não conseguiu resolver maior número das preocupações das comunidades locais.

Outro desafio que tem merecido atenção particular de alguns autores tem que ver com a engenharia eleitoral (Brito, 2019b; Cahen, 2019b, De Tollenaere, 2018), que infelizmente, ainda obedece a estrutura oriunda dos Acordos Gerais de Paz, assinados em Roma, em 1992.

O que sucedeu é que nas eleições locais de 1998, a Renamo e alguns partidos da oposição não participaram do processo, tendo alegado inconsistências na legislação autárquica. Neste contexto e após a instalação dos primeiros conselhos autárquicos no país, como forma de se evitar novas divergências no seio das formações políticas que pudessem levar a outros boicotes eleitorais e pôr em causa o clima da paz em Moçambique, foi aprovada uma nova lei eleitoral pela Assembleia da República que iria reger as eleições nacionais de 1999 e que pudesse conduzir satisfatoriamente o espírito de reconciliação nacional, necessário para apagar os vestígios de guerra de 16 anos que colocou parte de moçambicanos desavindos.

Refira-se que os doadores também tinham condicionado o financiamento do processo pela aprovação de uma nova legislação eleitoral que acomodasse o conjunto de aspetos que a oposição entendia estarem omissas ou em falta na lei anterior.

Na nova lei eleitoral e das restantes que viriam a ser aprovadas para reger as eleições nacionais assim como locais, obedeceram este alinhamento – de serem construídas com base num “suposto consenso” entre as formações políticas. Aliás, as constatações da Renamo foram sempre que a Frelimo ganhava as eleições porque tem

um controlo total dos órgãos eleitorais e o partido entendia que tendo seus membros nestes órgãos iria resolver o problema, nomeadamente, de evitar o enchimento das urnas que é protagonizada pelos membros da Frelimo.

Uma e outra lei eleitoral introduziu inovações importantes para responder a dinâmica do processo, mas no cômputo geral, as leis eleitorais deviam acautelar primeiro as reivindicações primárias da Renamo[14]. Talvez este pormenor explique porque a Renamo continuou armada durante os 30 anos da democracia pluripartidária. Portanto, o país foi produzindo leis e órgãos eleitorais partidarizados e a discussão das questões políticas passaram a ser de "negociação da partilha" e não necessariamente da "reconciliação" ou de "democratização", conforme atesta a tabela abaixo:

[14] Para compreender esta modalidade de atuação dos atores políticos em África, ver Jean-François Bayart. (2006), L'État en Afrique. La Politique du ventre. Paris: Fayard

Tabela 2. Composição da Comissão Nacional de Eleições

Lei	Composição da CNE	Total de Membros	Eleições	Observação
Lei n.º 4/93, de 28 de Dezembro	a) FRELIMO – 10 b) RENAMO – 7 c) Outros Partidos - 3 d) Sociedade Civil – 1	21	Gerais de 1994	Usado o critério de Paridade dos Partidos Políticos. FRELIMO (partido no Governo) mais a RENAMO e outros partidos. A Sociedade Civil tinha um representante com papel determinante.
Lei n.º 4/97, de 28 de Maio	a) Presidente -1 b) FRELIMO - 4 c) RENAMO – 3 d) Governo – 1	9	Autárquicas de 1998 (Renamo não participou)	Foi usado o critério de Representação Parlamentar. Ausência da Sociedade Civil e houve entrada de um membro designado pelo governo.
Lei n.º 4/99, de 2 de Fevereiro	a) FRELIMO – 8 b) RENAMO – 7 c) Governo – 2	17	Gerais de 1999	Foi usado o critério de Representação Parlamentar. Ausência da Sociedade Civil e entrada do governo
Lei n.º 20/02, de 10 de Outubro	a) FRELIMO – 10 b) RENAMO – 8 c) Sociedade Civil – 1	19	a) Autárquicas de 2003 b) Gerais de 2004	Permaneceu o critério de Representação Parlamentar, saída do governo e retorno da Sociedade civil.
Lei n.º 8/07, de	a) Sociedade Civil – 8 b) FRELIMO – 3	13	a) Autárquicas de 2008	Usado o critério de Representação Parlamentar

26 de Fevereiro	c) RENAMO – 2		b) Gerais de 2009 c) Provinciais 2009	e houve o reforço da presença da Sociedade Civil (CNE dominada pela SC)
Lei n.º 6/2013, de 22 de Fevereiro	a) FRELIMO – 5 b) RENAMO – 2 c) MDM – 1 d) Magistratura Judicial – 1 e) Magistratura do MP - 1 f) Sociedade Civil – 3	13	Autárquicas de 2013 (Renamo não participou)	Usado critério de Representação Parlamentar e houve introdução de representantes da magistratura (judicial e Ministério Público) e redução da Sociedade Civil
Lei n.º 6/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 9/2014, de 12 de Março.	a) FRELIMO – 5 b) RENAMO – 4 c) MDM – 1 d) Sociedade Civil – 7	17	a) Gerais de 2014 b) Provinciais 2014	Paridade Parlamentar entre FRELIMO (Partido Governamental) e a oposição (RENAMO e MDM). A Sociedade Civil tem um papel determinante
Lei n.º 6/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 30/2014, de 26 de Setembro.	a) FRELIMO – 5 b) RENAMO – 4 c) MDM – 1 d) Sociedade Civil – 7	17	a) Autárquicas de 2018 b) Gerais de 2019 c) Provinciais 2019	Paridade Introduz alterações em alguns artigos e republica a Lei n.º 6/2013, de 22 de Fevereiro, republicada pela Lei n.º 9/2014, de 12 de Março.

Fonte: IMD - Instituto para Democracia Multipartidária (2020).

A Comissão Nacional de Eleições eleita no dia 16 de dezembro de 2020 para gerir as eleições autárquicas de 2023, provinciais e gerais de 2024 é composta por 17 membros e mantém o princípio de paridade adotado na lei anterior. Entretanto, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) boicotou a sessão da Assembleia da República reservada à eleição dos membros da Sociedade Civil para a Comissão Nacional de Eleições alegando que a Frelimo e Renamo quebraram o espírito de equilíbrio e paridade. A eleição dos (7) sete membros da Sociedade Civil de acordo com o MDM deveriam obedecer o princípio que garantisse o equilíbrio e paridade na composição final da Comissão Nacional de Eleições (8 + 8 + 1).

O partido considerou-se excluído do processo, na medida em que a eleição foi conduzida usando a maioria parlamentar em coligação com a segunda Bancada Parlamentar, promovendo a ação política bipartidária, ignorando que a Assembleia da República que é constituída por três bancadas parlamentares.

O MDM considerou igualmente que os apetites de bipolarizar a política moçambicana impuseram as suas vontades para a composição final da CNE, que deixará de ser um órgão de equilíbrio, de paridade e retirando o voto de qualidade do Presidente da CNE a ser indicado (9 + 7 + 1). Por seu turno, a Bancada Parlamentar da Frelimo justificou que a eleição obedeceu a Lei e o contexto em que ocorreu é completamente diferente do exercício feito no passado, em que foi feita cooptação destes membros da Sociedade Civil pela parte dos partidos políticos.

Porque existe esta partidarização da legislação e dos órgãos eleitorais em eleições que procuram eleger estruturas que tem o dever de resolver problemas da sociedade no seu todo? de todos munícipes que residem numa região autarcizada? quais são as principais causas?

As respostas para estas questões podem ser encontradas nas bases de consenso e negociação construídas ao longo do tempo. Uma das bases de consenso tem o seu respaldo no princípio de representação parlamentar, que é fruto dos resultados eleitorais para a composição do legislativo nacional, que deram sempre maior expressão para dois partidos políticos desde as primeiras eleições pluralistas, tendo a Frelimo e a Renamo como os principais atores.

Mesmo com a presença do MDM no parlamento em dois mandatos consecutivos, a sua representatividade é fraca quando comparada com os outros dois partidos que, em termos de número de assentos foi sempre superior. Este fenómeno tem contribuído grandemente para a natureza e o funcionamento do sistema político nacional e tem influência direta no poder local, que em princípio, tem a prerrogativa de criar estruturas autónomas com vista a responder o desiderato político constitucional – um espaço de construção democrática onde atores locais mobilizam recursos para a prossecução do desenvolvimento socioeconómico local.

Este fenómeno foi apelidado por Bussoti (2013) de "democracia bloqueada". Segundo Bussoti, o conceito de "democracia bloqueada" denota a situação que Moçambique viveu desde os primeiros anos 90, um sistema político de acordo com o qual um partido (a Frelimo) devia governar, um outro (a Renamo) devia opor-se. Este cenário conforme desenvolve o autor, tinha sido explícita ou implicitamente desenhado pelos próprios Acordos Gerais de Paz de Roma, em 1992 e o bipartidarismo que Frelimo e Renamo construíram desaguou numa democracia "bloqueada", em que só havia espaço para essas duas forças, com tarefas bem traçadas (Bussoti, 2013, p.1).

Outro argumento nesta linha foi apresentado por Manhiça (2013) ao defender que a comissão mista criada pelas disposições dos AGP, que tinha a responsabilidade de monitorar o processo das primeiras eleições, além dos representantes da comunidade internacional, não integrou nenhuma outra força política para além dos elementos indicados pelos dois partidos que tinham assinado os AGP. Aos outros partidos, se lhes foi reservado só a consultação (não vinculante) sobre o projeto da lei eleitoral. Para evidenciar a preocupação que a Renamo e a Frelimo tinham de reduzir ao máximo a participação das outras forças políticas, o Protocolo III dos AGP estabelece um teto de 5 a 20% dos votos expressos a nível nacional, para obter uma representação no parlamento. Paradoxalmente, os únicos partidos que eram conhecidos a nível nacional, graças à guerra, eram só os dois, a Frelimo e a Renamo (Manhiça, 2013, p.5).

Ainda sobre os desafios da democracia e governação local, cabe aqui salientar que sob ponto de vista de aceitação dos resultados eleitorais, a Frelimo tende a aceitar os resultados em todas as autarquias onde perde a corrida, enquanto a Renamo não aceita mesmo em situações de uma aparente falta de organização interna. Foi assim em

2003, 2008 e 2018, nas eleições locais que participou, onde terá apresentado um conjunto de irregularidades nos processos e contestou os resultados, mantendo e/ou tornando pública a sua total desconfiança nos órgãos eleitorais, não obstante a presença de seus membros nestes órgãos, a todos níveis.

Depois das eleições locais de 2018 se terem realizado com base numa nova legislação eleitoral, fruto das negociações políticas entre o governo e o partido Renamo, os dirigentes deste partido ameaçaram romper com as negociações de paz caso não se reconhecesse a fraude eleitoral. Refira-se que a tensão político-militar que se vivia no país antes das eleições, consubstanciada em ataques cíclicos protagonizados pelos guerrilheiros da Renamo no centro do país, levaram a que o parlamento aprovasse uma nova Constituição da República e um novo figurino da descentralização.

A Renamo condicionou o cessar-fogo pela Revisão Pontual da Constituição da República para permitir que os governadores provinciais fossem eleitos e não indicados como vinha sendo feito desde a independência nacional. Esta reivindicação remonta das eleições nacionais de 1999 onde a Renamo registou bons resultados em seis províncias no universo das onze do país, na zona centro e norte (embora não tenha ganho a eleição), e construiu uma narrativa de que numa eventual eleição de governadores provinciais o partido poderia fazer eleger seus candidatos, tendo em conta o apoio que teve do eleitorado daquelas províncias.

Com alguma assessoria interna e externa começou a construir argumentos sobre uma eventual federalização do país, como forma de resolver as clivagens sociopolíticas prevalecentes. Aliás, Afonso Dhlakama, seu então líder, já tinha colocado a possibilidade da divisão do país em duas regiões, uma governada pela Frelimo e outra pela Renamo, justificando a legitimidade deste modelo, através do apoio político que cada formação política tinha numa determinada região. Contudo, os resultados eleitorais das eleições nacionais e locais subsequentes a favor da Frelimo viriam contrariar este aparente domínio da Renamo pela mesma região.

Com a Constituição da República aprovada em 2018 e com um novo paradigma de descentralização, resultou que as províncias passaram a ter um órgão executivo provincial, dirigido por um Governador de Província eleito e que responde politicamente perante a Assembleia Provincial, e um Representante do Estado que

tomou a designação de Secretário de Estado na Província que zela pelos interesses do Estado na área respetiva. A Frelimo ganhou as eleições nacionais de 2019 e elegeu governadores em todas as províncias do país.

O modelo definiu igualmente que o país passaria a ter, a partir de 2024, uma Assembleia Distrital, passando o executivo distrital a ser dirigido por um Administrador de Distrito eleito e a responder politicamente perante a Assembleia Distrital, e ao nível autárquico, como se verificou nas eleições locais de 2018, o Presidente do Conselho Autárquico passou a ser o Cabeça de Lista dos candidatos do partido, coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores que obteve o maior número de votos nas eleições para a Assembleia Autárquica.

Entretanto, as eleições distritais não terão lugar em 2024 dado que o parlamento fez revisão da Constituição da República para retirar a obrigatoriedade da sua realização no próximo ano. O projeto de revisão constitucional foi submetido pela Bancada Parlamentar da Frelimo.

O modelo de descentralização inaugurado ainda requer adaptações e adequações ao contexto do país, tendo em conta os desafios sociopolíticos. Como se sabe, o modelo é resultante de um acordo político de cessar-fogo e não necessariamente de uma reforma política visando acompanhar a dinâmica evolutiva do país, nomeadamente no campo social, político e económico, conforme sugere o processo de descentralização política, sobretudo o princípio de gradualismo na implementação das autarquias no país que, postula que uma vila ou povoação preencha um conjunto de requisitos para ser elevada a categoria de município.

A elevação de mais vilas e cidades a categoria de municípios é crucial e um passo decisivo, no sentido de que corresponde ao discurso político de garantir que paulatinamente estas regiões possam constituir-se em municípios para começarem a planear de forma autónoma o desenvolvimento socioeconómico local. Porém, a experiência dos últimos 25 anos demonstra que as estruturas municipais ainda não funcionam em pleno, o que em parte, contrasta tacitamente com os vários fundamentos apresentados outrora (pelo partido Renamo e alguma parte da sociedade civil), na fase inicial de implantação das autarquias, que colocavam a necessidade de autarcizar o país

no seu todo, mesmo perante o argumento de que a escolha das vilas por autarcizar pela parte do governo seguia lógicas diferentes dos preconizados pela Lei, no sentido de que a Frelimo influenciava diretamente no processo.

Na prática, muitos municípios encaram dificuldades para materializar os seus planos de desenvolvimento municipal. Aliado a isso está a fraca estrutura fiscal que carateriza a maioria dos municípios e, como tem se notado, sem os fundos compensados pelo governo central muitos municípios não funcionam devidamente. Vários estudos feitos em Moçambique sobre a matéria também concluíram que há fraca capacidade ao nível local (Boex, 2011; MAP, 2017; Nguenha et al., 2017; Von Schiller et al., 2018).

Os dados do Barómetro Municipal realizado pelo IESE em 2017 e 2018[15] reportam estes desafios, variando para cada município, mas no cômputo geral, a leitura que se pode fazer do nível de satisfação dos munícipes com relação aos serviços municipais digamos que é médio. Os dados revelam igualmente que embora os munícipes tenham uma ideia muito clara sobre o direito de voto, os outros direitos, deveres e participação como sejam, o direito de acesso à informação relativa às atividades do Município, bem como o direito à liberdade política de aderir a partidos e movimentos, e o direito de criticar a governação municipal, poucos munícipes reconhecem, e acrescentamos o facto de muitos munícipes pouco se envolverem nos programas para a melhoria dos serviços municipais.

A consciência autárquica também continua deficiente. A autarcização enquanto método democrático que consiste na apropriação dos munícipes sobre os problemas locais não está a ser encarada como fator crucial para consolidar o paradigma da descentralização e do poder local. O outro aspeto fundamental tem que ver com os órgãos eleitos. Quer nos partidos políticos bem como nos grupos de cidadãos, os

[15] O Barómetro da Governação Municipal (BGM) é um inquérito por questionário produzido por IESE sobre a avaliação dos munícipes em relação ao desempenho da governação municipal. O objetivo principal é de proporcionar uma série de indicadores cobrindo as diferentes vertentes da atuação dos órgãos e serviços municipais. De 2017 a 2018 o Barómetro cobriu 15 municípios, sendo que oito municípios foram analisados em 2017: Beira, Tete, Manjacaze, Lichinga, Pemba, Quelimane, Nampula e Ilha de Moçambique, e sete municípios em 2018: Chimoio, Dondo, Gurué, Inhambane, Moatize, Nacala e Xai-Xai.

candidatos propostos para concorrer às eleições locais necessitam compreender a lógica e os contornos do poder autárquico, além de conhecimento comprovado que devem ter sobre os problemas que apoquentam a comunidade local. Em vários municípios do país é notável este desfasamento entre os programas de governação propostos pelos candidatos com a realidade no terreno (Savana, 2018, setembro 24).

Além disso, os municípios existentes poucos funcionam em pleno, agravando-se o facto dos requisitos transpostos pela lei para transformar uma determinada região em autarquia não corresponder com a realidade no terreno. Na verdade, o sucesso deste processo passa pela compreensão de que não basta que se atinjam os objetivos políticos, é preciso olhar o país de forma holística, e no caso concreto das autarquias, como espaços privilegiados para a resolução das inúmeras preocupações das comunidades. Pelo que, urge repensar no modelo de autarcização em curso no país, cabendo ao governo e aos partidos políticos a melhor gestão do dossiê de autarcização porque permanece um campo difuso na relação entre os dois atores.

Como se pode notar, a conceção criteriosa destes aspetos acima referidos e outros que estruturam a governação autárquica permite que as comunidades locais possam beneficiar do objetivo que encerra a governação local – melhoria contínua da qualidade de vida. Concluímos esta secção enfatizando que diante dos inúmeros desafios que caraterizam a governação local, torna-se proeminente que as autarquias desenvolvam programas de governação que espelham a realidade local, procurando resolver as múltiplas questões que apoquentam as comunidades locais.

Capítulo IV

4. Padrões de Votação das Eleições Locais em Moçambique

4.1.Introdução

No capítulo anterior analisamos o processo de descentralização em Moçambique e destacamos as reformas levadas a cabo e que deram lugar às primeiras eleições locais. O exercício foi acrescido com a descrição do percurso do processo democrático em Moçambique, das eleições locais pioneiras às subsequentes e os desafios que se colocam no quotidiano.

Da análise feita, constatou-se que a abertura ao multipartidarismo, fruto da reforma constitucional de 1990 e o processo de descentralização ainda em curso, trouxeram um conjunto de vantagens sociopolíticas ao país. Contudo, verificou-se que ainda há necessidade de introdução de reformas a vários níveis, começando pela própria democracia que ainda não está consolidada, passando pela permanência de desafios estruturais como a consolidação da paz e reconciliação nacional, consubstanciada pela desconfiança existente entre os atores políticos, bem como a necessidade de aprofundamento da estrutura do poder local refletida no atual modelo de autarcização que requer, em parte, à adequação aos pressupostos da governação local. O novo modelo de descentralização, resultante da reforma constitucional de 2018 também se tem revelado desafiante ao contexto do país.

Assim, o objetivo deste capítulo é de volvidos 25 anos de experiência de realização de eleições locais em Moçambique, compreender o padrão de voto a este nível e quais os fatores que explicam os padrões observados.

4.2 Fundamentos teóricos e conceituais

Investigar os padrões de votação das eleições locais moçambicanas não é uma tarefa simples. Em primeiro lugar, a participação eleitoral ainda não atingiu níveis satisfatórios e diversos fatores concorrem para esta realidade. Em segundo lugar, a competição político-partidária não é efetiva, ao longo do tempo houve registo de boicotes por parte de alguns concorrentes. Em terceiro lugar, tal como acontece noutros cantos de África, ainda prevalece o fenómeno em que os perdedores sempre acusam os vencedores de fraude eleitoral, ou seja, os resultados das eleições são sempre contestados. Em quarto lugar, a eleição continua sendo questionada, sobretudo o papel dos órgãos eleitorais na condução do processo - a sua independência e imparcialidade, o que tem propiciado para que inúmeras reformas da legislação eleitoral sejam introduzidas para se contornar este aspeto. Há inclusive registo de episódios de violência pós-eleitoral.

Entretanto, o estudo das eleições ao longo do tempo pode revelar não apenas as tendências nas próprias eleições, mas também as tendências dos processos sociais, económicos e políticos subjacentes (Harrop & Miller, 1987).

Aliás, os padrões de votação são fenómenos complexos, que resultam de uma interação de vários fatores em diferentes circunstâncias (Bwana, 2009). Geralmente, tanto os fatores objetivos que permeiam uma população quanto os sentimentos subjetivamente sustentados determinam o padrão de votação e as escolhas feitas em uma disputa eleitoral. O primeiro pode implicar, entre outras coisas, a condição socioeconómica dos eleitores e a persuasão ideológica, enquanto o último pode assumir considerações mais setárias como raça, etnia, religião (Bwana, 2009, p.1).

Os padrões de voto mostram como diferentes grupos sociais interagem entre si, como os indivíduos interagem com suas famílias e amigos, como respondem às ações das elites políticas ou ao conteúdo dos meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo, fornecem indicadores valiosos de mudança social e política (Harrop & Miller, 1987, p.10).

Como vimos no Capítulo II (Seção 2.5), vários autores apoiados em dados de inquérito têm analisado os padrões de votação, com base em dados individuais, demonstrando existir diferenças ao nível individual (económicas, identidade política,

avaliação do desempenho dos governos/dirigentes, etc.) que determinam em quem os cidadãos votam. Apesar de ser esta a tendência dominante, vários outros estudos têm olhado a dimensões contextuais, e também analisados dados ao nível agregado. É nesta corrente que esta tese se insere.

Para este estudo a análise cinge-se na compreensão do comportamento eleitoral ao nível agregado. Nesta perspetiva, procura-se descrever o padrão de voto local de três partidos políticos – Frelimo, Renamo e MDM. Os dados de todas eleições locais foram obtidos na Comissão Nacional de Eleições (CNE). Assim, apresentam-se os resultados autárquicos em cada província, nas três regiões do país e ao nível nacional.

4.3 Breve Contextualização da Política Partidária em Moçambique

A política partidária em Moçambique remonta o período imediatamente a independência nacional. A Frelimo, movimento constituido a 25 de junho de 1962, em Dar es Salam, através da fusão de três movimentos independentistas, nomeadamente a Udenamo, Mano e Unami, dirigiu a luta de libertação do país até 1974, altura em que foram assinados os Acordos de Lusaka que criaram as condições para a proclamação da Independência de Moçambique em 1975 (Rupiya, 1998; Tembe & Gaspar, 2014).

Com a independência conquistada e com uma nova Constituição da República, a Frelimo define os princípios fundamentais do Estado assentes na democracia popular e o socialismo como o modelo de administração do Estado (Brito, 2019a; Lundin, 1995).

Em 1977 a Frelimo realizou o seu III Congresso, deixando de ser uma frente unida com objetivos de libertar a pátria, transformando-se em partido político de vanguarda marxista-leninista, com uma agenda virada para a governação do país. Nesta altura, a Frelimo passa a funcionar como um partido-Estado, com decisões tomadas com base no centralismo democrático, embora em documentos oficiais o partido indicasse existir uma distinção entre os dois órgãos (Brito, 2019a; Weimer & Carrilho, 2017).

Weimer e Carrilho (2017) relatam que a relação entre Estado e partido era, como tal, simples e complexa ao mesmo tempo. Por um lado, o partido dirigia e orientava todas as atividades do Estado, em que o Estado era entendido como um servo disposto e sempre pronto a executar os programas políticos e ideológicos do partido. Por outro lado, o partido de vanguarda e os seus responsáveis políticos muitas vezes não confiavam nos funcionários ou burocratas do Estado, em parte porque muitos dos que se tornaram funcionários estatais vieram dos setores mais instruídos da população, que surgiram depois de 1960, quando o regime português começou a utilizar mais recursos na formação e na contratação de africanos (Weimer & Carrilho, 2017, p.45).

Moçambique também era ameaçado direta ou indiretamente por interesses hostis ao seu projeto socialista e ao seu apoio de princípio às lutas de libertação na Rodésia e na África do Sul (Darch, 2018, pp.12-13). Segundo Dinerman (2006) Moçambique tornou-se um dos principais alvos da estratégia total do regime segregacionista de África do Sul por três razões:

> "Em primeiro lugar, o governo da Frelimo acolheu os guerrilheiros do ANC. Em segundo lugar, os portos e ferrovias de Moçambique ofereciam aos estados vizinhos uma alternativa potencial ao sistema de transporte da África do Sul para acesso aos mercados mundiais. Um grande passo na direção de forjar tal alternativa foi dado em 1980. Logo após a independência do Zimbábue, nove estados da região formaram a Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC). O objetivo explícito da SADCC era diminuir o domínio econômico e tecnológico da África do Sul no subcontinente. Esse objetivo era inaceitável para Pretória, cujo objetivo era estabelecer um bando de estados amigos do apartheid, politicamente submissos e economicamente dependentes ao longo de sua fronteira. Um terceiro fator foi o efeito galvanizador que a adesão da Frelimo ao poder estatal teve sobre o ativismo político negro na África do Sul. O colapso do colonialismo português e a instalação de um regime nacionalista militante em Maputo, ajudou a estimular o renascimento da resistência política negra dentro da África do Sul, em meados da década de 1970. Nestas circunstâncias, é razoável concluir que a África do Sul tinha interesse em garantir que Moçambique independente não se tornasse um farol da revolução negra, socialista ou outra (Dinerman, 2006, pp.3-4)".

Portanto, a conjugação destes fatores concorreu para que os regimes minoritários da Rodésia e África do Sul formassem a Renamo, um movimento de desestabilização que desencadeou uma guerra contra o governo da Frelimo a partir de 1977 (Cahen, 2019b; Hoile, 1994; Minter, 1994; Newitt, 1995; Vines; 1996).

Entretanto, é preciso salientar que independentemente dos apoios recebidos pela África do Sul e Rodésia, a Renamo viria mais tarde ganhar adeptos internos por causa do modelo de governação adotado pela Frelimo depois da independência nacional (Brito, 2019a; Geffray, 1991; Genoud et al., 2018).

Tal como refere Lundin (1995) a escolha do modelo e as práticas inerentes à mesmo alienaram moçambicanos. Retirou-se do processo indivíduos e grupos que defendiam outras ideias, um estilo de vida diferente, tinham paradigmas de análise baseados num universo sociocultural diferente, de tudo que se propunha. Isto criou bases para que o processo de desenvolvimento se tornasse vulnerável às penetrações, que o inviabilizaram, levando o país à pobreza, ao conflito entre grupos e setores sociais, e finalmente, à guerra (Lundin, 1995, p.435).

A guerra movida pela Renamo contra o governo da Frelimo já tinha criado inúmeros prejuízos para a economia e outros setores vitais, mas também instalado profundas clivagens sociais, dada a divisão que se tinha estabelecido em termos de apoio que as partes recebiam pela parte da população (Brito, 2010).

Para suprir a crise que o país estava mergulhado, resultante da guerra, mas também dos recorrentes desastres naturais, o governo da Frelimo implementou o Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987, um tempo depois designado Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) com vista a acelerar o crescimento económico (Castel-Branco, 1995; Wuyts, 1990).

Em 1989, a Frelimo realiza o seu V Congresso e abandona o centralismo democrático alicerçado no marxismo-leninismo. O rumo do conflito que opunha o governo e a Renamo muda. Há uma relativa tendência da Renamo aderir ao diálogo uma vez que pela via armada ninguém estava em condições de ganhar o conflito. A Renamo tornara público que a sua luta era contra as políticas do governo de cunho marxista-leninista das quais caraterizavam-se por ser divisionistas e opressoras. As negociações entre as partes ganharam ímpeto e coincidem com a aprovação de uma Constituição da República, em 1990 (Carbone, 2005; Manning, 1998; Vines, 1996).

A nova Constituição da República fez uma reforma profunda na estrutura e modelo de governação. O centralismo cede espaço ao pluralismo e são introduzidos no texto constitucional garantias e direitos básicos individuais como: a liberdade de expressão e de associação. Os partidos políticos nascem formalmente como uma das formas dos cidadãos participarem na vida política do Estado, além das outras modalidades de participação cívica (Mazula, 1995).

É assim que após várias tentativas falhadas de aproximação entre as partes, finalmente a 4 de outubro de 1992, a Renamo assina os Acordos Gerais de Paz, em Roma, com o governo da Frelimo, visando calar as armas e promover a reconciliação nacional (Cabaço, 1995; Zuppi, 1995).

A Renamo torna-se em partido político reconhecido por Lei e criam-se as condições para participar nas primeiras eleições gerais realizadas em 1994. O sistema eleitoral adotado para as primeiras eleições multipartidárias foi o da representação proporcional com escrutínio de lista e a conversão dos votos em mandatos foi através do método de Hondt (Brito, 1995; Carrilho, 1995; Mazula, 1995).

Vale lembrar que este sistema eleitoral tinha sido proposto pela Renamo nas negociações de paz em Roma, precisamente por temer que o sistema maioritário que constava na Constituição da República de 1990 fosse prejudicá-la nos pleitos eleitorais. Além disso, é a própria Renamo que teria proposto uma barreira de representatividade partidária na Assembleia da República que variava de 5% a 20%, tendo no final sido adotada a barreira de 5% (Brito, 1995, 2010; Carrilho, 1995).

O partido Renamo viria concorrer às eleições de 1994 com Afonso Dhlakama como seu candidato presidencial e a Frelimo com Joaquim Chissano. No total concorreram às eleições 12 partidos, 2 coligações e 12 candidatos. O país inaugurava assim a democracia multipartidária (Carbone, 2003; Macuane, 2000; Sanches, 2015).

Em termos de resultados eleitorais, a Frelimo e a Renamo são os partidos que saíram beneficiados, tendo o primeiro alcançado 44,3% e o segundo 37,7% nas legislativas. Dos restantes partidos concorrentes, a coligação União Democrática é a única formação que conseguiu ultrapassar a barreira de representatividade fixada em 5% ao obter 18% dos votos e 9 mandatos. Nas presidenciais Joaquim Chissano obteve uma

votação satisfatória, recolhendo 53% contra 34% de Afonso Dhlakama. Joaquim Chissano foi eleito Presidente da República (Brito, 1995; Macuane, 2000; Rupiya, 1998).

Estes resultados de 1994 tornaram o sistema partidário moçambicano de bipartidário, uma tendência que viria a se registar nas eleições gerais de 1999, onde a Frelimo (com 133 mandatos) e a Renamo[16] (com 117 mandatos) foram os partidos que receberam mais votos nas legislativas. Joaquim Chissano foi reeleito com 52,3% dos votos e Afonso Dhlakama obteve 47,7% dos votos (Brito, 1995; Macuane, 2000).

Refira-se que a Renamo não participou da primeira eleição local realizada em 1998, por causa do impasse havido na Assembleia da República entre as bancadas parlamentares com relação à legislação autárquica. O partido só viria participar nas segundas e terceiras eleições locais realizadas em 2003 e 2008, e viria boicotar as quartas eleições locais realizadas em 2013 pelos mesmos fundamentos apresentados em 1998, e também devido a falta de confiança nos órgãos de gestão eleitoral do país[17].

Ainda sobre às eleições legislativas e presidenciais, em 2004 assistiu-se a uma mudança no processo político-eleitoral. A Frelimo obteve números significativos quando comparados com os resultados das eleições anteriores. O partido no poder obteve 56% dos votos contra 27% da coligação Renamo-União Eleitoral. Na corrida presidencial, a Frelimo teve Armando Guebuza como seu candidato em substituição de Joaquim Chissano e a Renamo manteve Afonso Dhlakama. Os resultados deram vitória ao candidato da Frelimo com 64% dos votos contra 32% do candidato da Renamo. A Frelimo reforçou a sua hegemonia política (AfriMAP & OSISA, 2009; Brito, 2008).

As eleições gerais de 2009 acontecem com um conjunto de reformas na legislação eleitoral, com particular ênfase para a remoção da cláusula de barreira de 5% que impedia a presença de pequenos partidos no parlamento. A retirada da barreira de 5% favoreceu substancialmente a entrada do MDM no parlamento moçambicano,

[16] A Renamo esteve coligada nesta eleição. A coligação designava-se Renamo União Eleitoral (Renamo-UE).

[17] Ver Boletim sobre o processo político em Moçambique.

depois de ter conquistado 8 mandatos e 24 membros para as assembleias provinciais (Chichava, 2010; Nuvunga & Adalima, 2011; Rosário & Guambe, 2021).

O MDM, partido recém-criado na cidade da Beira, em Sofala, por Daviz Simango depois da sua expulsão na Renamo, participou das eleições gerais de 2009 tendo sido ele próprio o candidato do partido a cargo de Presidente da República. Embora não tenha ganho a eleição, os resultados obtidos pelo partido viriam torná-la na terceira maior força política nacional (Chichava, 2010).

Nesta eleição, a Frelimo e seu candidato Armando Guebuza aumentaram a sua hegemonia ao receberem mais de dois terços dos votos em detrimento dos seus adversários. Armando Guebuza foi reeleito com 75,2% e a Frelimo obteve 74,7% correspondentes a 191 mandatos, enquanto Afonso Dhlakama obteve 16,3 % e o seu partido 17,7% correspondentes a 51 mandatos[18].

Os resultados das eleições locais de 2013 deram um impulso significativo ao MDM e permitiu ao partido a formação de uma base social, facto que terá levado com que nas eleições legislativas de 2014 conseguisse uma representação considerável no parlamento em detrimento das legislativas de 2009. Portanto, de 8 mandatos o partido passou a contar com 17 mandatos no parlamento. Nas eleições presidenciais de 2014, o candidato do MDM, Daviz Simango, teve um resultado abaixo do pleito anterior. Daviz Simango recebeu 8.59% dos votos totais em 2009 contra 6.36% de 2014, representando uma erosão de mais ou menos 30 mil eleitores. Cresceu, nessa altura, a ideia de que o avanço do MDM é explicado pelos momentos mortos da Renamo (O País, 2017, dezembro 5).

Em contrapartida, a Frelimo saiu vitoriosa desta eleição de 2014, mas com perda significativa dos seus mandatos. O partido perdeu a sua maioria de dois terços, de 191 mandatos caiu para 144, ao passo que a Renamo aumentou o número de mandatos de 51 para 80. Em termos de corrida presidencial, a Frelimo concorreu com Filipe Nyusi,

[18] https://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-em-mo%C3%A7ambique-de-2009/a-4713068 acedido a 4 de fevereiro de 2023.

candidato que venceu o escrutínio com 57%, seguido de Afonso Dhlakama, da Renamo com 36,6%[19].

Se em 2014 a Frelimo viu os seus mandatos reduzidos, a eleição de 2019 revitalizou a hegemonia que o partido detém no panorama político nacional. Em termos de mandatos, o partido conquistou 184 contra 60 da Renamo e 6 do MDM. São dados que revelaram uma Frelimo forte e cada vez mais dominante. Um aspeto que merece realce tem que ver com os resultados do círculo eleitoral de Nampula, uma provincia com histórico favorável à oposição, o partido no poder ganhou o escrutinio pela primeira vez em todos os distritos, com um universo de 495 642 votos correspondentes a 28 mandatos (Boletim sobre o processo político em Moçambique, 2019).

Filipe Nyusi saiu mais reforçado nesta eleição ao conseguir ser reeleito com 73% dos votos, seguido por Ossufo Momade com 21,88%, candidato da Renamo que concorria pela primeira vez em substituição à Afonso de Dhlakama que terá perdido a vida, e Daviz Simango com 4,38%, candidato do MDM[20].

A descida acentuada dos mandatos do MDM na eleição de 2019 poderá se explicar pelas clivagens internas que o partido vinha se deparando. Os conflitos remontam o ano de 2008 (Chichava, 2010).

A semelhança do sucedido com Daviz Simango em 2008, aquando da sua expulsão na Renamo por constituir uma ameaça a liderança de Afonso Dhlakama, o mesmo cenário estava prestes a se repetir, envolvendo Manuel de Araújo, edil de Quelimane, com o Presidente do partido, Daviz Simango. Manuel de Araújo defendia não "proceder" o facto do Chefe da Bancada Parlamentar do MDM, na VIII Legislatura, não ser oriundo da Zambézia, por tratar-se do círculo que teria elegido mais deputados ao parlamento. A direção do partido terá decidido manter Lutero Simango, irmão mais velho de Daviz Simango, como Chefe da Bancada Parlamentar. Todos estes episódios consolidavam a ideia segundo a qual o partido era dirigido com base em relações

[19] https://www.dw.com/pt-002/perda-parlamentar-da-frelimo-%C3%A9-real-dizem-analistas/a-18033378 acedido a 5 de fevereiro de 2023.

[20] https://www.dn.pt/mundo/filipe-nyusi-reeleito-presidente-de-mocambique-com-apenas-73-dos-votos-11451757.html acedido a 5 de fevereiro de 2023.

clientelares e de nepotismo, além da concentração de poderes e peerseguição de opositores internos[21].

O II Congresso do partido realizado em 2017 não resolveu estes problemas internos como se esperava. As clivagens no seio do partido permaneceram e ganharam maior expressão, se notabilizando com as crispações entre Daviz Simango e Mahamudo Amurane, edil de Nampula, que denunciava ingerência do Presidente do partido na gestão municipal. O ponto mais alto da discórdia entre ambos estava relacionado ao facto de Mahamudo Amurane não estar a obedecer as orientações dadas por Daviz Simango no que tange à requisição de fundos municipais ao edil de Nampula para a realização de atividades político-partidárias e não só. Estas contradições levaram com que Mahamudo Amurane anunciasse o seu afastamento do partido, o que terá influenciado negativamente na imagem do MDM[22].

O MDM passou a registar deserções das figuras mais relevantes, com destaque para Manuel de Araújo e Venâncio Mondlane que também não comungavam com a postura da direção do partido. Os dois viriam juntar-se a Renamo.

As eleições locais de 2018 foram realizadas num clima de tensão interna e com baixa popularidade do partido, o que terá concorrido para o péssimo resultado eleitoral em todo o país, com a exceção da autarquia da Beira que continuou nas mãos do Daviz Simango. Refira-se que atualmente o partido conta com 6 deputados no parlamento, um número explicitamente inferior quando comparado com as duas anteriores legislaturas[23].

Em termos de competição política, o país vive um bipartidarismo que se reflete numa votação significativa para dois partidos políticos: a Frelimo e a Renamo, desde que as eleições multipatidárias tomaram lugar em 1994. Entretanto, a Frelimo é o

[21] https://www.dn.pt/lusa/ex-deputado-do-mdm-e-o-candidato-da-renamo-em-maputo-nas-autarquicas-de-outubro-9620869.html acedido a 02 de março de 2023.

[22] https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-suspeitas-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-mancham-rela%C3%A7%C3%B5es-entre-edil-de-nampula-e-mdm/a-37449395 acedido a 02 de março de 2023.

[23] https://www.dn.pt/lusa/ex-deputado-do-mdm-e-o-candidato-da-renamo-em-maputo-nas-autarquicas-de-outubro-9620869.html acedido a 02 de março de 2023.

partido que venceu todas as eleições gerais até então, se tornando num partido dominante.

Quanto aos resultados eleitorais, o padrão espacial de voto demonstra uma Frelimo cada vez mais enraizada no eleitorado (Pitcher, 2006), olhando para o número de mandatos conquistados nos círculos eleitorais de eleição em eleição, seguida pela Renamo, um partido que tem estado a conseguir obter apoios nos vários cantos do país, embora insuficientes para ganhar o escrutiníio. O MDM está com um padrão não muito consistente, mantendo apenas apoios nos espaços onde se encontra a governar sobretudo na autarquia da Beira.

Embora as eleições tenham recebido, pela parte dos observadores internacionais, a ‘luz verde’ de serem livres, justas e transparentes, os resultados eleitorais foram sempre contestados pela oposição, tendo este factor influenciado para às escaladas de violência política que o país observou ao longo do tempo (Manning, 2002; Sanches, 2015).

Relativamente às lideranças partidárias, refira-se que a Frelimo conta, em termos cronológicos, com 5 líderes desde a sua fundação em 1962. Primeiro com Eduardo Mondlane que dirigiu o partido até a sua morte em 1969, tendo sido substituido por Samora Machel. Samora Machel se tornou Presidente da Frelimo em 1970 e no primeiro Chefe de Estado de Moçambique. Depois da sua morte em 1986, em acidente de aviação, em Mbuzine, é sucedido por Joaquim Chissano que foi eleito Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República no mesmo ano.

Vale lembrar que Joaquim Chissano governou o país durante 18 anos, portanto, de 1986 a 2005 e viria ser substituído por Armando Guebuza, este segundo se tornou Presidente da Frelimo em 2005, depois de ter desempenhado as funções de Chefe da Bancada Parlamentar da Frelimo por dois mandatos e de Secretário-geral do partido desde 2002, altura da realização do VIII congresso do partido. Como Presidente do partido e do país fez dois mandatos e viria a ser sucedido por Filipe Nyusi em 2014, que se encontra a cumprir o seu mandato presidencial desde 2019.

Diferentemente de Filipe Nyusi que é do norte do país, os anteriores presidentes do partido Frelimo eram oriundos da região sul. A Frelimo participou de todas eleições nacionais e locais. Sabe-se que nas eleições nacionais, o partido conhece uma continuidade governativa fruto das sucessivas vitórias eleitorais desde as primeiras eleições fundadoras da democracia multipartidária.

Em contrapatida, a Renamo conta até ao momento com três líderes. O primeiro líder da Renamo foi André Matsangaíssa, nascido em Manica. Foi dissidente da Frelimo e aderiu a Renamo depois de fugir da prisão em Gorongosa para Rodésia. Viria a perder a vida em 1979, num confronto com as forças governamentais (Oliveira, 2006; Vines, 1996).

Com a morte de André Matsangaissa, a Renamo passou a ser dirigida por Afonso Dhlakama em 1980. Nascido em Sofala, também dissidente da Frelimo, Afonso Dhlakama foi o maior protagonista na história da Renamo, tendo participado diretamente nas principais fases da edificação do partido, desde a passagem de MNR para Renamo, à assinatura dos acordos de paz em Roma, à transformação do movimento de guerrilha em partido politico e ao exercicio da ação politica através da participação nos processos eleitorais. Perdeu a vida a 3 de maio de 2018, depois de ter dirigido a Renamo cerca de 38 anos.

Com a morte de Afonso Dhlakama, o partido passou a ser dirigido pelo General Ossufo Momade, eleito presidente no VI Congresso do partido, realizado na Serra da Gorongosa, em 2019. Além de ter sido Secretário-Geral do partido, Ossufo Momade foi deputado da Assembleia da República durante várias legislaturas. Com Ossufo Momade, o poder passou para o norte do país, uma vez que é originário de Nampula, diferentemente dos antigos líderes da Renamo que eram oriundos da região centro.

No que tange ao MDM, o partido conta com dois líderes até o momento, ambos da familia Simango. Daviz Simango dirigiu o partido durante 12 anos. Com a sua morte a 22 de fevereiro de 2021, foi sucedido pelo seu irmão Lutero Simango, eleito presidente durante o III Congresso do partido. Ambos são de Sofala, filhos de Uria Simango, membro fundador e eleito Vice-Presidente na altura da constituição da Frelimo em 1962.

Que MDM se espera sem Daviz Simango para os próximos momentos? Será Lutero Simango a sucessão acertada para um conjunto de desafios que se colocam ao MDM, sobretudo, de se constituir numa alternativa política em Moçambique? Estas são as questões que ficam no ar e que serão respondidas nos próximos tempos, começando com as eleições locais de 2023 e das próximas eleições nacionais de 2024, com o Lutero Simango como presidente do partido.

4.4. Análise do Padrão Espacial de Voto em Eleições Locais

Tal como foi referenciado na introdução deste capítulo, a análise espacial de voto das eleições locais (1998, 2003, 2008, 2013, 2018) comporta três níveis e três partidos políticos. Primeiro analisamos os padrões de votação na Frelimo (desde 1998), Renamo (desde 2003) e MDM (desde 2013) nas 11 províncias do País, de seguida analisamos os dados ao nível regional (Norte, Centro e Sul do País) e concluímos com os dados agregados ao nível nacional. Esta escolha resulta da importância que se reveste a compreensão do processo, no seu todo, mas também pelo contributo adicional à literatura sobre o processo eleitoral moçambicano.

4.4.1. As eleições de 1998

Conforme explanado no capítulo anterior, depois das eleições fundadoras da democracia multipartidária em 1994, o processo eleitoral que se seguiu foi a eleição local de 1998, realizada em 33 municípios sob a égide de reformas descentralizadoras, operadas com o objetivo do reforço da participação política, consolidação da democracia e maior aproximação do poder aos cidadãos. As eleiçoes locais tinham também em vista a institucionalização das autarquias locais, entendidas como veículos para a promoção da participação política a nível local.

Não obstante estes aspetos positivos, as eleições locais de 1998 foram realizadas num contexto marcado por desentendimentos no seio das formações políticas em torno do processo eleitoral. Tal como se referiu anteriormente, a Renamo e outros partidos da oposição não participaram do escrutínio dada a falta de clareza no processo de seleção das circunscrições a serem minicipalizadas e também pela maneira como foi conduzido o recensemaneto dos eleitores (Boletim do Processo Político em Moçambique, 1998).

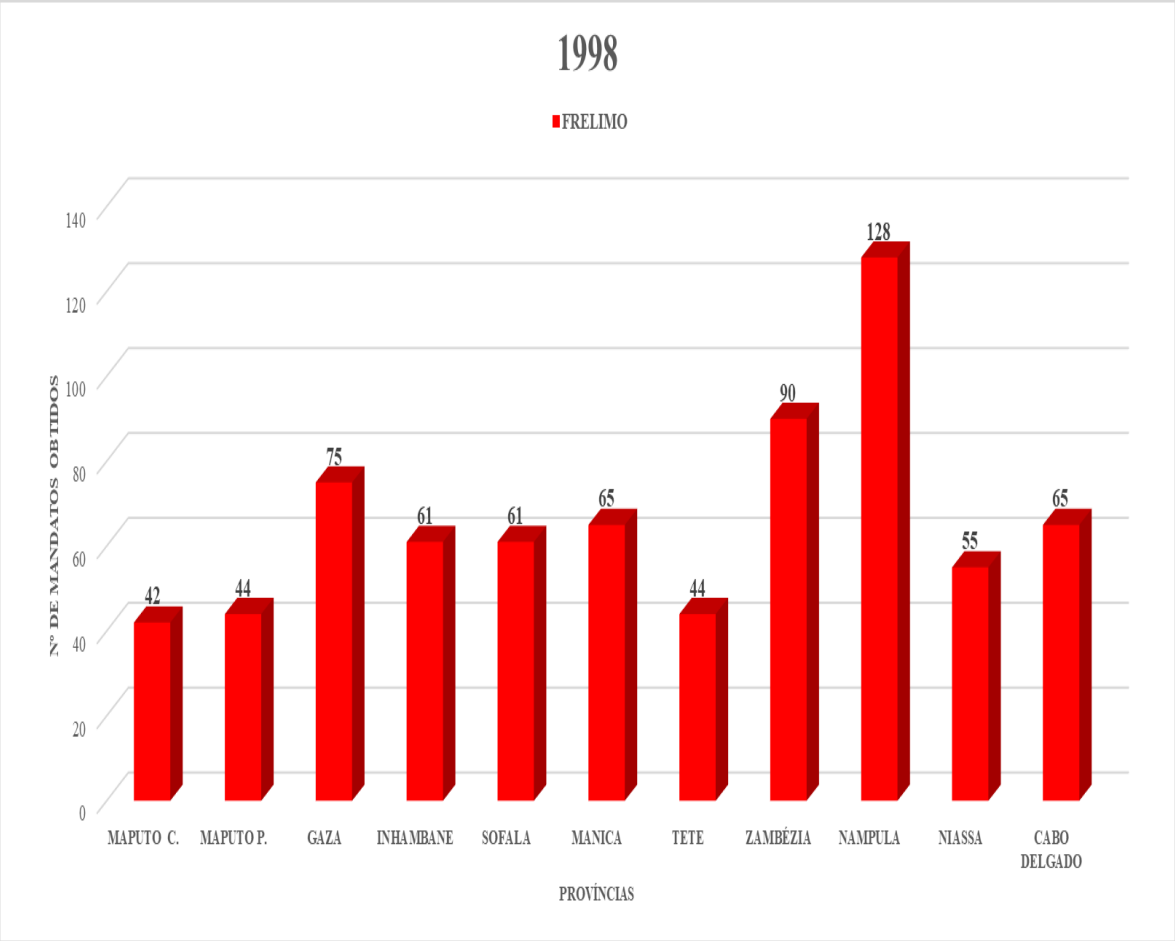
Estes episódios criaram um ambiente turbulento em todas as fases de preparação das eleições. Primeiro, por causa da perceção que se criou no seio da oposição e da sociedade civil de que a Frelimo selecionou autarquias onde entendia existir apoio dos eleitores a seu favor, em face dos resultados obtidos nas eleições nacionais de 1994. Segundo, temendo que a Renamo pudesse vir ganhar nas zonas onde recebeu maior número de votos em 1994, para não partilhar o poder com este partido, a Frelimo condicionou a participação dos eleitores através de um recensemanto deficiente (Brito, 2013; Bussoti, 2013; Nuvunga, 2012; Rosário, 2009; Soiri, 1998).

A participação eleitoral reduzida no território nacional (15%) e a fraca adesão partidária no escrutínio pode ter influenciado na qualidade das eleições, se tomarmos em conta que o processo, no seu todo, aconteceu num ambiente de crescentes animosidades, onde a Frelimo apelava a participação massiva dos munícipes e a oposição trabalhava para o boicote (Serra et al., 1999).

Os dados à disposição revelam que não houve competição política, dado que a Frelimo foi a única formação política que concorreu ao escrutínio, com a exceção de alguns grupos de cidadãos que se candidataram, mas que não obteram resultados significativos.

A Frelimo saiu vitoriosa tendo não só eleito os seus candidatos, mas também obtendo o maior núnero de mandatos, conforme apontam os dados abaixo:

Gráfico 2. Mandatos obtidos pela Frelimo em 1998



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

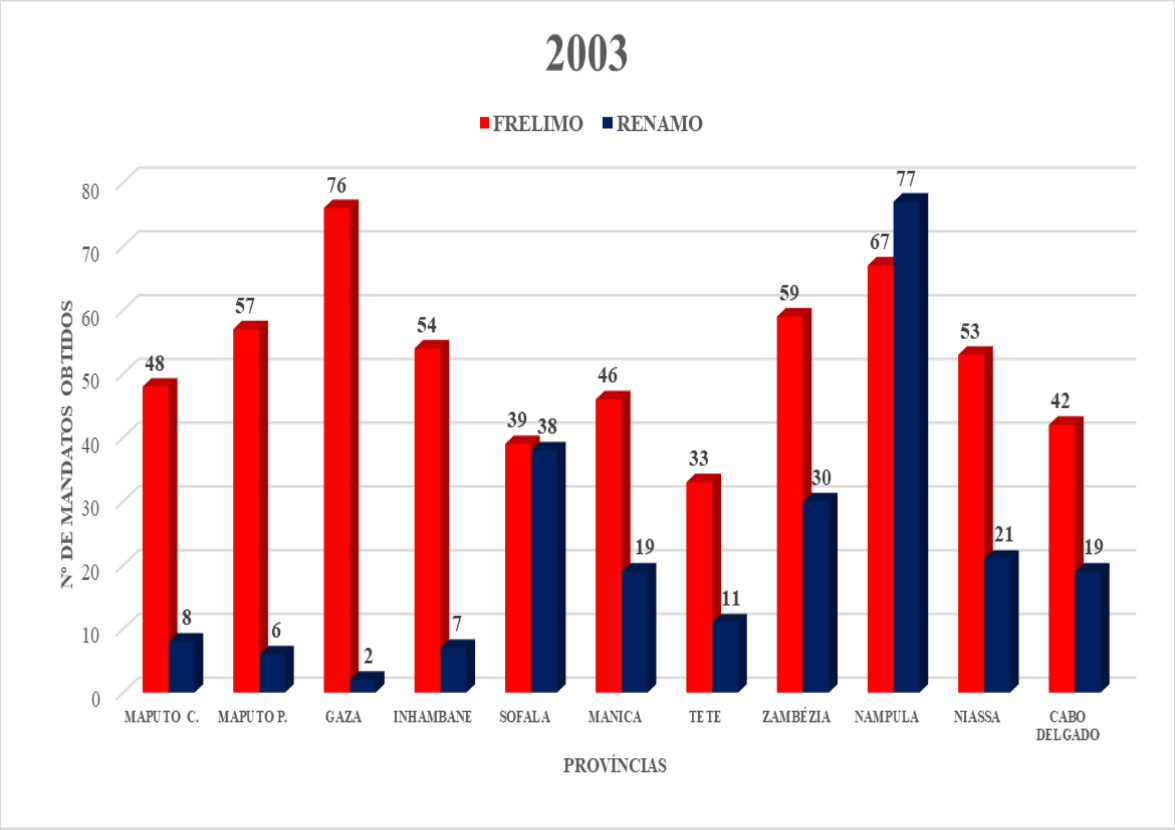
4.4.2. As eleições de 2003

Não obstante o ambiente político vivido em 1998 se caraterizar por conturbada relação entre as formações políticas, as eleições de 2003 aconteceram num contexto de relativa calma e com a participação da Renamo no escrutínio. Em termos económicos, os dados apontam para um crescimento real do PIB que atingiu os 7.1 por cento. Este crescimento do país se deveu ao contributo particular dos megaprojetos (BAfD/OCDE, 2005, p.1).

Além disso, diferentemente de 1998, as eleições locais de 2003 foram realizadas num contexto político marcadamente influenciadas pelos resultados das eleições nacionais de 1999 que colocou a Renamo como a segunda força política relevante no país.

Sob ponto de vista de competição política, estas eleições marcaram a história democrática recente do país, por se ter registada a primeira alternância de poder, significando a oposição ter o controlo de um órgão autárquico, no caso concreto da Renamo. Ademais, o facto de haver coabitação do poder numa autarquia (Marromeu), também assinala o nível de competitividade verificada nesta eleição. As províncias de Sofala e Nampula jogaram um papel preponderante para esta realidade eleitoral, conforme atesta o gráfico em termos de mandatos obtidos entre as formações políticas.

Gráfico 3. Mandatos obtidos pela Frelimo e Renamo em 2003



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

Em termos de resultados registados nas províncias, em Cabo Delgado a Frelimo teve uma votação média sendo que a mais alta se registou em Montepuez onde obteve

80.21%. Enquanto na Cidade de Pemba conseguiu 65.51%, o mesmo não sucedeu em Mocímboa da Praia onde houve praticamente um equilíbrio entre as duas formações políticas – Frelimo e Renamo, o primeiro com 50.72% e o segundo com 49.28%.

Em Niassa a eleição foi realizada nos municípios de Lichinga, Cuamba e Metangula e a Frelimo obteve resultados acima dos 60% em cada um dos municípios, mas se considerarmos se tratar de uma província com um histórico ligado ao partido Frelimo, os mandatos obtidos pela Renamo (v. no gráfico) demonstraram a existência de apoiantes ao partido ainda que não sejam números altos.

A província de Nampula registou um equilíbrio eleitoral, cada formação política alcançando excelentes resultados, sendo a Renamo o partido que ligeiramente se evidenciou. Vejamos como se distribuiu o voto nos municípios. Dos 5 municípios onde a eleição foi disputada, a Frelimo teve bons resultados em Nampula (54.35%) e Monapo (51.7%), os restantes municípios ficaram sob domínio da Renamo, particularmente em Angoche (53.07%), Ilha de Moçambique (52.68%) e Nacala-Porto (57.62%).

A base social da Renamo, resultante do passado da guerra que opôs este partido e o governo da Frelimo jogou um papel crucial nesta eleição local. Aliás, Nampula é uma das províncias do país que a Renamo conseguiu manter sua base de apoio tanto nas eleições nacionais bem como nas eleições locais, sobretudo nas eleições que o partido participou (nacionais de 1994 e 1999 e locais de 2003).

Embora a nível local, é importante salientar que sob ponto de vista político, a vitória que a oposição teve nas eleições locais foi fundamental para a democratização do sistema político moçambicano, ao ter feito uma rutura com a realidade política do país em que as eleições só eram ganhas pela Frelimo.

Na província da Zambézia, as eleições foram realizadas em 4 municípios e em todos eles a Frelimo alcançou excelentes resultados, sendo que Gurué (70.55%), Milange (69.95%), Mocuba (72.64%) e em Quelimane a votação esteve relativamente equilibrada, mas com vantagem do partido no poder (Frelimo 50.90% e Renamo 44.02%).

Na província de Tete a Frelimo apresenta uma nítida representação eleitoral, tendo alcançado números acima dos 60%. No município de Tete obteve números significativos 74.67% contra 25.33% da Renamo e, em Moatize a Frelimo registou 68.95% contra 25.58% da Renamo, revelando uma posição clara de vantagem do partido no poder.

Em Manica as eleições foram realizadas em três municípios, tendo o município de Manica se juntado à Chimoio e Catandica. A Frelimo obteve bons resultados nesta eleição, com números significativos a se posicionarem nos municípios de Catandica e Manica 78.37% e 79.09% respetivamente. Em Chimoio a Frelimo ganhou a eleição, mas quando comparados com os municípios acima elencados, os números deste município sugerem para uma vitória não expressiva, pois a Frelimo obteve 58.63% e a Renamo 38.40%.

O gráfico de Sofala é demonstrativo de uma realidade política distinta. Tal como Nampula e Zambézia, Sofala é uma das províncias do país que a oposição sempre teve apoio considerável. Uma vasta literatura nacional e internacional já se debruçou acerca dos resultados eleitorais desta província. Aliás, Sofala é considerada o berço da oposição do governo da Frelimo.

Mantiveram na corrida os três municípios onde a eleição ocorreu em 1998: Beira, Dondo e Marromeu. Entretanto, foi a província em que a eleição registou a maior competição eleitoral, ao ter produzido números aproximados entre as formações políticas concorrentes. A Frelimo ganhou as eleições em Dondo e Marromeu. Contudo, em Marromeu a vitória foi na tangente, sendo que a diferença de votos entre as duas formações políticas foi insignificante: a Frelimo com 50.22%, portanto, um universo de 1,933 votos expressos e a Renamo com 49.78% fruto de 1,916 dos votos conquistados.

Um dado interessante no município de Marromeu tem que ver com o fenómeno que originou do escrutínio: a coabitação do poder local. O facto da Frelimo ter vencido a eleição (assembleia municipal) e a presidência do conselho municipal ter caído nas mãos da oposição. Este foi um cenário que *a priori* dava indicações de existência de oposição clara ao governo da Frelimo no contexto local.

A Renamo ganhou na cidade da Beira, com o registo de 54.54% contra 41.25% da Frelimo. Do cenário de Marromeu se juntando com o da Beira, se colocava uma realidade atípica em termos do quadro politico-eleitoral. A província de Sofala passava a oferecer uma posição polar, dando uma indicação de existência provavelmente de um voto local, oposto aos outros, quiçá dos restantes distritos da província. Assim, na cidade da Beira, a Renamo passou a controlar a assembleia municipal e a respetiva presidência do conselho municipal.

Na província de Manica a Frelimo ganhou a eleição em todos os municípios, sendo que no Chimoio 58.63%; Manica 79.09% e Catandica 78.37%.

O gráfico dos resultados de Inhambane apresenta uma realidade previsível se nos atermos ao comportamento eleitoral da província ao longo do tempo[24]. Há um decréscimo da votação nos partidos da oposição quando comparado com a realidade observada noutras províncias do país.

Conforme relata o gráfico, evidencia-se uma larga vantagem da Frelimo em termos de mandatos conquistados. Através dos números obtidos pelos partidos, é possível constatar sem reservas, uma implantação nítida do partido no poder, o que lhe confere uma posição favorável para uma governação municipal sem uma grande oposição a nível das assembleias municipais.

A província de Gaza é um caso *suis generis* e tem vindo a ser analisada em termos de comportamento eleitoral, quer em eleições nacionais bem como em eleições locais. Em eleições nacionais a Frelimo regista uma continuidade de bons resultados desde as eleições fundadoras da democracia multipartidária em 1994 (v. dados da CNE).

Em termos de resultados para as eleições locais, o gráfico mostra um quadro de estabilidade eleitoral do partido Frelimo, apresentando números acima de 70% dos votos expressos em toda a província. Em termos políticos, é uma província sem competição eleitoral e com dados que revelam a existência de um eleitorado não saliente, se estruturando categoricamente para um voto local a favor da Frelimo.

[24] Dados das eleições nacionais de 1994 a 2019 revelam uma votação branda da oposição e um apoio sistemático ao partido no poder nesta província.

O gráfico de Maputo Província mostra que diferentemente de Inhambane e Gaza, esta é uma das províncias do extremo sul do país onde se pode verificar uma presença da oposição, embora não possa ser considerada significativa sobretudo nesta eleição. Os resultados não permitem avançar um quadro diferente, além da forte presença da Frelimo em todos os municípios.

A Cidade de Maputo sempre funcionou como o principal barómetro para projetar ou antever o ponto de situação dos partidos. Sucede que, por conta da própria estruturação do sistema político moçambicano, a vida política do país é maioritariamente desenvolvida e debatida neste município, portanto, na capital do país. Mesmo olhando para a oferta, isto é, melhores oportunidades de formação, emprego, habitação etc.; a Cidade de Maputo tem se posicionado naquela que mais apresenta bons indicadores quando comparado com outros municípios do país.

Ao mesmo tempo que se coloca na dianteira na oferta de melhores oportunidades, devido ao crescente número de habitantes, que acorrem a capital proveniente dos diferentes cantos do país, precisamente pelos motivos acima descritos, é uma cidade que tem apresentado enormes desafios para responder a demanda, o que tem exigido às formações políticas e não só, uma atenção particular.

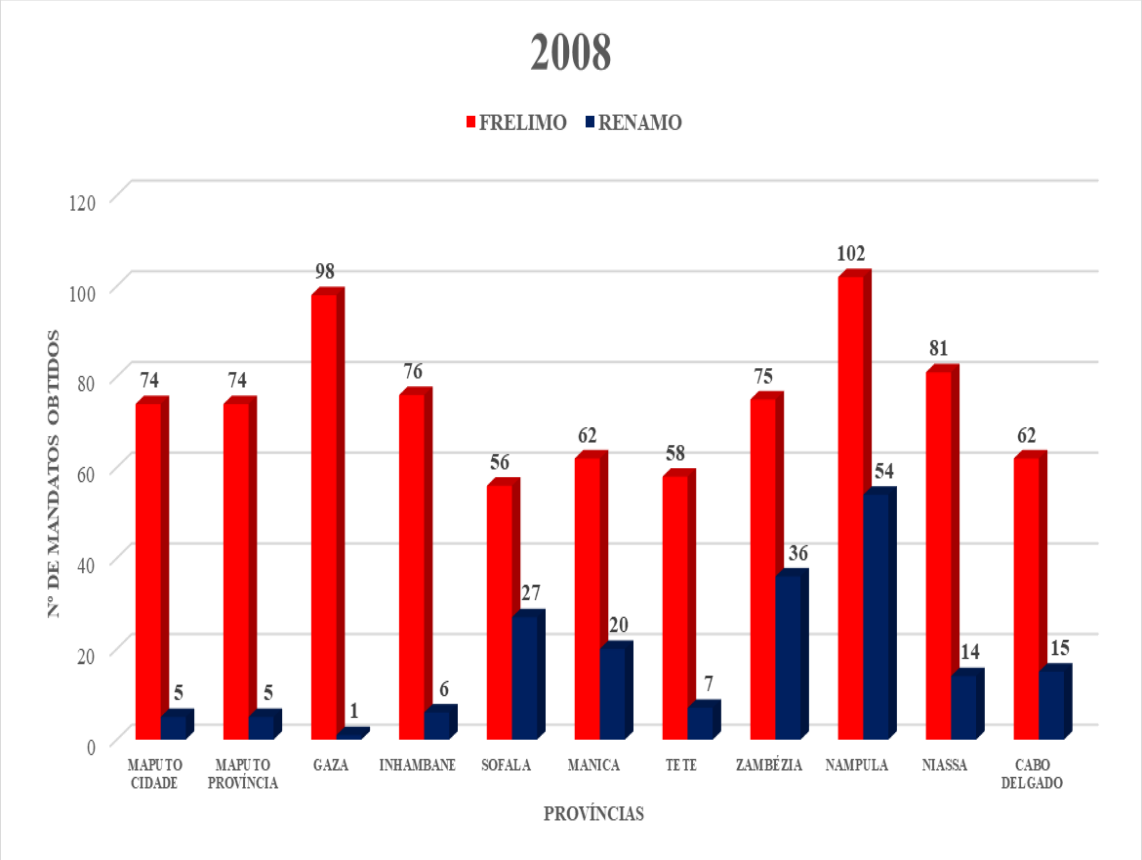
Nas eleições locais de 2003 a Frelimo obteve bons resultados, não tendo uma oposição à altura de a confrontar, particularmente na apresentação de propostas arrojadas de governação da cidade, basta verificar os números alcançados pelos partidos (Frelimo 76.11% contra 12.75% da Renamo).

4.4.3. As eleições de 2008

As eleições locais de 2008 aconteceram numa fase particularmente desafiadora para o governo da Frelimo por causa das pressões sociais resultantes do alto custo de vida nos espaços urbanos. O país viveu neste ano uma onda de manifestações nas cidades devido ao aumento exponencial de preços dos principais produtos de consumo, de transporte semi-coletivo e dos combustíveis (Astill-Brown & Weimer, 2010; Bussoti, 2014; Cruz et al., 2020).

Entretanto, comparativamente às eleições de 2003 e, mesmo diante de protestos e contestações pela parte dos munícipes das principais cidades do país, os resultados das eleições de 2008 revelaram uma Renamo fraca e com uma prestação eleitoral negativa, enquanto a Frelimo saiu do escrutínio com resultados cada vez mais ascendentes, conforme indica o gráfico em termos de mandatos obtidos.

Gráfico 4. Mandatos obtidos pela Frelimo e Renamo em 2008



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

Em Cabo Delgado a eleição foi realizada em 4 municípios, sendo que a Vila de Mueda foi o município que se juntou aos restantes onde a eleição vinha sendo disputada. O resultado mais significativo foi alcançado precisamente neste novo município (Vila de Mueda) onde a Frelimo obteve 97.01%, seguido de Montepuez com 83.22%, Pemba com 81.62% e Mocímboa da Praia com 62.57%.

A província de Niassa não fugiu à regra, a Renamo perdeu votos. Dados do Município de Lichinga mostram que dos 33.83% em 2003 viria obter 32.22% em 2008. Em Cuamba, na eleição de 2003 o partido alcançou 33.46%, entretanto em 2008 viria obter 16.28%. Em Metangula o partido mostrou-se menos regular ao alcançar resultados abaixo de 20%, em 2003 (11.88%) e em 2008 (5.17%).

Na província de Nampula os resultados revelaram uma Renamo incapaz de dar o rumo necessário que se pretende para uma governação autárquica. A Frelimo recuperou todos os municípios onde havia perdido a eleição em 2003 e obteve excelente resultado no novo município de Ribaué (87.63%), onde a Renamo registou o resultado mais baixo da província (11.01%). Estratégias políticas locais como a cooptação de cidadãos influentes, acomodação de interesses de grupos e uma certa mobilização dos eleitores contra a governação da oposição terão contribuído grandemente para os resultados que a Frelimo obteve nestas eleições locais (Nuvunga, 2012; Rosário, 2009).

Na Zambézia a votação global da Frelimo se situou acima dos 60% e, para esta subida de números do partido no poder se destacaram os municípios de Mocuba com 72.64%, Milange 69.95% e Alto Molocué 67.32%. No município de Quelimane a Frelimo obteve 55.24% contra 43.15 da Renamo e no Gurué 54.9% contra 42.44%.

Na província de Tete os números da Frelimo se revelariam contundentes na eleição de 2008, através de um aumento de votos nos municípios em que a eleição ocorreu. Além de Tete e Moatize, um novo município entrou na lista dos municípios em disputa. Trata-se de Ulongué. Em cada um dos três municípios a Frelimo conquistou acima de 80% dos votos expressos, consolidando a posição da formação política mais regular.

Se seguirmos a lógica que caraterizou a eleição de 2008 no seu todo, estes resultados obtidos pela Frelimo poderão não espantar. Em termos de voto partidário, esta eleição posicionou a Frelimo como o partido mais sólido, em termos organizativos como também no projeto de governação em detrimento da Renamo.

Em Manica a Frelimo manteve o seu poderio, se destacando o facto do município de Chimoio, onde na eleição de 2003 o partido registara resultados abaixo dos 60%, nesta eleição os números subiram alcançando 68.07% dos votos. Nos restantes municípios, a Frelimo manteve bons resultados como os registados na eleição de 2003, como sejam: Manica 82.11% e Catandica 78.68% incluindo o novo município de Gondola 75.66%.

A eleição de 2008 foi meio turbulenta na província de Sofala, sendo a cidade da Beira o município no centro das atenções. Como foi referenciado nesta tese, Daviz Simango, o homem que dirigiu o conselho municipal da Beira em 2003 representando a Renamo, teria sido substituído a última hora por Manuel Pereira para as eleições locais de 2008, o que terá levado este a optar por uma candidatura independente suportada por um grupo de cidadãos. Entretanto, não foi a tempo de submeter uma lista para o preenchimento das vagas na assembleia municipal.

Do escrutínio realizado na Beira, resultou uma assembleia constituída por 19 membros para a Frelimo, 17 para a Renamo e 7 para o Grupo para a Democracia na Beira (GDB), 1 para PIMO e 1 para PDD, estes últimos três partidos/grupo de cidadãos não são objeto de análise da tese.

A Frelimo teve uma votação de 41.51% e a Renamo com 37.21% e como se pode aferir, foi uma eleição renhida. Entretanto, é fundamental explicar que para a presidência do município o candidato independente Daviz Simango foi eleito, suplantando os candidatos apresentados pela Frelimo e Renamo, nomedamente Lourenço Bulha e Manuel Pereira. Com estes resultados se consolidava uma realidade difícil para o partido no poder em termos de controlo dos destinos da segunda cidade do país.

Em contrapartida, a Frelimo saiu vencedora noutros municípios da província de Sofala, começando em Gorongosa onde obteve 82.06%, Dondo 76.25% e Marromeu 56.23%.

Os resultados da zona sul do país, onde estão as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade foram amplamente favoráveis ao partido no poder, tendo alcançado em cada uma das províncias vitórias acima de 70% dos votos, conforme atesta o gráfico. Este foi o pior resultado eleitoral cumulativo da oposição na zona sul em todas as eleições locais realizadas em Moçambique.

4.4.4. As eleições de 2013

O ano de 2013 foi caraterizado por uma crise politico-militar. O país viveu um ambiente de instabilidade politica devido às reivindicações que a Renamo apresentava sobre a necessidade de revisão da lei eleitoral, a despartidarização das instituições do Estado, a reforma dos órgãos eleitorais e a integração dos seus guerrilheiros no quadro das Forças de Defesa e Segurança à luz do Acordo Geral de Roma (Brito, 2013; Bussoti, 2014; Macamo, 2014; Sicoche, 2014).

Para forçar o governo à mesa negocial, a Renamo cortou a estrada nacional n°1, no troço entre o rio Save e Muxúngue, inviabilizando a transitabilidade de pessoas e bens. Várias negociações tiveram lugar entre a Renamo e o governo, mas todas elas redundaram em fracasso, o que terá influenciado para que o partido liderado por Afonso Dhlakama tomasse a decisão de não participar da eleição local de 2013.

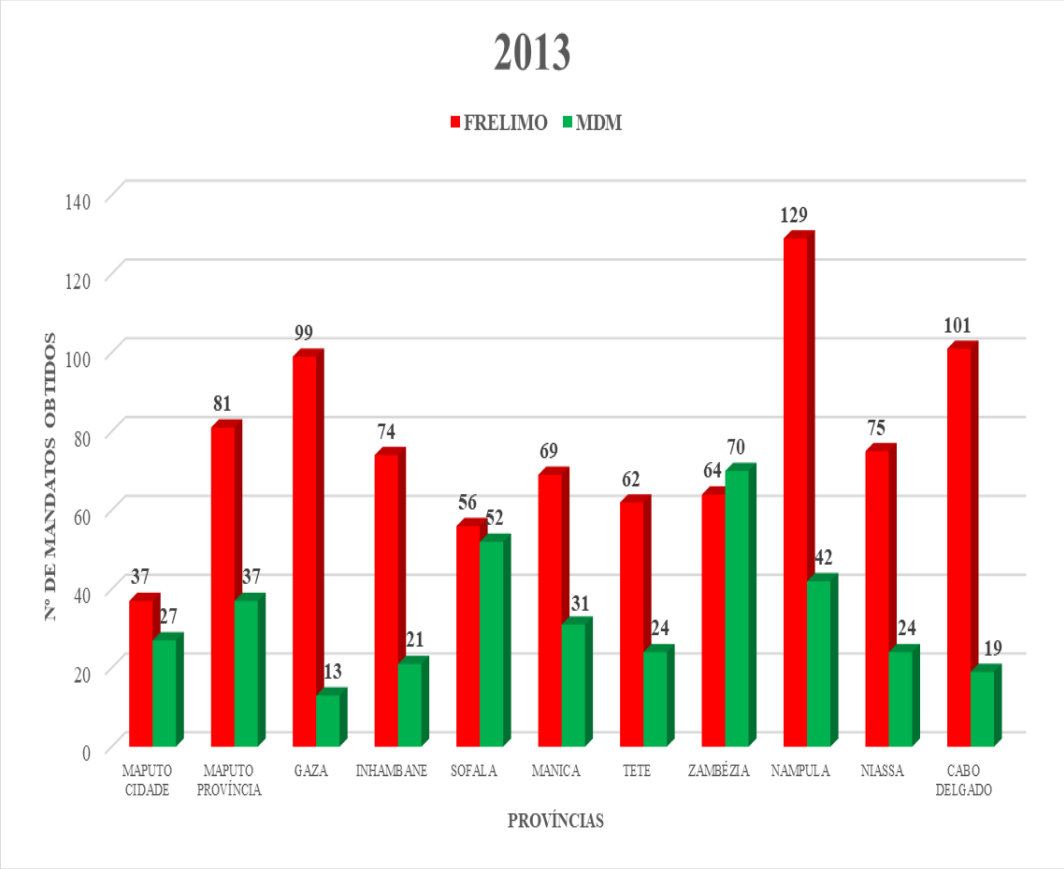
Por outro lado, o comportamento económico do país foi caraterizado por uma desaceleração, devido às calamidades naturais que se fizeram sentir e também pela queda dos preços das matérias-primas sobretudo do carvão no mercado internacional (Brito, 2015; Relatório & Contas Millennium Bim, 2013).

Conforme descrito, as eleições de 2013 aconteceram com a ausência do principal partido da oposição. O MDM, a nova formação política criada em 2009, na cidade da Beira, disputou a eleição com a Frelimo.

Houve competição política nestas eleições, não só pelo facto do MDM ter conquistado três autarquias importantes do país – Beira, Quelimane e Nampula, mas também pelo

número de mandatos obtidos a nível nacional, na ordem de 30%, um número considerável para um partido emergente no cenário político nacional, conforme relata o gráfico.

Gráfico 5. Mandatos obtidos pela Frelimo e MDM em 2013



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

Outro aspeto a realçar tem que ver com o equilíbrio em termos de mandatos nalgumas autarquias. Em termos de qualidade das eleições pode ser considerada média porque há indicações de terem ocorrido irregularidades em muitas autarquias, com ânfase para a violência eleitoral, interferência da polícia no processo de votação e muitos votos invalidados (Boletim do Processo Político de Moçambique, 2013, pp.1-2).

Entretanto, na província de Cabo Delgado, a Frelimo demonstrou um poderio alcançando resultados acima de 50% em todos os 5 municípios onde a eleição foi realizada. Refira-se que nesta eleição a Vila de Chiúre juntou-se aos 4 municípios onde a eleição ocorreu em 2008. Embora tenha havido um grande entusiamo pela parte de alguns moçambicanos em relação ao novo partido, parece não ter sido suficiente para os eleitores dos municípios de Cabo Delgado em apostar grandemente no MDM. O resultado digno de realce terá obtido na cidade de Pemba onde atingiu apenas 24.71%.

Em Niassa as eleições foram ganhas pela Frelimo, mas não deixa de ser interessante o resultado obtido pelo MDM nesta província, uma vez se tratar de um partido que tinha mais aceitação nas grandes urbes como a Cidade de Maputo, Matola e Beira. Por exemplo, em Lichinga a percentagem de votos do MDM se situou em 33.6%, tendo conquistado 13 mandatos dos 39 previstos, em Cuamba com 20.84%, em Metangula com 21.34%, Mandimba que se estreou nesta eleição o MDM obteve 28.77% e Marrupa que também participava pela primeira vez o partido conseguiu 8.44%.

Em 2013 a Frelimo manteve o seu poderio a nível da província de Nampula com a exceção do município com o mesmo nome (Nampula) que caiu novamente nas mãos da oposição, mas desta vez para o MDM. A ausência da Renamo, o mau desempenho da Frelimo e o candidato apresentado pelo MDM para a presidência do conselho autárquico Mahamudo Amurane, uma figura influente e conhecido pela sua integridade e verticalidade, tiveram uma grande influência para a vitória eleitoral do MDM. Este resultado eleitoral colocou o município de Nampula num campo político movediço e carateristicamente heterogéneo. Assim, o MDM obteve 51.65% e a Frelimo 43.99%.

Na província da Zambézia, a Frelimo obteve números abaixo dos alcançados nas eleições locais anteriores. Do escrutínio resultaram votações mais equilibradas para a Assembleia Municipal, colocando a Frelimo acima do MDM na tangente. Este quadro eleitoral se verificou no Gurué onde a Frelimo obteve 51.49% e MDM 48.51% e em termos de mandatos apontando 11 para a Frelimo e 10 para o MDM. Em Milange 51.34% para a Frelimo e 47.62% para o MDM, sendo que os mandatos se distribuiriam em 7 contra 6. Em Mocuba 52.29% para a Frelimo e 47.71% para o MDM, e nos mandatos 16 contra 15.

Em Alto-Molocué 53.65% para a Frelimo e 46.35% para o MDM e com a distribuição de mandatos de 9 contra 8. Na Maganja da Costa 59.44% a favor da Frelimo e 40.56% para o MDM, com os mandatos de 8 contra 5; Quelimane 33.36% para a Frelimo e 65.59% favorável ao MDM, com mandatos de 13 contra 26.

Quelimane foi o único município onde a oposição teve votos acima dos alcançados pela Frelimo. O quadro eleitoral de Quelimane não é tanto de estranhar. A vitória do MDM funcionou como uma bola de neve, influenciado pelo resultado das intercalares em 2011[25] que deram vitória ao candidato do MDM Manuel de Araújo, o mesmo que terá ganho as eleições locais de 2013 em representação deste partido.

É importante notar que os números desta eleição revelaram a existência de um grau de apoio à oposição por parte dos eleitores, e conforme foi amplamente sublinhado por académicos, em todas as ocasiões que a Renamo não participou das eleições, alguns dos seus apoiantes atribuíram o seu voto ao partido da oposição que se candidatou, no caso concreto ao MDM. Estes números do MDM também podem ser vistos como uma identificação que uma franja da sociedade tem ao partido recém-criado e sobretudo pela mensagem que tem dirigido ao público, particularmente os jovens.

A outra dimensão que reputamos relevante nesta análise tem que ver com a personificação do voto que poderá ter jogado um papel preponderante na votação do MDM, no sentido de que a presença de Manuel de Araújo poderá ter contribuído nos votos que o partido recebeu.

Na província de Tete, mais um município entrou na corrida municipal, perfazendo 4 municípios onde o voto seria disputado entre as formações políticas. Embora a Frelimo tenha obtido melhores votações nos 4 municípios, com os números mais altos em Nhamayabué 94.28%, em termos práticos os números alcançados pelo MDM deverão ser considerados positivos, olhando para a essência e espaço de atuação deste partido (criado na Beira em 2009, e esta seria a primeira eleição que o partido participa e de forma ousada disputa outros municípios fora do seu espaço de conforto e apoio político).

[25] As eleições intercalares não são objeto desta tese.

No município de Tete o MDM obteve 34.69%, em Moatize 27.29%, Ulongué 36.01% e, como fizemos referência aquando da descrição dos números da Frelimo, em Nhamayabué é onde o MDM teve os números mais baixos, se situando em 5.72%, portanto um universo de 267 votos expressos na urna.

Na província de Manica as eleições locais de 2013 apresentaram um cenário oposto das eleições anteriores. O MDM obteve os melhores resultados em toda a província quando comparado com os números globais da Renamo em 2003 assim como em 2008. Em termos políticos estes dados revelam que o MDM é uma força política que conquistou a simpatia dos eleitores nestes municípios e terá se colocado numa alternativa viável do principal partido da oposição – a Renamo. Em Chimoio, o partido alcança resultados extraordinários e coloca a Frelimo numa condição incómoda, em termos da composição da Assembleia Municipal, ao ter obtido 46.61% dos votos contra 53.59% da Frelimo. Portanto, Frelimo 21 mandatos e MDM 19 mandatos.

Relativamente aos outros municípios, o MDM registou um decréscimo percentual quando comparado com os números registados no município de Chimoio, mas por ser uma força política estreante, deverá se compreender como um resultado aceitável, olhando para a dimensão do partido e sua inserção social no país. Assim, em Catandica o MDM obteve 23.25% contra 76.75% da Frelimo. Em Gondola o MDM obteve 33.75% contra 64.92% da Frelimo. No município de Manica o MDM obteve 16.25% contra 83.75% da Frelimo e, finalmente, em Sussundenga o MDM obteve 11.45% contra 88.55% da Frelimo.

Por seu turno, a província de Sofala contou com cinco municípios na eleição de 2013. Com a exceção da Beira, onde a eleição foi ganha pelo MDM (67.35% dos votos), noutros municípios a Frelimo voltou a ganhar, incluindo no novo município de Nhamatanda onde conquistou 64.12% dos votos contra 35.88% do MDM. Mas é fundamental assinalar que em termos cumulativos, o MDM conquistou mais votos nesta eleição em detrimento dos obtidos pela Renamo em 2008, em toda província de Sofala.

Como temos vindo a evidenciar, os municípios localizados na zona sul do país os resultados têm sido favoráveis ao partido Frelimo. É uma realidade não apenas das eleições locais, mas também em eleições nacionais. Entretanto, nas eleições de 2013,

embora ganhas pela Frelimo, é preciso destacar os números impressionantes conquistados pelo MDM em cada província do extremo sul.

Com a excecão de Gaza onde o partido obteve 13 mandatos apenas, em Inhambane consegue 21, Maputo Província 37 e Maputo Cidade 27. Contudo, há dois municípios que merecem uma análise particular: Matola e Cidade de Maputo.

O município da Matola, capital da província de Maputo, é quem mais contrabalançou o escrutínio. A Frelimo obteve 54.04% dos votos encaixando 29 mandatos e o MDM 43.77% dos votos conquistando 24 mandatos. Por outro lado, a eleição em Maputo Cidade se tornou uma das mais competitivas em todo o território nacional. É fundamental referir que, embora o objeto do nosso estudo esteja virado para analisar os partidos políticos, esta eleição, em particular, a sua competitividade foi largamente influenciada pelos candidatos que os partidos que se apresentaram no escrutínio.

A Frelimo concorreu para a presidência do município com David Simango e o MDM com o Venâncio Mondlane, este último é um político cujos familiares tem ligações com o partido Frelimo. Olhando para os resultados eleitorais, é a primeira vez que a Frelimo registou números abaixo dos obtidos em eleições locais anteriormente realizadas neste município, ao ter alcançado 56.42% dos votos, perfazendo 37 mandatos. Em contrapartida, o MDM alcançara 40.53% dos votos, fazendo eleger 27 membros para a Assembleia Municipal.

Há indícios do MDM ter se beneficiado do voto maioritariamente jovem nesta eleição, tendo em conta às inúmeras preocupações que esta camada vinha apresentando e que não encontrava resposta palpável por parte da governação da Frelimo. Estes resultados serviram como temporizador da governação local, ao colocar a Frelimo num verdadeiro teste sobre a sustentabilidade da sua hegemonia política que, como é de conhecimento de todos, a capital do país sempre esteve nas suas mãos e com o total controlo.

Os candidatos da oposição também são atraídos para grandes áreas urbanas, onde é mais provável que os eleitores apoiem suas agendas políticas reformistas (Bleck & Van de Walle, 2018).

O MDM pode ter se beneficiado também deste elemento em alguns municípios onde obteve bons resultados eleitorais em 2013 e a participação eleitoral tenha sido influenciada pelo tipo de candidatos apresentados, por conta da inserção destes junto dos eleitores, como são os casos de Nampula, Quelimane e Maputo Cidade, embora neste último município não tenha ganho a eleição.

4.4.5. As eleições de 2018

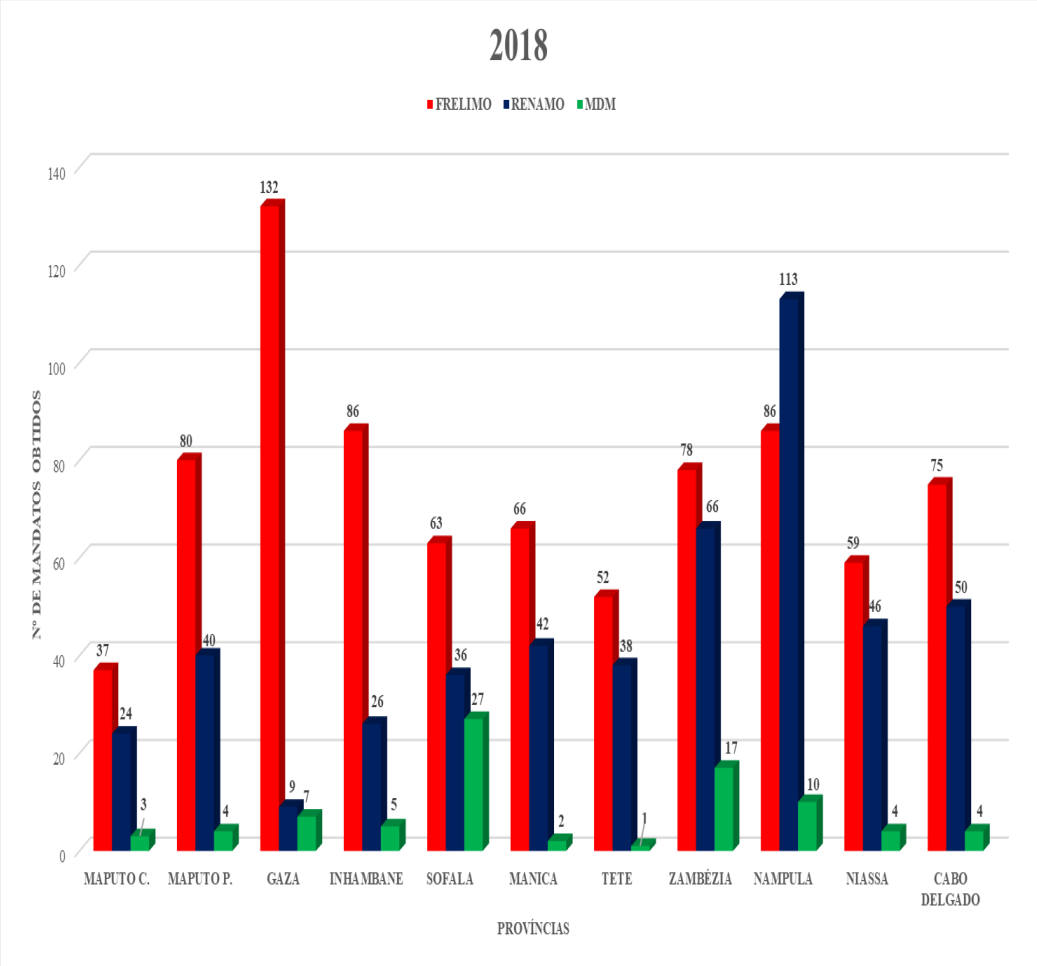
As eleições locais de 2018 acontecem numa fase de crescente crise económica do país, resultante em parte pela suspensão de apoio ao Orçamento do Estado pelo FMI. A retirada do apoio se deveu à contração de um empréstimo bancário à Credit Suisse e o Banco VTB pela parte do governo para o investimento em três empresas públicas moçambicanas (Ematum, ProIndicus e MAM), entretanto, sem ter passado pelo crivo da Assembleia da República. Este empréstimo que ficou conhecido por dívidas ocultas se tornou público a partir de 2016 (Cruz et al., 2020).

No campo social e político o país também vivia uma instabilidade por causa do conflito militar na região centro envolvendo a Renamo o governo. O conflito nasceu num processo de retaliação da Renamo que reivindicava a implementação das suas exigências em torno da descentralização e eleição dos governadores provinciais, além das anteriores que diziam respeito ao funcionamento dos órgãos eleitorais, uma preocupação latente do partido.

Tal como se evidenciou nesta tese, as negociações entre as partes tiveram lugar, resultando num acordo para a revisão constitucional que viria abrir espaço para a realização não só das eleições locais em 2018 com base num novo modelo, via cabeça de lista, mas também da eleição, pela primeira vez, dos governadores provinciais a partir de 2019.

É importante salientar que as três formações políticas participaram do escrutínio. É uma eleição que também apresentou um cenário surpreendente, com a Renamo a atingir resultados significativos, se destacando mais na província de Nampula onde obteve maior número de mandatos, conforme atesta o gráfico abaixo:

Gráfico 6. Mandatos obtidos pela Frelimo, Renamo e MDM em 2018



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

Se nos atermos ao facto da Renamo não ter participado das eleições locais de 2013, o comportamento eleitoral de 2018 pode ser considerado positivo. Por exemplo, na província de Cabo Delgado se notou claramente uma descida do número de mandatos obtidos pela Frelimo em comparação com as eleições de 2013. Ainda nesta província, a Renamo ganha na Vila de Chiúre com 55.98% e fica próxima do partido

Frelimo em Montepuez com 43.81%, Pemba 39.21% e Mocímboa da Praia com 39.56%.

Na província de Niassa temos uma realidade similar. Na província de Nampula, a tendência de 2013 viria a se manter para as eleições locais de 2018 novamente a Frelimo a perder as eleições no município de Nampula para a oposição. A Renamo obteve o melhor resultado, suplantando a Frelimo e o MDM.

Vários autores defenderam que o regresso da Renamo à competição terá sido determinante para o resultado que se registou no município, significando que a ausência do partido nas eleições locais de 2013 beneficiou o MDM. Por outra, os apoiantes da Renamo terão optado em atribuir o seu voto ao MDM em detrimento da Frelimo, aquilo que em teoria se designa de voto útil. Este padrão de voto parece ter caraterizado a eleição de 2018 na maioria dos municípios onde as duas formações políticas da oposição concorreram, com a exceção do município da Beira, como veremos, nais adiante.

Na província da Zambézia as eleições aconteceram num clima de tensão no seio da oposição. Dissidências e animosidades pela parte dos membros dos partidos Renamo e MDM caraterizaram o período que antecedeu o escrutínio. O MDM teve os piores resultados na maioria dos municípios (abaixo dos 10%), com a exceção de Gurué onde foi a segunda força política mais votada com 43.93%.

Em termos de percentagem de votos obtidos, a Frelimo foi o partido que mais recebeu votos na província, fruto da vitória em Gurué (51.8%), Milange (56.87%), Maganja da Costa (52.67%), Mocuba (50.37%) e seguido da Renamo que ganhou em Quelimane com 59.17% e obteve um resultado encorajador no Alto Molocué (47.14%), ao ter alcançado a mesma percentagem de votos da Frelimo (47.77%) com diferença apenas de algumas dezenas de votos.

Na província de Tete há um sobe e desce nítido que em termos políticos beneficia a Renamo. Ora vejamos: é a primeira vez que a Frelimo regista números abaixo de 70% em termos globais, e a Renamo consegue a maior votação aproximando a faixa dos 40% em termos de votos globais na província. O desaire foi tacitamente observado para o MDM que obteve números muito abaixo da eleição anterior. É por

isso que concluímos que a eleição tenha beneficiado grandemente a Renamo, embora a Frelimo tenha sido a formação política com mais votos na província.

Tal como sucedeu noutras províncias, em Manica se observaram modificações estruturantes em termos de resultados eleitorais. O MDM que terá se notabilizado na eleição de 2013 registou baixos resultados e a Frelimo não se supera em termos de números que vem conquistando nesta província desde as primeiras eleições locais de 1998.

Fundamentalmente, o regresso da Renamo terá contribuído para uma forte competição eleitoral que, em parte, provou a relevância deste partido no campo político nacional. É ainda interessante notar que o resultado obtido pela Renamo na eleição de 2018 é superior em termos comparativos com os números obtidos em 2003 e 2008 na mesma província, o que demonstra não só a presença considerável deste partido, mas também a estabilidade e consistência da sua base social de apoio em detrimento do MDM.

Independentemente destes resultados positivos da Renamo, a Frelimo é a formação política que obteve mais votos na província, apontando para a dominância que exerce nesta parcela.

Em Sofala a eleição foi competitiva em termos de disputa dos três partidos políticos concorrentes. A cidade da Beira continuou nas mãos do MDM, e a Frelimo ganhou noutros municípios. Entretanto, nos municípios onde a Frelimo ganhou a eleição, a Renamo é o partido que aparece na segunda posição e MDM na terceira posição.

A eleição de 2018 em Sofala revelou dois fenómenos interessantes. O primeiro é que, embora não conseguindo ganhar a eleição, a Renamo se posicionou como a força política de oposição relevante na província mesmo diante do apoio que o MDM tem nesta parcela, por força dos fatores históricos que dizem respeito à família simango. O segundo se refere ao partido no poder - a Frelimo que, com exceção das eleições de 1998, não conseguiu ganhar mais na cidade da Beira, um dos municípios mais importantes do país.

No extremo sul do país, a realidade eleitoral não alterou consideravelmente das eleições de 2013. A Frelimo continuou com resultados significativos conquistando o maior número de mandatos. A exceção se observou novamente no município da Matola e Maputo Cidade.

Na Matola, a Renamo soube também tirar proveito da sua experiência política, não só assegurando que os seus eleitores pudessem voltar a votar, mas também apostando em discurso que elenca as fragilidades da governação municipal da Frelimo. A Frelimo encarou dificuldades tendo acabando por conquistar apenas 48,05% dos votos, a Renamo 47,28% e MDM 4,11%. Em termos de mandatos, a Frelimo elegeu 29, Renamo 28 e MDM 2.

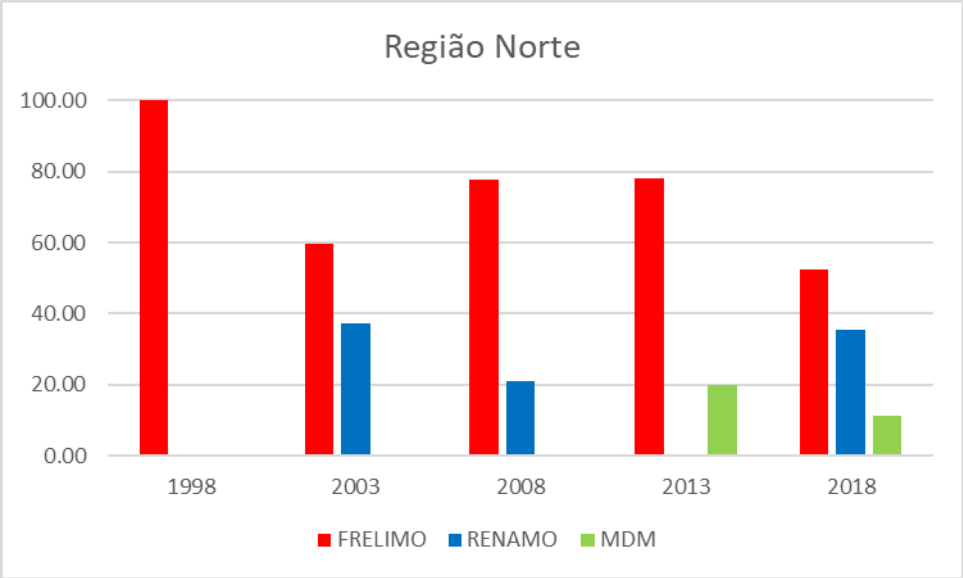
Para Maputo Cidade a Frelimo não conseguiu se superar, tendo obtido uma percentagem de votos próximo da eleição anterior (56,95%) e mantendo os mandatos conquistados na Assembleia Municipal (37). Enquanto na eleição de 2013 a disputa direta foi com o MDM, nesta eleição foi com a Renamo que conseguiu conquistar 24 mandatos e o MDM terá inesperadamente eleito apenas 3 membros.

Três notas podem ser avançadas a partir deste escrutínio: i) a dificuldade tácita da Frelimo em manter a sua hegemonia na capital do país; ii) a surpresa eleitoral observada na capital do país, onde a Renamo saiu como a segunda força política na eleição, posição que perdera na eleição anterior por causa da sua ausência e, finalmente iii) a grande derrota do MDM não só neste município, mas praticamente nas eleições de 2018.

4.4.6 Nível Regional (Norte, Centro e Sul do País entre 1998-2018)

4.4.6.1 Região Norte

Gráfico 7. Padrão de voto da região norte



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

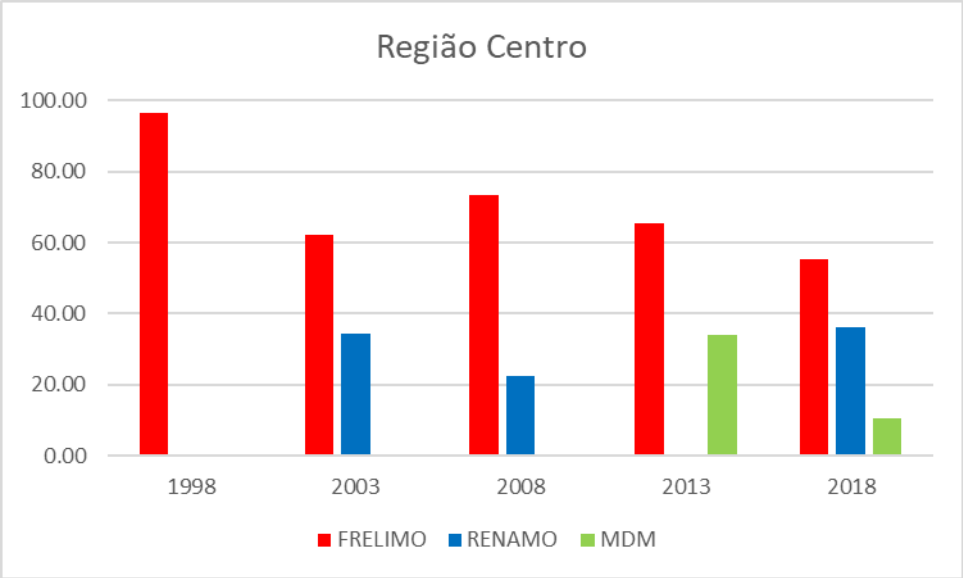
A primeira leitura que se pode fazer da tendência do voto partidário, de acordo com o gráfico, é da existência de diferenciações não muito acentuadas. Este aspeto tem a sua razão de ser se considerarmos que ao longo do tempo, há variações eleitorais que foram se registando entre as formações políticas, com particular enfoque para os municípios pertencentes a província de Nampula. Embora se notando uma vantagem da Frelimo em todas as eleições locais, é possível também verificar que a partir do ano em que a oposição começou a concorrer às eleições (desde 2003) a sua votação teve um enquadramento razoável.

Na generalidade, podemos considerar que a oposição teve apoio do eleitorado, demonstrando assim, uma certa implantação da base social da oposição na região norte. Basta verificar para à disposição do gráfico em 2003 e 2018. Contudo, nos parece importante salientar que independentemente desta análise que oferecemos sobre o comportamento eleitoral da oposição nesta região, o gráfico demonstra nitidamente que

a Frelimo continuou sendo este partido que a maioria das populações residentes nestes municípios foram transferindo a sua confiança e apoio para a governação municipal.

4.4.6.2 Região Centro

Gráfico 8. Padrão de voto da região centro



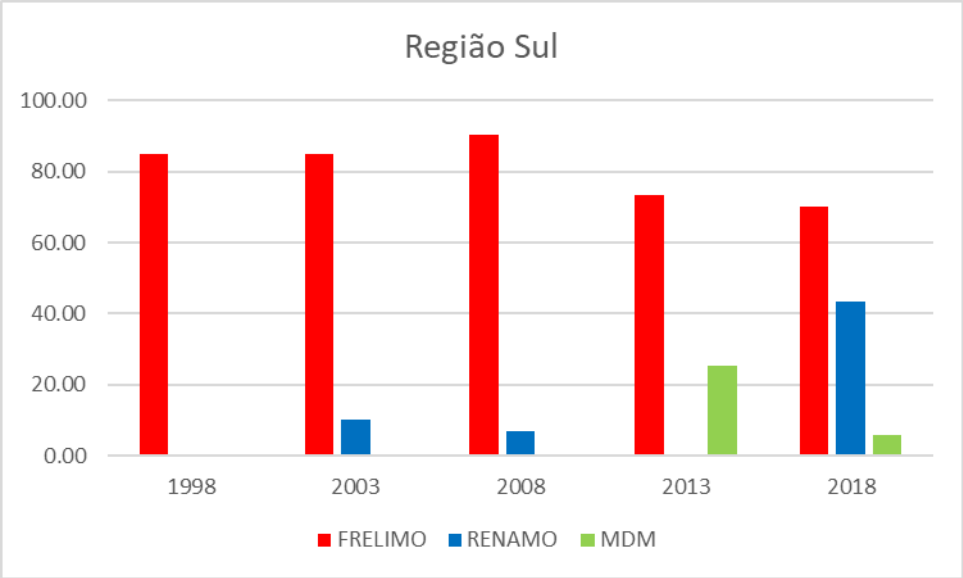
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

O voto da oposição na região centro do país tem uma distribuição quase similar da região norte, podendo se verificar uma ligeira diferença apenas para a votação do MDM. Nas duas regiões do país, o partido MDM se evidenciou mais na região centro, tendo obtido alguns acréscimos significativos (ver a disposição dos gráficos sobretudo nas eleições locais de 2013 e 2018). Entretanto, é preciso referir que para esta realidade que se observa ao MDM, pesou grandemente a transferência de votos que houve da Renamo para o MDM sobretudo na eleição de 2013, aquela que foi boicotada pela Renamo.

Sob ponto de vista comparativo, se constata também que a votação da Frelimo é significativa na região norte em detrimento da região centro (ver a disposição dos gráficos das duas regiões), que poderá ser explicado, eventualmente, por razões sócio-históricas que dizem respeito a estruturação de cada formação política. Como se sabe, as províncias de Niassa e Cabo Delgado têm uma ligação forte em termos da formação e desenvolvimento da Frelimo como movimento revolucionário e independista.

4.4.6.3 Região Sul

Gráfico 9. Padrão de voto da região sul



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

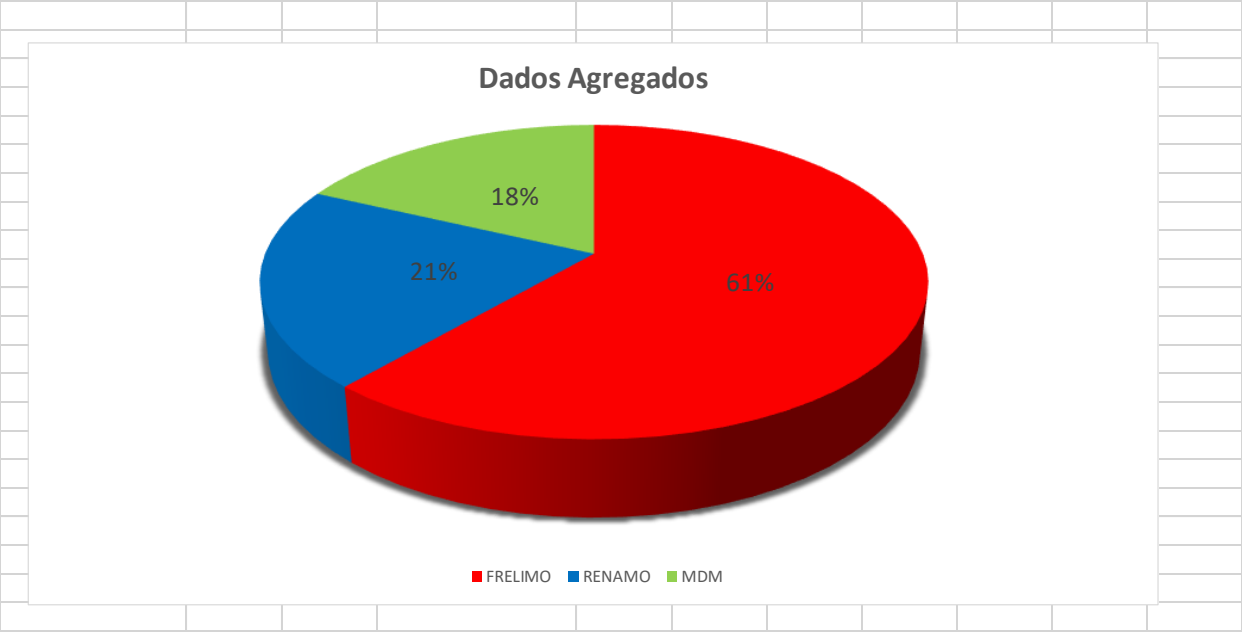
A Região Sul é demonstrativa da forte influência que a Frelimo tem no seio dos eleitores. É um padrão que revela uma implantação do partido ao longo do tempo. Aliás, o gráfico explica esta uniformização do padrão de voto da Frelimo desde as eleições locais de 1998. As oscilações dos resultados da Frelimo deverão ter se registado precisamente a partir da eleições locais de 2013 e 2018, onde a oposição registou alguns

acréscimos, tendo conseguido fazer eleger seus membros às assembleias municipais (v. os dados de Inhambane, Gaza e principalmente Maputo Província e Cidade de Maputo).

Em termos comparativos, os dados revelam que a Frelimo tem mais votos nesta região em detrimento das regiões norte e centro, confirmando assim a sua hegemonia, um dado que coincide com a realidade viviva nesta região para as eleições nacionais desde 1994.

4.4.7 Nível Nacional entre 1998-2018

Gráfico 10. Agregação dos resultados das cinco eleições locais



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

O gráfico dos resultados das cinco eleições locais realizadas no país evidencia uma desproporcionalidade entre as três formações políticas. Por um lado, temos a Frelimo que aparece com 61% do total de votos obtidos em todo o país, seguida da Renamo com 21% e pelo MDM com 18%.

Refira-se que a Frelimo é a formação política que mais participou das eleições locais. Aliás, a Frelimo concorreu em todas eleições locais do país, submetendo a lista para a eleição de seus membros às assembleias municipais e os candidatos a presidência

dos conselhos autárquicos. E como ficou acentuado, na generalidade, é o partido que mais votos recebeu em todo o país.

Em contrapartida, da parte da oposição há registo de oscilações consideráveis, se notabilizando a Renamo que em duas eleições locais (2003 e 2008) terá optado pelo boicote. Esta situação poderá, na nossa ótica, provavelmente ter contribuído e em grande medida para os números que a Renamo alcançou em termos agregados.

Os dados sobre o MDM têm um significado politicamente substancial mas também paradoxal, por dois motivos fundamentais: primeiro, sendo uma nova formação política, criada em 2009 e que concorre às eleições locais a partir de 2013 (excetuando as eleições intercalares de 2011), a agregação dos seus votos demonstra a existência de uma parte de eleitores nos municípios do país que apostaram no partido como alternativa a governação municipal; segundo, as crispações internas e os moldes de gestão do partido podem ter contribuído para a decadência dos números sobretudo nas últimas eleições locais de 2018.

Nesta perspetiva, podemos concluir que a Frelimo é a formação política mais regular nestas eleições e com resultados que sedimentam a sua expressão nacional, sobretudo pelo elevado número de votos obtidos em todas as eleições locais.

Capítulo V

5. O Voto e Algumas Variáveis Intervenientes no Processo

5.1.Introdução

No capítulo anterior caracterizamos o padrão espacial de voto nas eleições locais ao longo do tempo. Apesar de se evidenciar um domínio da Frelimo, verifica-se um crescimento dos partidos da oposição nos anos mais recentes, ainda que com oscilações consideráveis.

O objetivo deste capitulo é de analisar os fatores determinantes na votação. Para o efeito, procede-se com o teste das hipóteses que a pesquisa avançou, sendo que a primeira (efeito do sistema de partido dominante) é testada de forma qualitativa e interpretativa, enquanto as seguintes são testadas empiricamente.

Deste modo, começaremos por discutir o conceito de influência do sistema de partido dominante nos resultados das eleições locais em Moçambique, procurando identificar os mecanismos que caraterizam a competição eleitoral neste tipo de sistema partidário. De seguida, faremos análises estatísticas para testar o efeito de um conjunto de variáveis – economia, etnicidade e participação eleitoral nos padrões de votação dos partidos. Esta análise em particular irá focar-se apenas nas eleições locais de 2018 dada a escassez de dados.

5.2 Teste de Hipóteses

5.2.1. Efeito do sistema de partido dominante

A primeira hipótese (H1) postula que o desempenho eleitoral da Frelimo em eleições locais reflete a sua condição de partido dominante. Para fundamentar esta hipótese revemos de seguida alguns estudos sobre este tipo de partido, e sobre a forma como pode condicionar as regras do jogo eleitoral a seu favor, sobretudo em países com regimes híbridos.

Diversas teorias foram desenvolvidas, ao longo do tempo, para explicar a origem e o funcionamento dos partidos dominantes. Quer em democracias avançadas, em regimes autoritários ou mesmo em democracias emergentes, o conceito de partido dominante tornou-se um tema fundamental na área de Ciência Politica quando se analisa, sobretudo, a configuração dos sistemas partidários (Arian & Barnes, 1974; Blondel, 1968; Bogaards, 2004; Bogaards & Boucek, 2010; Doorenspleet & Nijzink, 2013, 2014; Coleman, 1960; Duverger, 1954; Giliomee & Simkins, 1999; Kuenzi & Lambright, 2001; Pempel, 1990; Sanches, 2010, 2015, 2018; Sartori, 1982; Walle & Butler, 1999; Ware, 1996).

Um importante estudo coordenado por J.T. Pempel em 1990, intitulado "*Uncomum Democracies: The One-Party Dominant Regimes"* constatou que a grande maioria dos estados-nação do mundo podia ser caracterizada como estados de partido único. Praticamente todos os países do bloco oriental restringiam a competição eleitoral aos partidos comunistas oficiais. Muitos regimes autoritários de direita ideológica que espelham o bloco oriental reconheciam apenas um partido como legítimo. E, de longe, a grande maioria, embora não todos, dos chamados países menos desenvolvidos, quando permitissem que os partidos políticos funcionem, eram tipicamente governados por um único partido (Pempel, 1990, p.1).

Embora em algumas democracias industrializadas se registasse alguma mudança periódica no sistema de governação como na Holanda, Alemanha Ocidental, Dinamarca, Bélgica, Grã-Bretanha, Áustria, Estados Unidos, Pempel (1990) explica que noutros casos, verificavam-se algumas exceções notáveis que é a presença de governos

com partidos dominantes. Nestes países, apesar da livre competição eleitoral, dos sistemas de informação relativamente abertos, do respeito pelas liberdades civis e do direito de livre associação política, um único partido conseguia governar sozinho ou como parceiro principal e permanente em coligações, sem interrupção, por substanciais períodos de tempo, muitas vezes por três a cinco décadas.

De acordo com Pempel (1990) existem quatro dimensões para considerar um partido como dominante. Primeiro, um partido deve ser dominante em número; deve ganhar um número maior de assentos do que seus oponentes. Faz muito pouco sentido falar do segundo ou terceiro mais votado como dominante. Somente um partido que recebe pelo menos uma pluralidade de votos deve se qualificar como partido dominante. Em segundo lugar, deve ser um partido que goza de uma posição de negociação. Para permanecer no governo regularmente, deve ocupar uma posição dentro do sistema partidário que lhe permita negociar efetivamente com outros partidos menores na formação de governos. Assim, mesmo que um partido não goze de maioria parlamentar, para ser dominante deve estar em uma posição estratégica que torne altamente improvável que qualquer governo seja formado sem a sua inclusão. Terceiro, um partido deve ser dominante cronologicamente. Deve estar na governação de uma nação por um período de tempo substancial, não apenas por alguns anos. Finalmente, um partido dominante tem uma longa presença no governo e tem influência na agenda política nacional. Em suma, o partido dominante deve dominar o eleitorado, os demais partidos políticos, a formação dos governos e a agenda de políticas públicas (Pempel, 1990, pp.3-4).

Entretanto, é importante salientar que muito antes deste estudo, outras pesquisas em democracias industrializadas, apresentaram critérios para definir um partido como dominante. Em Duverger (1954), por exemplo, compreendemos que um partido deve ser considerado dominante quando se identifica com uma época, quando suas doutrinas, ideias, métodos, seu estilo, por assim dizer, coincidem com os da época. Como corolário, o partido dominante é aquele que a opinião pública acredita ser dominante.

Por sua vez, Sartori (1982) definiu por sistemas de partidos dominantes como aqueles onde uma única formação política ganha mais de 50% dos assentos em três eleições consecutivas. Contudo, esta classificação foi considerada pelo próprio autor como difusa, precisamente pela dificuldade que ela apresenta em termos de operacionalização. Por isso, utilizou o conceito de 'sistema de partido predominante' por pertencer a área do pluralismo partidário[26].

Baseado no modelo de Sartori, Bogaards (2004) apresentou quatro critérios que distinguem o domínio partidário: a escala do domínio; inclusão ou exclusão da oposição; em sistemas presidenciais: se o governo é ou não dividido; e o período de tempo considerado. O outro elemento que Boogards (2004) elenca como definição mais simples de domínio partidário baseia-se apenas no número de votos ou na partilha de assentos (pp.174-175).

Ora John Reuter (2017) oferece uma nova teoria da emergência do partido dominante que se concentra no equilíbrio de poder entre governantes e outras elites. Reuter (2017) explica que em muitas autocracias, os líderes do regime dividem o poder com um partido no poder, o que pode ajudar a gerar apoio popular e reduzir o conflito entre as elites-chave. Esses partidos governantes são frequentemente chamados de partidos dominantes. Em outros regimes, os líderes preferem governar apenas por meio de alguma combinação de carisma, clientelismo e coerção, em vez de compartilhar o poder com um partido dominante.

Em contraste com a maioria dos trabalhos existentes, a autora fundamenta a origem dos partidos dominantes em dois aspetos: são o produto de decisões conscientes de líderes e outras elites em um cenário estratégico. Os líderes são os principais executivos. São presidentes, ditadores, monarcas, líderes militares ou, às vezes, primeiros-ministros. As elites são os líderes de opinião destacados na sociedade: proprietários de terras, chefes, senhores da guerra, governadores, patrões e assim por diante (Reuter, 2017, p.19) (tradução nossa).

[26] O sistema de partido predominante é um tipo de pluralismo partidário no qual, embora não ocorra nenhuma alternação no poder na prática, a alternação não foi proibida, e o sistema politico oferece amplas oportunidades para a discordância aberta e efetiva, isto é, para a oposição à predominância do partido no governo (Sartori, 1982, p.229).

Assim, um partido dominante é uma instituição política que tem função de liderança na determinação do acesso a muitos cargos políticos importantes, compartilha poderes sobre a formulação de políticas e distribuição de clientelismo e usa o acesso privilegiado aos recursos do Estado para manter sua posição no poder. Em regimes de partido dominante bem conhecidos, o Estado impõe severas restrições à capacidade dos partidos de oposição de desafiar o partido dominante. Os oponentes podem ser presos ou reprimidos. A fraude eleitoral pode ser empregada. A média controlada pelo Estado e determinado o tipo de informação que os eleitores devem receber (Reuter, 2017, pp.4-5).

Os sistemas de partidos dominantes são regimes políticos em que um partido obtém predominância eleitoral por um período prolongado, embora o sistema permita a livre formação de partidos políticos e realize regularmente eleições significativas. Tais sistemas, asseguram o domínio eleitoral de um único partido fechando as oportunidades políticas e espaço para outros partidos competirem livre e justamente (Blaauw & Zaire, 2023; Greene, 2013).

No contexto africano, um estudo editado por Doorenspleet e Nijzink (2013) explorou seis países africanos que exibiram caraterísticas de domínio de um partido. Os autores procuraram analisar os vários mecanismos por trás do domínio de um partido e entender porque alguns permanecem (África do Sul, Namíbia e Tanzânia) e outros não (Mali, Senegal e Zâmbia). Constataram a existência de fatores que concorrem para que sistemas de partidos dominantes sejam mais bem-sucedidos como: a gestão de clivagens; a capacidade de atração de apoio e cooptação de grupos diferentes dos partidos; a arquitetura institucional; o sistema eleitoral e os arranjos institucionais; as relações Estado-partido e a influência de atores internacionais na democracia e na democratização (Doorenspleet & Nijzink, 2013, pp.10-20).

Outro estudo também editado por Doorenspleet e Nijzink (2014) analisou os efeitos positivos e negativos do domínio de um partido político em Botsuana, Namíbia e África do Sul. Nos três países, o estudo demonstrou que o domínio de um partido inicialmente teve efeitos positivos no desenvolvimento da democracia, particularmente em aspetos como estabilidade política. A longo prazo, nos mesmos países, foi-se notabilizando a falta de competitividade do sistema partidário, a diminuição da

responsabilidade e capacidade de resposta do governo às demandas da sociedade. Ademais, como a alternância do partido no poder é altamente improvável, as eleições tornaram-se menos eficazes como instrumento de responsabilização do governo (Doorenspleet & Nijzink, 2014, p.173).

Por seu turno, Sanches (2015) analisou os sistemas de partido dominante em África, com enfoque para Moçambique. Através de análise dos resultados eleitorais num período de 20 anos (1994 a 2014), a autora apurou que a estrutura das clivagens sociais, a natureza da transição, as práticas neopatrimoniais e o sistema eleitoral explicam a evolução do sistema partidário moçambicano e sua estruturação como um sistema de partido dominante.

Para consolidar esta posição, Sanches (2015) apresenta dois elementos fundamentais: o primeiro é sobre a crescente institucionalização da Frelimo enquanto principal força política, facilitada pelo controlo do aparelho estatal, pelo desenvolvimento de uma estratégia eficiente de competição eleitoral e pela fragmentação dos partidos da oposição. O segundo tem que ver com a descida acentuada nos níveis de participação eleitoral que dão conta de um processo de institucionalização imperfeito (Sanches, 2015, p.60).

Que ilações tiramos da literatura para a nossa pesquisa? Um dos aspetos a assinalar com base nos elementos apresentados por vários autores é que Moçambique se aproxima às realidades descritas. A nossa hipótese de trabalho sugere a influência de um determinado tipo de sistema partidário (aqui recorremos a aceção de Sartori que coloca como ‘dominante’ a formação política que ganha as eleições em três mandatos consecutivos) nos resultados que a Frelimo vem registando nas eleições locais, ao longo do tempo.

Por um lado, por agregar na sua trajetória histórica de governação uma barganha política que a permite tomar decisões estruturantes. Por outro, além da continuidade governativa desde as primeiras eleições multipartidárias em 1994, a Frelimo conseguiu manter o estatuto de partido político relevante e que influencia a agenda política nacional.

Tal como refere Sanches (2010), a Frelimo obteve a maioria dos votos e dos lugares no Parlamento em todas as eleições legislativas e ganhou sempre mais votos nas eleições presidenciais. O sistema partidário foi assim estruturado por um partido dominante (p.122).

O outro aspeto tem que ver com o nível de acesso aos recursos. Sartori (1982) evidencia que embora os sistemas de partido dominantes e predominantes envolvam alguma competição entre forças políticas, o acesso a recursos não é igual. Nos sistemas de partido predominante, a disparidade de recursos entre o partido no poder e os partidos fora do poder será provavelmente maior do que em outros sistemas pluralistas (p.230).

A Frelimo comparativamente com os outros partidos políticos, tem o maior controlo das instituições governamentais pela parte dos seus membros, o que coloca o partido numa posição privilegiada para captar e mobilizar eleitores, para além de uma forte implantação em todo o território nacional.

Uma estrutura de comando unida e coesa, caraterizada por uma forte disciplina partidária, também assegura a Frelimo a realização de um conjunto de atividades político-partidárias que permitem a organização manter um laço de proximidade entre os membros e estes com os eleitores. Ademais, há um conjunto de incentivos seletivos aliados a forte mobilização política que o partido pratica a todos níveis, que facilita a sua inserção nos vários segmentos sociais. Portanto, se trata de um partido com um enraizamento na sociedade moçambicana.

Conforme destaca Manning (2002) mesmo em termos de capacidade política e organizacional existem desequilíbrios e diferenças acentuadas. A Renamo está muito menos preparada para competir na arena política do que a Frelimo. Sofre com a falta de quadros bem preparados e confiáveis e sempre teve dificuldade em preencher os espaços políticos que lhe foram atribuídos. Tensões significativas existem entre a liderança do partido e os membros recrutados para dar corpo à capacidade política do partido (Manning, 2002, p.71). Com estas desvantagens organizacionais, combinadas com a sua posição minoritária no parlamento e sua exclusão do executivo, a Renamo

tem sido incapaz de usar o sistema político de forma eficaz para alcançar os seus objetivos (Manning, 2022, p.72).

Na verdade, a Frelimo mantém uma organização eficaz que foi construída durante décadas de regime monopolista e que agora está a provar a sua eficácia num contexto multipartidário. A sua configuração organizacional permaneceu praticamente inalterada, tanto em nível nacional quanto local. O sistema de quotas que o partido usa "renovação na continuidade", que permite ao partido integrar gerações mais jovens ou de fora, garante também uma maioria conservadora incorporada em todos os órgãos partidários a que se aplica (Carbonne, 2005, p.428).

Convém salientar que o partido Frelimo atua como a principal arena de negociação em Moçambique, canalizando demandas e interesses internamente e impondo restrições à capacidade dos outros atores operar independentemente de suas estruturas (Sumich, 2010, p.681).

Outro dado que nos parece crucial apresentar tem que ver com a resiliência da Frelimo. Durante os 60 anos da sua existência, o partido conseguiu se regenerar, criando uma capacidade interna de sobrevivência aos vários desequilíbrios sobretudo funcionais. Esta realidade, por assim dizer, diferente de alguns partidos libertadores que já perderam o controlo governamental, permitiu que a Frelimo não só mantivesse o poder, mas também consolidasse a sua condição de partido dominante.

Segundo Matsimbe (2017), a Frelimo, partido organizado que é, tem sabido usar as suas narrativas para convencer as massas de que é força capaz de garantir a estabilidade política e económica do País (p.74). Outrossim, narrativas históricas para exaltar a heroicidade dos combatentes de libertação, vivos e mortos, é uma das estratégias que o partido libertador tem usado para a sua manutenção no poder (Matsimbe, 2017, pp.68-69).

Em artigo publicado em 2006, Pitcher (2006) fala dos fatores que concorreram para a permanência do partido no poder ao longo do tempo. Depois da independência de Moçambique em 1975, o partido conseguiu resistir ao descontentamento generalizado, supervisionar a ascensão e queda do socialismo, concluir uma guerra devastadora e sobreviver a três eleições democráticas sem ser destituído do poder, ao contrário de

muitos outros partidos governantes em África e na Europa Central e Oriental (Pitcher, 2006, p.94).

A autora sustenta que a articulação e projeção do esquecimento organizado, através de mudança repentina das políticas do tempo do socialismo e introduzindo uma ideologia neoliberal que enfatiza os benefícios da propriedade privada, as eficiências a serem obtidas por meio da participação no mercado e o potencial de crescimento por trás das iniciativas de desenvolvimento espacial, corredores de livre comércio e joint ventures, ajudaram o partido a ganhar aceitação junto da sociedade, contrariamente da Renamo que pela sua inépcia e o uso indiscriminado da violência reduziram as alternativas disponíveis para os sectores da população que estavam zangados ou desapontados com o partido Frelimo (Pitcher, 2006, p.95).

Carbonne (2006) também elenca alguns fatores que colocaram a Frelimo melhor posicionada em detrimento da Renamo ao mostrar que a liderança e os quadros da Frelimo foram testados e experimentados na governação, na elaboração de políticas e leis, na administração de estruturas estatais, na organização e mobilização política e nas relações diplomáticas. Em contrapartida, os procedimentos internos da Renamo são pouco eficazes, a sua presença no terreno bastante desorganizada, as suas políticas em todas as evidências são mal articuladas e os seus membros totalmente inexperientes na política e na administração modernas (Carbonne, 2005, pp.425-426).

Como se sabe, durante muito tempo a Renamo foi trabalhando e estruturando suas ações políticas à imagem do seu líder Afonso Dhlakama, com uma estrutura pesada e não muito aberta às mudanças contextuais (Manning, 2002; Pereira, 2008b).

Levitsky e Way (2012) falam ainda do legado de guerra que permitiu manter o partido Frelimo coeso, garantindo a sua sobrevivência ao longo do tempo. A guerra de libertação transformou a Frelimo de uma frente nacionalista frouxamente organizada num disciplinado partido de vanguarda. Décadas de conflito violento deram origem a um forte *ethos militar* e uma liderança profundamente comprometida com a ideia de unidade. Essa cultura de disciplina persistiu mesmo depois que a Frelimo abandonou sua ideologia marxista na década de 1980 (Levitsky & Way, 2012, p.876).

Outro legado importante da luta de libertação foi a predominância de ex-guerrilheiros (antigos combatentes) na direção da Frelimo. Durante anos, os militantes mais dedicados da Frelimo surgiram daqueles diretamente envolvidos na luta armada. Em suma, a resiliência do partido está enraizada em níveis surpreendentemente elevados de coesão da elite, que remontam às origens da Frelimo como um movimento de libertação armada (Levitsky & Way, 2012, p.877).

Do ponto de vista eleitoral, a eleição de 1999 foi fundamental para uma mudança de liderança na Frelimo, de Chissano para Guebuza, tendo em conta os resultados observados, mas também pelo tempo que Chissano ficou no poder. A Renamo que tinha se coligado com alguns partidos formando Renamo-UE, embora não tenha ganho a eleição, conseguiu conquistar a maioria dos votos em 6 das 11 províncias do país incluindo as províncias do centro e duas províncias do Norte, Zambézia e Nampula (Sanches, 2015, pp.51-52).

Com a entrada de Guebuza no poder, assistiu-se a uma revitalização das bases do partido, a adoção de estratégias de cooptação e mobilização do eleitorado, o que terá influenciado para que Frelimo e Guebuza conquistassem maioria em 9 das 11 províncias do país na eleição de 2004 (Nuvunga, 2013; Pereira, 2008b; Sanches, 2015).

Forquilha e Orre (2011) explicam que num contexto de fraca separação entre o Estado e o partido no poder, a chegada do Estado a zonas onde a Renamo, no passado, teve um apoio considerável, traduziu-se igualmente na perda de alianças político-estratégicas por parte da Renamo e na implantação e fortificação da Frelimo a nível local (p.38).

Nesse exercício de criação de alianças locais, a Frelimo distingue-se pela sua capacidade organizativa e disponibilidade de recursos, em parte sustentada pelo controlo do Estado, que lhe facilita tanto a cooptação de figuras importantes ao nível local, como lhe oferece amplas possibilidades de acomodação dessas figuras (Brito, 2013, p.32).

Finalmente, nas campanhas políticas, a Frelimo foi sempre a formação política melhor posicionada sob ponto de vista de apresentar condições para um trabalho concertado da máquina partidária. Nas eleições locais de 2013 e 2018, a imprensa

reportou o uso indevido de bens e património do Estado como é o caso de viaturas para o transporte dos seus simpatizantes em várias autarquias (Savana, 2018, 16 de março & 28 de setembro).

Desse modo, podemos concluir que o aparato partidário e sua estrutura do topo a base, contribuem para o domínio da Frelimo na política nacional e local, bem como os resultados políticos que vem registando ao longo do tempo.

Por outras palavras, a Frelimo continua sendo compensada pela população por causa do seu papel na libertação do país e dada a sua estrutura organizacional que a coloca em vantagem contra os seus adversários. O facto de se ter tornado num partido dominante que governa o país desde 1994, a sua experiência e condições que apresenta em detrimento de outras formações políticas, coloca ainda a Frelimo no partido com mais possibilidades para ganhar as eleições locais, conforme atestam os resultados a este nível de eleição. Assim, encontramos evidências a favor da nossa primeira hipótese (H1).

Efetivamente, 25 anos após a implementação da descentralização política, a governação local continua com enormes desafios e muitas vezes dependente de políticas centrais, ficando de todo percetível que o voto dos munícipes não é necessariamente ancorado por temas ou projeto de governação que as formações políticas e seus candidatos apresentam, dada as dificuldades crescentes que a maioria das autarquias regista, olhando sobretudo para as infraestruturas básicas bem como na própria qualidade de governação municipal.

Conforme sintetiza Freire (2004) há dois tipos principais de temas: os temas de posição *(position issues)* e os temas consensuais ou de desempenho *(valence or consensual issues).* Os temas de posição relacionam-se com os grandes conflitos que existem na sociedade, isto é, o papel do Estado na economia, o nível de redistribuição do rendimento, etc, com a atitude dos partidos e dos eleitores em relação aos mesmos e com a forma como se traduzem depois em diferentes opções em termos de políticas públicas. Por outro lado, os temas consensuais têm que ver com a melhoria do estado da economia, a proteção do ambiente, a redução do desemprego e a inflação, não envolver o país em guerras, etc (Freire, 2004, p.163).

Além disso, a teoria dos temas de posição aponta para decisões de voto baseadas em avaliações prospetivas: os eleitores avaliam as propostas políticas dos vários partidos, escolhendo o partido que está mais próximo da sua posição pessoal e que tem mais probabilidade de vir a implementar as políticas em causa. Inversamente, as decisões dos eleitores que se baseiam em avaliações de desempenho são, naturalmente, retrospetivas: se o governo apresenta bons resultados, os eleitores tenderão a votar no partido (ou partidos) que o apoia(m); caso contrário, escolherão partidos da oposição (Freire, 2004, p.164).

5.2.2 O efeito da economia, da etnicidade e da participação eleitoral

No capítulo II introduzimos o debate sobre comportamento eleitoral, com foco em África. Identificamos na literatura, várias possíveis explicações das decisões eleitorais dos cidadãos, embora na maioria dos estudos, a análise seja feita com recurso a dados de inquéritos. Entre as hipóteses comumente testadas no contexto Africano inclui-se, o desempenho da economia e do governo, a etnicidade e o clientelismo, entre outros (Bratton et al., 2012; Lindberg & Morrison, 2008; Weghorst & Lindberg, 2013).

O nosso objetivo nesta seção é testar algumas destas explicações ao nível local, com dados agregados. Notamos, no entanto, que enfrentámos vários problemas no processo de recolha de dados que nos impossibilitou a inclusão de outras variáveis explicativas no estudo, como por exemplo a classe social, idade, género, religião, educação, etc. É também essa dificuldade que nos leva a analisar apenas as eleições locais de 2018.

A segunda hipótese (H2) sugere que nos municípios economicamente mais desenvolvidos a tendência será para recompensar o partido incumbente. Esta hipótese é suportada por vários estudos mencionados anteriormente, e que sugerem que quando os eleitores “votam com a carteira”, quando estão economicamente satisfeitos tendem a renovar a confiança no partido incumbente.

No caso de Moçambique, uma análise de Pereira (2008) para eleições nacionais mostra que a economia não é um fator determinante. No entanto, sendo as eleições locais de outra natureza – de segunda ordem – podemos supor que fatores relacionados com o desenvolvimento local tenham maior impacto na mobilização eleitoral, tal como argumentam Bleck e Van de Walle (2018).

A terceira hipótese (H3) relaciona-se com a etnicidade e sugere que a identidade étnica tem uma grande influência nas escolhas dos eleitores. Esta hipótese é suportada por alguns estudos feitos em África e que já elencamos nesta tese.

Por exemplo, Horowitz (1985, 1991), refere que a etnicidade exerce um forte impacto direto no comportamento eleitoral em sociedades etnicamente segmentadas, ao gerar um sentimento psicológico de longo prazo de lealdade partidária que ancora os cidadãos aos partidos, onde votar se torna uma expressão de identidade de grupo.

Em Moçambique, um estudo desenvolvido por Matsimbe (2017) com enfoque para maxixe, um distrito na província de Inhambane, concluiu não existir fortes evidências de que a etnia desempenha um papel importante na política e no comportamento eleitoral. Contudo, tendo em conta que a distribuição geográfica do voto tem revelado ao longo do tempo que as formações políticas têm certo domínio em determinadas regiões do país (Brito, 1995, 2019), supomos que este domínio também se evidencia ao nível das eleições locais.

A suposição da relevância da etnia para a formação de partidos políticos e mobilização de eleitores é geralmente derivada de um conjunto de abordagens metodológicas conforme sustenta Erdmann (2017). Uma das abordagens é baseada em inferências de dados agregados de eleições nacionais. No caso de repetidas vitórias eleitorais de um partido em uma região, distrito habitado por um único grupo étnico, a etnia é considerada a principal variável para explicar os resultados eleitorais. Uma outra abordagem qualitativa usa os resultados de várias entrevistas e observações participativas em nível nacional e local, bem como a análise de jornais e outros relatórios, para aferir a influência da etnia no comportamento eleitoral (Erdmann, 2017). A tese segue estas duas abordagens para complementar a análise da etnicidade.

A quarta hipótese (H4) tem a ver com o grau de participação nas eleições e parte do pressuposto que quanto mais pessoas votam maior será a probabilidade de mudança no resultado dos partidos (Frelimo perderá votos, Renamo e MDM terão mais votos).

Esta hipótese é plausível à luz de vários estudos. Por exemplo, Lago e Coma (2021) mostram que os eleitores centrais votam consistentemente em todas as eleições e têm fortes ligações partidárias que os levam a votar no mesmo partido nas eleições, enquanto os eleitores periféricos têm inclinações partidárias mais fracas e são mais propensos a apoiar novos partidos ou simplesmente mudar de voto. Neste sentido, apenas os principais eleitores afluem às urnas quando a participação é baixa. Como é provável que a afluência às urnas aumente em eleições futuras devido à mobilização dos eleitores periféricos, a probabilidade de uma mudança substancial nas votações partidárias aumenta. Por outro lado, a fragmentação gerada em eleições de alta afluência tem menos probabilidade de mudar, uma vez que já captura as preferências dos eleitores periféricos. Além disso, as elites políticas podem sentir uma oportunidade de entrar no sistema partidário quando o nível de afluência nas eleições anteriores é baixo (Lago & Coma, 2021, pp.1-2).

Bartolini e Mair (1990) referem que as mudanças no nível de participação eleitoral constituem uma componente importante de qualquer explicação dos diferenciais na estabilidade do sistema partidário, sendo que uma elevada incidência de alteração nos níveis de participação está associada a uma elevada média do nível de volatilidade (Bartolini & Mair 1990, p.185).

Por outro lado, ao analisar as diferenças na participação e nas escolhas eleitorais dos cabo verdianos em eleições de primeira e de segunda ordem no período compreendido entre 1991-2016, Delgado (2017) apurou que em comparação às eleições em que foram eleitos, nas eleições autárquicas há uma maior penalização dos partidos incumbentes.

Testamos esta hipótese tomando como referência de análise as eleições locais de 2018, consistindo numa amostra de 53 municípios (unidades de análise).

Assim sendo, para testar a segunda hipótese (H2) as variáveis são PIB e taxa de desemprego medidas por dados de 2017 e agrupados por província. A terceira hipótese

(H3) será operacionalizada por dados agrupados das três regiões do país e com recurso a informação dos manifestos eleitorais e material da imprensa.

A quarta hipótese (H4) será medida pelo total de votantes/votos válidos no município. Como variável de controlo temos a densidade populacional definida com base nos resultados do Censo Nacional da População e Habitação de 2017 e são referentes as áreas administrativas dos municípios.

Conforme salientamos, com recurso ao SPSS estimamos modelos de regressão linear para saber o que explica os resultados dos partidos políticos nas eleições locais de 2018. Ou seja, com os modelos de regressão queremos saber qual é a influência dos votos válidos, total de votantes, total da população, taxa de tesemprego, PIB e as regiões no número de votos obtidos pela Frelimo, Renamo e MDM.

Tabela 3. Matriz de Correlações das Variáveis em Estudo (Frelimo)

Covariáveis	Votos válidos	Voto Frelimo	Total de votantes	Populacao	Taxa de desemprego	PIB
Votos válidos	1,00					
Voto Frelimo	0,966***	1,00				
Total de votantes	1,00	0,965***	1,00			
Populacao	0,839***	0,794***	0,840***	1,00		
Taxa de desemprego	0,167	0,252*	0,162	0,048	1,00	
PIB	0,411**	0,376**	0,414**	0,424*	-0,032	1,00

Nota: coeficientes de correlação. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05 , **p<0.01, ***p<0.001.

A tabela 3 refere-se a matriz das correlações das variáveis em estudo, onde observa-se que os votos da Frelimo estão relacionados com os votos válidos, total de votantes, tamanho da população, taxa de desemprego e o PIB. Os votos válidos estão relacionados de uma forma forte quase perfeita com um *r* = 0,966 e um sig=0,000 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de significância de 5%. Total de votantes está relacionado de uma forma forte quase perfeita com *r* = 0,965 e um Sig=0,000 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%. Total da população está relacionada de uma forma positiva e forte com um *r* = 0,794 e um

sig=0,000 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%. Taxa de desemprego está relacionada de uma forma positiva e fraca com um *r* = 0,252 e um sig=0,035 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5% e o PIB está relacionada de uma forma positiva e fraca com um *r* = 0,376 e um sig=0,03 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%.

Observando ainda a tabela 3 pode-se afirmar que quando aumenta a população, aumenta o número de votos da Frelimo, o mesmo ocorre quando aumenta o total de votantes, votos válidos, taxa de desemprego e o PIB. Essa relação das variáveis com a variável votos da Frelimo mostra que estes votos podem ser modelados ou previstos com os votos válidos, total de votantes, total da população, taxa de desemprego e o PIB, a partir de um modelo de regressão linear múltipla, bastando verificar os pré-requisitos dos modelos de regressão linear.

Olhando para a matriz das correlações na tabela 3 também podemos verificar que há problemas de multicolineriedade (isto é, as variáveis independentes possuem alta correlação entre si, o que não é desejável) significando que uma das variáveis terá que sair do modelo, portanto, para os modelos estimados não se incluiu a variável votos válidos.

Tabela 4. Resumo do Modelo de Regressão Múltipla

	Modelo 1	Modelo 2
R Square	0,942 (0,00)***	0,942 (0,010)***
Adjusted R Square	0,937 (0,00)***	0,940 (0,010)***
Durbin-Watson		1,931

Nota: coeficientes de correlação (R) com p-valor entre parêntesis. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05, **p<0.01, ***p<0.001.

Da tabela 4 contendo os dois modelos, onde o primeiro modelo feito com apenas uma variável total de votantes e, o segundo modelo com as duas variáveis total de votantes e taxa de desemprego, cujo primeiro modelo explica cerca de 94% da variação dos votos da Frelimo, ou seja, cerca de 94% dos votos da Frelimo são explicados pelo

total de votantes e o segundo modelo explica cerca de 94% mas já incluindo as duas variáveis total de votantes e taxa de desemprego, assim sendo, ficamos com o segundo modelo que melhor explica os votos da Frelimo. Também pode-se verificar a partir da tabela 4, o teste de Durbin Watson que indica o valor do teste próximo de 2, assim sendo, mostra que não há indícios de violação de que os erros de regressão são independentes.

Em termos de histograma (ver em anexo) que avalia o pré-requisito de normalidade das variáveis envolvidas no modelo, nos mostra que não há indícios de violação da normalidade, isto é, as variáveis envolvidas no modelo seguem uma distribuição normal.

Tabela 5. Coeficientes do Modelo de Regressão Múltipla Estimado

	Modelo 1	Modelo 2
Total de votantes	,463 (0,02)***	,486 (,032)***
Taxa de desemprego		561,64 (209,88)**
(Constant)	1372,936 (1467,625)	2488,952 (1981,709)
N. de observações	53	53
Adjusted R Square	,937	,940

Nota: coeficientes de regressão (B) com erros padrão entre parêntesis. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05, **p<0.01, ***p<0.001.

Após verificados os pressupostos e tendo sido todos eles cumpridos, ou seja, não havendo nenhuma violação dos pressupostos, o passo a seguir é estimar o modelo de regressão. Os modelos foram estimados usando o método stepwise para a seleção das variáveis no modelo. Para os modelos estimados, apenas são apresentadas as variáveis significativas.

Na tabela 5, pode-se verificar que para os modelos a variável total de votantes e taxa de desemprego são estatisticamente significativos a um nível de significância de 5%, revelando que os coeficientes são diferentes de zero.

Assim, o modelo final para a previsão de votos da Frelimo fica:

Votos da Frelimo = 2488,952 + ,486 * total de votantes+ 561,64*taxa de desemprego
Analisando a tabela 5 podemos interpretar os coeficientes do modelo de regressão como se segue abaixo:

I. Constant (2488,952) = é a média dos votantes na Frelimo quando todas as outras variáveis não estiverem no modelo;
II. Total de votantes (0,486) = quando aumenta uma unidade da variável total de votantes e mantendo-se constante a taxa de desemprego, espera-se que votar na Frelimo aumente em 0,486 votos.
III. Taxa de desemprego (561,64) = quando aumenta uma unidade da variável taxa de desemprego e mantendo-se constante o total de votantes, espera-se que votar na Frelimo aumente em 561,64 votos.

Os dados em presença nos revelam que quanto maior for a participação a Frelimo tende a obter maior número de votos. Ou seja, quanto mais pessoas votam a probabilidade da Frelimo ganhar as eleições é maior. Significa ainda que a Frelimo precisa apenas que as pessoas participem mais para poder ganhar as eleições. São dados que demonstram a capacidade da Frelimo reter eleitorado.

Esta realidade eleitoral se aproxima aos vários estudos feitos em países africanos sobre a participação eleitoral e a estabilidade dos alinhamentos partidários onde confirmaram o papel mobilizador central dos partidos políticos (v. Bratton, 1999; Kuenzi & Lambright, 2007; Lindberg & Morrison, 2005; Young, 2009).

Em outras partes do mundo os eleitores calculam seus interesses económicos com maior referência à condição da economia nacional e dão mais peso às esperanças de prosperidade económica (Bratton et al., 2012, p.43). Por exemplo, Wimpy e Whitten (2017) destacam que o voto económico está evidente nas democracias africanas em desenvolvimento mesmo naquelas com níveis relativamente baixos de desenvolvimento económico e político. A pesquisa de Rhee (2019) também concluiu existir uma forte associação entre a perceção económica e avaliação de desempenho no comportamento eleitoral africano enquanto se controla uma série de covariáveis, incluindo etnia, partidarismo, informação e provisão de bens públicos.

Contrariamente a estes estudos, os dados em análise revelam que a Frelimo não foi sancionada pelos eleitores em face das condições económicas e particularmente pela elevada taxa de desemprego. Portanto, os eleitores depositaram um voto de confiança na Frelimo mesmo em situações de alto desemprego. Houve uma clara identificação com a Frelimo, contrastando assim com a nossa expetativa na hipótese II, onde a votação na Frelimo deveria acontecer em função da perceção dos eleitores por causa do crescimento da economia. Pelo contrário, com dados que revelam uma economia em crise como foi o ano de 2018 e com taxa de desemprego assinalável, mesmo assim a Frelimo obteve excelentes resultados eleitorais, corroborando com o estudo de Pereira (2008b) sobre a dificuldade do voto económico na explicação da votação deste partido.

Passando agora à Renamo. Na matriz das correlações representada na Tabela 6 podemos verificar que os votos da Renamo estão relacionados com o total da população, total de votantes, votos válidos, taxa de desemprego e PIB. Total da população está relacionada de uma forma positiva e forte com um r= 0,856 e um sig=0,000 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%. Total de votantes está relacionado de uma forma forte quase perfeita com r= 0,960 e um Sig=0,000 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%. Votos válidos estão relacionados de uma forma forte quase perfeita com r= 0,959 e um Sig=0,000 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%, e o PIB está relacionado de uma forma fraca com r= 0,431 e um Sig=0,001 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%.

Tabela 6. Matriz de Correlações das Variáveis em Estudo (Renamo)

Covariáveis	Voto Renamo	Votos válidos	Total de votantes	Populacao	Taxa de desemprego	PIB
Voto Renamo	1,00					
Votos válidos	,959***	1,00				
Total de votantes	,960***	1,00	1,00			
Populacao	,856***	,839***	,840***	1,00		
Taxa de desemprego	,117	,167	,162	,048	1,00	
PIB	,431**	,411**	,414**	,424**	-,032	1,00

Nota: coeficientes de correlação. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05 , **p<0.01, ***p<0.001.

Podemos afirmar que quando aumenta total da população, votos válidos, PIB, aumenta o número de votos da Renamo, o mesmo ocorre quando aumenta total de votantes. Essa relação das variáveis com a variável votos da Renamo mostra que os votos da Renamo podem ser modelados ou previstos com o total da população, total de votantes, votos válidos e PIB a partir de um modelo de regressão linear múltipla, bastando verificar os pré-requisitos dos modelos de regressão linear.

Olhando para a matriz das correlações acima também podemos verificar que há problemas de multicolinieridade (isto é, as variáveis independentes possuem alta correlação entre si, o que não é desejável) o que significa que uma das variáveis terá que sair do modelo.

Tabela 7. Resumo do Modelo de Regressão Múltipla

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
R Square	,923 (0,00)***	,931 (,017)***	,939 (,016)***
Adjusted R Square	,921 (0,00)***	,928 (,017)***	,935 (,016)***
Durbin-Watson			1,975

Nota: coeficientes de regressão (B) com erros padrão entre parêntesis. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05, **p<0.01, ***p<0.001.

Da tabela contendo os três modelos, onde o primeiro modelo feito com apenas uma variável total de votantes, o segundo modelo com as duas variáveis total de votantes e total da população, e o terceiro com três variáveis total da população, total de votantes e região norte, cujo primeiro modelo explica cerca de 92% da variação dos votos da Renamo, ou seja, cerca de 92% dos votos da Renamo são explicados com total de votantes e é significativo dado que o Sig = 0,000 é menor que 0,05, o segundo modelo explica cerca de 93% incluindo duas variáveis total da população e total de votantes e o modelo é também significativo dado que o Sig = 0,017 é menor que 0,05 mostrando que a variável total de população e total de votantes são significativos para explicar o modelo, e o terceiro modelo explica cerca de 94% incluindo as três variáveis total da

população, região norte e total de votantes e o modelo é também significativo dado que o Sig = 0,016 é menor que 0,05 mostrando que a variável total de população, região norte e total de votantes são significativos para explicar o modelo.
Também pode-se verificar a partir da tabela 7, o teste de Durbin Watson que indica o valor do teste próximo de 2, assim sendo, mostra que não há indícios de violação de que os erros de regressão são independentes.

O histograma (ver em anexo) que avalia o pré-requisito de normalidade das variáveis envolvidas no modelo nos mostra que não há indícios de violação da normalidade, isto é, as variáveis envolvidas no modelo seguem uma distribuição normal. Para efeitos de verificação da multicolinearidade dos dados, observou-se o VIF e a Tolerância de cada variável do modelo na tabela 7, onde nota-se que os dados não são multicolineares, pois, o VIF de todas as variáveis é menor que 10, concluindo assim que não existe duas ou mais variáveis independentes que expliquem em simultâneo a variável dependente votos da Renamo.

Após verificados os pressupostos do modelo e tendo sido todos eles cumpridos, ou seja, não havendo nenhuma violação dos pressupostos, o passo a seguir é estimar o modelo de regressão. O modelo foi estimado usando o método stepwise, onde tem como o melhor modelo, o modelo 3 com as seguintes variáveis: total de votantes, total da população e região norte.

Tabela 8. Coeficientes do Modelo de Regressão Múltipla Estimado

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Total de votantes	,408 (,017)***	,348 (,029)***	,346 (,028)***
Populacao		,020 (,008)**	561,64 (209,88)**
Região Norte			,021(,008)**
(Constant)	-1801427(1386790)	-4746035(1780256)*	-6934519(1906669)
N. de observações	53	53	53
Adjusted R Square	,921	,928	,935

Nota: coeficientes de regressão (B) com erros padrão entre parêntesis. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05, **p<0.01, ***p<0.001.

Na tabela 8, pode-se verificar que para o terceiro modelo, a variável total de votantes, total da população e região norte com os coeficientes 0,346; 0,21 e 5747,553 respetivamente e, para o teste *t* que verifica a significância dos parâmetros, mostra que a estatística t=12,486; t=2,791 e t=2,499 são estatisticamente significativos a um nível de significância de 5%, revelando que os coeficientes são diferentes de zero.

O modelo final para a previsão de votos da Renamo fica:

Votos da Renamo=-6934,519+0,346*Total de votantes+0,020*População+5747,553*Região Norte

Analisando a tabela 8, podemos interpretar os coeficientes do modelo de regressão como se segue abaixo:

I. Constant (-6934,519) = é a média dos votantes da Renamo quando todas as outras variáveis não estiverem no modelo;
II. Total de votantes (0,346) = quando aumenta uma unidade da variável total de votantes e mantendo constante a população e a região norte, espera-se que votar na Renamo aumente em 0,346 votos;
III. População (0,020) = quando aumenta uma unidade da variável população e mantendo-se constante o total de votantes e região norte, espera-se que votar na Renamo aumente em 0,020 votos;
IV. Região norte (5747,553) = quando a região é norte e mantendo-se constante total de votantes e a população, espera-se que votar na Renamo aumente em 5747,553 votos a mais do que os votantes da região sul.

Os dados acima revelam que a Renamo também se beneficiou da participação eleitoral nestas eleições. Quanto maior for a participação a Renamo obtém igualmente excelentes resultados, entretanto, não superiores à Frelimo em termos cumulativos. Isso tem a sua razão de ser tendo em conta que as eleições locais são vistas como particularmente atrativas para os partidos da oposição, que podem ser excluídos dos cargos políticos a nível nacional e encaram-nas como uma forma de ganhar espaço e

obter recursos suficientes para melhor competir a nível nacional (Black & Van de Walle, 2018, p.183).

Quer isto dizer que a Renamo pode ter mobilizado os eleitores e as suas bases para votar, tendo presente que podia conquistar mais espaço para encaixar recursos com vista a garantir a funcionalidade da máquina partidária e provavelmente oferecer emprego aos seus militantes na base. Além disso, tendo em consideração que não participou das eleições locais de 2013 e, se apercebido do espaço ganho por MDM na sua ausência, o partido trabalhou mais para reconquistar o seu espaço no panorama político local.

No que tange a densidade populacional. Os dados apontam vantagens ao partido Renamo em municípios mais populosos. Portanto, em municípios com muita população a Renamo obteve votos consideráveis em comparação aos outros partidos.

Relativamente às regiões, os dados indicam que a região norte votou mais na Renamo em detrimento da região sul. Estes dados convergem com a pesquisa de Brito (2019b) onde mostrou que a demarcação regional do voto reflete, em grande medida, a história do País, das suas clivagens e das oposições entre grupos, que por vezes remontam aos finais do século XIX. O voto a favor da Renamo, cujo berço histórico se situa justamente na região central do País, e que tem apoio especialmente importante em Manica, Sofala e parte das províncias da Zambézia e Nampula, terá dado corpo a um sentimento de exclusão – ou marginalização – em relação ao Estado da Frelimo compartilhado pela população e pelas elites locais (Brito, 2019b, p.49).

O estudo de Bratton, et al. (2012) sobre intenções de voto em África evidencia que ser membro do maior grupo étnico não é garantia de que os eleitores expressarão a intenção de apoiar o partido no poder. De acordo com os autores, um indivíduo que pertence ao mesmo grupo étnico do Chefe de Estado em exercício tem muito mais probabilidade de expressar a intenção de votar no partido no poder. Este dado dá credibilidade à interpretação de que as pessoas esperam que os líderes tratem os co-étnicos de forma mais favorável do que outros quando exercem o poder público (Bratton et al., 2012, p.41).

Além disso, a pertença de um indivíduo ao grupo étnico que detém o poder político é um fator poderoso para explicar o voto no partido governante. Por outro lado, um voto intencional para a oposição é impulsionado principalmente pelo facto de um indivíduo sentir ou não um senso coletivo de discriminação étnica. A esse respeito, a principal linha de clivagem étnica no contexto da competição eleitoral é se os indivíduos são "insiders" ou "outsiders" na distribuição predominante do poder político (Bratton et al., 2012, p.47).

Nesta perspetiva, o voto a favor da Renamo na região norte, pode se posicionar em fatores de natureza étnica, mas sobretudo do sentimento de exclusão por parte dos eleitores, porque o histórico dos resultados eleitorais revela mudanças eleitorais ao longo do tempo, principalmente em autarquias da província de Nampula (v. o padrão de voto no capítulo IV).

Tabela 9. Matriz de Correlações das Variáveis em Estudo (MDM)

Covariáveis	Voto Renamo	Votos válidos	Total de votantes	Populacao	Taxa de desemprego	PIB
Voto Renamo	1,00					
Votos válidos	,520***	1,00				
Total de votantes	,519***	1,00	1,00			
Populacao	,355**	,839***	,840	1,00		
Taxa de desemprego	-,073	,167	,162	,048	1,00	
PIB	,170	,411	,414	,424**	-,032	1,00

Nota: coeficientes de correlação. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05 , **p<0.01, ***p<0.001.

Com relação ao MDM, a partir da tabela 9 pode-se verificar que os votos do MDM estão relacionados com o total da população, total de votantes e votos válidos. Total da população está relacionado de uma forma fraca com um r= 0,355 e um sig=0,005 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%. Total de votantes está relacionado de uma forma moderada com r= 0,519 e um Sig=0,000 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%, e votos válidos estão

relacionados de uma forma moderada com r= 0,520 e um Sig=0,000 mostrando-se estatisticamente significativo a um nível de 5%.

Essa relação das três variáveis com a variável votos do MDM mostra que estes votos podem ser modelados ou previstos com o total da população, total de votantes e votos válidos a partir de um modelo de regressão linear múltipla.

Olhando para a matriz das correlações acima também podemos verificar que há problemas de multicolinieridade (isto é, as variáveis independentes possuem alta correlação entre si, o que não é desejável) o que significa que uma das variáveis terá que sair do modelo.

Tabela 10. Resumo do Modelo de Regressão Múltipla

	Modelo 1
R Square	,270 (0,00)***
Adjusted R Square	,256 (0,00)***
Durbin-Watson	1909

Nota: coeficientes de regressão (B) com erros padrão entre parêntesis. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05, **p<0.01, ***p<0.001.

Da tabela 10 do modelo feito com apenas uma variável total de votantes, cujo modelo explica cerca de 27% da variação dos votos do MDM, ou seja, cerca de 27% dos votos do MDM são explicados pelo total de votantes. Também pode-se verificar a partir da tabela 12, o teste de Durbin Watson que indica o valor do teste próximo de 2, assim sendo, mostra que não há indícios de violação de que os erros de regressão são independentes.

O histograma (ver em anexo) que avalia o pré-requisito de normalidade das variáveis envolvidas no modelo nos mostra que não há indícios de violação da normalidade, isto é, as variáveis envolvidas no modelo seguem uma distribuição normal. Para efeitos de verificação da multicolinearidade dos dados, observou-se o VIF e a Tolerância de cada variável do modelo na Tabela 10, onde nota-se que os dados não são multicolineares, pois, o VIF de todas as variáveis é menor que 10, concluindo assim que não existe duas ou mais variáveis independentes que expliquem em simultâneo a variável dependente votos do MDM.

Tabela 11. Coeficientes do Modelo de Regressão Múltipla Estimado

	Modelo 1
Total de votantes	,134 (,035)***
(Constant)	6702.635 (9339.378)
N. de observações	53
Adjusted R Square	,256

Nota: coeficientes de regressão (B) com erros padrão entre parêntesis. Níveis de significância: +p <0.10 *p<0.05, **p<0.01, ***p<0.001.

Analisando a tabela acima, podemos interpretar os coeficientes do modelo de regressão como se segue abaixo:

I. Constant (6702.635) = é a média dos votantes no MDM quando todas as outras variáveis não estiverem no modelo;
II. Total de votantes (0,134) = quando aumenta uma unidade do total de votantes, espera-se que votar no MDM aumente em 0,134 votos.

Os dados sobre o MDM demonstram que também se beneficiou da participação eleitoral, mas com resultados muito abaixo dos obtidos pela Frelimo e a Renamo. Se o maior número de pesssoas votam significa que as chances do MDM ganhar são inferiores quando comparado com a Frelimo e a Renamo. Portanto, o MDM beneficiou da participação eleitoral, mas em número muito inferior.

É um resultado compreensível quando se olha para as eleições locais de 2018, onde praticamente o partido obteve os piores resultados de sempre, com a exceção do município da Beira onde ganhou o escrutínio. Se nas eleições locais de 2013 os seus candidatos surgiram com o apoio da máquina partidária e se baseiando em reputações pessoais para derrotar o partido dominante (Black & Van de Walle, 2018), nas eleições locais de 2018 não contou com estes candidatos, o que terá infuenciado na pesada derrota que o partido registou.

Capítulo VI

6. Conclusões e Pistas de Investigação

Neste capitulo são apresentadas as principais conclusões da pesquisa, os limites e as pistas para futuras pesquisas relacionadas com a temática sobre eleições locais em Moçambique, com enfoque para o padrão espacial de voto.

6.1.Conclusões e implicações da tese

Quando nos propusemos analisar esta temática tínhamos dois objetivos principais: investigar o padrão de voto nas eleições autárquicas moçambicanas entre 1998-2018 e identificar os fatores explicativos dos padrões encontrados. Por outro lado, esta análise foi motivada pela necessidade de compreender os padrões de apoio ao partido dominante a nível local, no contexto de uma democracia híbrida.

Mais do que procurar fazer uma análise do padrão de voto a nível local, há um fator crucial que nos remeteu à esta extensa reflexão. Trata-se do estudo das eleições locais em Moçambique. Como foi bem evidenciado nesta tese, é uma área pouco explorada pela Ciência Política internacional nomeadamente no contexto moçambicano, embora Rosário (2009) entre outros tenham analisado eleições locais, e Pereira (2008) entre outros tenham estudado as eleições nacionais, faltava uma análise de caráter longitudinal.

Para responder este desiderato, apresentamos um plano de tese que procurou enquadrar a temática em estudo e trazer à ribalta os vários elementos que a embasam.

Foi nesta perspetiva que começamos por apresentar a importância do estudo das eleições locais e das vantagens decorrentes da promoção de participação a nível local. Desse exercício, ficou patente a relevância do estudo da eleição local, ao permitir a compreensão da política infranacional, ajudar na perceção da dinâmica dos processos àquele nível, bem como a oportunidade que os cidadãos têm de participar diretamente

na resolução dos problemas que lhes afetam e, sobretudo, o direito que têm de decidir sobre os seus destinos.

Observamos que não obstante o processo eleitoral em África ser construído num clima de guerra e paz, de momentos caraterizados por estabilidade e instabilidade, inclusive com o registo de ocorrência de violência pós-eleitoral, há ganhos enormes que resultaram da realização de eleições.

Nesta componente, constatamos a importância das transições democráticas na configuração dos estados africanos, sobretudo, de regimes autoritários para democráticos, e de monopartidários para multipartidários. Apuramos ainda que as eleições contribuíram para a institucionalização e o aprofundamento das liberdades civis. O maior desafio que se anotou para a maioria dos países é da necessidade de se consolidar os ganhos da democracia, através de reforço dos princípios democráticos, evitando tudo quanto possível, o retorno às ditaduras e autoritarismos como se tem vindo a verificar pela conduta de alguns líderes africanos.

Ainda sobre o processo eleitoral, constatamos a existência de um conjunto de fatores que afetam o comportamento eleitoral em África, com destaque para a economia, a etnicidade, o clientelismo, o partidarismo, fatores de ordem social e histórica, entre outros.

Por sua vez, verificamos que mercê das reformas descentralizadoras o país alargou os espaços de participação, começando pela abertura constitucional para o pluralismo político em 1990, quer ainda pela institucionalização dos conselhos consultivos locais à implantação das autarquias locais como mecanismos de promoção do desenvolvimento socioeconómico local.

A avaliação feita, permitiu realçar a importância que a autarcização trouxe na esfera subnacional, principalmente por ter criado espaço para os cidadãos competirem por voto para lugares nas assembleias municipais, onde podem efetivamente, à luz da lei, dar a sua contribuição para a melhoria de condições de vida das suas comunidades, não obstante os desafios prevalescentes na maioria das autarquias.

Em relação aos padrões de votação das eleições locais, de salientar que a análise foi feita recorrendo os dados eleitorais de 1998-2018. Da leitura do padrão de voto

constatou-se a regularidade de participação e maior votação do partido Frelimo seguido pela Renamo e do MDM. Um quadro que demonstra uma continuidade governativa na maioria das autarquias do país a favor da Frelimo.

Em termos de distribuição do voto pelas províncias, há a destacar que nas autarquias situadas a sul do país tendem a votar expressivamente na Frelimo, registando-se uma votação moderada deste partido nas autarquias do centro e norte do país. Entretanto, os dados sobre as autarquias do norte do país revelaram existir um apoio considerável à Renamo, embora, de modo geral, a Frelimo apresente maior número de votos em termos agregados. É um quadro que demonstra uma presença da Renamo na região norte e com um eleitorado tradicional, mesmo com as oscilações que foram se registando ao longo do tempo.

No que concerne ao MDM, os dados analisados indicam que, não obstante ter obtido alguns resultados digno de realce em algumas autarquias a apartir de 2013, pode se afirmar que ainda não tem uma base social consolidada tal como se verifica com os seus adversários políticos nomeadamente a Frelimo e a Renamo. Os dados das eleições locais de 2018 atestam esta realidade.

Em termos de configuração da região centro do país, os dados indicam que a Renamo tem uma votação moderada nas autarquias. Em contrapartida é a região onde o MDM tem mais votos quando comparado com outras regiões, sustentado em parte pelos resultados da autarquia da Beira.

No cômputo geral, verifica-se um forte domínio da Frelimo, se colocando na formação política com mais mandatos conquistados nas assembleias municipais. Aliás, este elemento valida a nossa primeira hipótese de trabalho segundo a qual a vitória da Frelimo nas eleições locais reflete a sua condição de partido dominante. A Frelimo continua dominadora a nível local, uma realidade similar das eleições nacionais, consubstanciada pela sua experiência na governação e condições que apresenta em detrimento de outras formações políticas, com enfoque para a capacidade política e organizacional, forte disciplina partidária, a cooptação de elites locais, maior controlo das instituições e acesso aos recursos do Estado, entre outros.

Em contrapartida, os resultados das eleições locais ao longo do tempo revelam uma forte competitividade política em detrimento das eleições nacionais. Aliás, é neste nível de eleição que se verificaram alternâncias políticas, significando o partido no governo perder a eleição a favor da oposição, algo que ainda não se verificou em eleições nacionais.

Finalmente, fizemos análises estatísticas multivariadas para apurar a correlação do voto dos partidos com um conjunto de variáveis qualitativas e quantitativas. Da matriz das correlações das variáveis, observou-se uma convergência entre a Frelimo e a Renamo, ou seja, os votos dos dois partidos estão relacionados com o total da população, total de votantes, votos válidos, taxa de desemprego e PIB.

Entretanto, há diferenças nos preditores de voto de cada formação política. As conclusões que se podem extrair da análise dos modelos aplicados são as seguintes: o total de votantes tem uma grande influência nos votos da Frelimo. Esta variável revelou-se mais forte em termos de previsão dos votos deste partido. Quer isto dizer que a Frelimo beneficia grandemente da participação eleitoral. Quanto mais pessoas votam a tendência da Frelimo ganhar é maior.

Este dado não é de estranhar se nos atermos aos processos eleitorais moçambicanos, onde mesmo a abstenção tem mais favorecido a Frelimo em detrimento dos outros partidos, uma vez que a mobilização para votar primeiro é desenvolvida a nível dos membros do partido e depois para os restantes eleitores. Aliás, se o contexto eleitoral favorecer a abstenção ou a transferência de votos de um partido de oposição para outro, significa que os membros da Frelimo garantem a vitória do partido. Resumindo, a Frelimo precisa apenas que os seus membros votem para que possa ganhar.

Assim, os dados em presença divergem com as nossas expetativas na hipótese (H4) que postula que o alto grau de participação favorecia os partidos da oposição - Frelimo perderia votos, Renamo e MDM teriam mais votos.

Outra variável que se mostra necessária à sua interpretação com base no modelo dos votos da Frelimo é a taxa de desemprego. A medida que a taxa de desemprego aumenta iria se esperar que o partido no governo sofresse uma erosão em termos de apoio dos

eleitores. Entretanto, sucede que este partido no governo mantém o apoio dos eleitores e ganha as eleições.

Olhando para o contexto moçambicano, onde no ano de 2018 os munícipes se opuseram ao governo, reivindicando ou sugerindo melhorias nas políticas de emprego e nas condições de vida, mesmo assim o partido no governo saiu vitorioso no processo eleitoral. Assim, a hipótese (II) de que fatores relacionados com o desenvolvimento local tenham maior impacto na mobilização eleitoral não se confirma.

Este resultado se aproxima aos estudos feitos em alguns países africanos. A pesquisa de Youde (2005) levada a cabo no Gana constatou que embora os fatores económicos tenham um efeito significativo sobre o apoio do governo, esses efeitos são mais fracos do que os fatores estruturais de longo prazo, como a etnia. Outra pesquisa feita ainda no Gana por Hoffman e Long (2013) utilizando dados de pesquisa à boca da urna, descobriu que os atributos partidários possuem alto poder explicativo em detrimento dos efeitos das avaliações subjetivas da economia e do desempenho do governo, bem como da etnia.

Achado similar foi detetado por Norris e Mattes (2003) através do cruzamento de dados do Afrobarômetro de doze países, onde descobriram que fatores não económicos como etnia e avaliações subjetivas do desempenho do governo, são importantes para a identificação partidária do eleitor.

Além disso, o estudo de Brito, et al. (2015) sobre as eleições nacionais moçambicanas, também constatou que a avaliação negativa do desempenho do governo, particularmente a falta de emprego e de oportunidades de melhoria da situação económica, não é um elemento decisivo na formação do voto especialmente nas zonas da hegemonia da Frelimo (p.20).

Como corolário, a economia não é um fator determinante também nas eleições locais moçambicanas, corroborando assim com os resultados da pesquisa de Pereira (2008b) sobre a dificuldade do voto económico na explicação dos votos da Frelimo.

Conforme esperávamos, se a votação na Frelimo é elevada na zona sul do país, a votação da Renamo é substancial na zona norte. Além do total de votantes e a

população, o modelo utilizado para os votos da Renamo revelou uma influência da região norte. É um dado concomitante com a análise do padrão espacial de voto feita no capítulo IV que revelou uma Renamo forte nos municípios a norte do país, embora com registo de oscilações nos resultados. Tal como nas eleições nacionais, assumimos que esta territorialização do voto nas autárquicas, pode também ser explicada pela herança das clivagens sóciopoliticas decorrentes do contexto político vivido no pós-independência e do passado da guerra civil que colocou as regiões do país díspares em termos de apoio aos partidos políticos (v. Brito, 2019b; Lundin, 1995; Mosca, 2022).

Assim, no que se refere a etnicidade encontramos evidências conforme demonstra a literatura, mas não muito suficientes para assumir a predominância de voto étnico nas eleições locais moçambicanas, devido a variação eleitoral observada na região norte ao longo do tempo e sobretudo pela limitação de dados para a medição com propriedade a variável – por exemplo a ausência de dados ao nível individual que poderiam nos dar alguns pormenores mesmo que não sejam substanciais. Note-se que, após análise do material disponível, constituído por manifestos eleitorais de 2018 e do material de imprensa (Jornais - Notícias, O País & Savana) constatamos que o apelo étnico na votação em eleições locais é relativamente inferior ou quase inexistente.

Este dado converge ainda com os resultados da pesquisa de Matsimbe (2017) que também não encontrou fortes evidências de que a etnia desempenha um papel importante na política e no comportamento eleitoral em Maxixe, mesmo tendo analisado dados ao nível individual.

O modelo utilizado para os votos do MDM revelou que o partido beneficiou da participação eleitoral, mas com resultados muito abaixo dos obtidos pela Frelimo e a Renamo. Portanto, podemos concluir que existem outros fatores que explicam os votos do MDM. Por exemplo, a transferência de voto pode ter contribuído substancialmente para os resultados que o partido obteve em algumas autarquias em 2013, resultado que não se verificou na eleição local de 2018 onde o partido perdeu drasticamente o escrutínio.

Como referimos anteriormente, a juventude que não se vincula ao voto afetivo normalmente creditado ao partido da independência - Frelimo, e ao partido que combateu o comunismo - Renamo, pode ter uma influência nos votos obtidos por este partido nas grandes cidades. Por outro lado, a convição de que é possível construir uma democracia distante do espetro da guerra que vem sendo protagonizada pelos partidos Frelimo e Renamo, pode também ter movimentado alguns eleitores a decidir em votar diferente, portanto, na mudança, e por este intermédio apostar no MDM (Savana, 2013, dezembro 27).

Este achado é relativamente diferente com aquilo que a literatura sobre a participação política tem identificado nas democracias industrializadas e mais recentemente em África, onde tem se apontado a idade, particularmente os jovens, com menos envolvimento político (Bratton, 1999; Cross & Young, 2008; Isaksson, 2014; Kuenzi & Lambright, 2010).

Limites da pesquisa

Nesta secção, são apresentadas as limitações encontradas no processo de elaboração da tese. Um dos grandes constrangimentos encontrados na pesquisa tem que ver com a ausência de informação sistematizada de um conjunto de variáveis demográficas e socioeconómicas ao nível dos municípios.

Aliado a este constrangimento está a cartografia. A base cartográfica de Moçambique disponibilizada pelo Centro Nacional de Teledeteção e Cartografia (CENACARTA) vai até o nível de posto administrativo, não possibilitando, por este intermédio, se proceder com uma análise mais pormenorizada, isto é, a nível das localidades para o caso de áreas rurais e bairro para o caso das áreas urbanas. Grande parte desta informação encontra-se desatualizada.

Além disso, as áreas municipais não dispõem de uma unidade administrativa definida, podendo ser um distrito (o caso do município da Matola), ou um posto administrativo (o caso do município de Boane), uma província (a situação da Cidade de Maputo) ou ainda uma pequena área urbana (o caso do município da Praia do Bilene). Por isso, qualquer omissão ou imprecisão que possa eventualmente ser verificada na análise feita, deverá ser entendida nesta componente de limitações que o autor enfrentou.

Pistas de investigação futura

Embora o estudo sobre eleições locais tenha demonstrado grande potencialidade e relevância na área de Ciência Política, há algumas questões que provavelmente podiam ser analisadas, mas como se avançou anteriormente não foi possível.

É neste contexto que entendemos ser fundamental que nas próximas pesquisas se possa estudar um conjunto de aspetos que esta pesquisa não tomou em conta como: o padrão espacial de voto incluindo também variáveis que não foi possível testar aqui tanto sociodemográficas como de desempenho da economia, etc. Mas também inquéritos de opinião pública sobre a participação em eleições locais, que permitam testar ao nível individual os determinantes do voto nestas eleições por comparação às nacionais.

Por ser uma área pouco estudada no contexto moçambicano, pensamos que o desenvolvimento desta natureza de pesquisas não só ajuda no engrandecimento da literatura sobre eleições em África, como também pode propiciar a utilização de novos métodos de pesquisa.

Referências Bibliográficas[27]

Adejumobi, S. (2000). *Elections in Africa: A Fading Shadow of Democracy.* In: Government and Politics in Africa: A Reader, ed. Okwudiba Nnoli. Harare, Zimbabwe: AAPS Books pp. 242–261.

Aguiar, J. (1994). *Partidos, Eleições, Dinâmica Política (1975-1991).* Análise Social XXIX, pp.171–236.

Ake, C. (1996). *Democracy and Development in Africa.* Washington, DC: Brookings Institution.

Almeida, C. & Sanches, E.R. (2011). *«'Das Balas aos Votos': Um estudo comparado das primeiras eleiçoes pós-guerra civil em Angola e Moçambique.*» Em: PALOP: Investigação em Debate, ed. Marzia Grassi. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 119–139.

Almond, G. & Verba, S. (1963). *The Civic Culture*. Nova Iorque: Little-Brown & Company.

Andersen, R. & Heath, A. (2000). *Social Cleavages, Attitudes and Voting Patterns*. A Comparison of Canada and Great Britain. Working Paper 81. Center for Research into Elections and Social Trends.

Andersen, R. & Heath, A. (2003). *Social Identities and Political Cleavages: The Role of Political Context.* Journal of the Royal Statistical Society, Series A, 166: 301–327.

Anselin, L. & Wendy, K.T.C. (2002). *Spatial Effects and Ecological Inference.* Political Analysis, 10, Summer: 276–297.

Anwar, M. (1994). *Race and Elections: The Participation of Ethnic Minorities in Politics, Monographs in Ethnic Relations*. No 9. Centre for Research in Ethnic Relations, University of Warwick, Coventry.

[27] A apresentação das referências bibliográficas seguiu as recomendações do Guia de Apoio ao Utilizador da Biblioteca do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Reiçadas, 2020) e da American Psychological Association (2020).

Arian, A. & Barnes, S. (1974). *The Dominant Party System: A neglected model of democratic stability*. The Journal of Politics, 36(3):592–614.

Andrews, J. T. & Inman, K. (2009). *Explaining Vote in Africa's Emerging Democracies*. Pp. 1–35.

Banze, C. (2019). *Desafios da Descentralização Fiscal em Moçambique: O caso dos Municípios.* Desafios para 2019. Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE. Maputo.

Baum, M. & Espírito-Santo, A. (2007). *As desigualdades de género na participação política em Portugal: uma perspetiva longitudinal.* In: André Freire et al (org). Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses. Imprensa de Ciências Sociais – ICS.

Bartels, L. M. (2002). *Beyond the Running Tally: Partisan Bias in Political Perceptions*. Political Behavior, 24(2), 117–150.

Bartolini, S. & Mair, P. (1990). *Identity, Competition, and Electoral Availability: The Stabilisation of European Electorates 1885-1985*. Cambridge: Cambridge University Press.

Berelson, B. R; Paul F. Lazarsfeld; & William N. McPhee. (1954). *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign.* Chicago: University of Chicago Press.

Benot, Y. (1981). *Ideologias das Independências Africanas*. Volume II. Edição de Sá da Costa Editora, Lisboa, para o Instituto Nacional do Livro e do Disco em Luanda, República Popular de Angola.

Biney, E. & Amoateng, A.Y. (2019). *Youth Political Participation: A Qualitative Study of Undergraduate Students at the University of Ghana*. AFFRIKA: Journal of Politics, Economics and Society.

Blais, A. (2000). *To Vote or Not to Vote? The merits and limits of rational choice theory*. University of Pittsburgh Press.

Blaauw, L. & Zaire, D.U. (2023). *Dominant Parties as Governments in Southern Africa*. Their changing nature and its implications for democracy and democratic consolidation. Konrad Adenauer Foundation. Windhoek.

Bleck, J; & De Walle, N. V. (2018). *Electoral Politics in Africa Since 1990: Continuity in Change*. Cambridge University Press.

Blondel, J. (1968). *Party systems and patterns of government in Western democracies*. Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique, 1(2):180–203.

Boex, J. (2011). *An Analysis of Municipal in Mozambique: lessons from the first decade.* Disponivel em: http://documents.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2011/08/03/000020953.

Bogaards, M. (2004). *Counting Parties and Identifying (Dominant) Party Systems in Africa*, European Journal of Political Research 43: pp. 173–197.

Bogaards, M. & Boucek, F. (eds.) (2010). *Dominant Political Parties and Democracy*. (London: Routledge/ECPR Studies in European Political Science).

Bohn, S. & Paiva, D. (2009). *A Volatilidade Eleitoral nos Estados*. Sistema Partidário e Democracia no Brasil. Revista de Sociologia e Política, 17(33).

Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique. (1997). *Eleições Locais em 33 Cidades e Vilas.* Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a África Austral.

_____ (1998). *O Fiasco das Eleições Locais*. Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a África Austral.

Bratton, M. (1998). *Second Elections in Africa*. Journal of Democracy. pp.51–66.

Bratton, M. (1999). *Political participation in a new democracy: institutional considerations from Zambia,* Comparative Political Studies, 32(5), pp. 549–589.

Bratton, M; & De Walle, N.V. (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspectiv*e, Cambridge, Cambridge University Press.

Bratton, M. & Posner, D. (1999*). A First Look at Second Elections in Africa with Illustration from Zambia.* In: Richard Joseph (Ed.). State, Conflict and Democracy in Africa, Boulder: Lynne Rienner Publ., pp. 377-409.

Bratton, M; Bhavnani, R; & Chen, T. (2012). V*oting intentions in Africa: Ethnic, economic or partisan?* Commonwealth & Comparative Politics, 50(1):27–52.

Brito, L. de. (2019a). *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.

_____ (2019b). *Multipartidarismo, Geografia do Voto e Descentralização em Moçambique.* Desafios para Moçambique 2019. Instituto de Estudos Sociais e Económicos-IESE, Maputo.

_____ (2013). *Breve Reflexão sobre Autarquias, Eleições e Democratização*. Desafios para Moçambique. Instituto de Estudos Sociais e Económicos-IESE, Maputo.

_____ (2010). *O Sistema Eleitoral: Uma Dimensão Crítica da Representação Política em Moçambique*. Desafios para Moçambique 2010. Instituto de Estudos Sociais e Económicos-IESE, Maputo.

_____ (2008). *Beira – o fim da Renamo?* Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social – Ideias. Boletim n°5. Instituto de Estudos Sociais e Económicos-IESE, Maputo.

_____ (2007). *A Democracia à prova das urnas. Elementos para um programa de pesquisa sobre Abstenção Eleitoral em Moçambique*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos-IESE, Maputo.

_____ (1996). «*Voting behavior in Mozambique's first multiparty elections», in Mozambique: Elections, Democracy and Development*, Maputo, Elo Gráfico, pp. 455-477.

_____ (1995). *Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique.* In: Mazula, Brazão, Eleições, democracia e desenvolvimento, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, pp. 343-374.

Brito, L.de; Pereira, J.C. G; Rosário, D.do. & Manuel, S.F. (2005). *Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004.* Projeto financiado pela Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento através do Instituto Austríaco para a Cooperação Norte-Sul. EISA. Maputo

Brito, L.de; Bernardino, A; Chaimite, E; Forquilha, S; Fumo. & Terenciano, F. (2005). *Crónicas de uma Eleição Falhada, outubro de 2014*. Relatório de Investigação nº1. Instituto de Estudos Sociais e Económicos-IESE, Maputo.

Burchard, S. M. (2015). *Electoral Violence in Sub-Saharan Africa: Causes and Consequences*. Lynne Rienner Publishers. USA.

Bussoti, L. (2013). *autárquicas 2013: desbloqueio do Sistema político moçambicano?* Opinião. Jornal SAVANA, 06.12.2013.

_____ (2014). *A gestão do "risco político" na democracia moçambicana: análise e perspectivas.* Estudos de Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco.

Butler, D. & Stokes, D. (1974). *Political Change in Britain*. Basis of Electoral Choice. Palgrave Macmillan.

Bwana, C. N. (2019). *Voting Patterns in Uganda' s Elections: Could it be the end of the National Resistance Movement' s (NRM) domination in Uganda' s politics?* May.

Cabaço, J. L. (1995). *A longa estrada da democracia moçambicana*. Mazula, Brazão (ed), Eleições, democracia e desenvolvimento, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, pp. 79-114.

Cahen, M. (2010). *Moçambique: o "fim da história" ...única. Trajectórias dos anticolonialismos em Moçambique*. Africana Studia, N.º 15, 2010, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Cahen, M. (2019a). *O Dever de Pesquisar na Periferia do Mundo*. Desafios para 2019. Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE. Maputo.

_____ (2019b). *"Não somos bandidos": a vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati (1983-1985).* Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

Calvo, K.; Pérez, A.M; Montero, J.R. & Jalali, C. (2007). *O voto religioso em Portugal e em Espanha.* In: André Freire et al (org). Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses. Imprensa de Ciências Sociais – ICS.

Campbell, T. (2003). *The Quiet Revolution: Decentralization and the Rise of Political Participation in Latin American Cities*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

Campbell, R. (2017). *Gender and Voting*. In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Campbell, A., Converse, P., Miller, W. & Stokes, D. (1960). *The American Voter* (Ann Arbor: University of Michigan Press).

Campos, F. (2015). *Do Partido Único ao Multipartidarismo e Suas Implicações Económicas, Políticas e Sociais: O Caso de São Tomé e Príncipe*. Texto apresentado no 8CIEA, Painel 37, Madrid, 2012.

Canhanga, N. (2007). *Os Desafios da Descentralização e Dinâmica da Planificação Participativa na Configuração de Agendas Políticas Locais Conferência Inaugural do IESE "*Desafios para a investigação social e económica em Moçambique".

_____ (2009). *Descentralização fiscal, transferências intergovernamentais e dinâmicas da pobreza nas autarquias locais.* Conference Paper Nº13. In: "Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique" organizada pelo IESE".

Carothers, T. (2002). "*The End of the Transition Paradigm*". Journal of democracy, 13(1), pp. 5–21.

Carrilho, N. (1995). *A legislação eleitoral em Moçambique e a realização politica e social.* In: Mazula, Brazão (ed), Eleições, democracia e desenvolvimento, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, pp. 131-155.

Chabal, P. & Daloz, J-P. (1999). *L'Afrique Est Partie. Du Désordre Comme Instrument Politique.* Paris: Economica.

Chauvet, L. & Collier, P. (2009). *Elections and Economic Policy in Developing Countries*. Economic Policy. Vol. 24, No. 59 (Jul., 2009), pp. 509-550. Oxford University Press.

Cheema, S. & Rondinelli, D.A. (2007). *Decentralizing governance: Emerging concepts and practises.* Ash Institute for Democratic Governance and Innovation, Harvard University and Brookings Institution Press.

Chichava, S. (2010). *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?* Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, Maputo.

_____ (2008). *Por Uma Leitura Sócio-Histórica da Etnicidade em Moçambique*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, Maputo.

_____ (2007). *uma província "rebelde". O significado do voto zambeziano a favor da Renamo.* Conference paper n°8. Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, Maputo.

Cho, W. K. T. (1998). *Iff the Assumption Fits. A Comment on the King Ecological Inference Solution*, Political Analysis, 7: 143–163.

Coleman, J.S. (1960). *The politics of sub-Saharan Africa*. in G.A. Almond & J.S. Coleman (eds.), The politics of developing areas. Princeton, NJ: Princeton University Press, pp.247–368.

Collier, R. (1982). *Regimes in Tropical Africa: Changing Forms of Supremacy, 1945–1975.* Berkeley: University of California Press.

Collier, P. & Vicente, P. C. (2012). *Violence, bribery, and fraud: the political economy of elections in Sub-Saharan Africa.* Public Choice Spriger.

Conyers, D. (2007). *Decentralisation and Service Delivery: Lessons from Sub-Saharan Africa*. *38*(1), 18–32.

Cowen, M. & Laakso, L. (eds). (2002). *Multiparty Elections in Africa.* Oxford: James Currey.

Crook, R.C; & Manor, J. (1994). *Enhancing Participation and Institutional Performance: Democratic Decentralization in South Asia and West Africa*. Report on research project, Overseas Development Administration. January.

Cross, W. & Young, L. (2008). *Factors influencing the decision of the young politically engaged to join a political party: An Investigation of the Canadian Case*, Party Politics, 14:3, 345-369.

Cruz, A, S.; Ferreira, I. A, Flentø, J, Jones, S. & Tarp, F. (2020). *Moçambique numa encruzilhada: um diagnóstico institucional*. Desenvolvimento económico e instituições.

Darch, C. (2018). *Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica*. Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique.

Dassonneville, R. (2017). *Age and Voting*. In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Delgado, D.J.J. (2017). *Eleições de Segunda Ordem em Cabo Verde, 1991-2016.* Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Della Rocca, R. M. (1998). *Moçambique da guerra a paz: história de uma mediação insólita*, Maputo, Livraria Universitária.

_____ (2012). *A paz: como Moçambique saiu da Guerra*. Maputo: CIEDIMA.

De Tollenaere, M. (2018). *Uma Economia Política da Reforma Eleitoral em Moçambique.* Desafios para 2018. Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE. Maputo.

De Valk, P. (1990). *"State, Decentralization and Participation*." In de Valk and Wekwete (eds.) *Decentralizing for Participatory Planning?* Comparing the experiences of Zimbabwe and other African Countries in Eastern and Southern Africa (Aldershot).

Dinas, E. (2017). *The Evolving role of Partisanship*. In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Diep, L; Archer, D. & Gueye, C. (2016). *Decentralisation in West Africa: the implications for urban climate change governance*. (Issue February).

Dinerman, A. (2006). *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa. The case of Mozambique, 1975–1994*. Routledge Studies in Modern History.

Doorenspleet, R. & Nijzink, L. (eds.) (2013). *One-Party Dominance in African Democracies.* Boulder: Lynne Rienner Publishers.

_____ (2014). *Party Systems and Democracy in Africa.* Palgrave Macmillan.

Duverger, M. (1954*). Political Parties. Their organization and activity in the modern state.* Nova Iorque, John Wiley Inc.

Elff, M. & Roßteutscher, S. (2017). *Religion*. In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Ellis, S. (2000). *Elections in Africa in Historical Context*. In: Election Observation and Democratization in Africa, ed. Jon Abbink & Gerti Hesseling. New York: St. Martin's Press.

Erdmann, G. (2004). *Party research: The Western European bias and the 'african Labyrinth'*. Democratization. Taylor & Francis Online.

_____ (2007). "*The Cleavage Model, Ethnicity, and Voter Alignment in Africa: Conceptual and Methodological Problems Revisited*". In GIGA Research Programme: Legitimacy and Efficiency of Political Systems. Hamburg: German Institute of Global and Area Studies.

Evans, G. (2017). *Social Class and Voting*. In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Faria, F. & Chichava, A. (1999). *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique.* n.p. (Maputo). Disponível em: http://www.ilo.int/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/descentra_mocambique.pdf

Fearon, J. D; & Latin, D.D. (2008). *Integrating Qualitative and Quantitative Methods.* In Oxford Handbook of Political Methodology, eds. Janet M. BoxSteffensmeier, Henry Brady, and David Collier. Oxford: Oxford University Press, 756–774.

Forquilha, S. C. (2017). *Beira – clivagens partidárias e abstenção eleitoral*. Relatório de Investigação nº4. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.

_____ (2009). *Reformas de Descentralização e Redução da Pobreza num Contexto de Estado Neo-patrimonial. Um olhar a partir dos Conselhos Locais e OIIL em Moçambique.* In: Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique. Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo.

_____ (2007). *"Remendo Novo em Pano Velho": O Impacto das Reformas de Descentralização no Processo da Governação Local em Moçambique Conferência Inaugural do IESE "Desafios para a investigação social e económica em Moçambique"*

Forquilha, S.C; & Orre, A. (2011). *"Transformações Sem Mudanças?" Os Conselhos Locais e o Desafio da Institucionalização Democrática em Moçambique*. Desafios para Moçambique 2011. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.

Franklin, M.; Mackie, T. T. & Valen, H. (eds). (1992). *Electoral Change: Responses to Envolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*. Cambridge University Press.

Freire, A. (2001). *Modelos de Comportamento Eleitoral*. Uma Breve Introdução Crítica. Celta Editora.

_____ (2002). *Realinhamentos eleitorais, estruturas sociais, economia e voto partidário, 1983-1999.* Análise Social. Vol. XXXVII (162), 121-149. ICS-Lisboa.

_____ (2004). *Voto por temas: orientações perante as politicas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral.* In: André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (eds.) Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002. Lisboa, ICS, pp. 159-192.

_____ (2007). *Resposta à recensão de Joaquim Aguiar «O discurso do eleitorado».* Análise Social, vol. XLII (182), 2007, 325-330.

_____ (2017). *Para lá da «Geringonça». O governo das esquerdas em Portugal e na Europa*. Contraponto, Lisboa.

Freire, A. & Magalhães, P. (2002). *Abstenção Eleitoral em Portugal*. Colecção Breve. Ciência Política. ICS-Lisboa.

Freire, A. & Costa Lobo, M. (2005). *Economics, ideology and vote: Southern Europe. 1985–2000.* European Journal of Political Research 44.4: 493–518.

Gaxie, D. (org.) (1985, 1989). *Explication du Vote: Un Bilán de Études Électorales en France*. Paris. Press Science Po.

Geffray, C. (1991). *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento.

Giliomee, H. & Simkins, C. (eds.) (1999a). *The Awkward Embrace: One-party domination and democracy.* Amsterdam: Harwood.

Golder, M. & Wantchekon, L. (2004). *Africa: Dictatorial and Democratic Electoral Systems since 1946.* Colomer, Josep. ed. 2004. Handbook of Electoral System Design. London: Palgrave.

Goldfrank, B. (2005). *"The Politics of Deepening Local Democracy: Decentralization, Party Institutionalization, and Participation*," Midwest Political Science Association Conference, Chicago, April.

Goldsmith, A. (2015). *Elections and Civil Violence in New Multiparty Regimes: Evidence from Africa*. Journal of Peace Research, Vol. 52(5) 607–621.

Greene, K. (2013). *The political costs of privatisation: Why democratic and authoritarian dominant parties meet their doom.* In De Jager, N, & Du Toit, P (Eds). Friend or foe? Dominant party systems in southern Africa: Insights from the developing world. Tokyo/New York/Paris: United Nations University Press/Cape Town: University of Cape Town Press.

Green, D. P; & Baltes, S. (2017). *Party Identification: Meaning and Measurement*. In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Guambe, J.M.E. (1998). *A Reforma dos Órgãos Locais – vantagens e riscos da Descentralização*. 2º Seminário sobre a Reforma dos Órgãos Locais. Maputo

Guambe, J. M. E; & Weimer. B. (1999). *Eleições Autárquicas em Moçambique: o contexto da investigação*. In: Eleitorado Incapturável. coord. Carlos Serra, 27-41. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.

Gyimah-Boadi, E. (2007). *Political Parties, Elections and Patronage: Random Thoughts on Neo-Patrimonialism and African Democratization*. In: Votes, Money and Violence: Political Parties and Elections in Sub-Saharan Africa, eds. Matthias Basedau, Gero Erdmann, and Andreas Mehler. Uppsala, Sweden: Nordiska Afrikainstitutet, 21–33.

Hartmann, C. (2004). *Local elections and local government in southern Africa*. Africa Spectrum, Vol. 39, No. 2. Institute of African Affairs at GIGA, Hamburg.

Harrop, M. & Miller, W. (1987). *Elections and Voters*. The Macmillan Press Lts.

Herron, M. C. & Shotts, K. W. (2003). *Using Ecological Inference Point Estimates as Dependent Variables in Second-Stage Linear Regressions.* Political Analysis, 11 (Winter): 44–64.

Hoffman, B. D; & Long, J.D. (2013). *Parties, Ethnicity, and Voting in African Elections.* Comparative Politics 45 (2): 127–46.

Hoile, D. (1994). *Mozambique, 1962-1993: A Political Chronology*. London: Mozambique Institute.

Horowitz, D. (1985). *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley, CA: University of California Press.

_____ (1991). *A Democratic South Africa? Constitutional Engineering in a Divided Society* (Berkeley: University of California Press).

Hyden, G. (2013). *African Politcs in Comparative Perspective* (Second Edi). Cambridge University Press.

_____ (1980). *Beyond Ujamaa in Tanzania. Underdevelopment and an Uncaptured Peasantry*. Londres, Ibadan, Nairobi: Heinemann.

Huntington, S. (1994). "*A Terceira Onda: democratização no final do século XX"*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Ática: São Paulo

Impissa, I. (2020). *O Novo Paradigma da Descentralização em Moçambique: "fundamentos da revisão constitucional de 2018 - inovações, impactos e desafios"*. Maputo: Imagem One, Lda.

Ilal, A. & Weimer, B. (2018). *Urbanização, Serviços Públicos e Recursos Fiscais – Os Principais Desafios para as Autarquias Moçambicanas. Uma análise com enfoque às transferências fiscais intergovernamentais.* Desafios para 2018. Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE. Maputo.

Inglehart, R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.

_____ (1997). *Modernization and Pos-modernization: Cultural, Economic and Political Change in Fourty-Three Societies*. Princeton: Princeton University Press.

Inglehart, R. & Abramson, P. R. (1995). *Value Change in Global Perspective*. USA: The University of Michigan Press.

Isaksson, A. (2014). *Political Participation in Africa: The role of individual resources*, Electoral Studies, 34, 244–260.

Ivala, A. (2000). '*Formas Tradicionais de Participação Comunitária na Tomada de Decisões'.* Gestão de Recursos Naturais e Resolução de Conflitos, Nampula.

Jafar, S. J. (2014). *Análise Sócio-Histórica sobre a Guerra Civil em Moçambique, 1976-1992: uma abordagem holística*. ICS Working Papers.

Jaiantilal, D.; Mungói, C. & Lauchande, C. (2011). *Microempreendedorismo, associativismo, participação e desenvolvimento local: o caso de Moçambique*. Yves-A. Fauré & Cristina Udelsmann Rodrigues (org.), Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: processos, terrenos e atores. Edições Almedina, Coimbra. pp. 245-270.

Jinadu, L. A. (1997). *Matters Arising: African Elections and The Problem of Electoral Administration*.

Jornal da Cidade. (2022). *Cidade de Maputo: Reflexões e Possíveis Soluções*. Uma compilação de publicações do Jornal da Cidade.

Joseph, R. (1987). *Prebendalism and Democracy in Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press.

King, G.; Rosen, O, & Tanner. M. A. (2004). *Ecological Inference. New Methodological Strategies.* Cambridge University Press.

Klingemann, Hans-Dieter & Fuchs, D. (ed). (1995). *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press.

Kulipossa, F. P. (2010). *Participação Local e Descentralização em Moçambique: Uma Análise do Quadro Legal e Institucional para a sua Promoção e Implementação*. Maputo.

Kuenzi, M. & Lambright, G. (2001). *Party system institutionalization in 30 African countries",* Party Politics, 7 (4), 437-468.

_____ (2005). *Party Systems and Democratic Consolidation in Africa's Electoral Regimes*. Party Politics, 11 (4): 423–446.

_____ (2007). *Voter Turnout in Africa's Multiparty Regimes*. Comparative Political Studies, 40 (6): 665–690.

_____ (2010). *Who votes in Africa? An examination of electoral turnout in 10 African countries, Party Politics*, 17 (6):767-799.

Lago, I. & Coma, F. M. (2021). *Transaction costs in electoral coordination: How turnout shapes changes in the number of parties.* Electoral Studies. Elsevier.

Langbein, L. I; & Lichtman, A. J. (1978). *Ecological Inference*. Papers Series. Quantitative Applications in the Social Sciences; No. 07-022. Sage University.

Lazarsfeld, P.; Berelson, B. & Gaudet, H. (1944). *The People's Choice: how the voter makes up his mind in a Presidential Campaign*, Nova Iorque: Columbia University Press.

Lemarchand, R. (1972). "*Clientelismo Político e Etnia na África Tropical: Compete Solidaridades na Construção de Nação*" American Political Science Review, pp.68-90

Levitsky, S. & Way, L. (2012). *Beyond patronage: Violent struggle, ruling party cohesion and authoritarian durability.* Perspectives on Politics, 10(4):869–889.

Lewis-Beck, M.S; & Nadeau, R. (2011). *Economic Voting Theory: Testing New Dimensions*. Electoral Studies 30.2 (June): 288–294.

Lewis-Beck, M. & Stegmaier, M. (2008). *The economic vote in transitional democracies, Journal of Elections*, Public Opinion and Parties, 18(3), pp. 303–323.

Lewis-Beck, M. & Costa Lobo, M. (2017). *The Economic Vote: Ordinary vs. Extraordinary Times.* In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Lijphart, A. (1971). *Class Voting and Religious Voting in the European Democracies*: a preliminary report. Glasgow. University of Strathclyde.

Lindberg, S. (2006). *Democracy and Elections in Africa*. The Johns Hopkins University Press Baltimore.

Lindberg, S. & Morrison, M. (2007). *Are African Voters Really Ethnic or Clientelistic? Survey Evidence from Ghana*. Political Science Quarterly 103.

_____ (2005). *Exploring Voter Alignments in Africa: Core and Swing Voters in Ghana. Journal of Modern African Studies* 43 (4).

Lopes, F. F; & Freire, A. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Uma Introdução*. Oeiras, Celta.

Lundin, I. (1995). "*Partidos políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático*", Mazula, Brazão, Eleições, democracia e desenvolvimento, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, pp. 423-472.

Lynge, H. & Coma, F. M. (2022). *The effect of economic downturns on voter turnout in Africa.* Electoral Studies. Volume 76, April, 102456. Elsevier.

Macamo, E. (2014). *Cultura Política e Cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa*. Desafios para Moçambique 2014. Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE. Maputo.

Machili, C. (1995). *Unidade e Diversidade: Centralização e descentralização no processo eleitoral 94 em Moçambique*. Mazula, Brazão (ed), Eleições, democracia e desenvolvimento, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, pp. 377-421.

Macuane, J.J. (2000a). *Instituições e Democratização no Contexto Africano. Multipartidarismo e Organização legislativa em Moçambique (1994-1999).* Tese de Doutoramento em Ciências Humanas: Ciência Política. Rio de Janeiro.

_____ (2000b). *Liberalização Política e Democratização na África: uma análise qualitativa*. Dados. Revista de Ciências Sociais. IUPERJ. Rio de Janeiro

Mamdani, M. (1996*). Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism.* Princeton: Princeton University Press.

Manhiça, A. (2013*). Uma Análise Política da Disputa Sobre a "Lei Eleitoral", Entre a Frelimo e a Renamo.* In: Semanário "Canal de Moçambique", edição 199.

Manor, J. (1999). *The Political Economy of Democratic Decentralization*. Washington D.C - The World Bank.

Manning, C. (1998). *Constructing Opposition in Mozambique: Renamo as Political Party*. Journal of Southern African Studies, 24 (1): 161–189.

_____ (2002). *Conflict Management and Elite Habituation in Postwar Democracy: The Case of Mozambique.* Ph.D. Program in Political Science of the City University of New York.

MAP. (2017). *O Sistema de Transferências Fiscais Intergovernamentais (STFI) em Moçambique: Uma Análise Fiscal e Institucional*. Maputo : GIZ

Marie, J. & Idelman, E. (2010). *La Decentralization en Afrique de L'Ouest : Une révolution dans les gouvernances locales ?* EchoGéo (13) doi: 10.4000/echogeo.12001.

Marôco, J. (2007). *Análise Estatística com Utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Marschall, M; Shah, P. & Ruhil, A. (2011). *The Study of Local Elections*. Symposium of Local Elections.

Matsimbe, Z. (2018). *Estudos Eleitorais em África: desafios teóricos, metodológicos e conceptuais*. Conferência 'Desafios da investigação social e económica em tempos de crise', organizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.

_____ (2017). *Partidos Libertadores na África Austral. Reflexão sobre os desafios para Moçambique.* Desafios para Moçambique 2017. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.

Mawhood, P. & Davey, K. (1980). *"Anglophone Africa", in D.C. Rowat (ed.), International Handbook on Local Government Reorganization: Contemporary Developments, Greenwood Press,* Westport, pp. 404-414.

Mayer, N. & Perrineau, P. (1992). *Les Comportements Politiques*. Paris, Armand Colin.

Mazula, B. (1995). *As eleições moçambicanas: uma trajectória da paz e da democracia em Moçambique:* Eleições, Democracia e Desenvolvimento. coord. Brazão Mazula, 25-77. Maputo.

Mazula, A; Macamo, F; Guambe, J.M.E; Canas, V; Gamito, A; Gouveia, J.B. & Guimarães, V. (1998). *Autarquias Locais em Moçambique: antecedentes e regime jurídico.* Edição do Ministério da Administração Estatal. Lisboa – Maputo.

Medard, J-F. (1982). *The Underdeveloped State in Tropical Africa: Political Clientelism or Neo-Patrimonialism?* In: Christopher Clapham, ed. *Private Patronage and Public Power: Political Clientelism in the Modern State.* London: Frances Pinter.

Miezah, H. A. A. (2018). *Elections in African Developing Democracies*. Palgrave MacMillan.

Milam, W. B. & Jones, J. G. (2011). *Ivory Coast: Another Asterisk for Africa 's Democratization*, Current History, pp. 177-183.

Minter, W. (1994). *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique.* London: Zed Books.

Mozaffar, S. & Scarritt, J. R. (2005). *The Puzzle of African Party Systems*. Party Politics, 11 (4): 399–421.

Mozaffar, S; Scarritt, J. R., & Galaich, G. (2003). *Electoral Institutions, Ethnopolitical Cleavages, and Party Systems in Africa's Emerging Democracies*. American Political Science Review, 97 (3): 379–390.

Morse, Y. L. (2019). *How Autocrats Compete: Parties, Patrons, and Unfair Elections in Africa*. Cambridge University Press.

Mosca, J. (2022). *ADN da FRELIMO: Poder e Dinheiro.* Centro de Integridade Pública. Maputo.

Mucanheia, F. (s/d). '*Participação no Processo de Tomada de Decisões em Nampula'*. In: The African Post-Colonial Colonialism. Francisco Mucanheia.

Munck, G. (1994). *Democratic Transitions in Comparative Perspective*. Comparative Politics, 26 (3): 355–375.

Newitt, M. (1995). *História de Moçambique*, Lisboa: Publicações Europa-América.

Nguenha, E. et al.; (2017). *Empenho e Potencial Tributários dos Municipios em Moçambique: estudo de casos de Nampula e Quelimane*. Maputo: DIÁLOGO.

Nkrumah, K. (2018). *Luta de Classes em África*. Edições Nova Cultura, 2ªedição. Brasil.

Niemi, R. G; & Jennings, K. M. (1991). *Issues and Inheritance in the Formation of Party Identification*. American Journal of Political Science, 35(4): 970–88

Nohlen, D; Krennerich, M. & Thibaut; B. (eds). (1999). *Elections in Africa: A Data Handbook.* Oxford: Oxford University Press.

Norris, P. (org.) (1998). *Elections and Voting Behaviour*: New Challenges, New Perspectives. Dartmouth, Ashgate.

Norris, P. & Mattes, R. (2003). *Does Ethnicity Determine Support for the Governing Party? The Structural and Attitudinal Basis of Partisan Identification in 12 African Nations.* John F. Kennedy School of Government Harvard University.

Nuvunga, A. (2013). *Política de Eleições em Moçambique: As Experiências de Angoche e Nicoadala*. 39–54. Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE. Maputo.

_____ (2012). *Tendências nas Eleições Municipais de 1998, 2003 e 2008.* Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE. Maputo

Nuvunga, A. & Adalima, J. (2011). *Mozambique Democratic Movement (MDM): An Analysis of a New Opposition Party in Mozambique*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Nwauwa, A. (2011). *Concepts of Democracy and Democratization in Africa Revisited*. Fourth Annual Kent University Symposium on Democracy. http://upress.kent.edu/Nieman/Concepts_of_Democracy.htm

Oliveira, P. (2006), *Renamo, Uma Descida ao Coração das Trevas.* Lisboa: Europress.

Olowu, D. (2001). *Decentralization Policies and Practices under Structural Adjustment and Democratization in Africa*. Democracy, Governance and Human Rights Programme Paper Number 4. United Nations Research Institute for Social Development.

_____ (2003), *Local Institutional and Political Structures and Processes: Recent Experience in Africa.* Public Administration and Development, 41-52.

Olowu, D. & Wunsch, J. (2004). *Local Governance in Africa. The Challenges of Democratic Decentralization.* Boulder/ London. Lynne Rienner.

Olukoshi, A. (2004). *Changing Patterns of Politics in Africa.* Cadernos de Estudos Africanos. Recomposições políticas na África contemporânea.

Orre, A. (2012), *Autarquias em Angola: qual o problema do "gradualismo*"? Michelsen Institute.

Orre, A. & Forquilha, S.C. (2012). '*Uma iniciativa condenada ao sucesso' – O fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique*". In: B. Weimer (ed.). Moçambique: descentralizar o centralismo? Economia, política, recursos e resultados. Maputo, IESE.

Otayek, R. (2007). *A descentralização como modo de redefinição do poder autoritário? Algumas reflexões a partir de realidades africanas*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 77, junho. 2007: 131-150.

Pempel, T.J (ed.) (1990). *Uncommon Democracies. The One-Party Dominant Regimes* (Ithaca and London: Cornell University Press).

Pestana, M.H. & Gageiro, J.N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS.* Lisboa: Edições Sílabo.

Peterson, G. (1997), *Decentralization in Latin America: Learning through Experience.* Washington, DC: World Bank.

Pereira, J. C.G. (2008a). *Partisan Identification in Africa: An Exploratory Study in Mozambique.* Thesis submitted to the Faculty of Humanities, University of Cape Town, in fulfillment of the requirements for the Degree of Doctor of Philosophy in the Department of Political Studies.

_____ (2008b). *«Antes o 'diabo' conhecido do que um 'anjo' desconhecido»: as limitações do voto económico na reeleição do partido FRELIMO*. Análise Social, vol. XLIII (2.º), 2008, 419-442.

Pitcher, M. A. (2006). *Forgetting from Above and Memory from Below: Strategies of Legitimation and Struggle in Post socialist Mozambique*. Journal of the International African Institute, Vol. 76, No. 1, pp. 88- 112. Cambridge University Press.

Posner, D. N. (2004). *Measuring ethnic fractionalization in Africa*, American Journal of Political Science, 48(4), pp. 849–863.

_____ (2005). *Institutions and Ethnic Politics in Africa* (New York: Cambridge University Press).

Posner, D. N; & Young, D. J. (2007). *The Institutionalization of Political Power in Africa.* Journal of Democracy, 18 (3): 126–140.

Prashad, P. (2020). *Balas de Washington. Uma história da CIA, golpes e assassinatos*. 1ª edição, Expressão Popular, São Paulo.

Reaud, B. & Weimer, B. (2014). *Mozambique: decentralization in a centralist setting.* In: Dickovick J. Tyler & Wunsch James S. (2014), Decentralization in Africa: The Paradox of State Strength. Lynne Rienner Publishers.

Reuter, O. J. (2017). *The Origins of Dominant Parties. Building Authoritarian Institutions in Post-Soviet Russia.* Cambridge University Press.

Reynolds, A. (2009). *Elections, Electoral Systems, and Conflict in Africa*. The Brown Journal of World Affairs. Fall/Winter, Vol xvi, Issue I.

Ribot, J. C. (2002). *African Decentralization. Local Actors, Powers and Accountability.* UNRISD Programme on Democracy, Governance and Human Rights Paper Number 8.

Rodrigues, C.U. (2011). *A Descentralização em Angola e os Planos de Desenvolvimento Municipal*. Yves-A. Fauré & Cristina Udelsmann Rodrigues (org.), Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: processos, terrenos e atores. Edições Almedina, Coimbra. pp.123-147.

Robinson, W. S. (1950). *Ecological correlations and the behavior of individuals.* Amer. Soc. Rev. 15: 351-357.

Rose, R. & McAllister, I. (1986). *Voters Begin to Choose: From Close-class to Open Elections in Britain*. Beverly Hills-California: Sage Publications.

Rondinelli, D. A; & Nellis, J.R. (1986). *"Assessing decentralization policies in developing countries: The case for cautious optimism",* Development Policy Review, Vol. 4.

Rosário, D. do. (2009). *« Les Mairies Des 'autres' : Une Analyse Politique, SocioHistorique et Culturelle des Trajectoires Locales. Le Cas D'Angoche, de L'Île de Moçambique et de Nacala Porto »*. PhD dissertation, Université Montesquieu Bordeaux IV.

_____ (2012). *Alternância eleitoral do poder local – os limites da descentralização democrática: o caso do Município da Ilha de Moçambique, 2003-2008*. In: Weimer, Bernhard (org.) (2012), Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, Maputo.

_____ (2015). *Os Municípios dos "Outros". Alternância do poder local em Moçambique? O caso de Angoche*. Cadernos de Estudos Africanos. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Rosário, D. do; & Guambe, E. (2021). *Iminente fim da oposição em Moçambique?* EISA. Maputo.

Rupiya, M. (1998). *Historical Context: War and Peace in Mozambique*. In: *Mozambican Peace Process in Perspective*, eds. Jeremy Armon, Dylan Hendrickson, and Alex Vines. London and Maputo: Conciliation Resources and Arquivo Histórico de Moçambique, 10–17.

Rustow, D. (1970). *Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*. Comparative Politics.

Russon, D. (2011). *Ten Years of Democratic Local Government Elections in South Africa*. Is the Tide Turning? Volume 10. No. 1. EISA

Sá, A.L; & Sanches, E. R. (2021). *The Politics of Autocratic Survival in Equatorial Guinea: Co-optation, restrictive institutional rules, repression, and international projection*. African Affairs. 78-102.

Salih, M. (ed). (2003). *African Political Parties: Evolution, Institutionalization and Governance.* USA: Pluto Press.

Sanches, E. R. (2018). *Party Systems in Young Democracies: Varieties of Institutionalization in Sub-Saharan Africa*. Publisher: Routledge.

_____ (2015*). "Novo Contexto, mas Velha Política": a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014.* In book: "ESPAÇO LUSÓFONO" (1974/2014) – Trajectórias Económicas e Políticas – Textos (pp.34-83). Publisher: CEsA/CSGEditors: Jochen Oppenheimer, Joana Pereira Leite, Luís Mah.

_____ (2010). *Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona. O Caso Cabo-Verdiano*. Caderno de Estudos Africanos, 20: 112–138.

Sanches, E. R.; Macuane, J.J. & Dendere, C. (2019). *Three Decades of Elections in Africa: What have we learned about democracy?* Cadernos de Estudos Africanos.

Sartori, G. (1982). *Partidos e Sistemas partidários*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília.

Serra, C. (1999). *O Eleitorado Incapturável.* Maputo, Imprensa Universitária.

Schedler, A. (1998). *What Is Democratic Consolidation? Journal of Democracy.* 9 (2):91–107.

_____ (2002). *Elections without Democracy: The Menu of Manipulation*. *Journal of Democracy* 13 (2): 36–50.

_____ed. (2006). *Electoral Authoritarianism.* Boulder, CO: Lynne Rienner. Schedler, A, Diamond, L; Plattner, M. F. eds. (1999). *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies.* Boulder, CO: Lynne Rienner. Schedler, Andreas, and Javier Santiso. (1998). *"Democracy and Time: An Invitation." International Political Science Review* 19 (1): 5–18

Schubert, J. (2008). *«Democratização» e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra*. Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa. 79–98.

Scarbrough, E. & Knutsen, O. (1995). *Cleavage Politics.* In: Jan W.van Deth, Scarbrough, Elinor (ed.), The Impact of Values. Oxford: Oxford University Press, pp.492-523.

Schmitter, P. C; & Santiso, J. (1998). *Three Temporal Dimensions to the Consolidation of Democracy*. International Political Science Review/Revue Internationale de Science Politique. Vol. 19, No. 1, Democracy and Time. Temps et démocratie, pp. 69-92. Sage Publications, Ltd.

Sedgwick, P. (2015). *Understanding the ecological fallacy*. Institute for Medical and Biomedical Education, St George's, University of London, London, UK.

Sicoche, B. F. (2014). *Reforma das Instituições Políticas em Moçambique*. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 65, pp. 91 - 119, jul./dez.

Sobolewska, M. (2017). *Race, Ethnicity and Elections: From Recognizable Patterns to Generalized Theories.* In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Soiri, L. (1998), *Local Level – Always a Missing Link in Decentralisation Process? The Politics of Decentralisation in Mozambique.* Helsinki, Institute of Development Studies.

_____ (1999), *Moçambique: Aprender a Caminhar com uma Bengala Emprestada? Ligações entre Descentralização e Alívio à Pobreza*. Maastricht: European Centre for Development Policy Management (ECDM).

Storkmann, K. (2010), *Fighting the Cold War in southern Africa? East German military support to FRELIMO.* Portuguese Journal of Social Science. Volume 9, Number 2.

Sumich, J. (2010), *The Party and the State: Frelimo and Social Stratification in Post-socialist Mozambique.* International Institute of Social Studies. Blackwell Publishing.

Tembe, J.N; & Gaspar, N. (2014), *O Contexto Colonial e a Génese do Movimento Nacionalista.* In: Joel das Neves Tembe (coord), História da Luta de Libertação Nacional. Volume 1. Ministério dos Combatentes.

Teorell, J. (2010), *Determinants of Democratization - Explaining Regime Change in The World, 1972-2006*, Cambridge: Cambridge University Press.

Therkildsen, O. (1993), *Successful African Local Government: Some Methodological and Conceptual Issues.* Public Administration and Development 13:501-505.

Thomassen, J. (1994), *Introduction: the intellectual history of election studies*. European Journal of Political Research. 25(3), pp.239-246.

Tordoff, W. (2002). *Government and Politics in Africa* (Fourth edi). Palgrave Macmillan.

Turner, J. (1991). *The Structure of Sociological Theory*. Blemont: Wadsworth Publishing.

Van de Walle, N. & Butler, K. (1999). *Political Parties and Party Systems in Africa's Illiberal Democracies*. Cambridge Review of International Studies, 13(1):14–28.

Vines, A. (1996), *Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique*, York, Centre for African Studies, University of York.

Von Schoultz, Å. (2017), *Party Systems and Voter alignments*. In: Kai Arzheimer et al. (eds). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour. London.

Von Schiller, A. et al. (2018), *aptos para alcançar os seus objectivos? Obstáculos de ordem administrativa à mobilização da receita local nos municípios moçambicanos*. In: Desafios para Moçambique 2018. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.

Ware, A. (1996). *Political Parties and Party Systems*. Oxford: Oxford University Press.

Wattenberg, M. (1984). *The Decline of American Political Parties, 1952-1996*. USA: Harvard University Press.

Weghorst, K. R; & Lindberg, S. I. (2013). *What Drives the Swing Voter in Africa?* American Journal of Political Science. Vol. 57, No. 3 (July 2013), pp. 717-734. Midwest Political Science Association. http://www.jstor.org/stable/23496649.

Weimer, B. (2012a). "*Para uma Estratégia de Descentralização em Moçambique: 'Mantendo a falta de clareza?': Conjunturas, críticas, caminhos, resultados".* Em: B. Weimer (ed.). *Moçambique: Descentralizar o Centralismo – Economia Política, Recursos e Resultados.* Maputo, IESE. pp. 76-102.

Weimer, B. (org.) (2012b). *Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, Maputo.

Weimer, B. & Carrilho, J. (2017). *A Economia Política da Descentralização em Moçambique: Dinâmicas, Efeitos, Desafios*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, Maputo.

Wunsch, J. (2014). *Decentralization: theoretical, conceptual, and analytical issues*. In: Dickovick J. Tyler & Wunsch James S. (2014), Decentralization in Africa: The Paradox of State Strength. Lynne Rienner Publishers.

Wunsch, J. & Olowu, D. (eds.) (1990). *The Failure of the Centralized State: Institutionsand Self-Governance in Africa.* Westview Press: Boulder, CO.

Wunsch, J. & Olowu, D. (1996). *Regime Transformation from Below: Decentralization, Local Governance and Democratic Reform in Nigeria*. In: Studies in Comparative International Development, 31:4.

Wuyts, M. (1990), *Gestão Económica e Política de Reajustamento em Moçambique*. Estudos Moçambicanos (8).

Youde, J. (2005). *Economics and Government Popularity in Ghana*. Electoral Studies 24 (1): 1–16.

Young, C. (1998). *The Third Wave of Democratization in Africa: Ambiguities and Contradictions*. Em: Joseph, Richard (ed). State, Conflict, and Democracy in Africa. Lynne Rienner Publishers.

Zuppi, D. M. (1995), *A Comunidade de Santo Egídio no Acordo Geral de Paz*. Em: Mazula, Brazão (ed), Eleições, democracia e desenvolvimento, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, pp. 131-155.

Fontes

Documentos, Actas e Relatórios

BAfD/OCDE. (2005). Moçambique: Perspectivas Económicas na África.

Acordo Geral de Paz. (1992). entre o Governo da República de Moçambique e a Renamo.

AfriMAP. & OSISA. (2009). Moçambique: Democracia e Participação Política. Open Society Institute Network. Londres e Johanesburgo.

Astill-Brown, J. & Weimer, M. (2010). Moçambique: Equilibrando o Desenvolvimento, a Política e a Segurança. Instituto Real de Assuntos Internacionais, Chatham House.

Assembleia da República. (1996). Acta da 4ª Sessão Ordinária da Assembleia da República. Centro de Documentação e Informação.

Assembleia da República. (1997). Acta da 7ª Sessão Ordinária da Assembleia da República, Sessão de Abertura. Centro de Documentação e Informação.

Barómetro da Governação Municipal. (2017). Relatório de dados quantitativos. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo

Barómetro da Governação Municipal. (2018). Relatório de dados quantitativos. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo

Simango, D. (2016). Breve Historial do MDM. Celebração do 7º Aniversário da Fundação do Movimento Democrático de Moçambique. Beira

Freedom House. (2022). Moçambique. Relatório final.

Millennium BIM. (2013). Relatório e Contas. Maputo

Legislação

Constituição da República Popular de Moçambique (1975). Em Boletim da República, I Série, n° 1, 25 de junho.

Constituição da República de Moçambique, (1990). Em Boletim da República, I Série, n° 44, 2 de novembro.

Lei n° 9/96, de 22 de novembro. Lei de Revisão Constitucional. Em Boletim da República, I Série, n° 47, 22 de novembro de 1996.

Pacote Autárquico das Primeiras Eleições Locais (1997), Legislação Completa. Assembleia da República

Periódicos

Revista TEMPO, Maputo;

Jornal Savana, Maputo;

Jornal Dossiers & Factos, Maputo;

Jornal “o País”, Maputo.

Jornal Canal de Moçambique, Maputo.

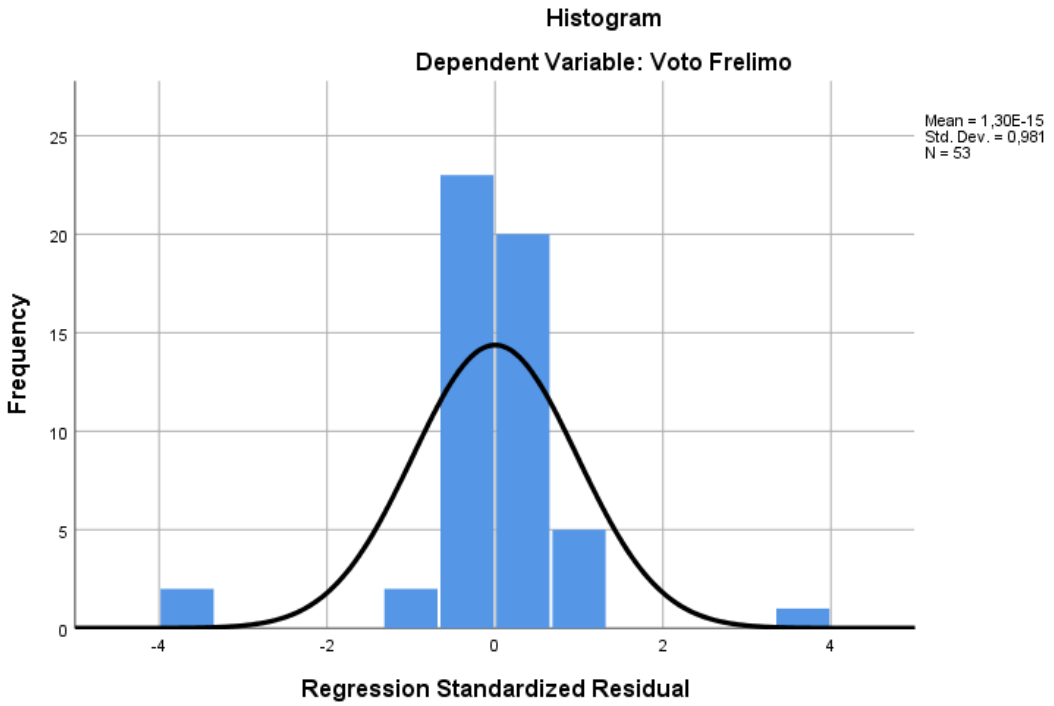
Jornal Evidências, Maputo.

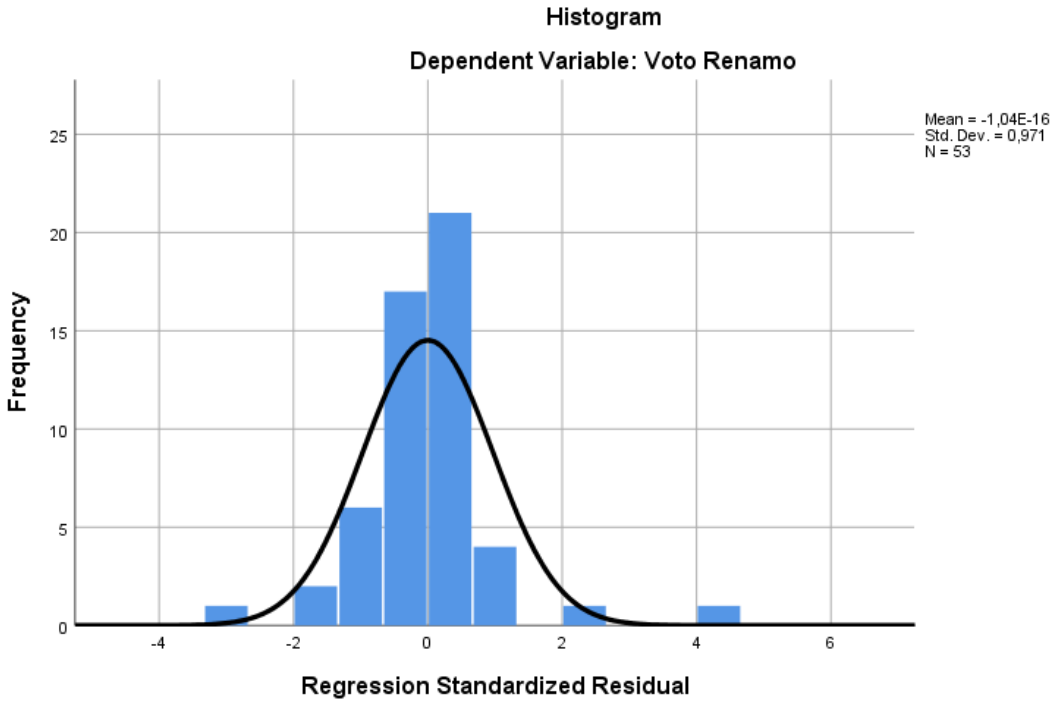
Arquivos Visuais

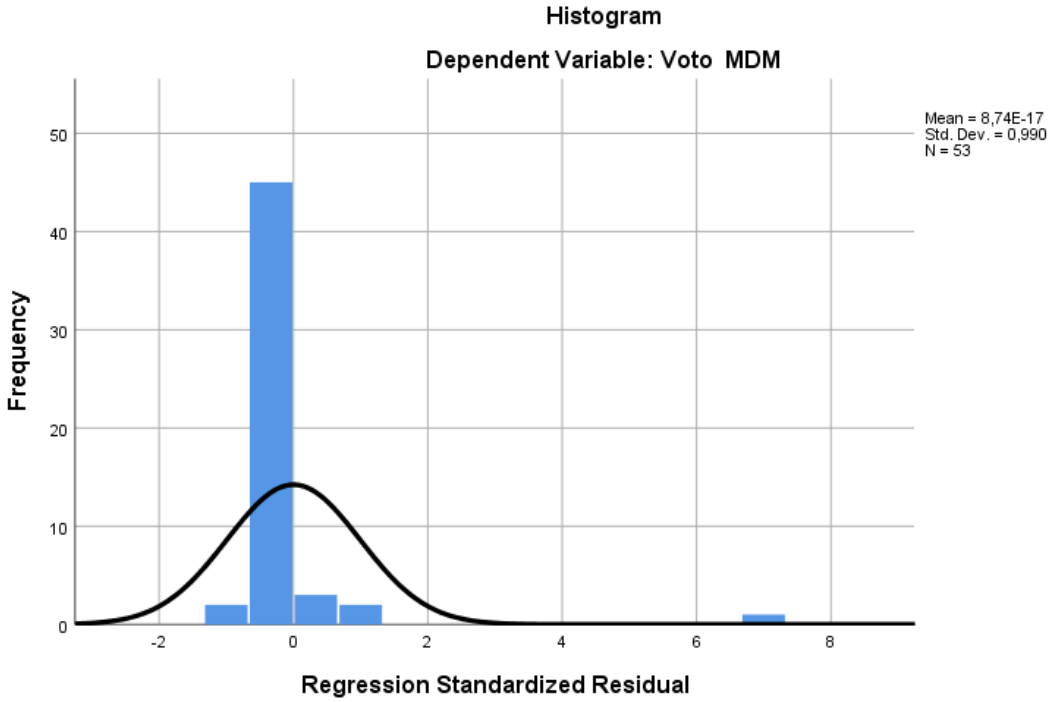
Televisão SOICO, Maputo.

Anexos

Anexo A) Histogramas






Histogram
Dependent Variable: Voto MDM
Mean = 8,74E-17
Std. Dev. = 0,990
N = 53
Frequency
50
40
30
20
10
0
-2
0
2
4
6
8
Regression Standardized Residual

Anexo B) Lista de Partidos Políticos/Coligações de Partidos Políticos

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

PARENA - Partido de Reconciliação Nacional

PIMO - Partido Independente de Moçambique

PV- Partido os VERDES

PPLM - Partido para o Progresso Liberal de Moçambique

PEC-MP - Partido Ecologista Movimento da Terra

PDD - Partido Para a Paz, Democracia e Desenvolvimento

MPD - Movimento Patriótico para a Democracia

PAHUMO - Partido Humanitário de Moçambique

PT - Partido Trabalhista

PLDS - Partido Liberal para o Desenvolvimento Sustentável

MAMO - Partido Movimento Alternativo de Moçambique

SOL - Partido Social Liberal Democrático

AMUSI - Partido Acção de Movimento Unido para Salvação Integral

PPD - Partido Popular Democrático

MONARUMO - Partido Movimento Nacional para a Recuperação da Unidade Moçambicana PJDM - Partido de Justiça Democrática de Moçambique

PASOMO - Partido da Ampliação Social de Moçambique

PPPM - Partido Progresso do Povo Moçambicano

PDM - Partido para o Desenvolvimento de Moçambique

UE- Coligação União Eleitoral

CAD - Coligação Aliança Democrática

E-POVO - Coligação Eperança do Povo

Lista de Grupo de Cidadãos Eleitores

JPC – Juntos pela Cidade

OCINA – Organização de Candidaturas Independentes de Nacala-Porto

UM - União Para a Mudança

UPI - Unidos Pela Ilha de Moçambique

GIDA - Grupo Independente de Desenvolvimento de Angoche

IPADE - Instituto para a Paz e Democracia

AAUPEC - Associação Artesanal Uiuipi

ALIMO - Aliança Independente de Moçambique

ASSEMONA - Associação para a Educação Moral e Cívica na Exploração de Recursos Naturais

CINFORTÉCNICA - Jovens Técnicos Portadores de Deficiência de Moçambique

NATURMA - Naturais e Residentes da Manhiça

GDB – Grupo para a Democracia da Beira

SCM - Solidariedade Cívica de Moçambique

ANRAN - Associação dos Naturais, Residentes e Amigos da Namaacha

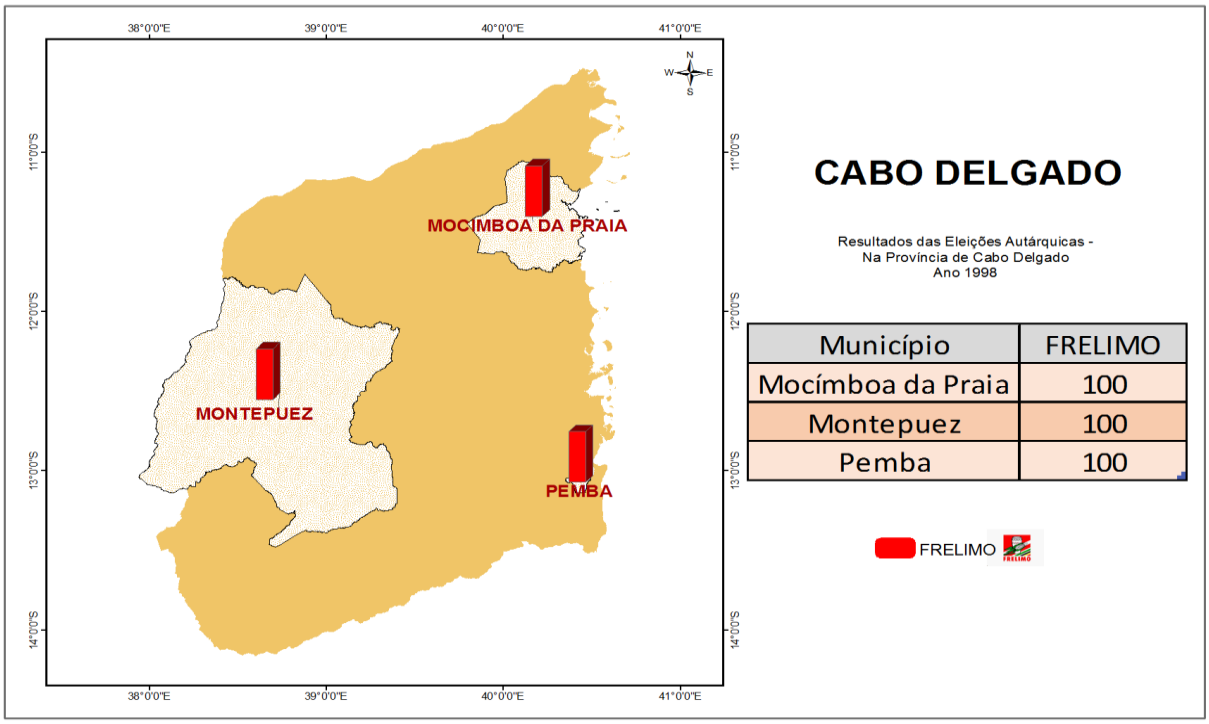
CEANA - Cidadãos Eleitores Apartidários de Nacala

AMAJPS - Associação Moçambicana de Amor à Justiça, Paz e Solidariedade

Anexo C) Mapas das Eleições Locais (1998, 2003, 2008, 2013 e 2018)

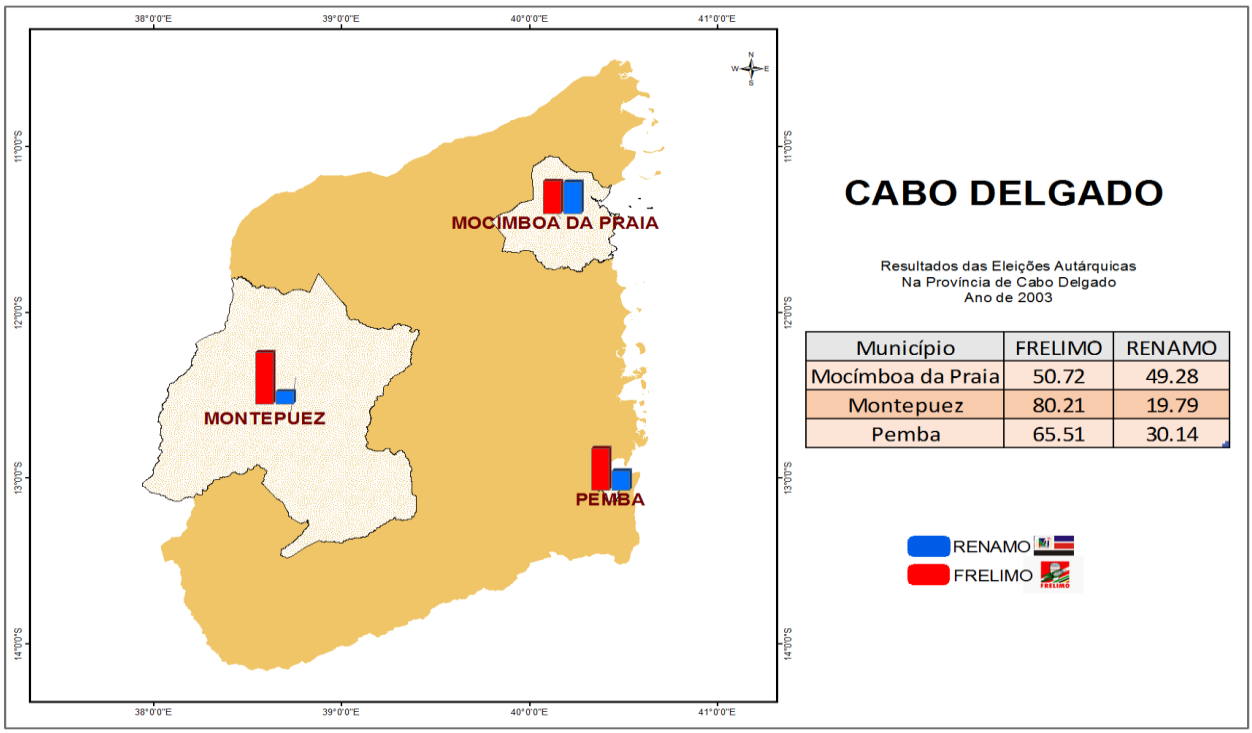
CABO DELGADO

1998 – Cabo Delgado



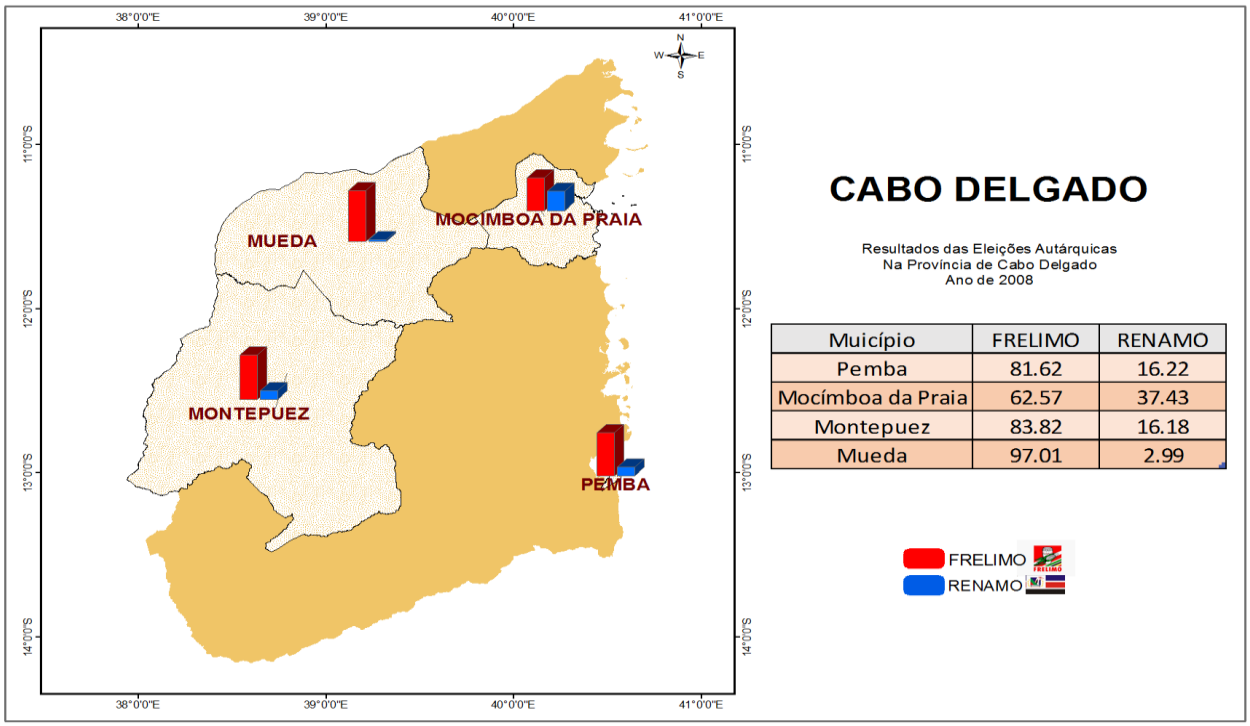
Município	FRELIMO
Mocímboa da Praia	100
Montepuez	100
Pemba	100

2003 – Cabo Delgado



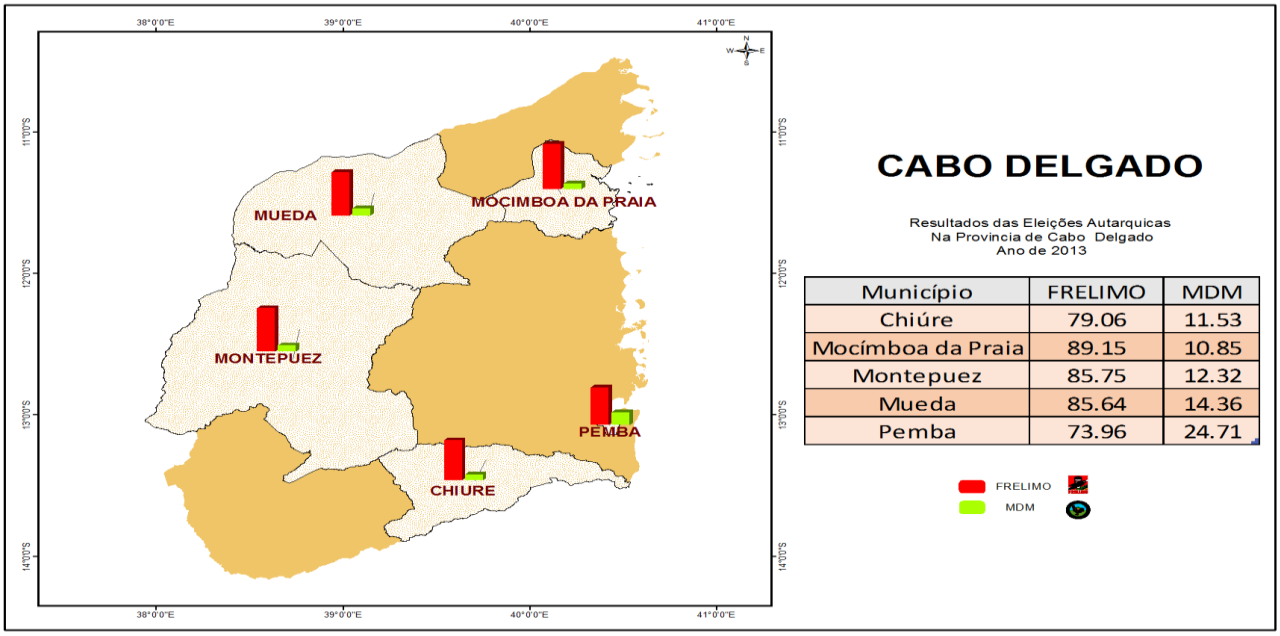
Município	FRELIMO	RENAMO
Mocímboa da Praia	50.72	49.28
Montepuez	80.21	19.79
Pemba	65.51	30.14

2008 – Cabo Delgado



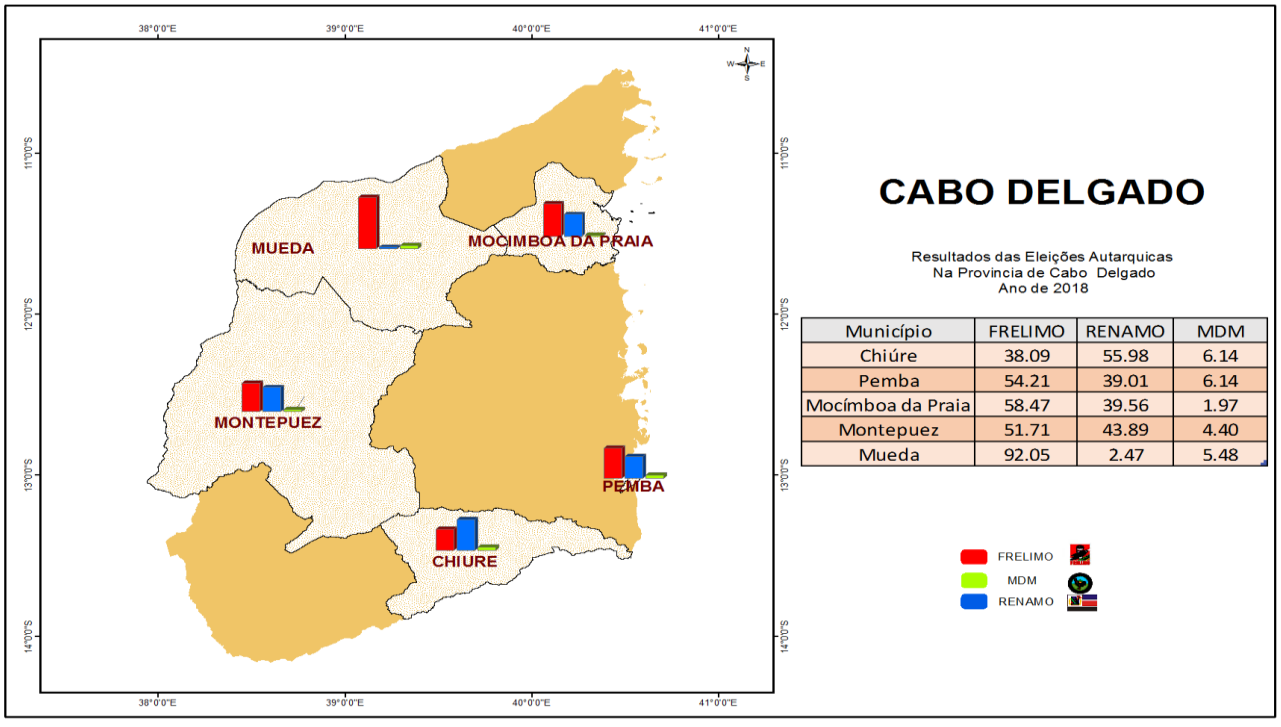
Muicípio	FRELIMO	RENAMO
Pemba	81.62	16.22
Mocímboa da Praia	62.57	37.43
Montepuez	83.82	16.18
Mueda	97.01	2.99

2013 – Cabo Delgado



Município	FRELIMO	MDM
Chiúre	79.06	11.53
Mocímboa da Praia	89.15	10.85
Montepuez	85.75	12.32
Mueda	85.64	14.36
Pemba	73.96	24.71

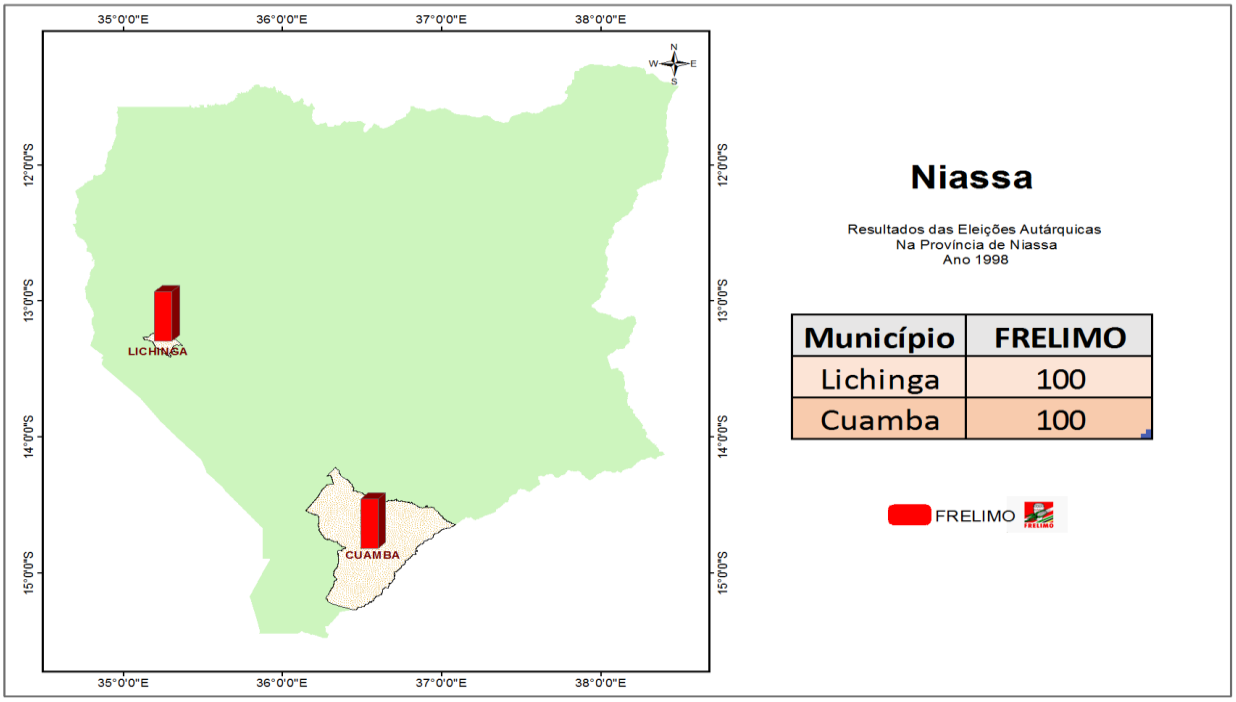
2018 – Cabo Delgado



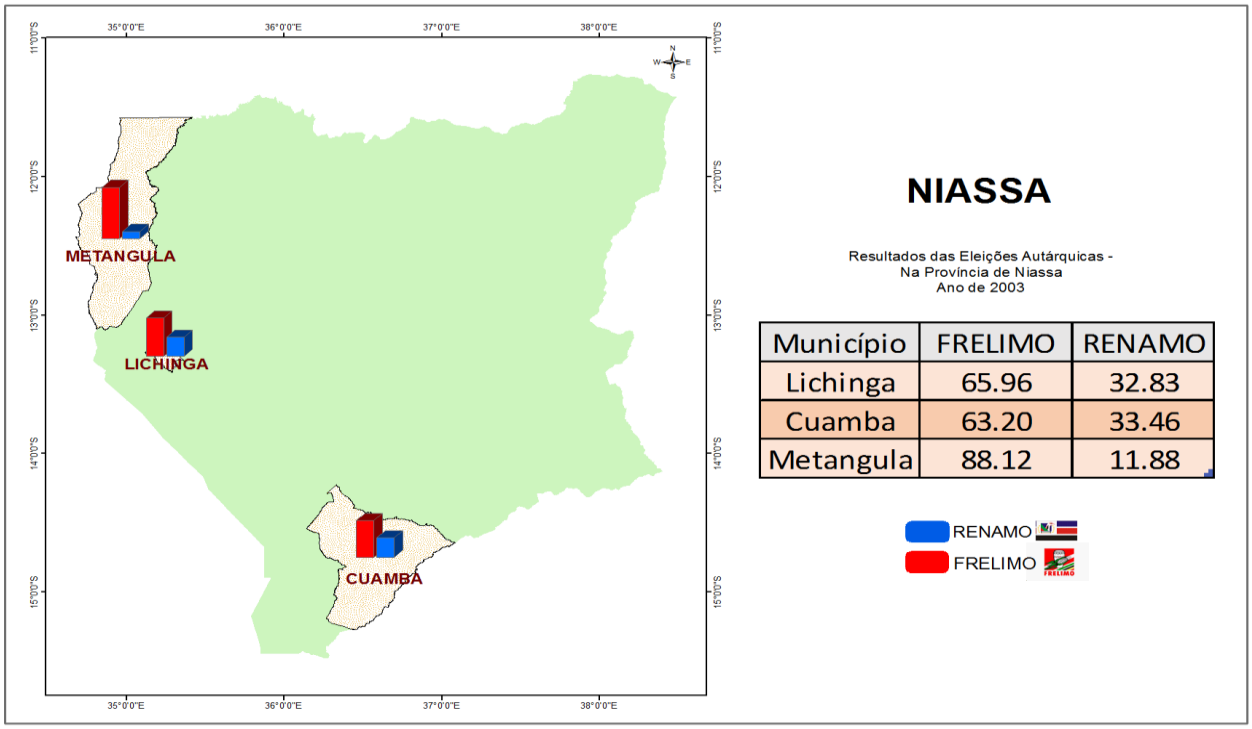
Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Chiúre	38.09	55.98	6.14
Pemba	54.21	39.01	6.14
Mocímboa da Praia	58.47	39.56	1.97
Montepuez	51.71	43.89	4.40
Mueda	92.05	2.47	5.48

NIASSA

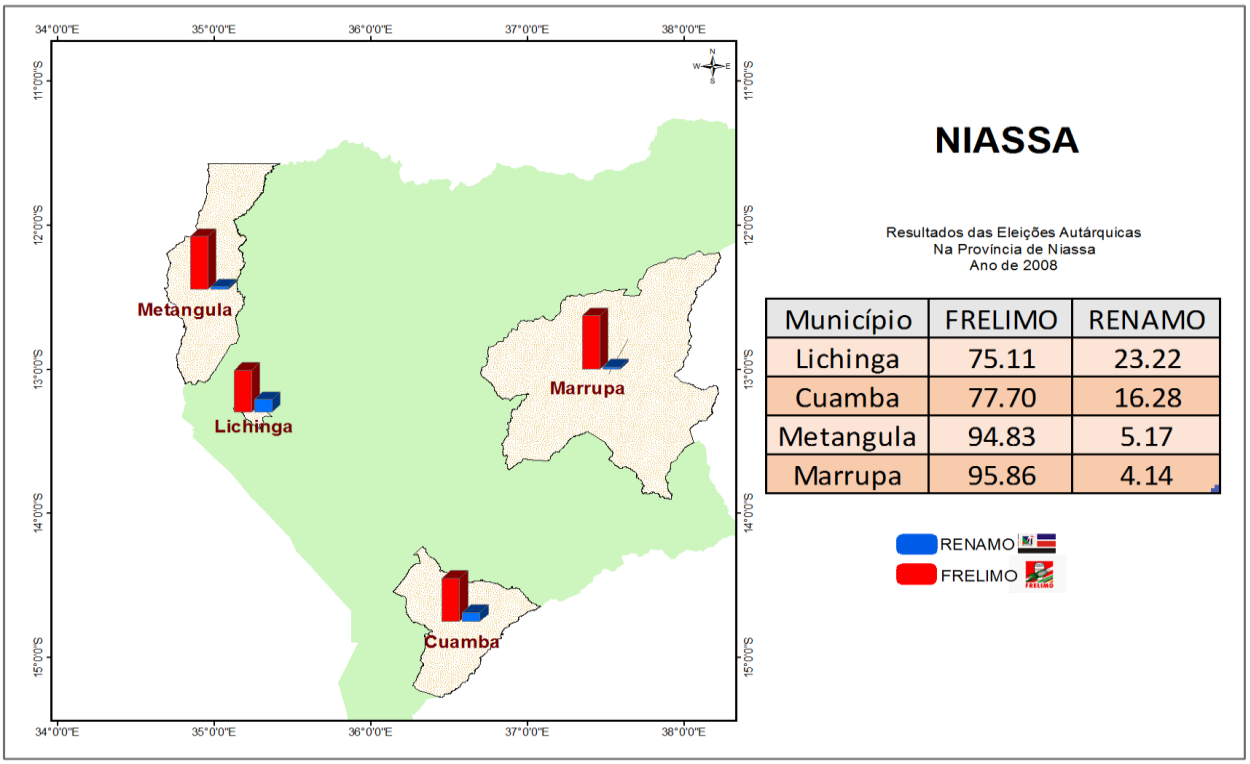
1998 – Niassa



2003 – Niassa

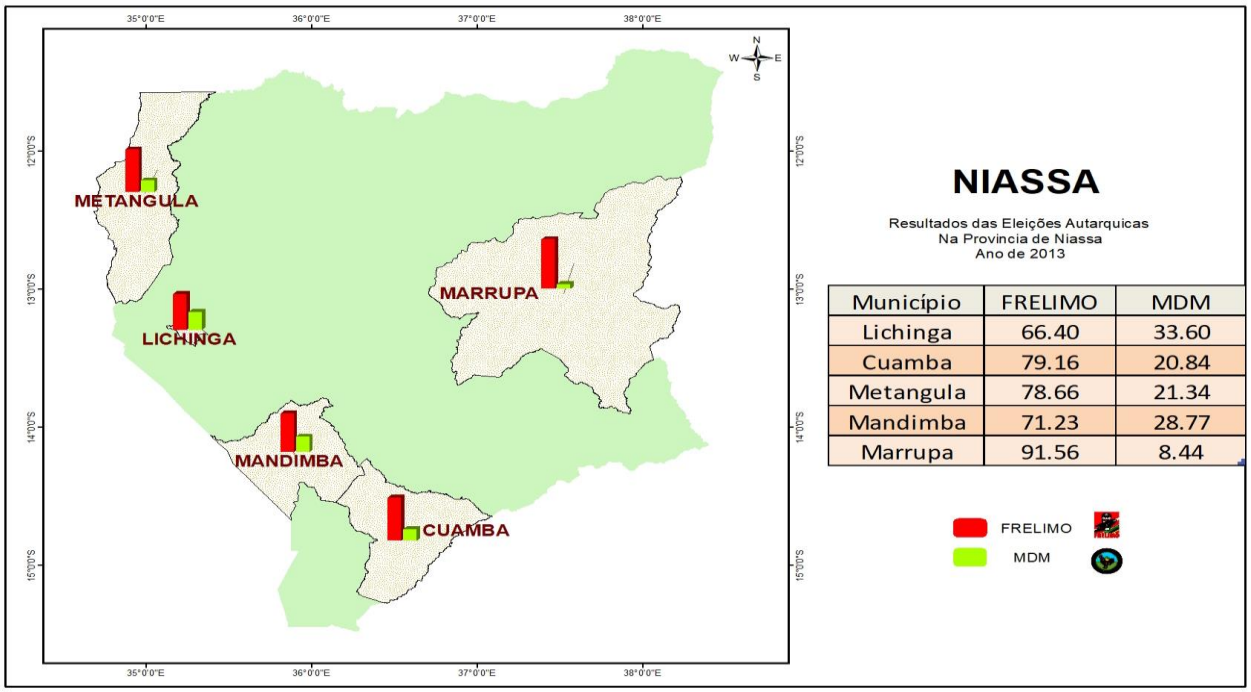


2008 – Niassa



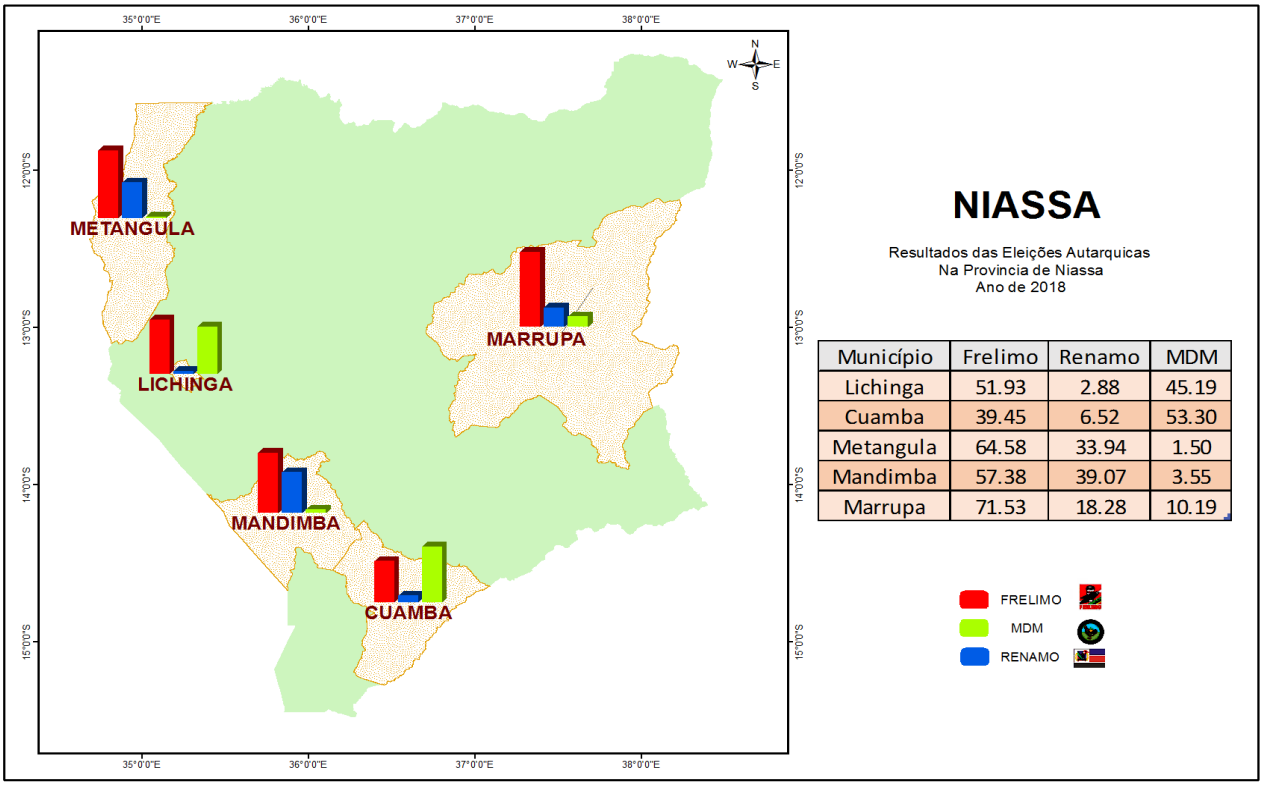
Município	FRELIMO	RENAMO
Lichinga	75.11	23.22
Cuamba	77.70	16.28
Metangula	94.83	5.17
Marrupa	95.86	4.14

2013 – Niassa



Município	FRELIMO	MDM
Lichinga	66.40	33.60
Cuamba	79.16	20.84
Metangula	78.66	21.34
Mandimba	71.23	28.77
Marrupa	91.56	8.44

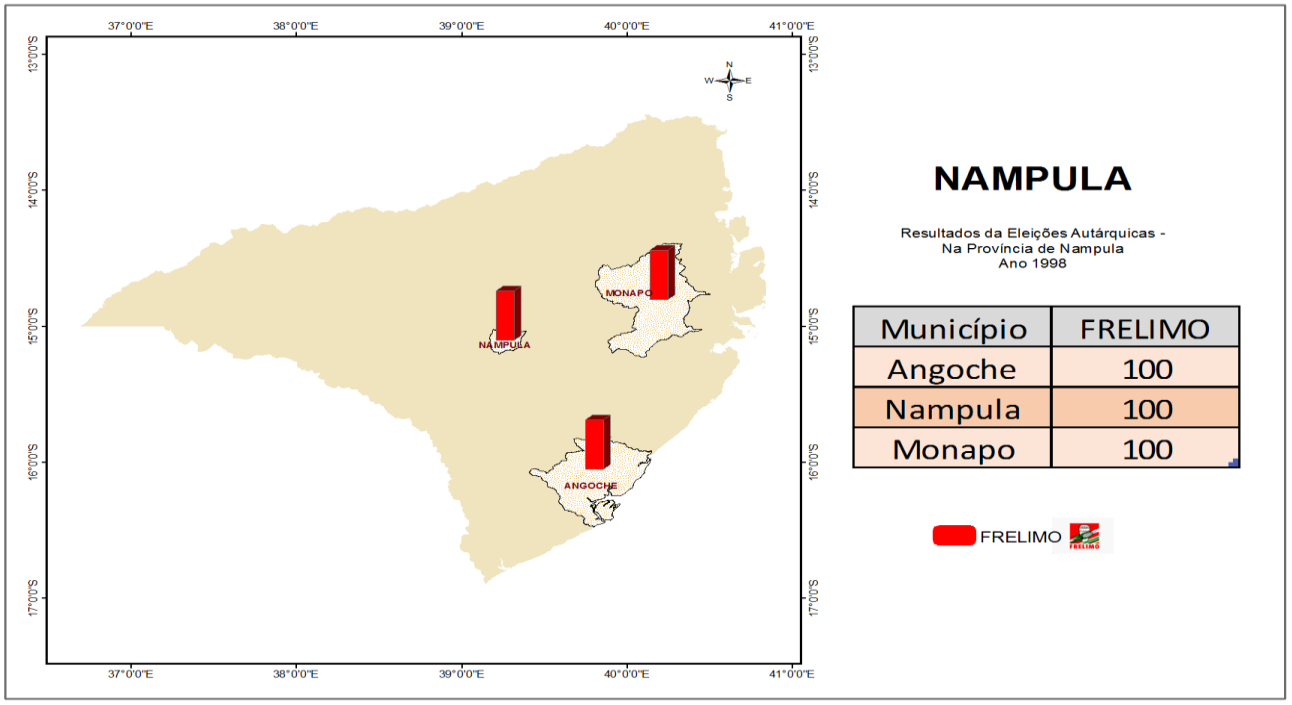
2018 – Niassa



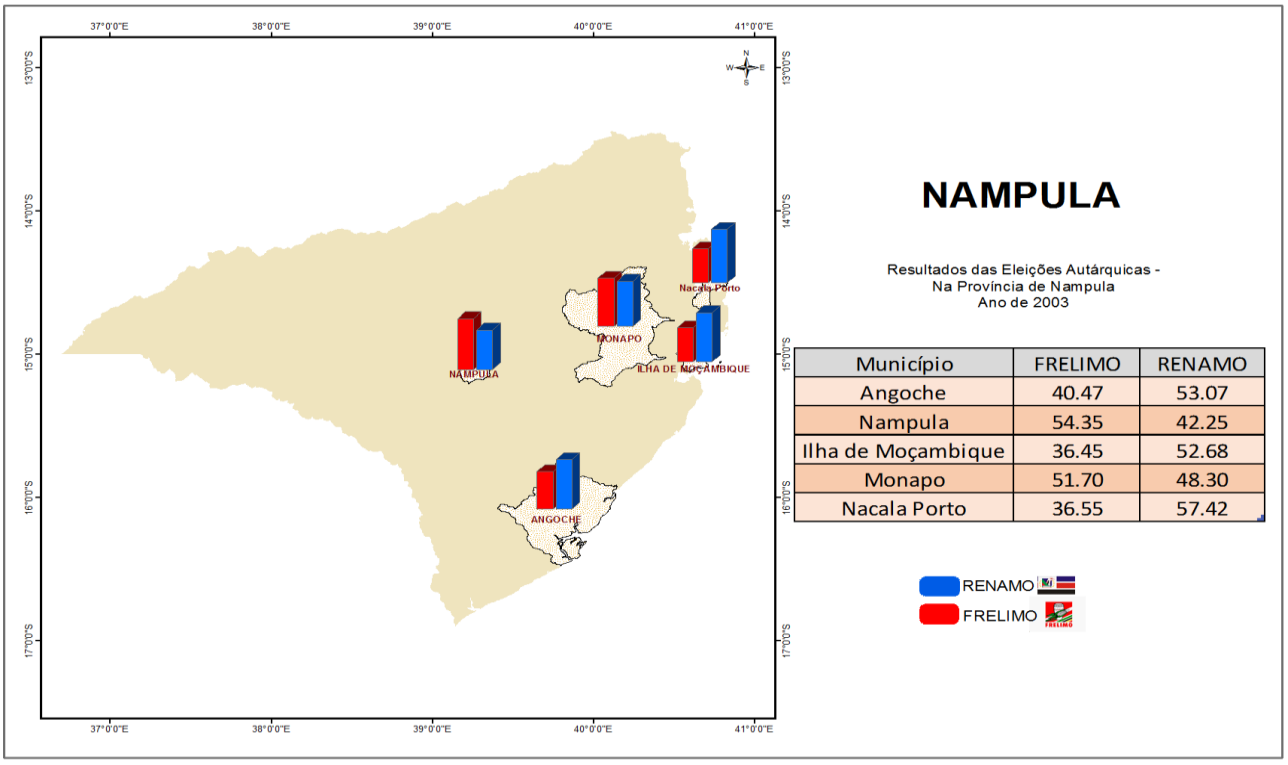
Município	Frelimo	Renamo	MDM
Lichinga	51.93	2.88	45.19
Cuamba	39.45	6.52	53.30
Metangula	64.58	33.94	1.50
Mandimba	57.38	39.07	3.55
Marrupa	71.53	18.28	10.19

Nampula

1998 – Nampula



2003 – Nampula



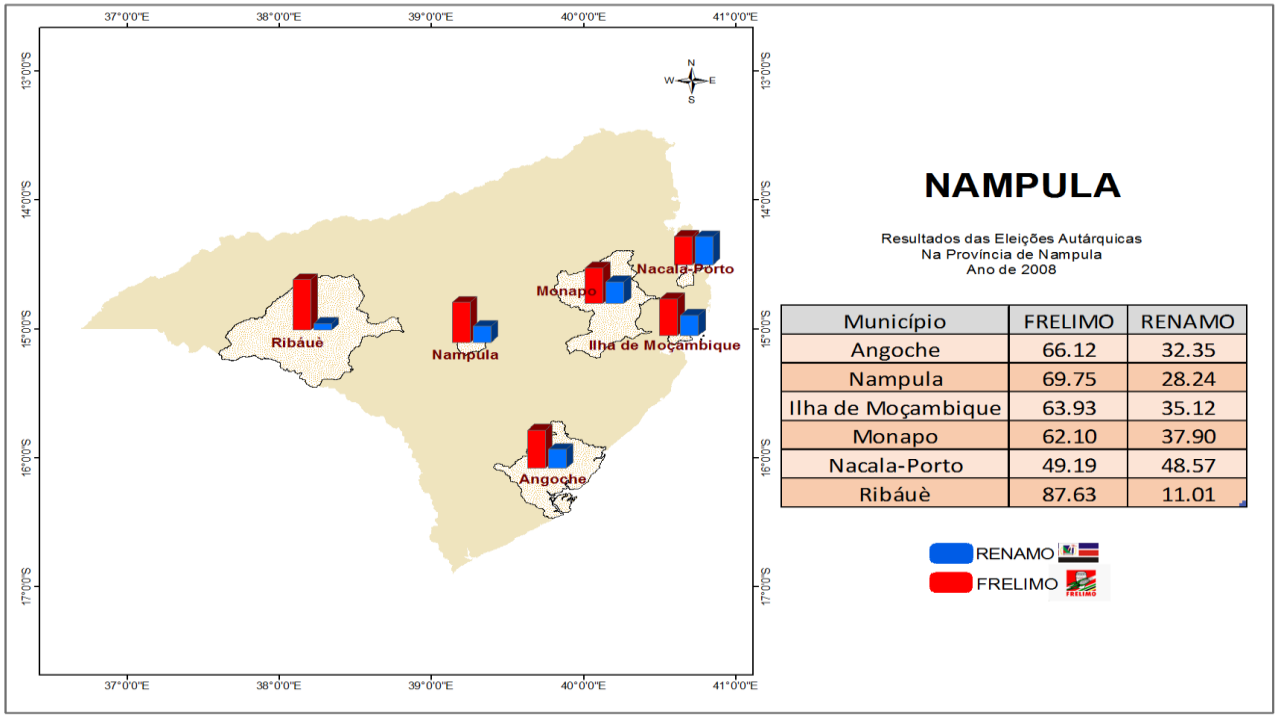
NAMPULA

Resultados das Eleições Autárquicas -
Na Província de Nampula
Ano de 2003

Município	FRELIMO	RENAMO
Angoche	40.47	53.07
Nampula	54.35	42.25
Ilha de Moçambique	36.45	52.68
Monapo	51.70	48.30
Nacala Porto	36.55	57.42

RENAMO
FRELIMO

2008 – Nampula



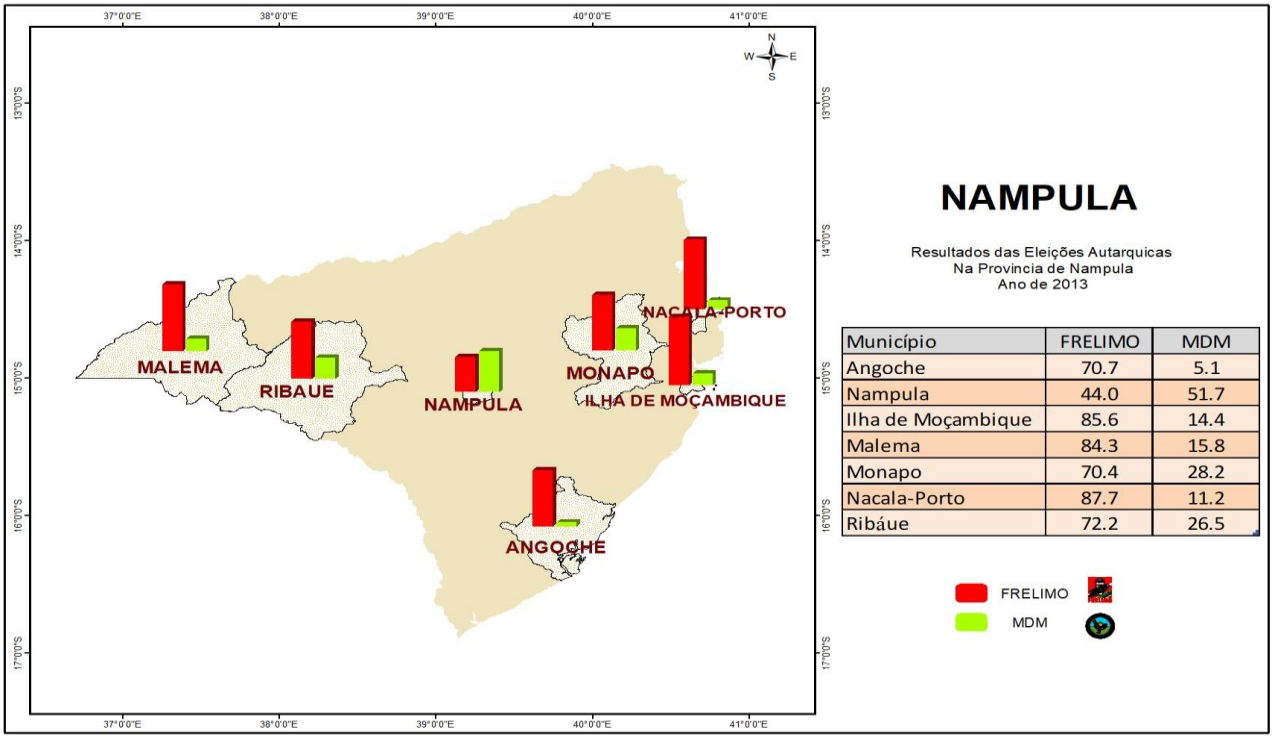
NAMPULA

Resultados das Eleições Autárquicas
Na Província de Nampula
Ano de 2008

Município	FRELIMO	RENAMO
Angoche	66.12	32.35
Nampula	69.75	28.24
Ilha de Moçambique	63.93	35.12
Monapo	62.10	37.90
Nacala-Porto	49.19	48.57
Ribáuè	87.63	11.01

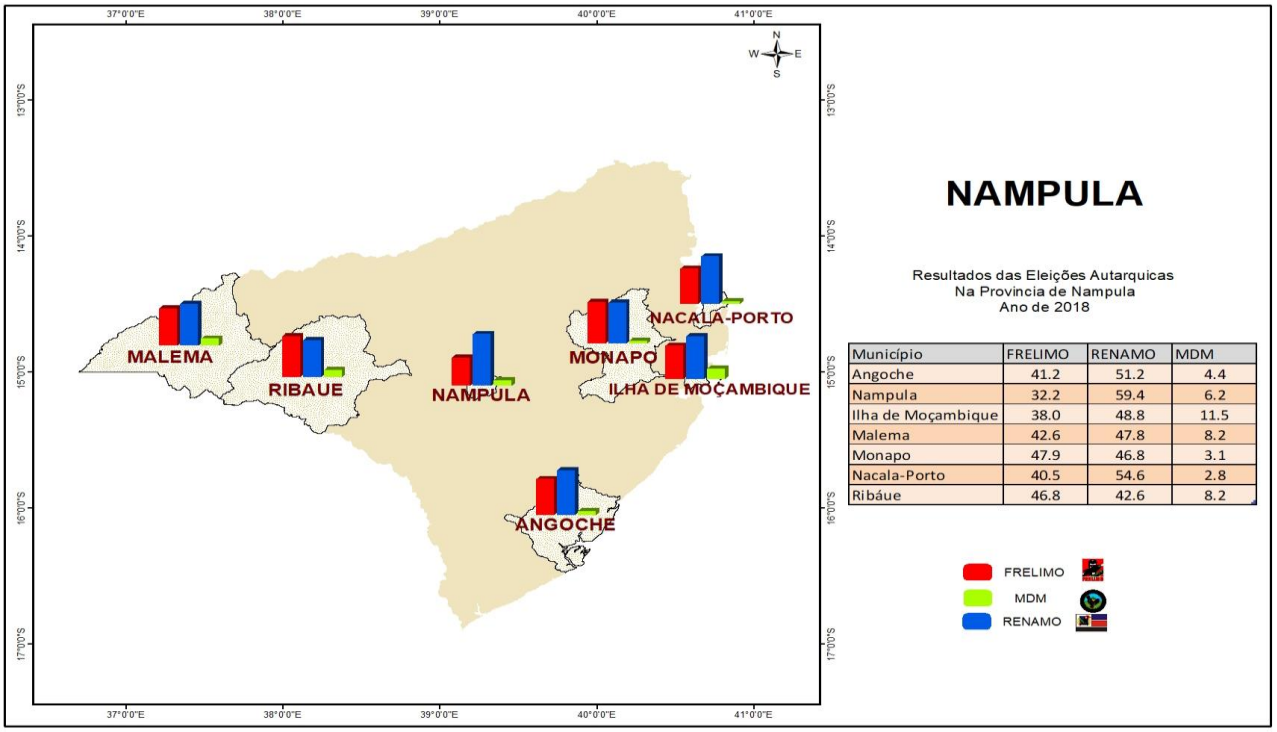
RENAMO
FRELIMO

2013 – Nampula



Município	FRELIMO	MDM
Angoche	70.7	5.1
Nampula	44.0	51.7
Ilha de Moçambique	85.6	14.4
Malema	84.3	15.8
Monapo	70.4	28.2
Nacala-Porto	87.7	11.2
Ribáue	72.2	26.5

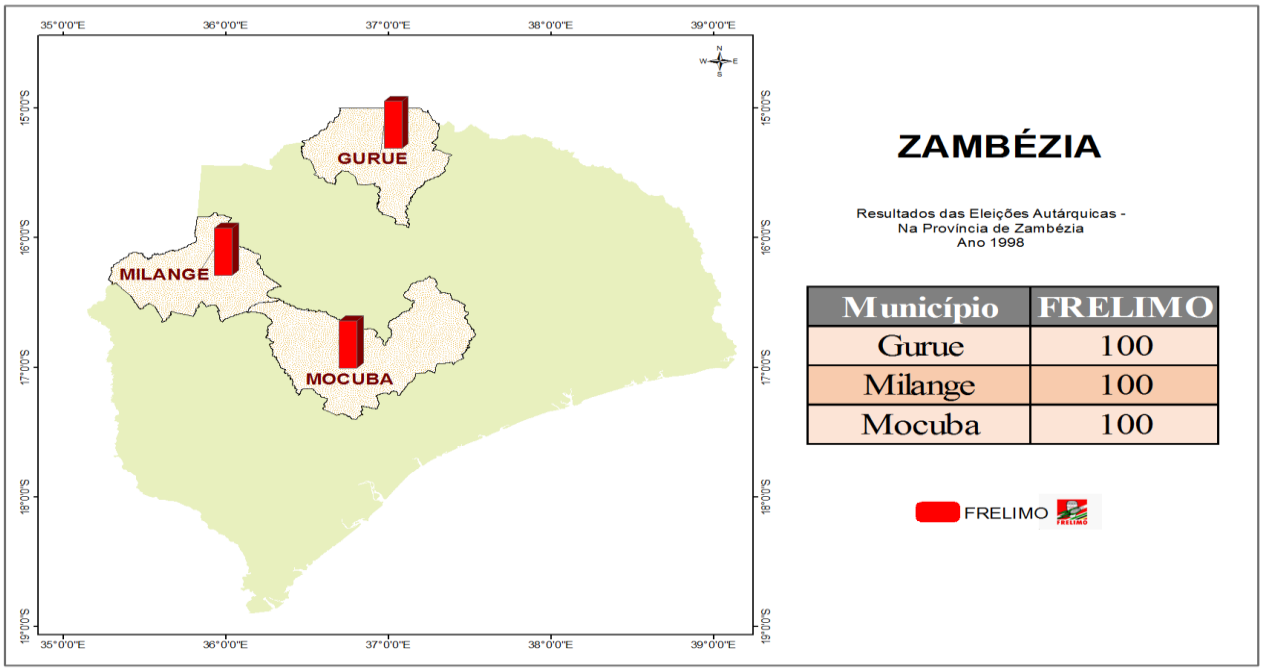
2018 – Nampula



Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Angoche	41.2	51.2	4.4
Nampula	32.2	59.4	6.2
Ilha de Moçambique	38.0	48.8	11.5
Malema	42.6	47.8	8.2
Monapo	47.9	46.8	3.1
Nacala-Porto	40.5	54.6	2.8
Ribáue	46.8	42.6	8.2

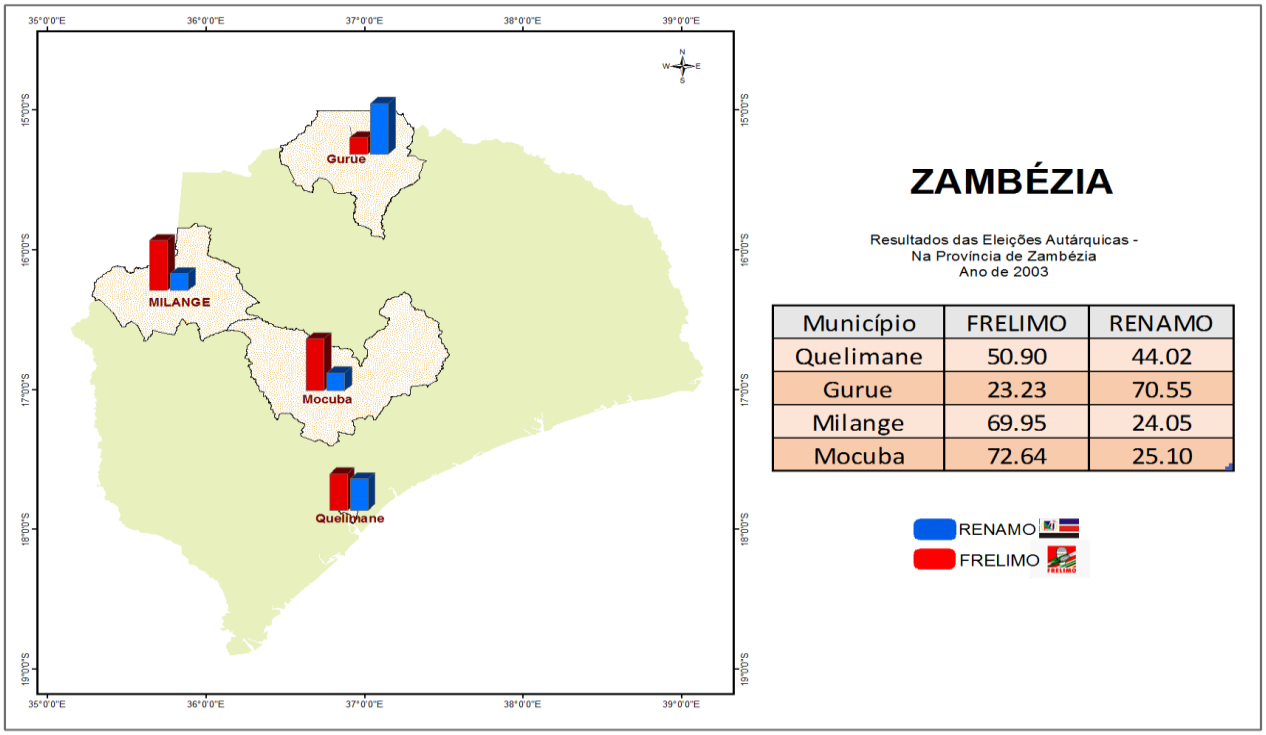
ZAMBÉZIA

1998 – Zambézia



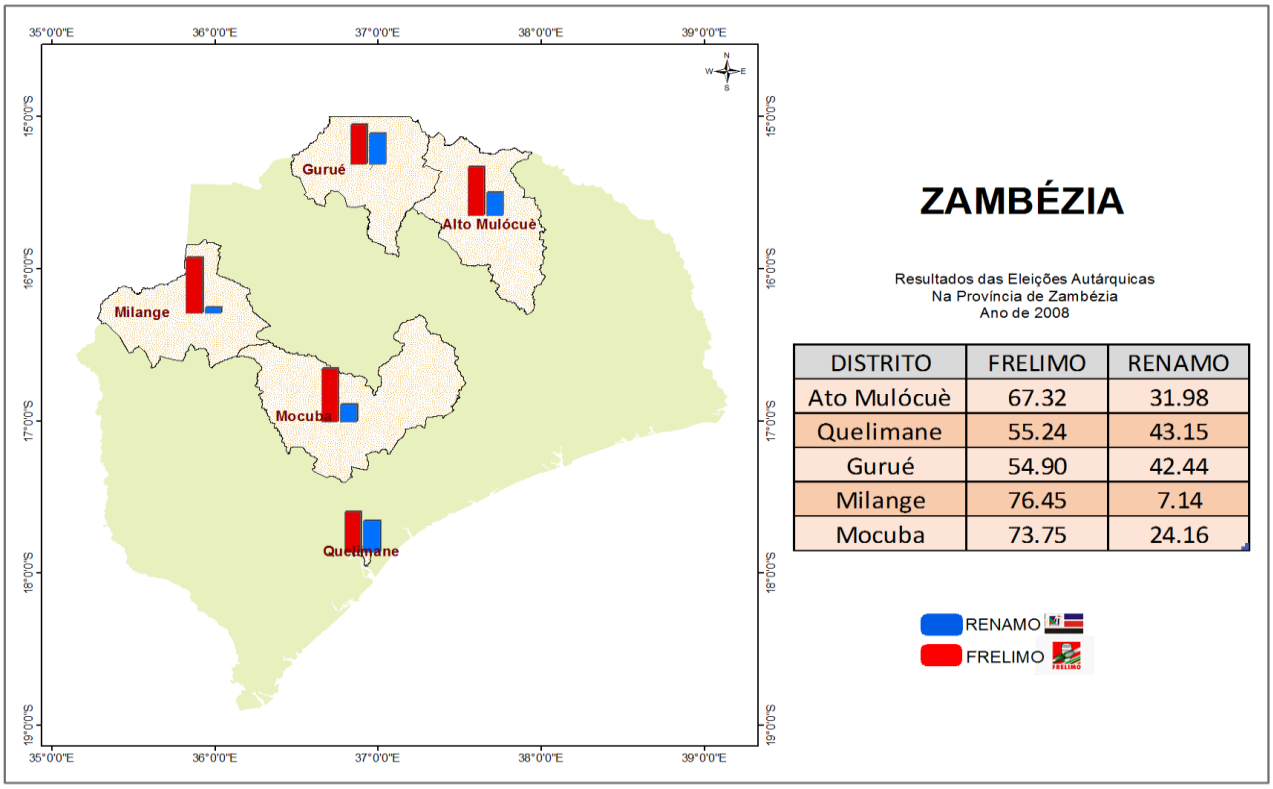
Município	FRELIMO
Gurue	100
Milange	100
Mocuba	100

2003 – Zambézia



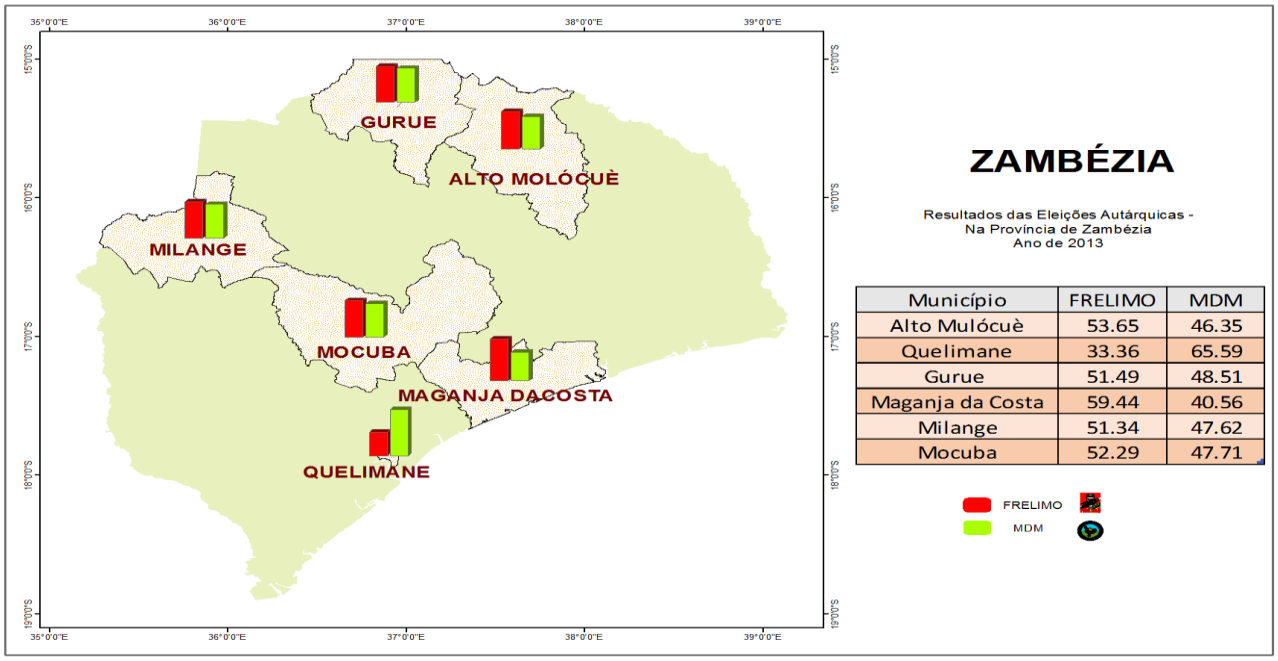
Município	FRELIMO	RENAMO
Quelimane	50.90	44.02
Gurue	23.23	70.55
Milange	69.95	24.05
Mocuba	72.64	25.10

2008 – Zambézia



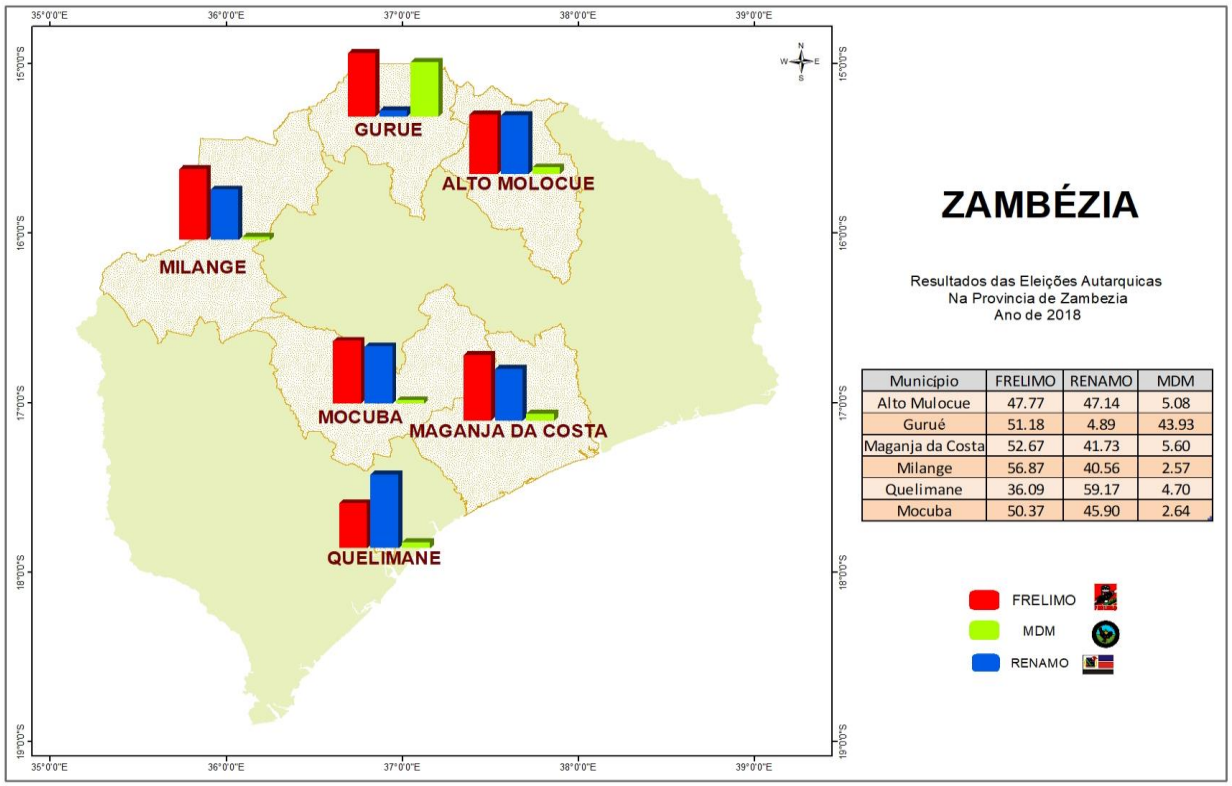
DISTRITO	FRELIMO	RENAMO
Ato Mulócuè	67.32	31.98
Quelimane	55.24	43.15
Gurué	54.90	42.44
Milange	76.45	7.14
Mocuba	73.75	24.16

2013 – Zambézia



Município	FRELIMO	MDM
Alto Mulócuè	53.65	46.35
Quelimane	33.36	65.59
Gurue	51.49	48.51
Maganja da Costa	59.44	40.56
Milange	51.34	47.62
Mocuba	52.29	47.71

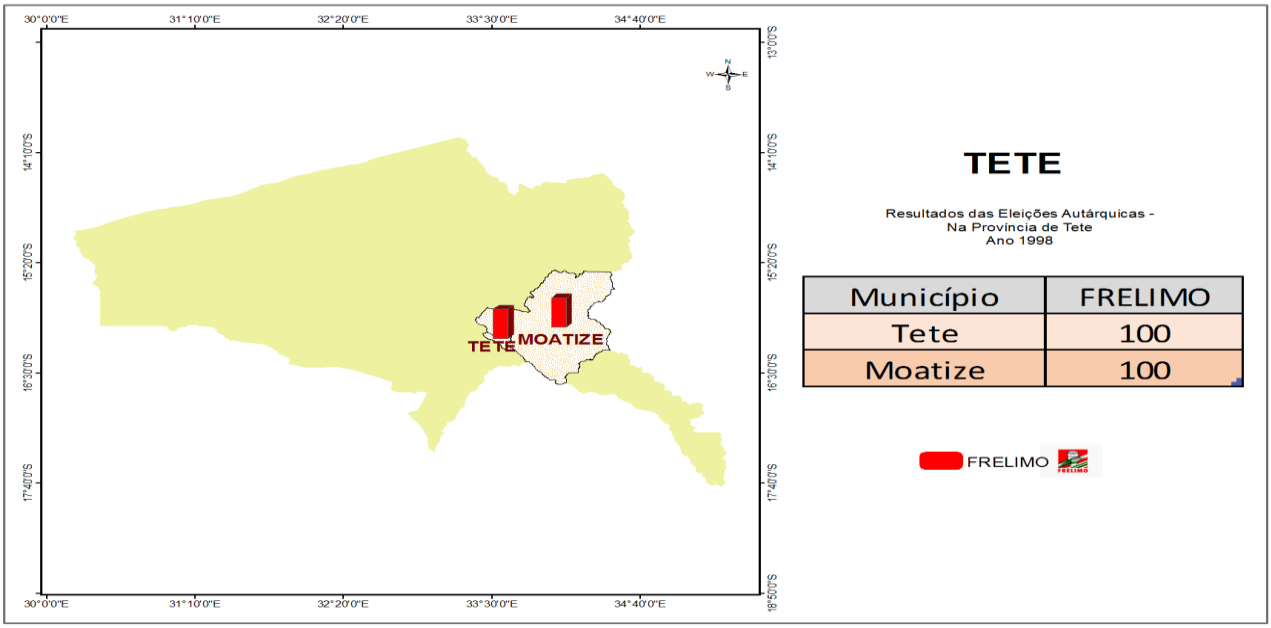
2018 – Zambézia



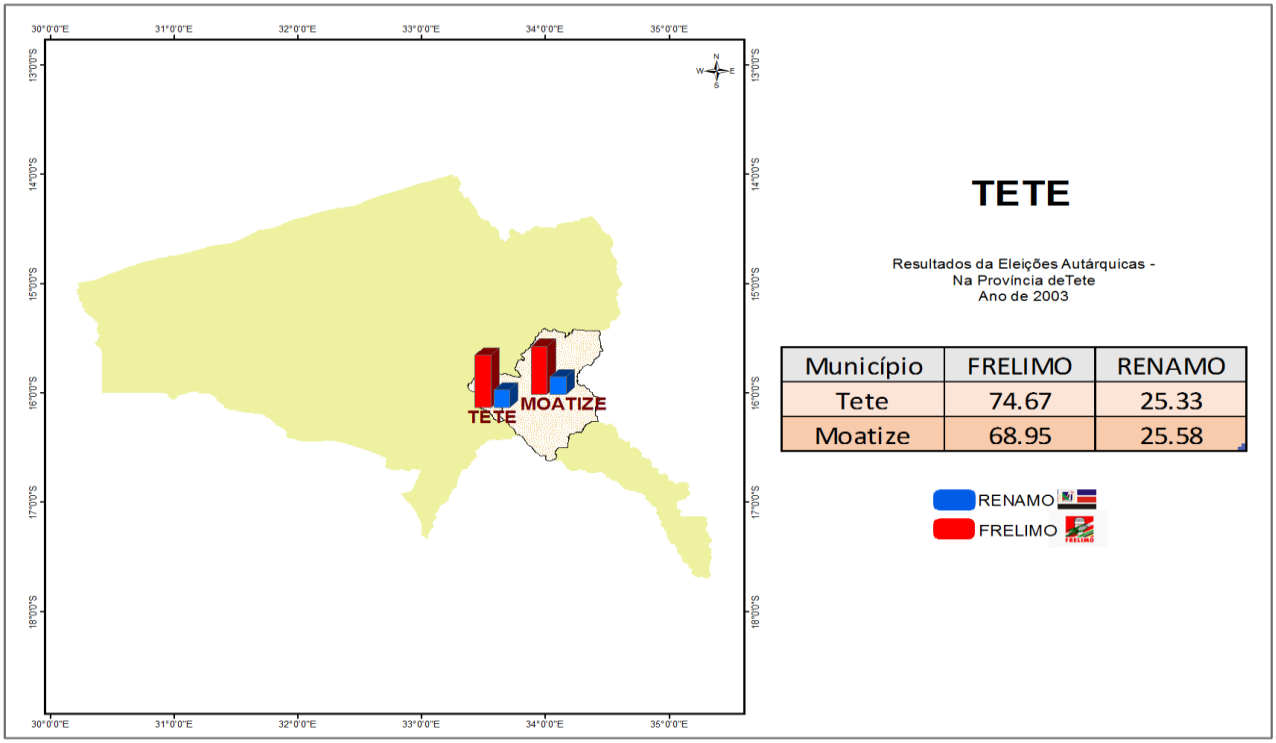
Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Alto Mulocue	47.77	47.14	5.08
Gurué	51.18	4.89	43.93
Maganja da Costa	52.67	41.73	5.60
Milange	56.87	40.56	2.57
Quelimane	36.09	59.17	4.70
Mocuba	50.37	45.90	2.64

TETE

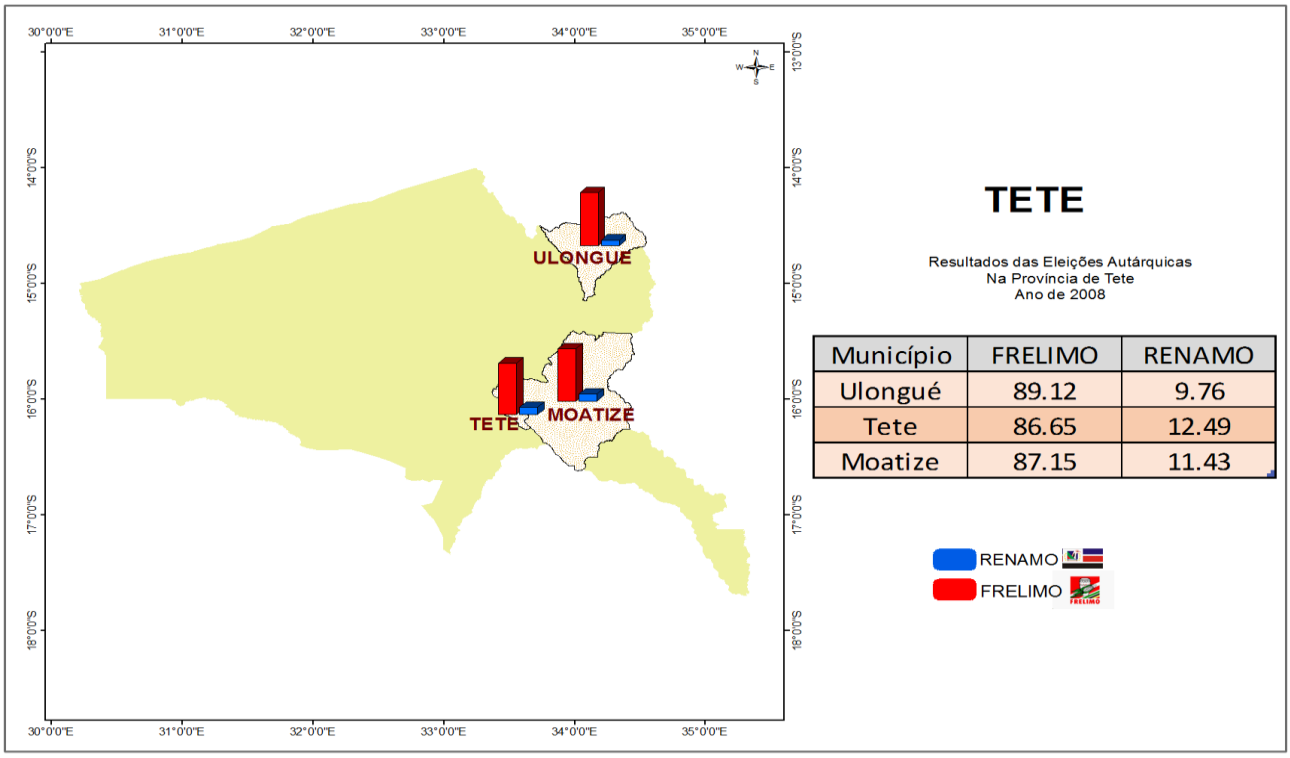
1998 – Tete



2003 – Tete

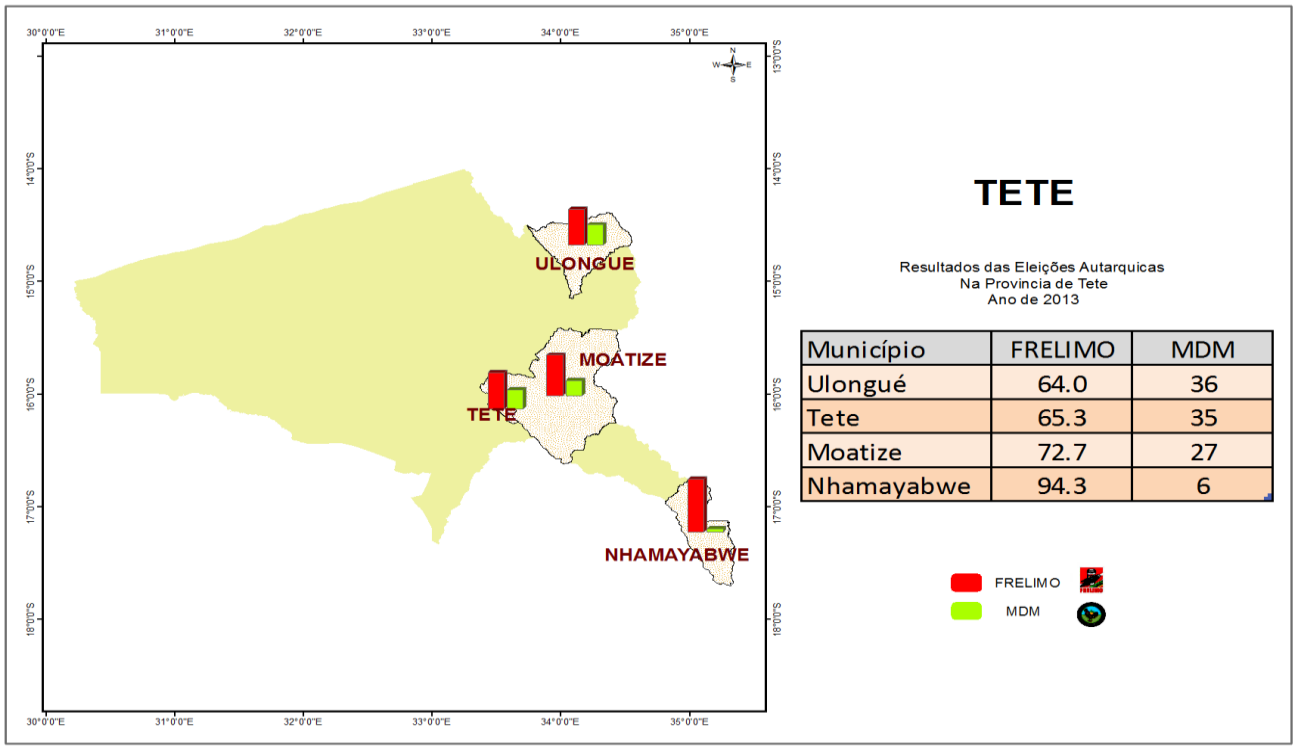


2008 – Tete



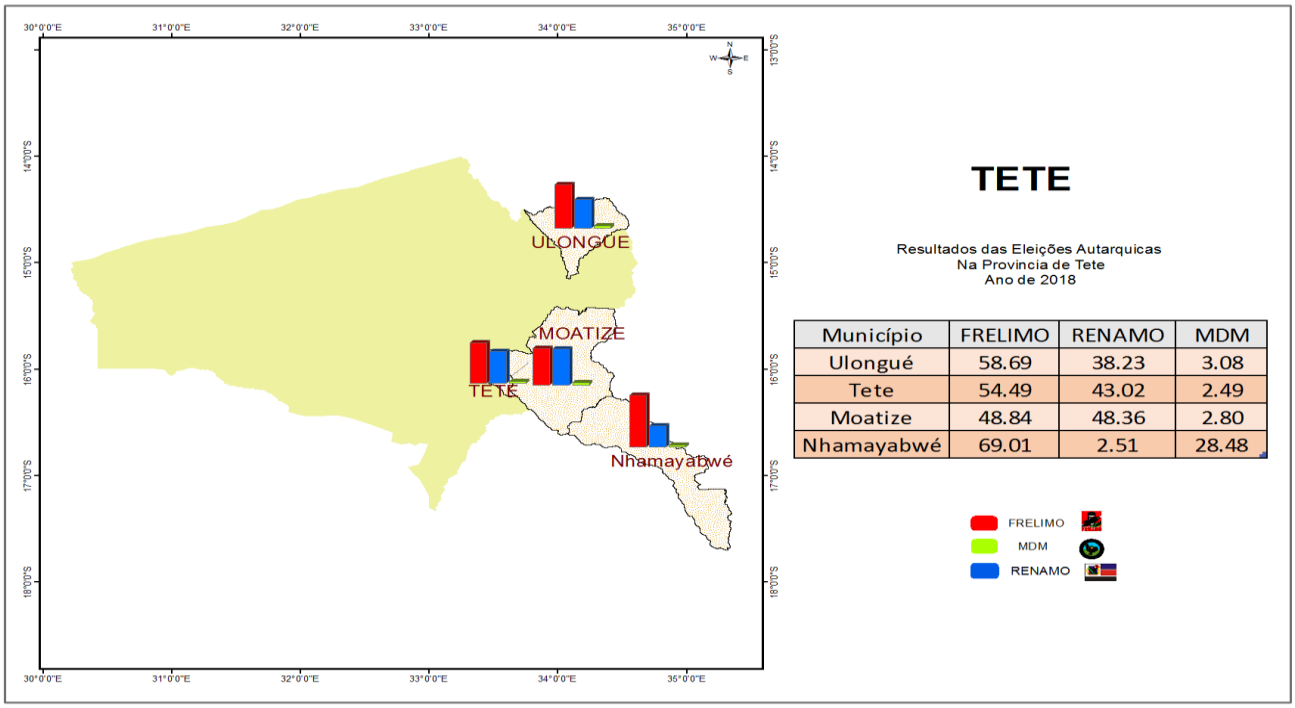
Município	FRELIMO	RENAMO
Ulongué	89.12	9.76
Tete	86.65	12.49
Moatize	87.15	11.43

2013 – Tete



Município	FRELIMO	MDM
Ulongué	64.0	36
Tete	65.3	35
Moatize	72.7	27
Nhamayabwe	94.3	6

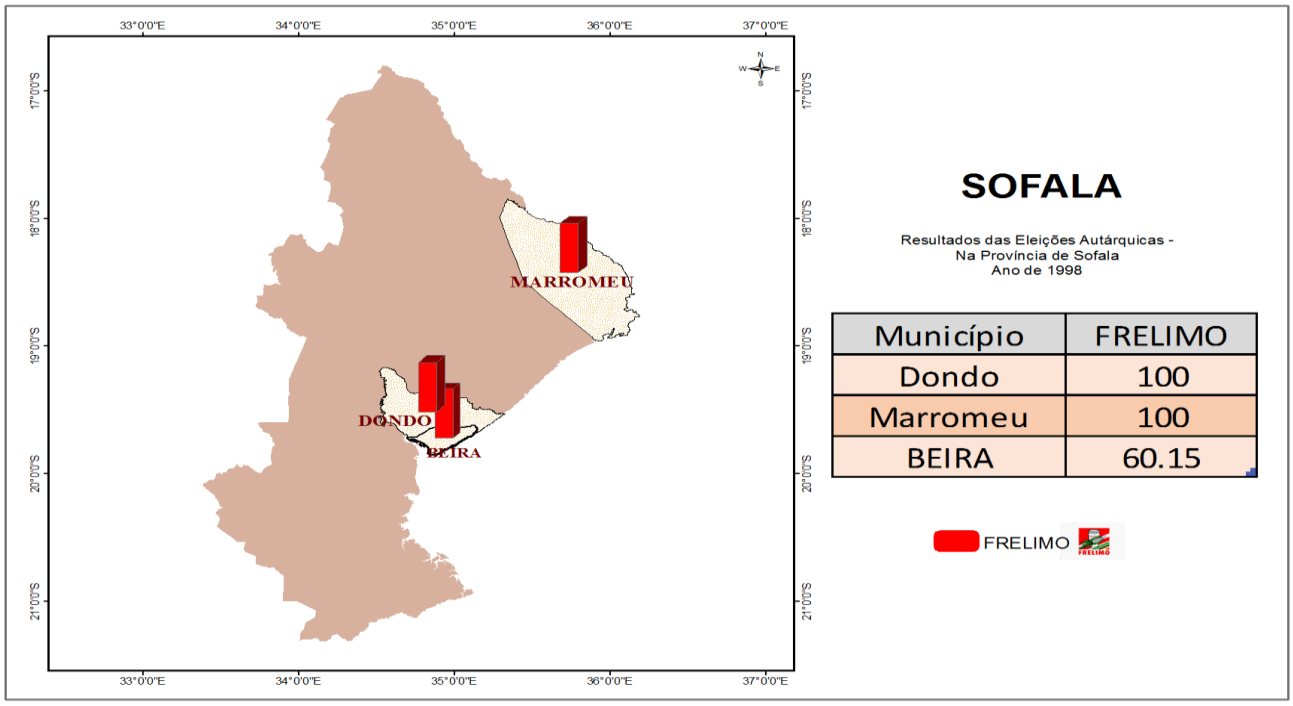
2018 – Tete



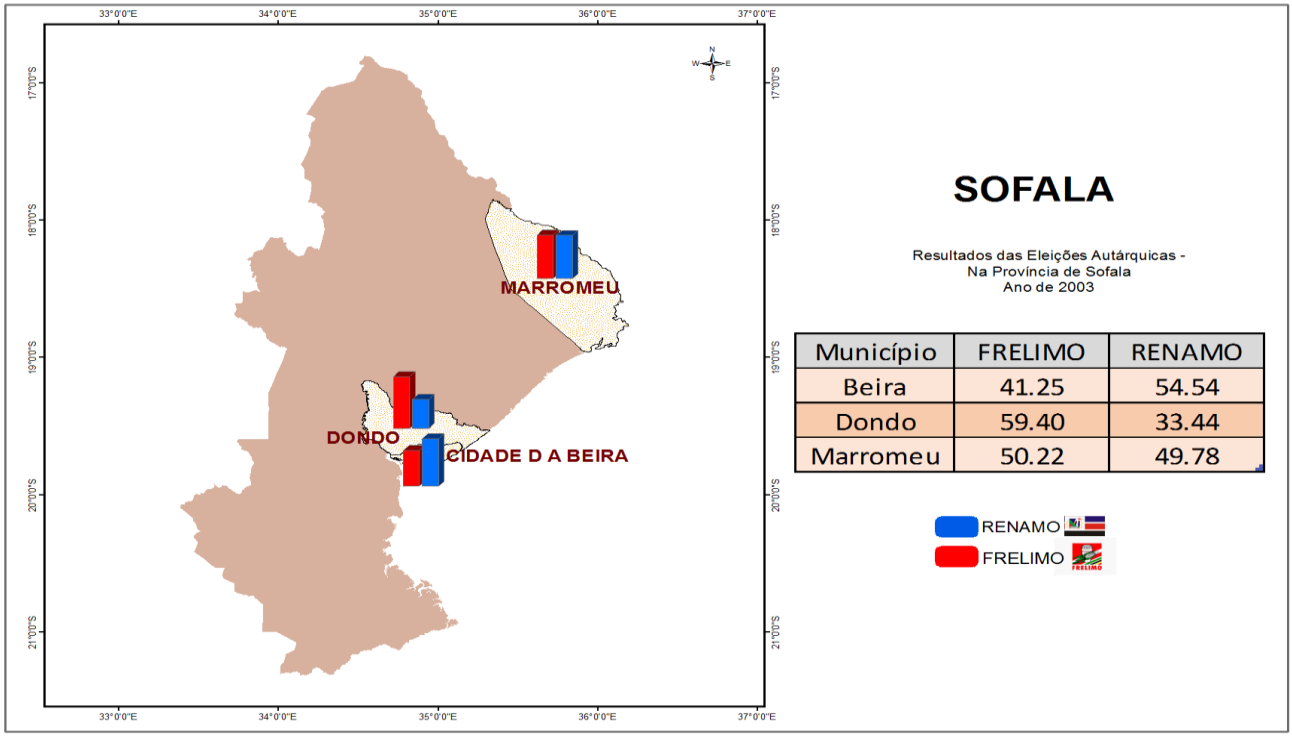
Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Ulongué	58.69	38.23	3.08
Tete	54.49	43.02	2.49
Moatize	48.84	48.36	2.80
Nhamayabwé	69.01	2.51	28.48

SOFALA

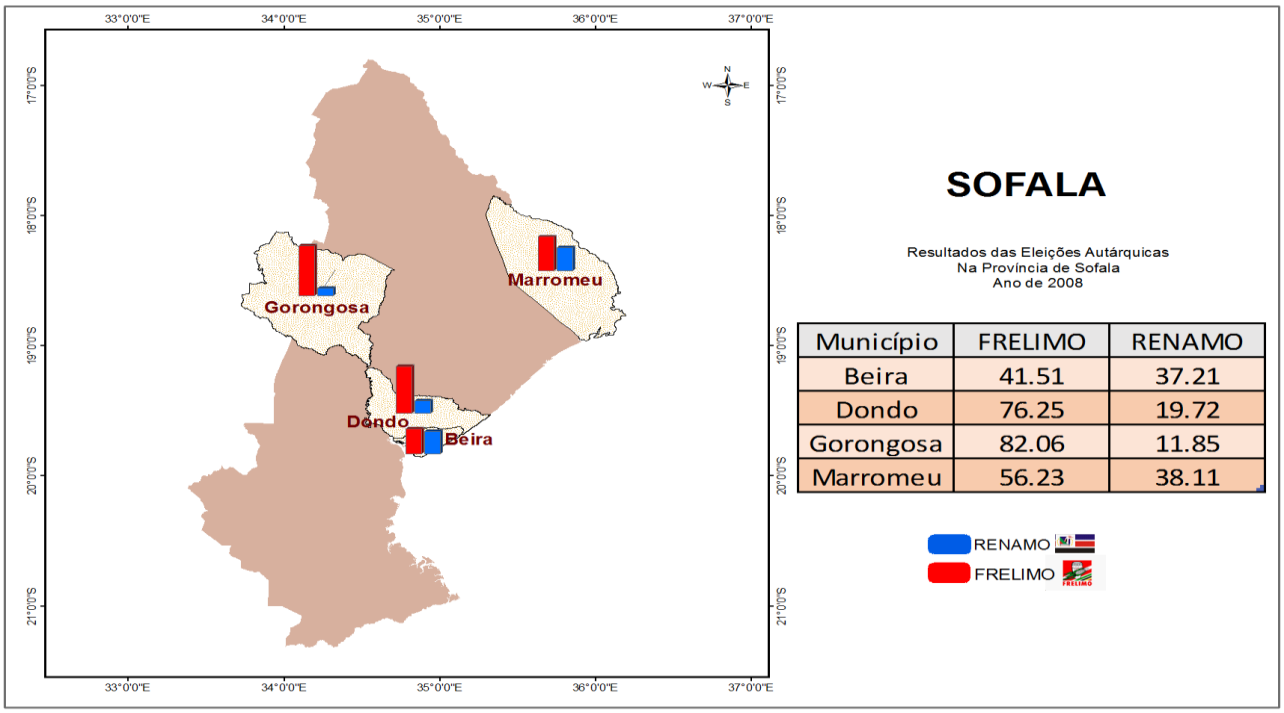
1998 – Sofala



2003 – Sofala

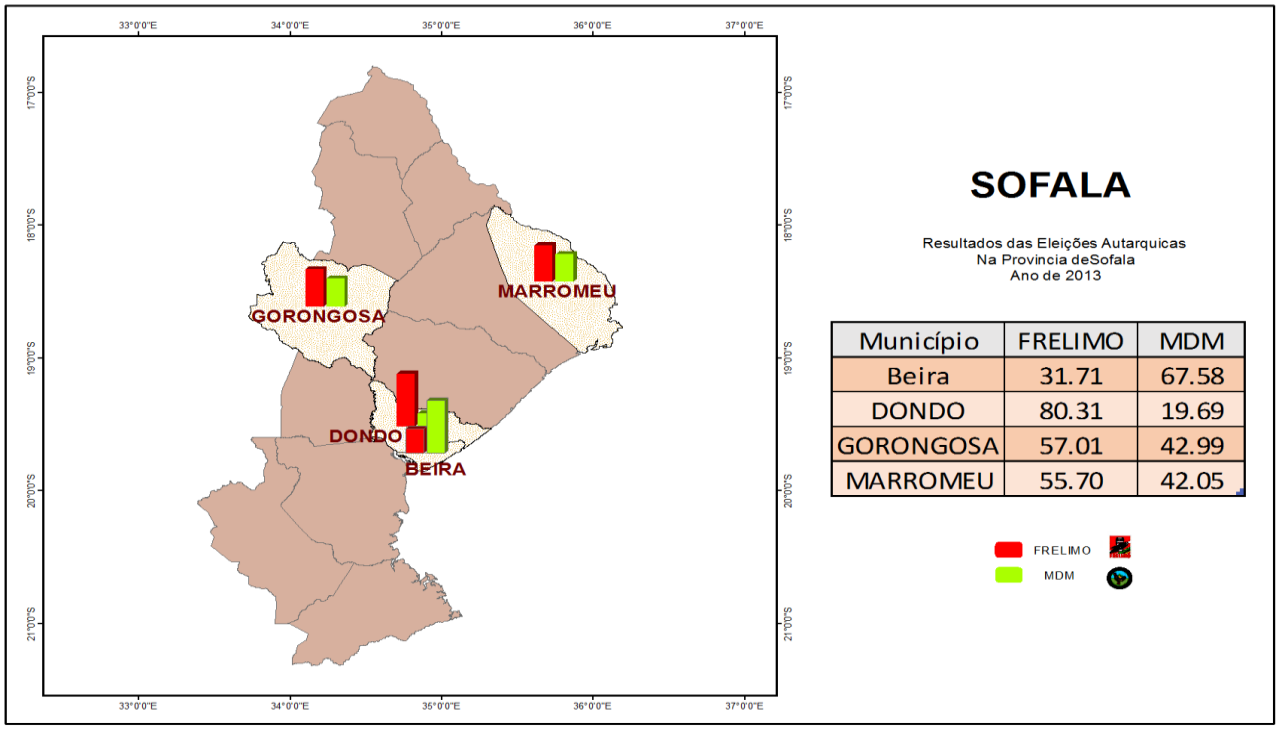


2008 – Sofala



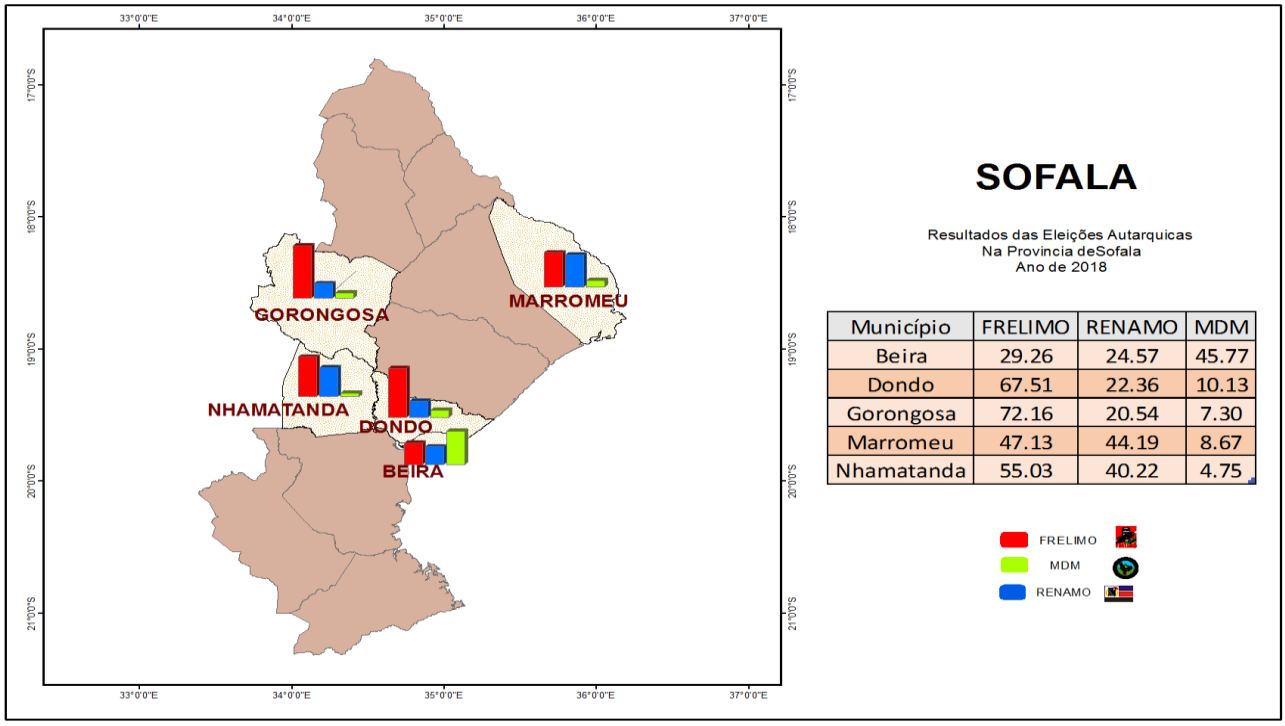
Município	FRELIMO	RENAMO
Beira	41.51	37.21
Dondo	76.25	19.72
Gorongosa	82.06	11.85
Marromeu	56.23	38.11

2013 – Sofala



Município	FRELIMO	MDM
Beira	31.71	67.58
DONDO	80.31	19.69
GORONGOSA	57.01	42.99
MARROMEU	55.70	42.05

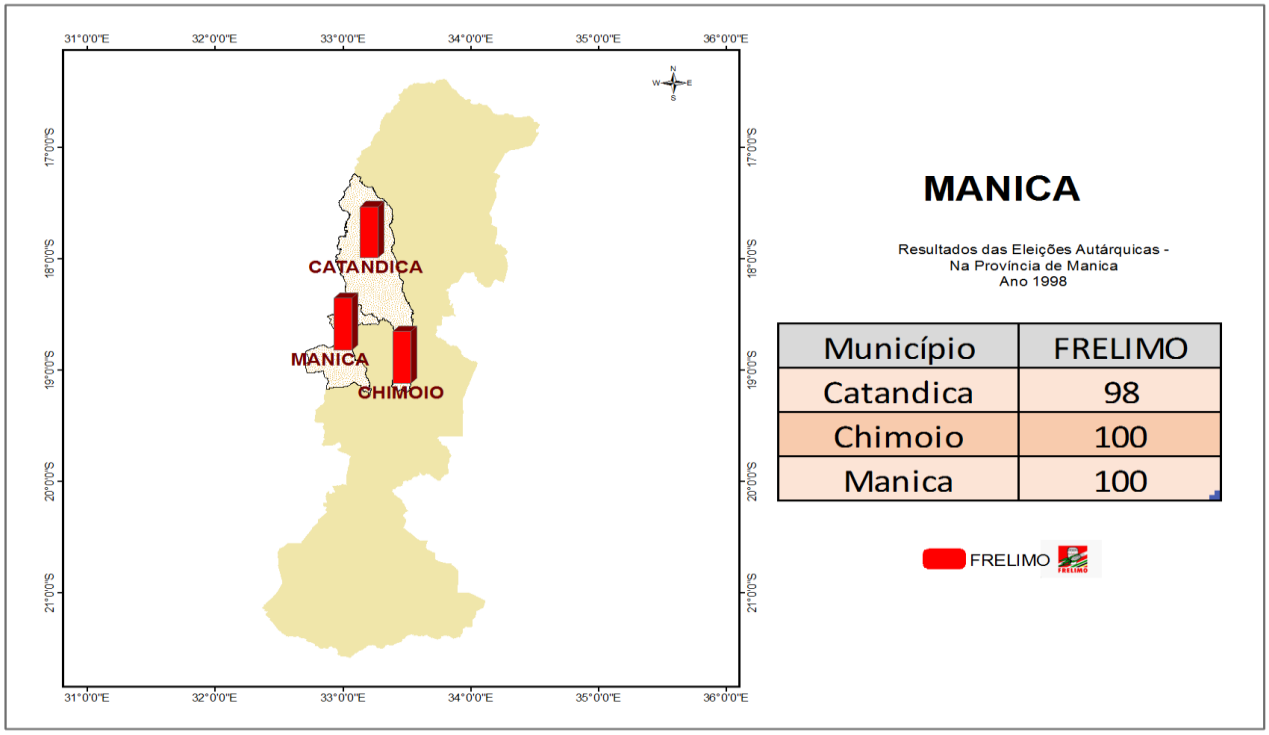
2018 – Sofala



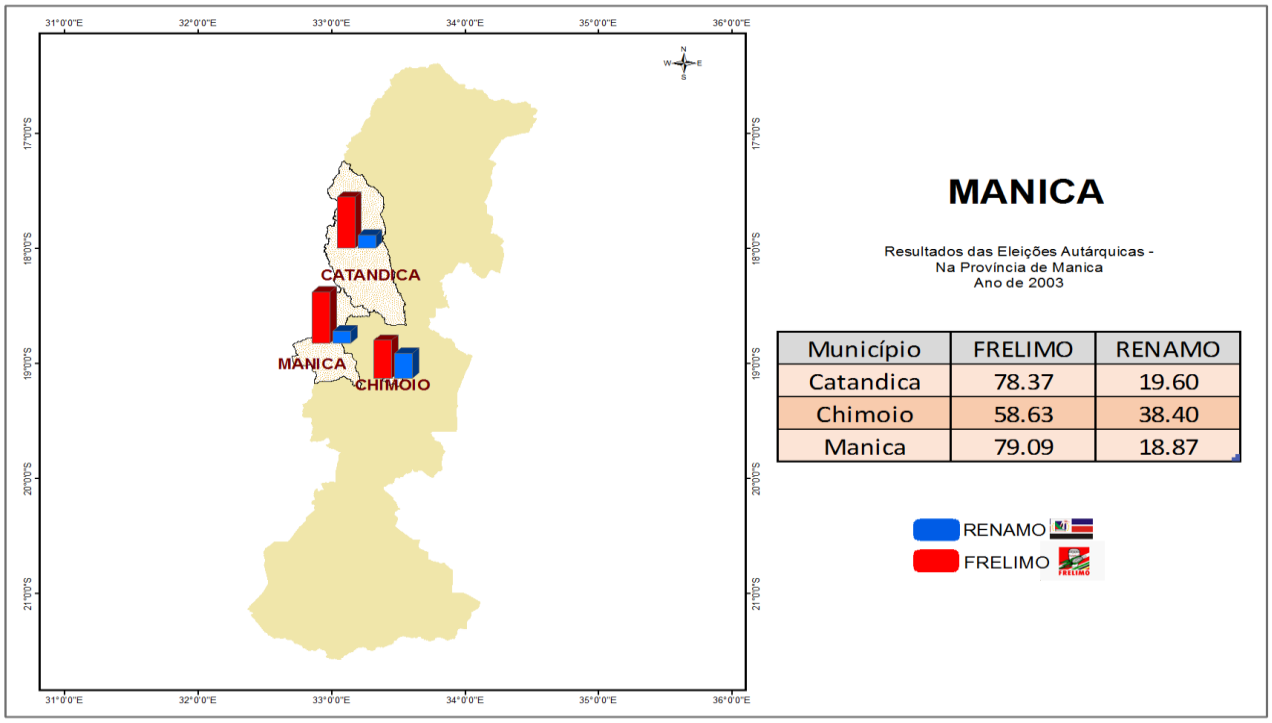
Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Beira	29.26	24.57	45.77
Dondo	67.51	22.36	10.13
Gorongosa	72.16	20.54	7.30
Marromeu	47.13	44.19	8.67
Nhamatanda	55.03	40.22	4.75

MANICA

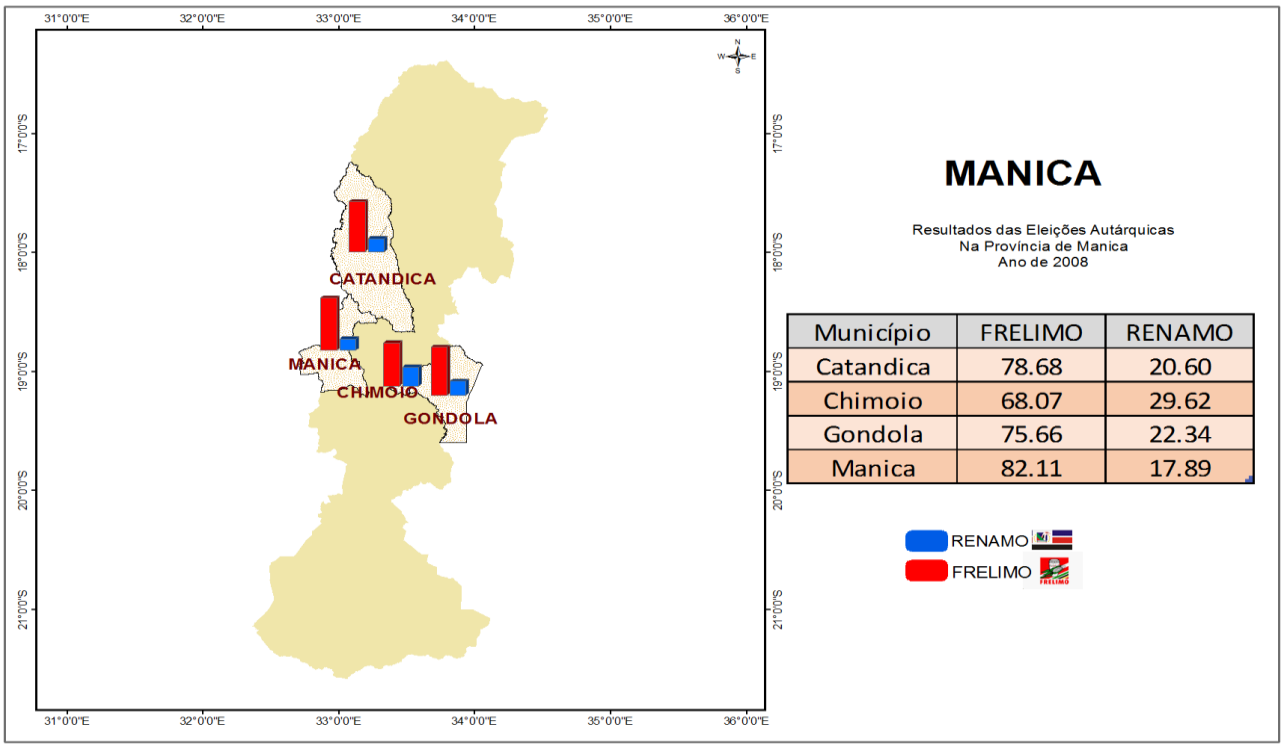
1998 – Manica



2003 – Manica

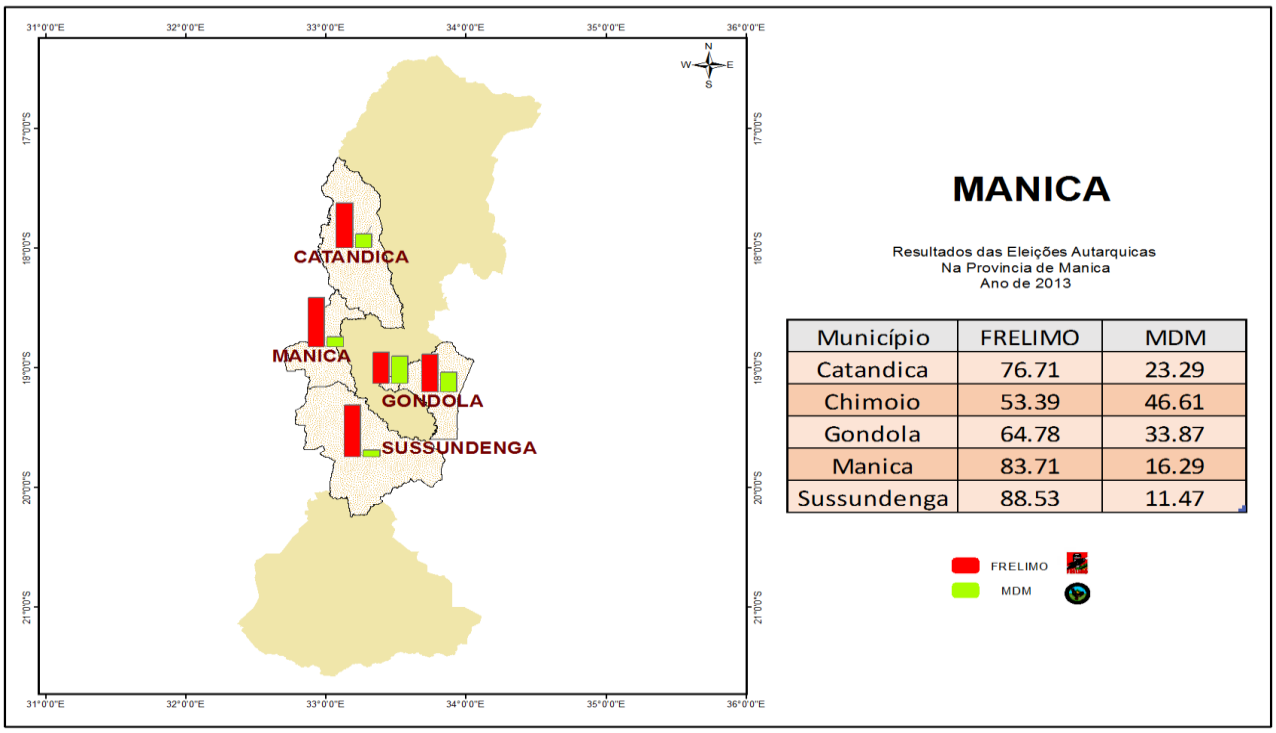


2008 – Manica



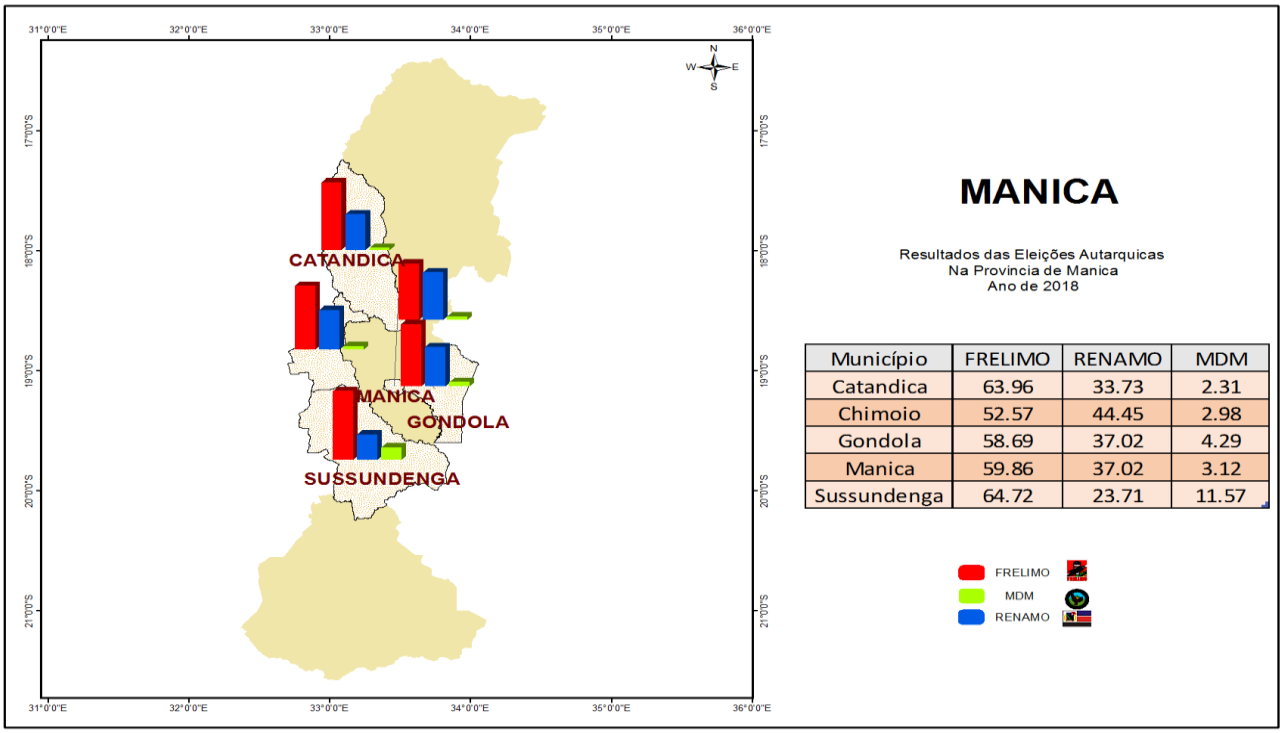
Município	FRELIMO	RENAMO
Catandica	78.68	20.60
Chimoio	68.07	29.62
Gondola	75.66	22.34
Manica	82.11	17.89

2013 – Manica



Município	FRELIMO	MDM
Catandica	76.71	23.29
Chimoio	53.39	46.61
Gondola	64.78	33.87
Manica	83.71	16.29
Sussundenga	88.53	11.47

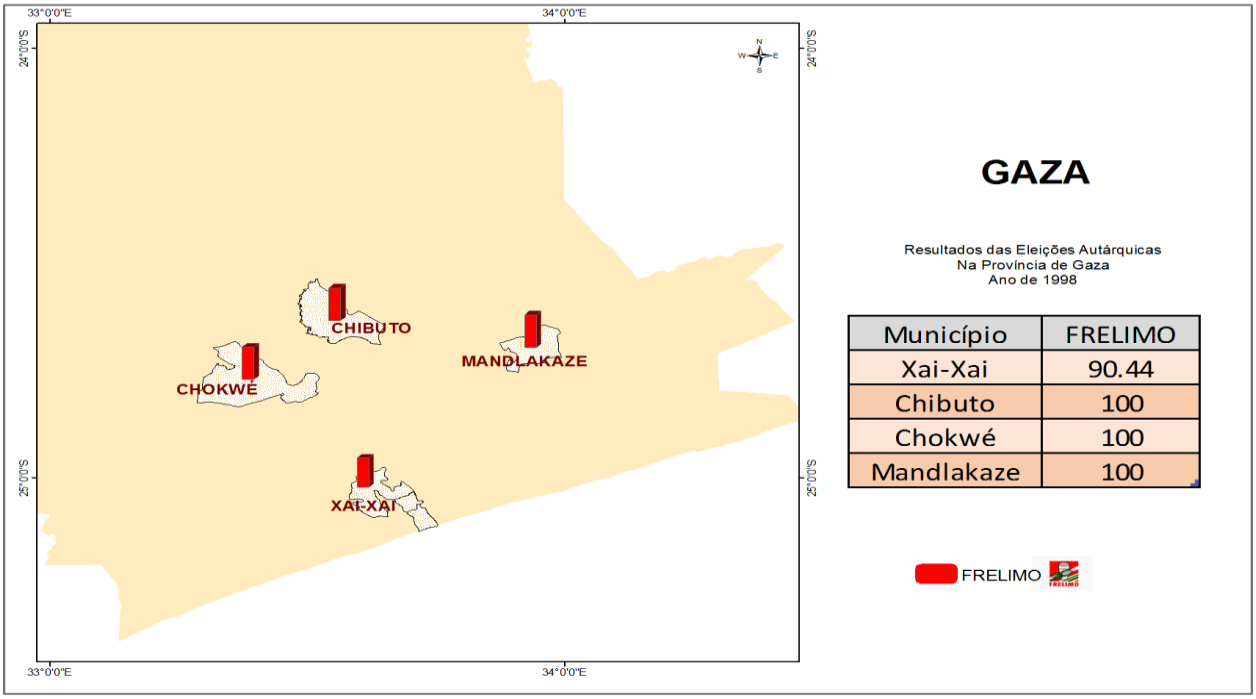
2018 – Manica



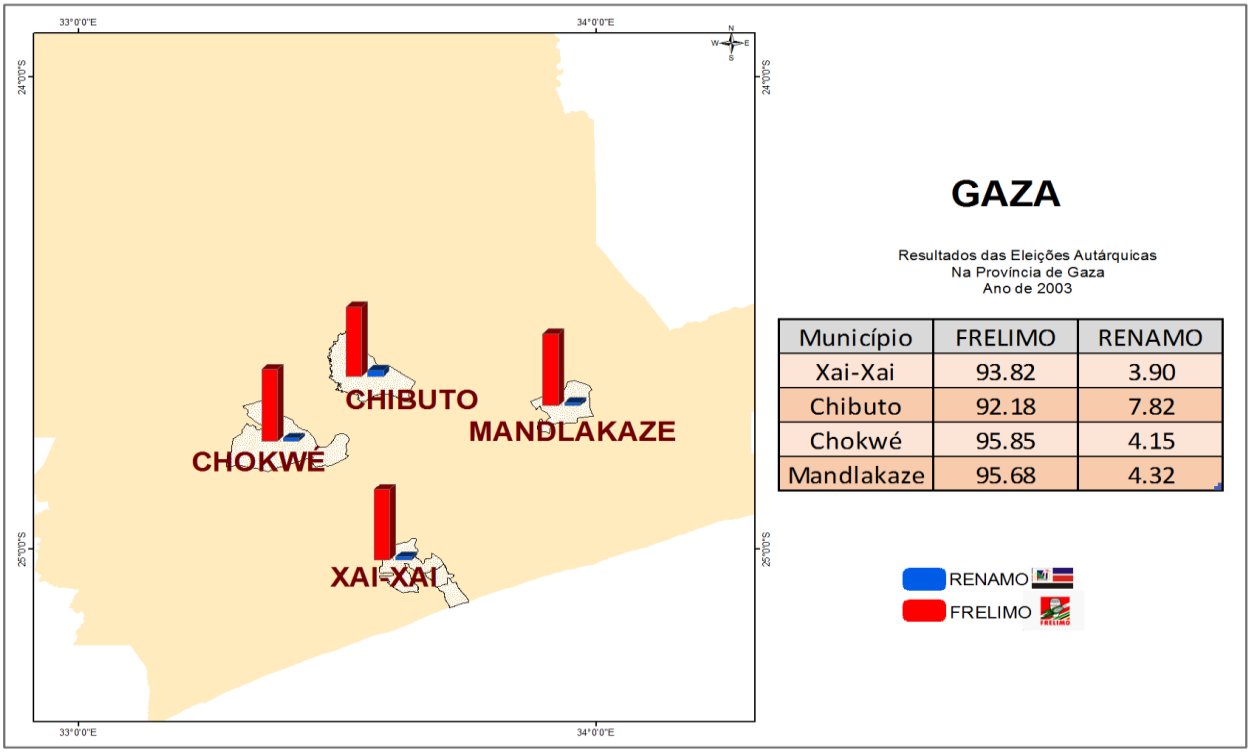
Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Catandica	63.96	33.73	2.31
Chimoio	52.57	44.45	2.98
Gondola	58.69	37.02	4.29
Manica	59.86	37.02	3.12
Sussundenga	64.72	23.71	11.57

GAZA

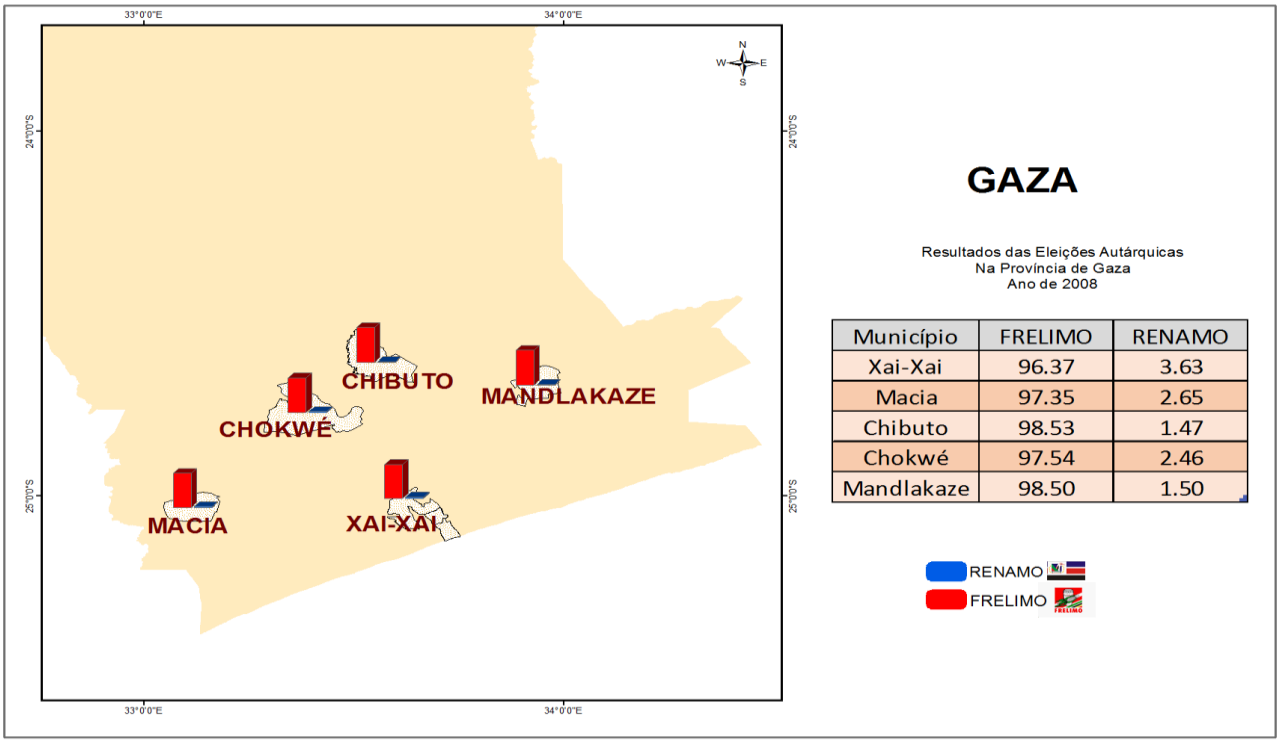
1998 – Gaza



2003 – Gaza

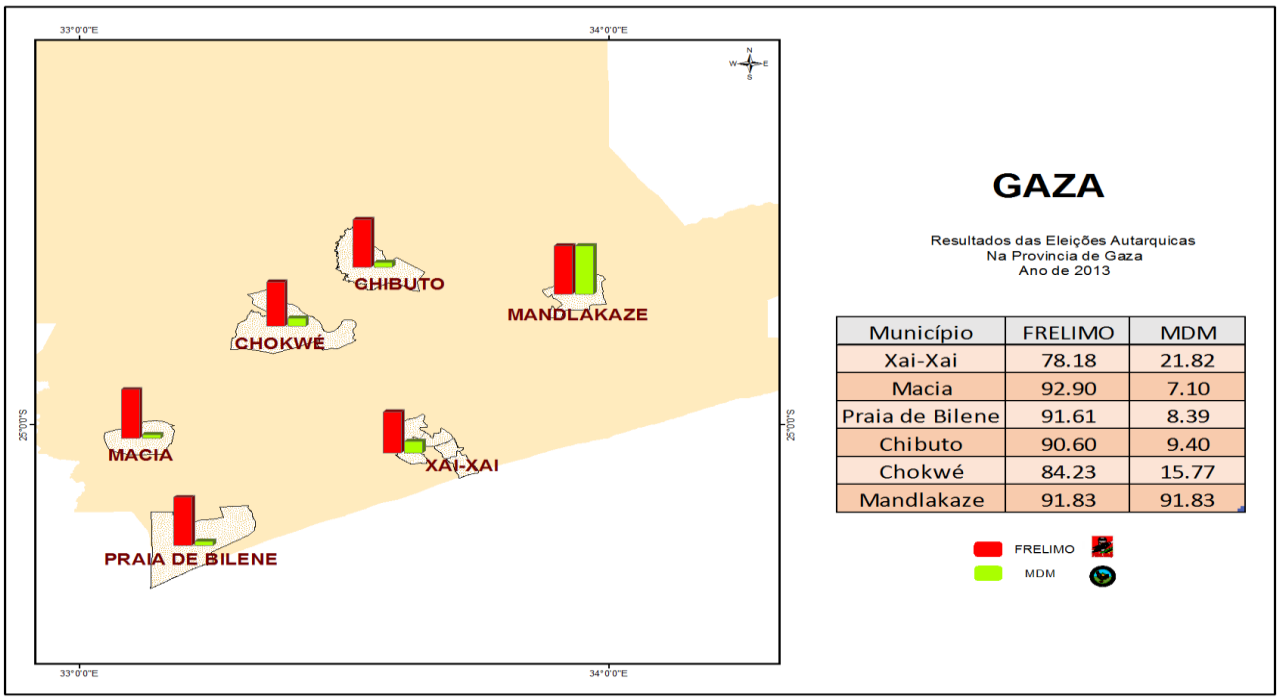


2008 – Gaza



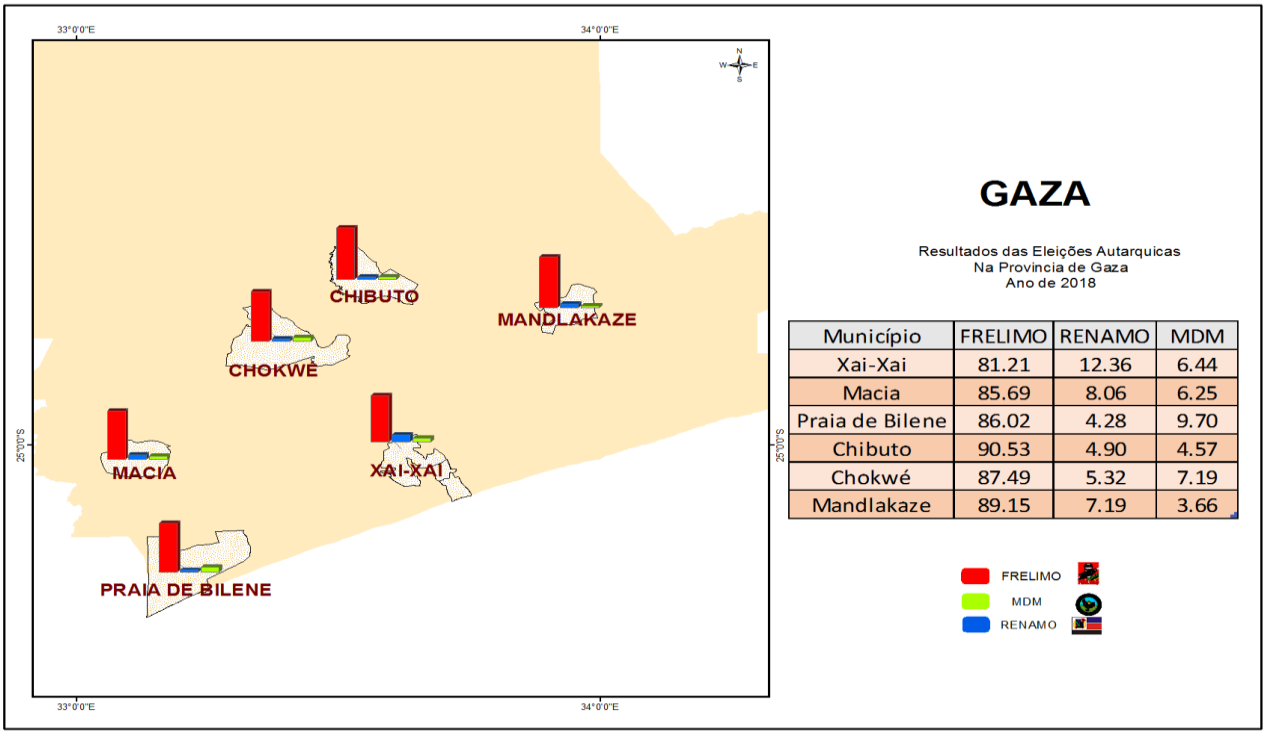
Município	FRELIMO	RENAMO
Xai-Xai	96.37	3.63
Macia	97.35	2.65
Chibuto	98.53	1.47
Chokwé	97.54	2.46
Mandlakaze	98.50	1.50

2013 – Gaza



Município	FRELIMO	MDM
Xai-Xai	78.18	21.82
Macia	92.90	7.10
Praia de Bilene	91.61	8.39
Chibuto	90.60	9.40
Chokwé	84.23	15.77
Mandlakaze	91.83	91.83

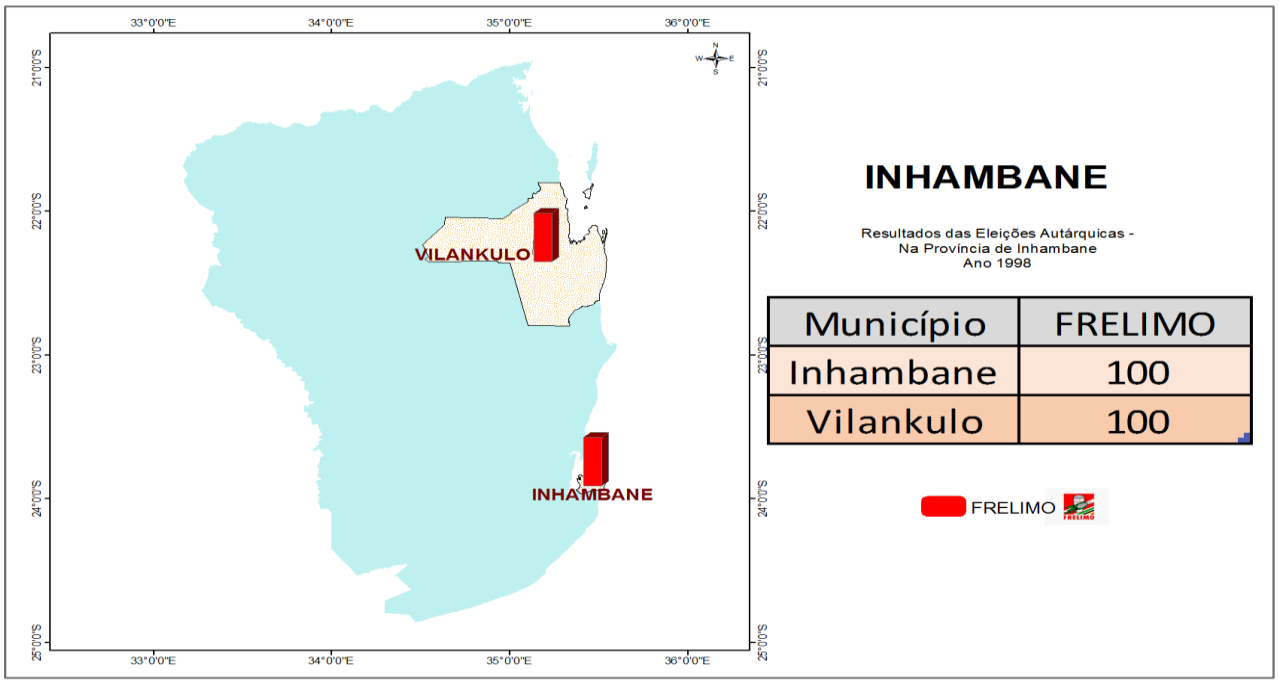
2018 – Gaza



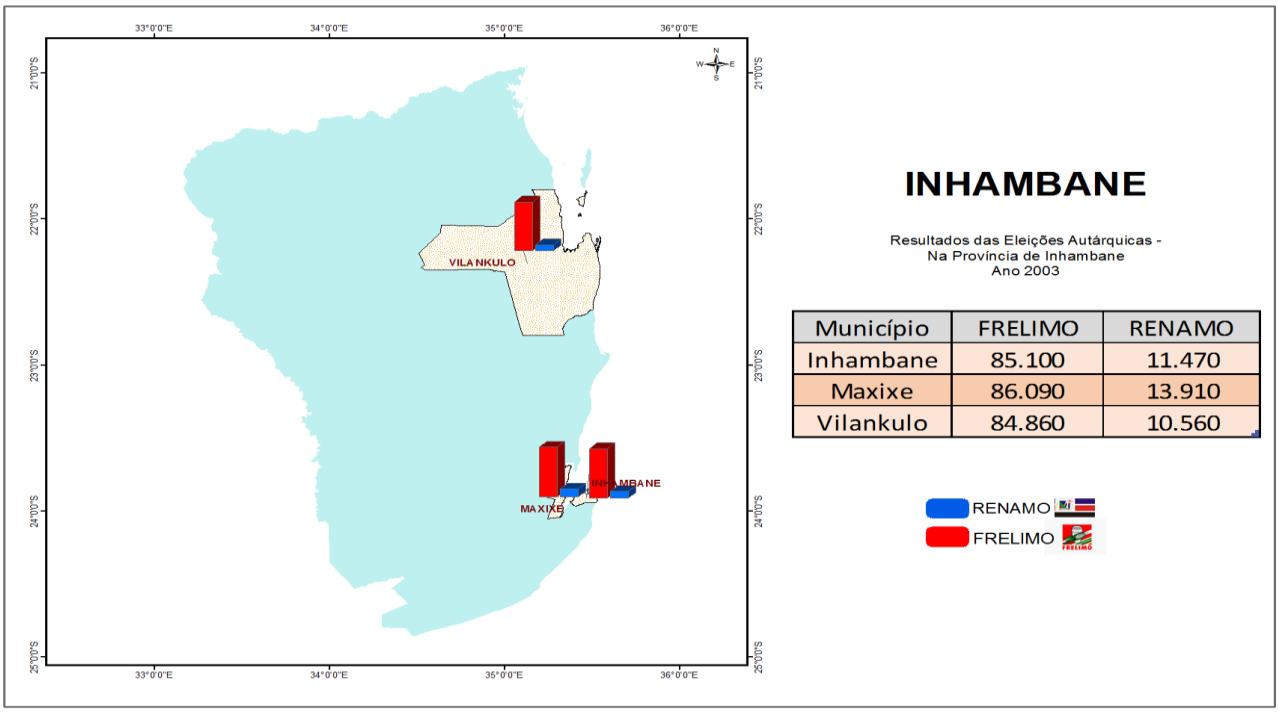
Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Xai-Xai	81.21	12.36	6.44
Macia	85.69	8.06	6.25
Praia de Bilene	86.02	4.28	9.70
Chibuto	90.53	4.90	4.57
Chokwé	87.49	5.32	7.19
Mandlakaze	89.15	7.19	3.66

INHAMBANE

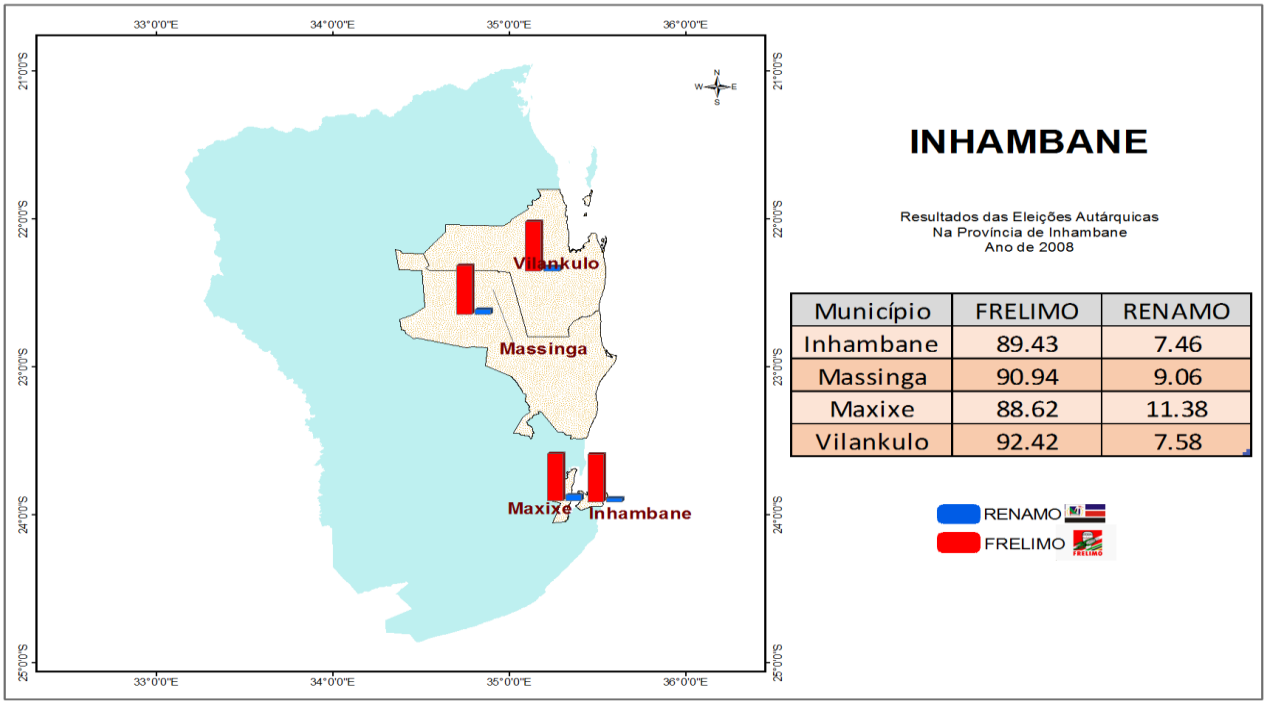
1998 – Inhambane



2003 – Inhambane

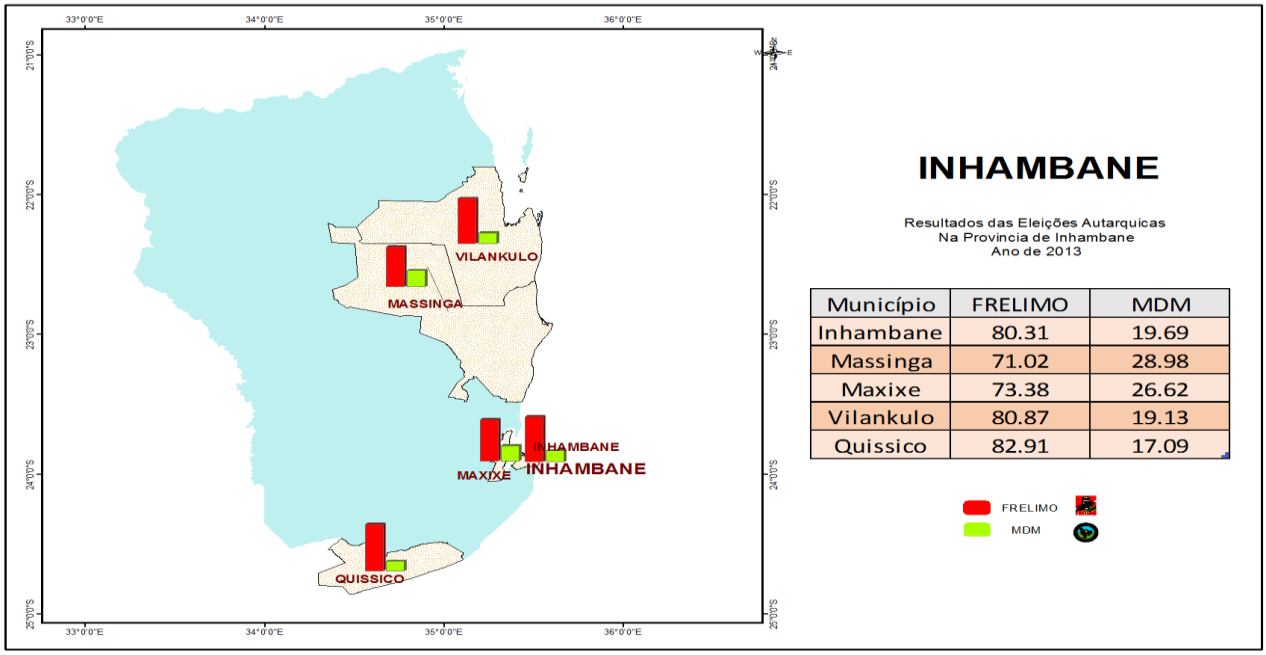


2008 – Inhambane



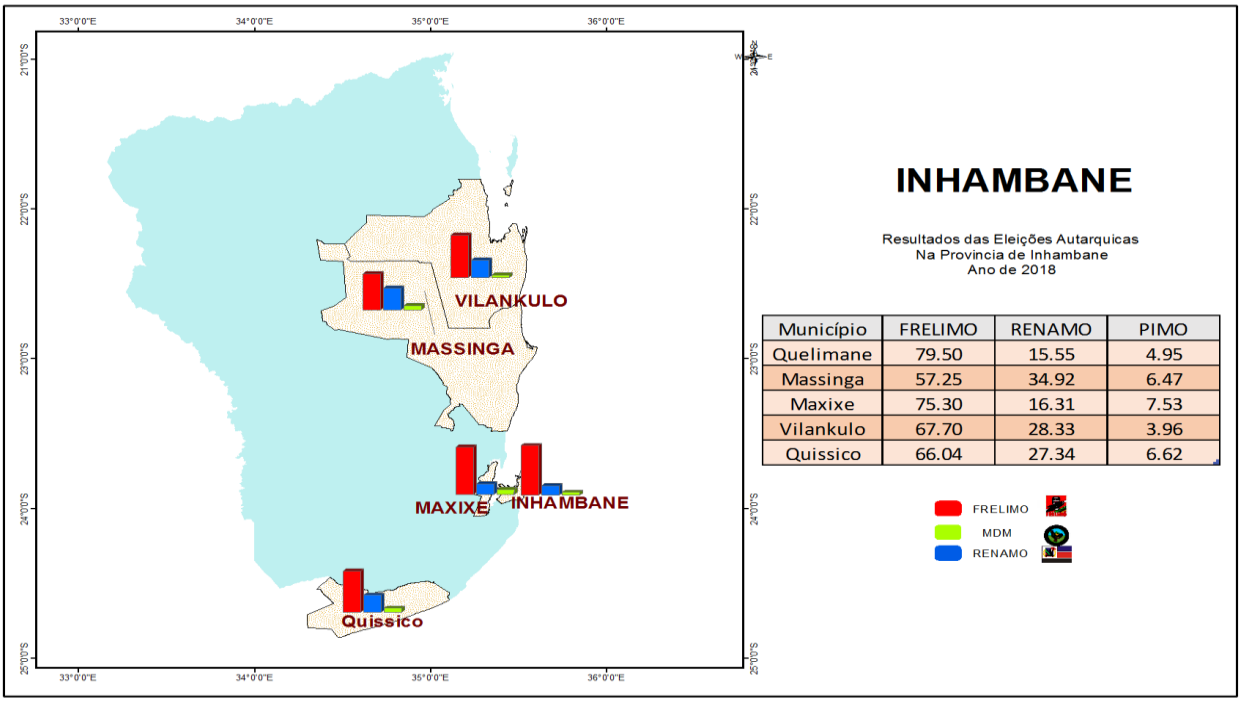
Município	FRELIMO	RENAMO
Inhambane	89.43	7.46
Massinga	90.94	9.06
Maxixe	88.62	11.38
Vilankulo	92.42	7.58

2013 – Inhambane



Município	FRELIMO	MDM
Inhambane	80.31	19.69
Massinga	71.02	28.98
Maxixe	73.38	26.62
Vilankulo	80.87	19.13
Quissico	82.91	17.09

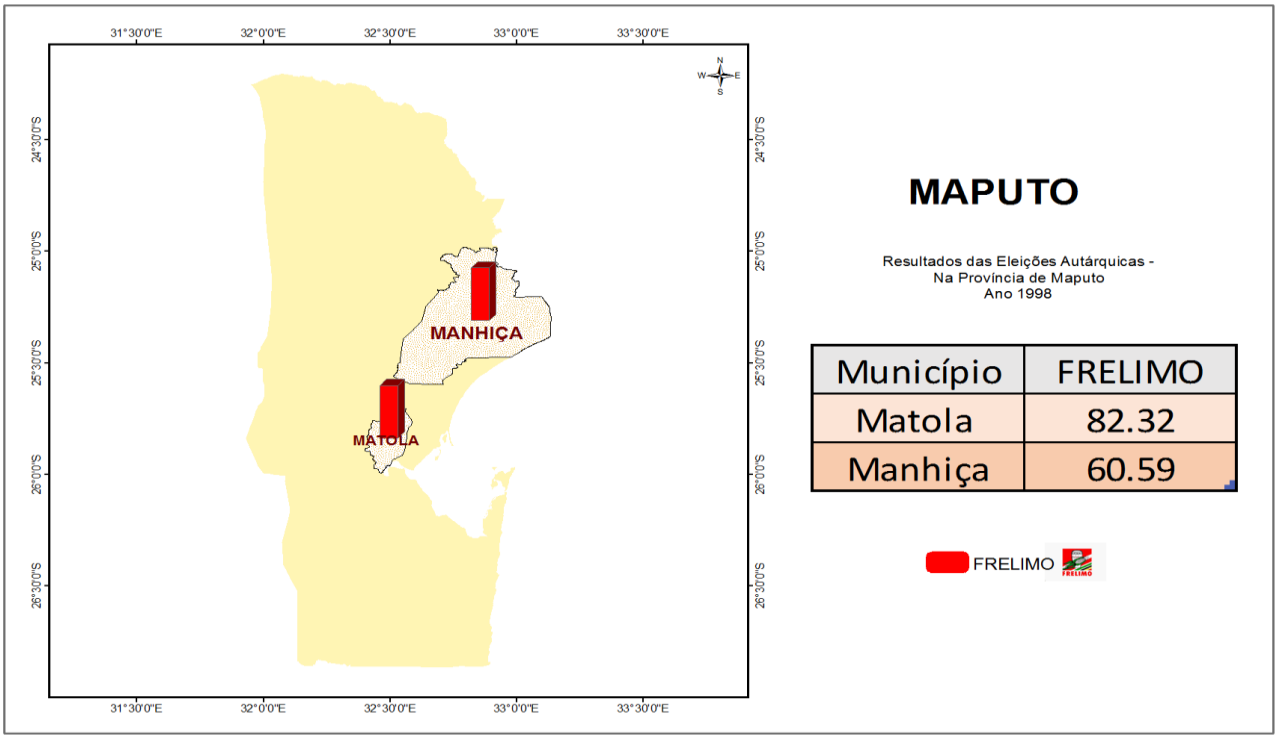
2018 – Inhambane



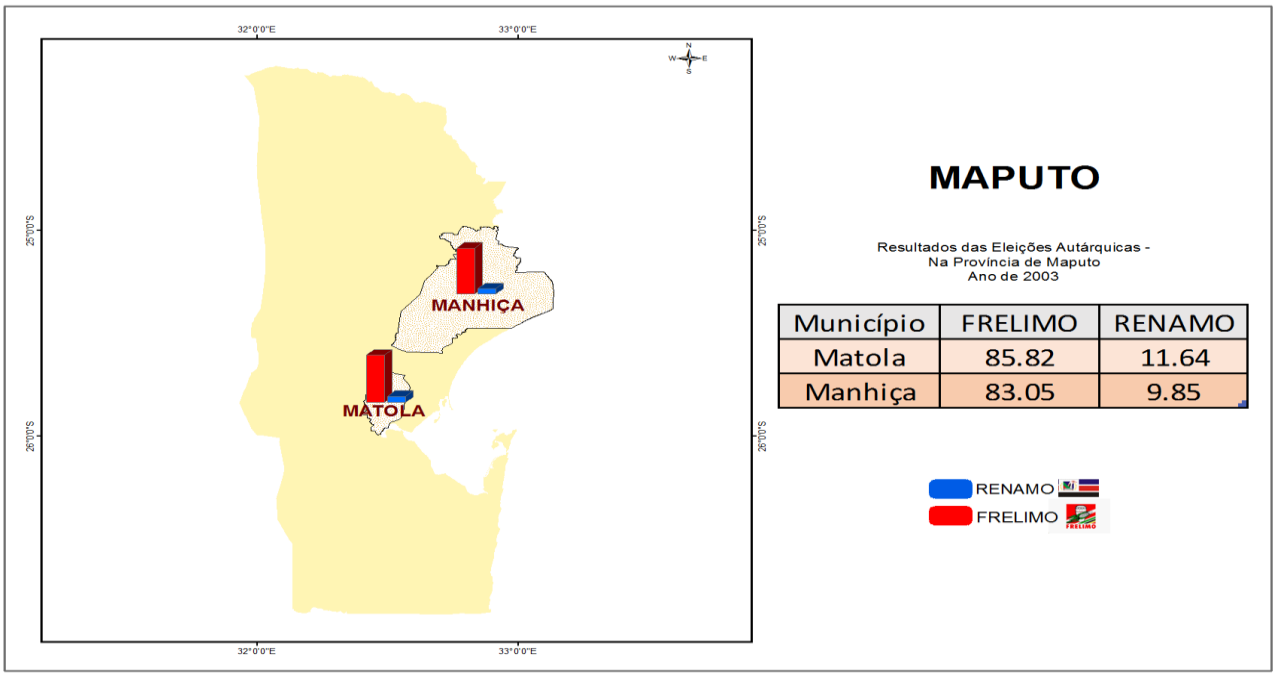
Município	FRELIMO	RENAMO	PIMO
Quelimane	79.50	15.55	4.95
Massinga	57.25	34.92	6.47
Maxixe	75.30	16.31	7.53
Vilankulo	67.70	28.33	3.96
Quissico	66.04	27.34	6.62

MAPUTO

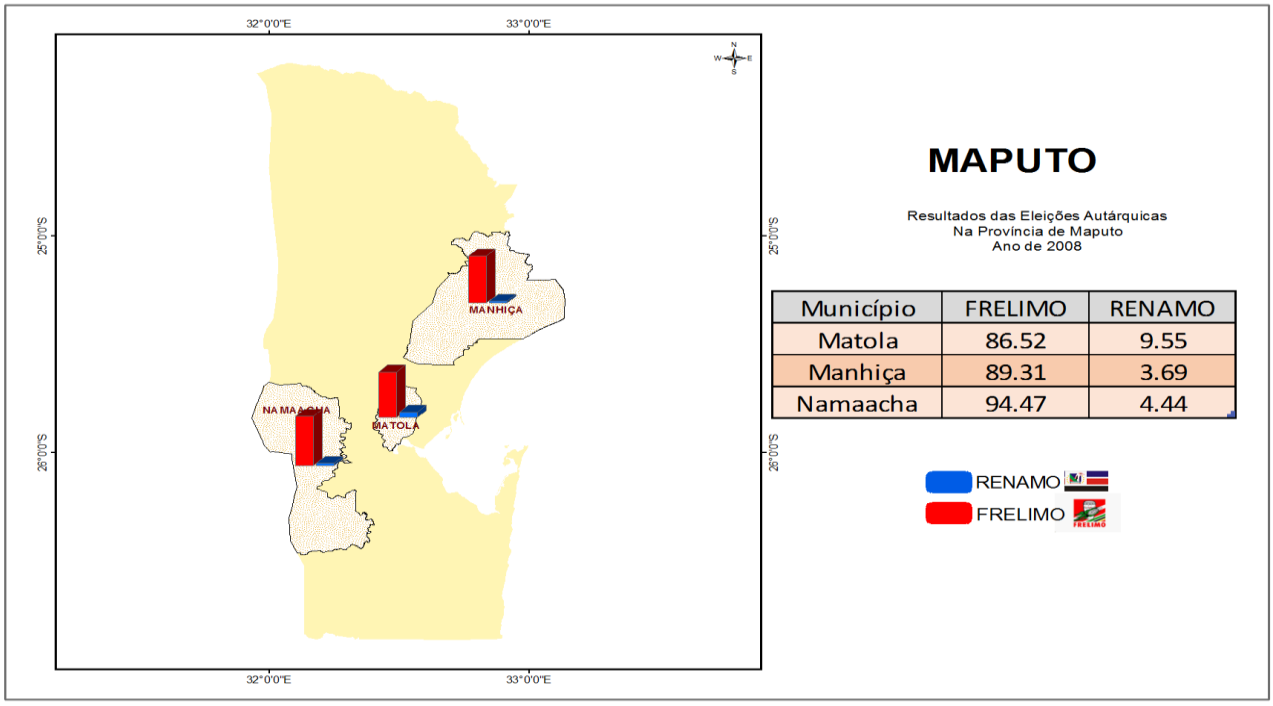
1998 – Maputo



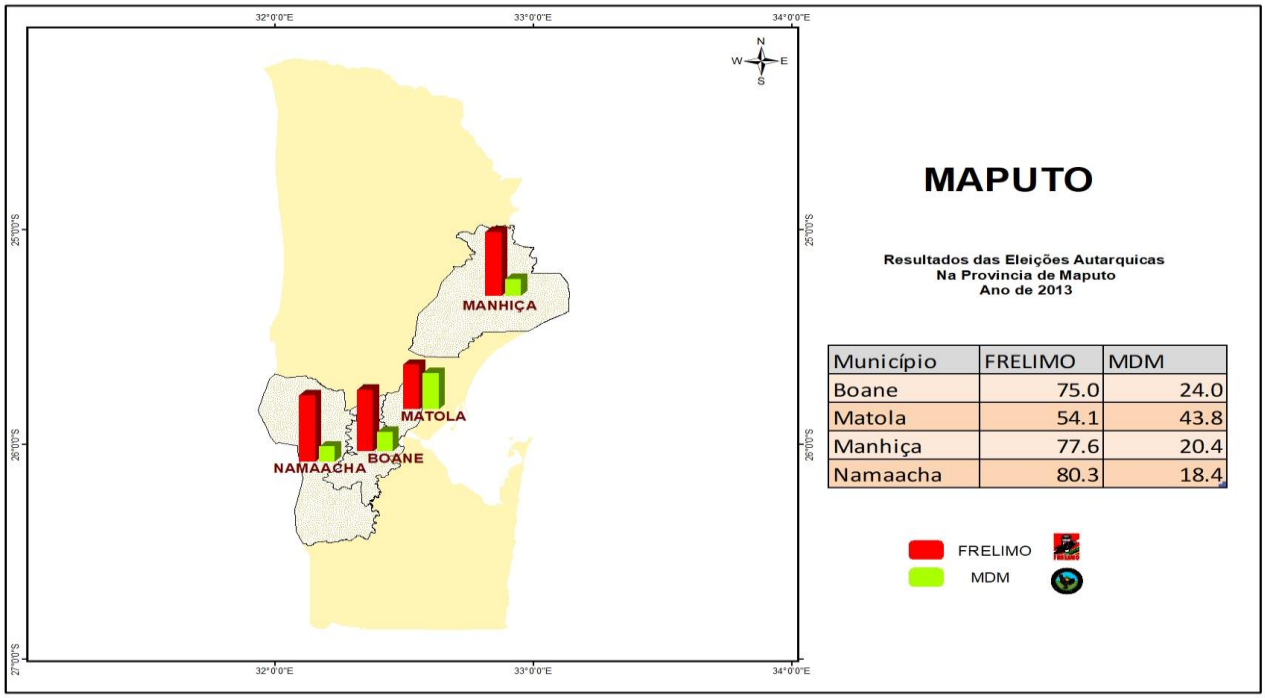
2003 – Maputo



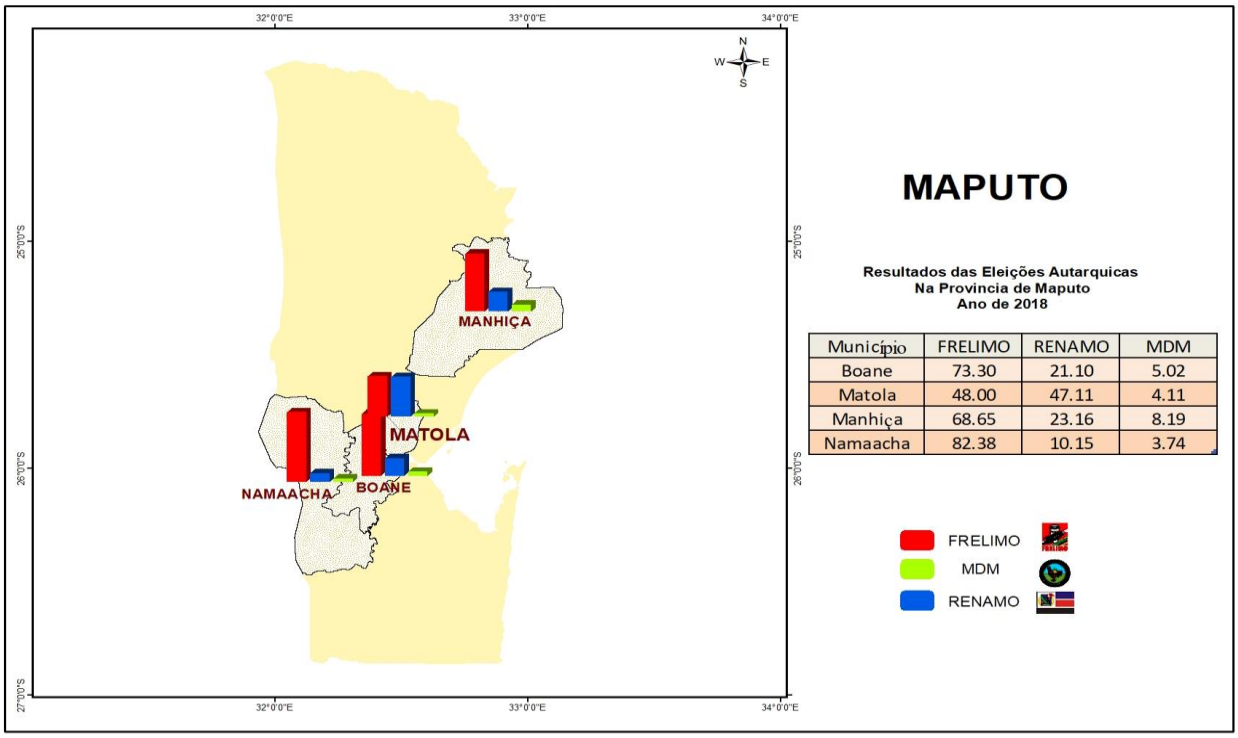
2008 – Maputo



2013 – Maputo



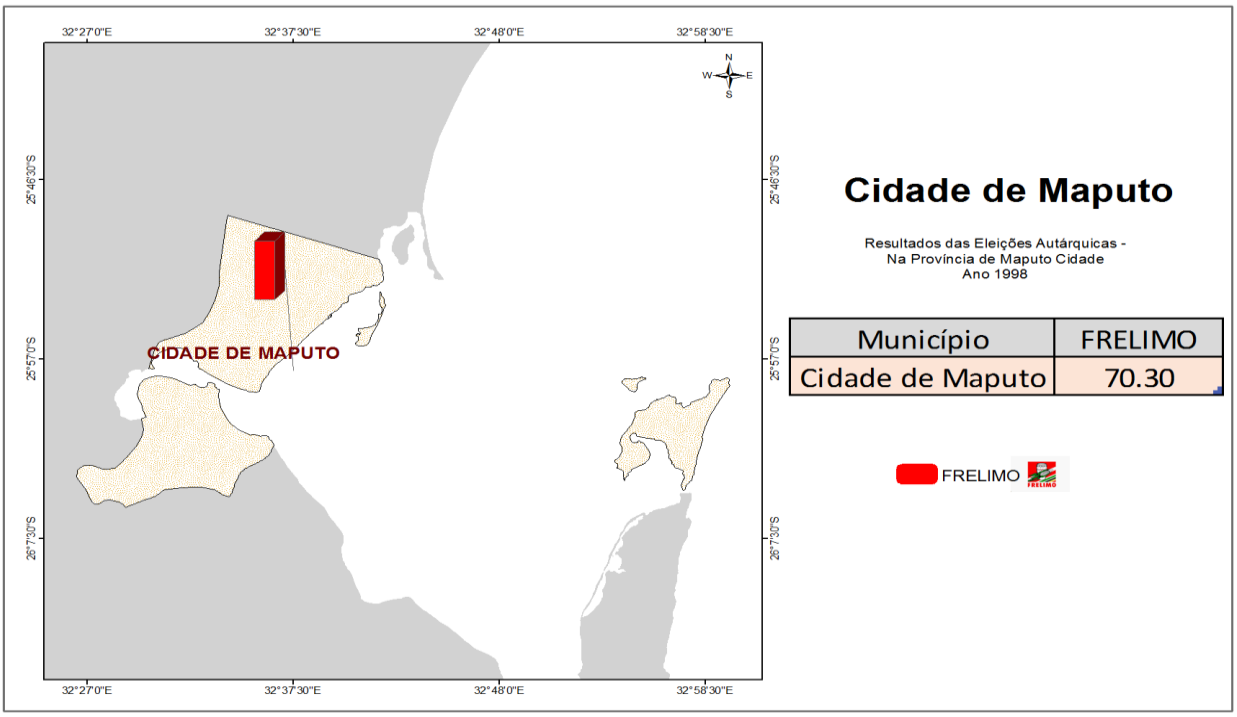
2018 – Maputo



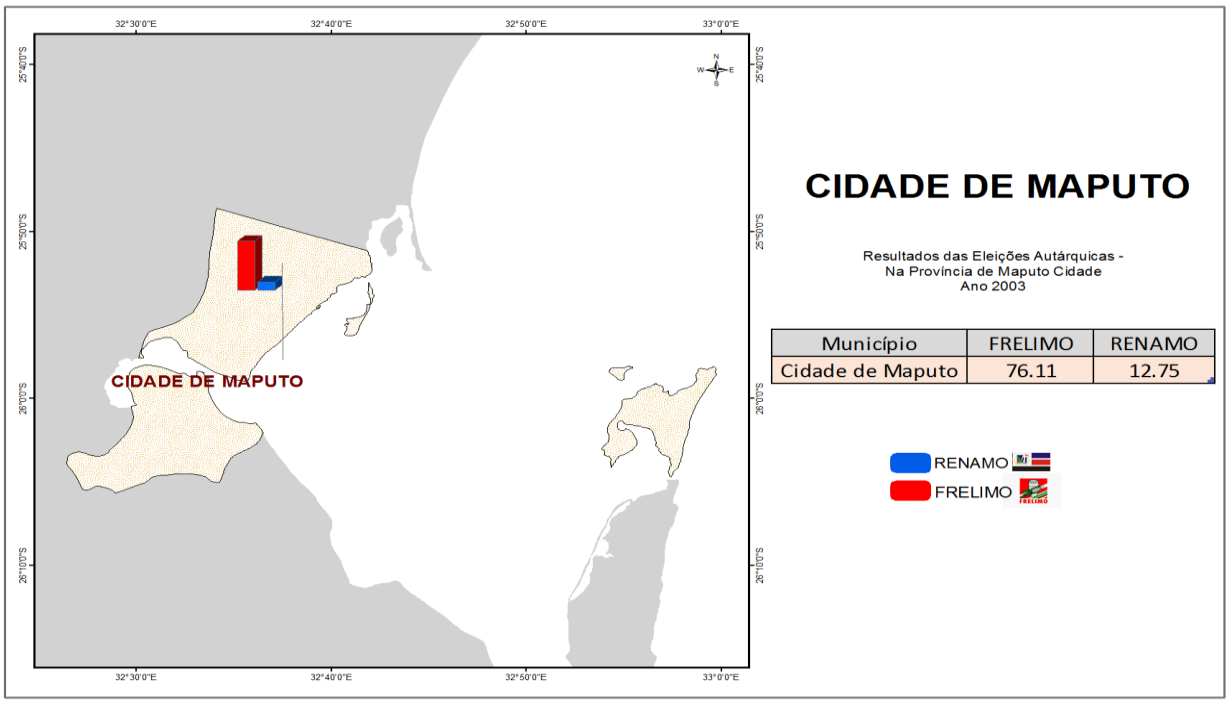
Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Boane	73.30	21.10	5.02
Matola	48.00	47.11	4.11
Manhiça	68.65	23.16	8.19
Namaacha	82.38	10.15	3.74

CIDADE DE MAPUTO

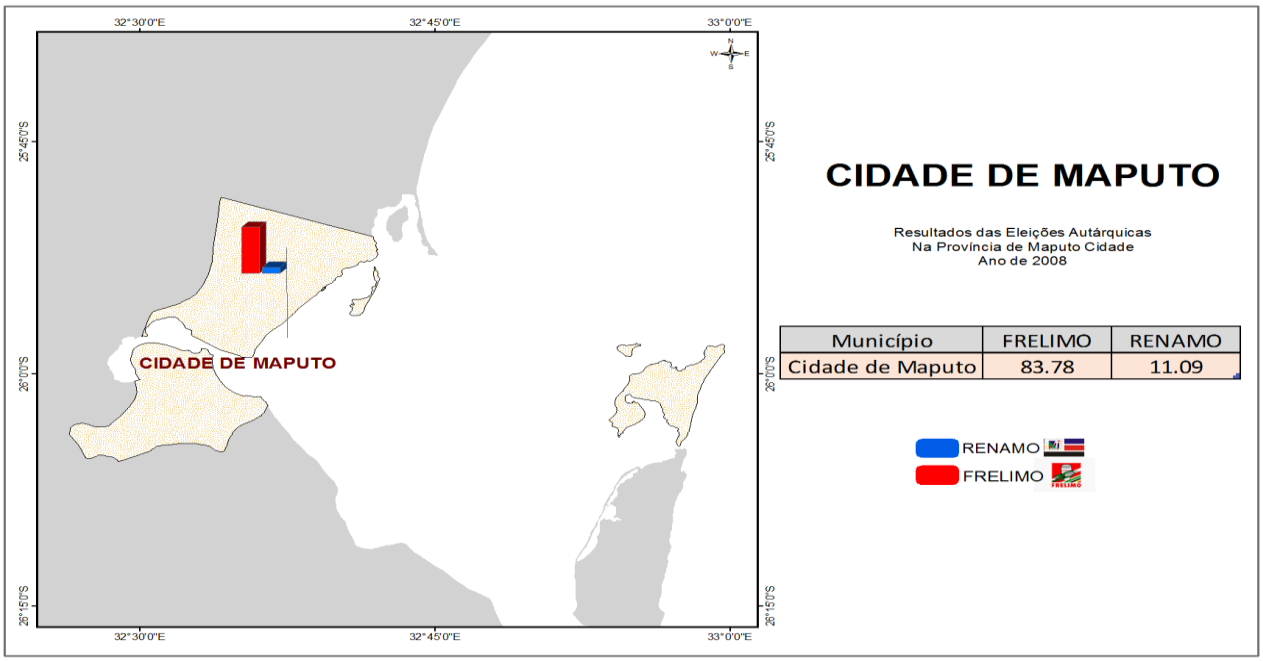
1998 – Cidade de Maputo



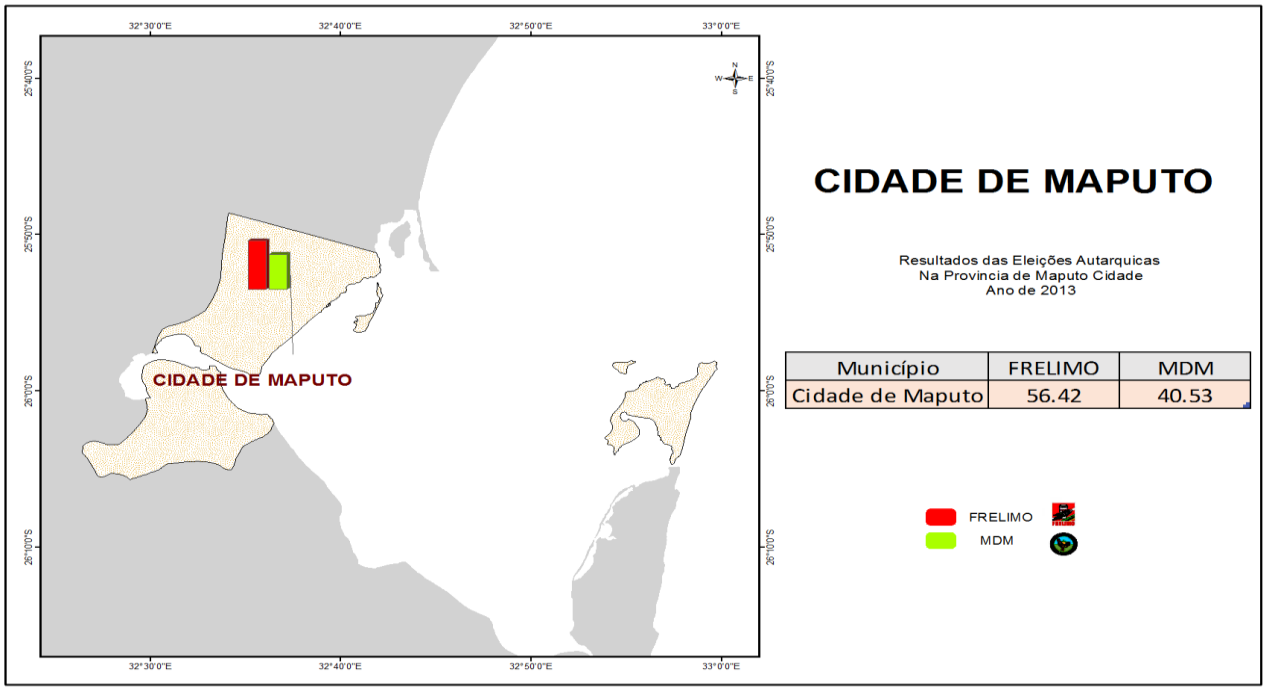
2003 – Cidade de Maputo



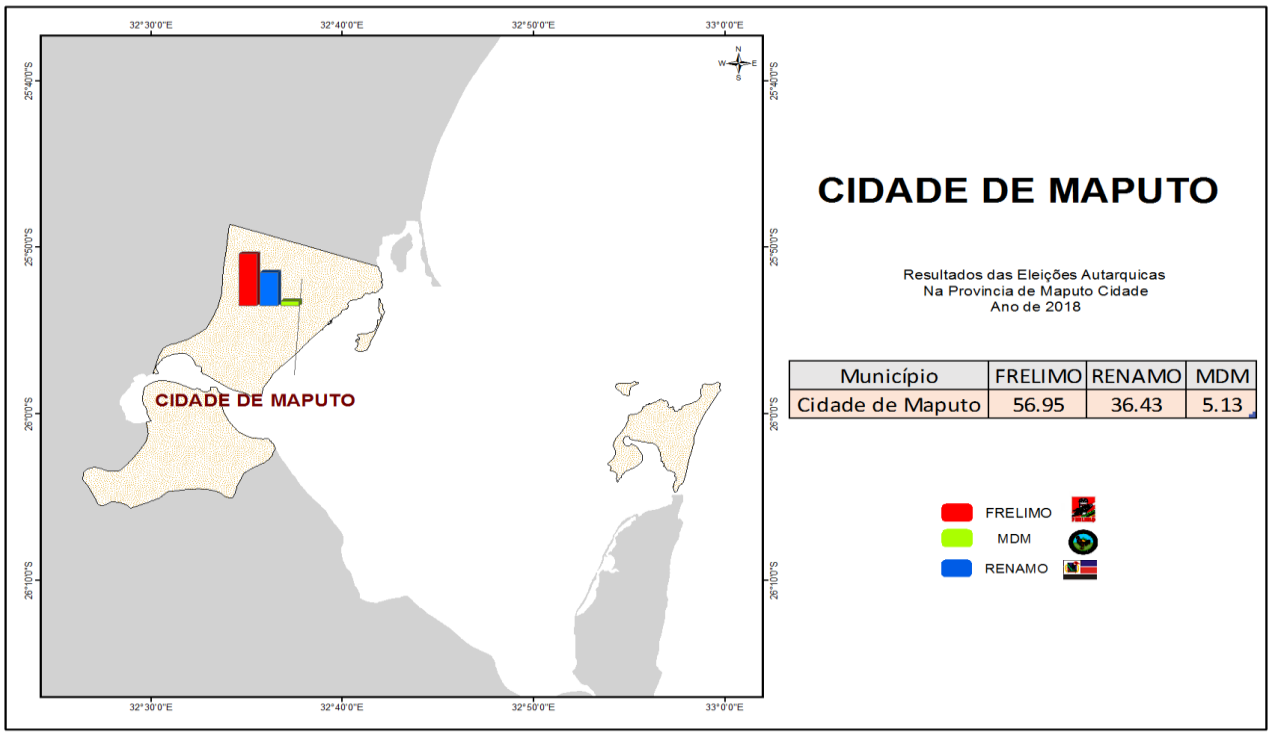
2008 – Cidade de Maputo



2013 – Cidade de Maputo



2018 – Cidade de Maputo



Município	FRELIMO	RENAMO	MDM
Cidade de Maputo	56.95	36.43	5.13